

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SIMONE MARIA LEME

**DINÂMICA TERRITORIAL, CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO
E RESISTÊNCIA NAS MODALIDADES DE REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS
COLÔNIAS PULADOR, MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-MS, E JAMIC, MUNICÍPIO
DE TERNOS-MS**

DOURADOS-MS

2021

SIMONE MARIA LEME

**DINÂMICA TERRITORIAL, CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO
E RESISTÊNCIA NAS MODALIDADES DE REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS
COLÔNIAS PULADOR, MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-MS, E JAMIC, MUNICÍPIO
DE TERENOS-MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

DOURADOS-MS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L551d Leme, Simone Maria

Dinâmica territorial, circuitos de comercialização e resistência nas modalidades de reprodução camponesa das Colônias Pulador, Município de Anastácio-MS, e Jamic, Município de Terenos-MS [recurso eletrônico] / Simone Maria Leme. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Modalidades de reprodução camponesa. 2. Estratégias de resistência. 3. Circuitos de comercialização. 4. Diferenciação social. 5. Território. I. Mizusaki, Márcia Yukari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

SIMONE MARIA LEME

**DINÂMICA TERRITORIAL, CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO
E RESISTÊNCIA NAS MODALIDADES DE REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS
COLÔNIAS PULADOR, MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO-MS, E JAMIC, MUNICÍPIO
DE TERENOS-MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito à obtenção do título de Doutora.

Aprovada em 26/03/2021

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki (PPGG/UFGD) – Orientadora

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini (PPGG/UFGD)

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (UNESP)

Prof. Dr. Edgar Aparecido Costa (UFMS)

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

*Aos mais diversos camponeses de Mato
Grosso do Sul.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos dons que me conduziram à finalização deste trabalho.

À minha orientadora, professora Márcia Yukari Mizusaki, pela oportunidade de participar do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, pelo processo de orientação, pelos ensinamentos, pela paciência e atenção.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (TERRHA), pelas discussões e reflexões.

Ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Campo Grande, pelo afastamento concedido via edital n.º 040/2017.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa final, professores João Edmilson Fabrini, José Gilberto de Souza, Rodrigo Simão Camacho, Edgar Aparecido Costa e Ariovaldo Umbelino de Oliveira pela disponibilidade e pelas contribuições acrescentadas à pesquisa.

A todos os camponeses participantes da pesquisa.

Ao meu esposo e ao meu filho, Jorge Luiz e Luan Rodolfo, pela compreensão nos momentos ausentes, carinho, apoio e companhia nos momentos de pesquisa de campo.

Aos meus pais, Lourdes e Sebastião, pela vida e pelos exemplos de simplicidade e humildade.

Aos meus irmãos, Flávia e Adriano, que tenho, cada um ao seu modo, como exemplos de perseverança e dedicação.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O campesinato sul-mato-grossense apresenta uma pluralidade de sujeitos sociais, que é representada por diferenças socioeconômicas e culturais. Nesta pesquisa, partimos da hipótese de que o campesinato, apesar da diversidade de sujeitos, tem elementos de permanência que mantêm a sua unidade. Tais elementos têm como centralidade a *terra de trabalho e morada* e têm revelado enorme capacidade de recriação de estratégias de resistência no campo, mesmo em um contexto de intensificação da agricultura capitalista, que pode provocar processos de expropriação do campesinato e sua proletarização, mas também processos de recriação e reprodução camponesa. Esse pressuposto se fundamenta na análise de múltiplas determinações que permitiram compreender as estratégias de reprodução camponesa, revelando os circuitos de comercialização como importantes para a permanência no campo. O recorte territorial da pesquisa compreende duas colônias originadas historicamente por distintos processos (i)migratórios: a Colônia Pulador, localizada no município de Anastácio-MS e constituída, em sua maioria, por migrantes nordestinos; e a Colônia Jamic, localizada no município de Terenos-MS e formada por imigrantes japoneses. Ambas contam com processos históricos de formação camponesa, porém constituem modalidades distintas de reprodução do campesinato, que foram analisadas com o objetivo de identificar como os processos de reprodução camponesa se materializaram nas áreas da pesquisa, partindo da verificação de diferentes estratégias de resistência desenvolvidas pelo campesinato. Como objetivos específicos buscamos: analisar as estratégias de resistência adotadas no interior das unidades de produção camponesa; compreender os mecanismos de apropriação da renda produzida pelo campesinato; identificar os recursos adotados para aumentar a autonomia na produção e na comercialização camponesa; caracterizar as relações sociais desenvolvidas em âmbito comunitário; e entender os processos de diferenciação que ocorrem em meio ao campesinato. Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa qualitativa, partindo de observações de campo e aplicação da técnica de entrevista a partir da história oral de camponeses das áreas de pesquisa. Evidenciamos que as estratégias de resistência (diferentes práticas desenvolvidas no campesinato em suas múltiplas determinações – social, econômica, política e cultural), revelam-se na dinâmica do território e nos permitem compreender os processos de reprodução camponesa na contemporaneidade. Dessa forma, entendemos que as estratégias de resistência são fundamentais para a reprodução desses sujeitos sociais, para indicar a autonomia relativa do campesinato nos processos de produção e comercialização e para compreender os processos de diferenciação que ocorrem entre as unidades de produção, resultando na diversidade de sujeitos sociais encontrados no campo. Porém, apesar dessa diversidade, o campesinato sul-mato-grossense mantém características que podem ser encontradas em todas as comunidades, como a luta cotidiana pela permanência na *terra de trabalho e morada*, a atuação da família na organização das atividades produtivas e o vínculo cultural e comunitário – elementos que caracterizam o modo de vida camponês.

Palavras-chave: Modalidades de reprodução camponesa. Estratégias de resistência. Circuitos de comercialização. Diferenciação social. Território.

ABSTRACT

The peasantry of Mato Grosso do Sul presents a plurality of social subjects, which is represented by socioeconomic and cultural differences. In this research, we start from the hypothesis that peasantry, despite the diversity of subjects, has elements of permanence that maintain its unity. Such elements have as their centrality the *land of work and dwelling* and have shown an enormous capacity to recreate strategies of resistance in the countryside, even in a context of intensification of capitalist agriculture, which may provoke processes of expropriation of peasants and their proletarianization, but also processes of peasant recreation and reproduction. This assumption is based on the analysis of multiple determinations that have allowed us to understand the strategies of peasant reproduction, revealing the circuits of commercialization as important for the permanence in the countryside. The territorial cut of the research includes two colonies historically originated by different (i)migratory processes: the Pulador Colony, located in the municipality of Anastácio-MS and constituted, in its majority, by northeastern migrants; and the Jamic Colony, located in the municipality of Terenos-MS and formed by Japanese immigrants. Both have historical processes of peasant formation. However, they constitute distinct modalities of peasant reproduction, which were analyzed with the objective of identifying how the processes of peasant reproduction materialized in the areas of research, starting from the verification of different strategies of resistance developed by the peasant. As specific objectives, we intended to: analyze the resistance strategies adopted within peasant production units; understand the mechanisms of appropriation of the income produced by peasants; identify the resources adopted to increase autonomy in peasant production and commercialization; characterize social relations developed at the community level; and understand the processes of differentiation that occur in the midst of peasantry. For data collection, qualitative research was used, based on field observations and the application of the interview technique from the oral history of peasants in the research areas. We showed that the strategies of resistance (different practices developed in peasantry in their multiple determinations - social, economic, political, and cultural) reveal themselves in the territory dynamics and allow us to understand the processes of peasant reproduction in contemporary times. Therefore, we understand that strategies of resistance are fundamental for the reproduction of these social subjects, to indicate the relative autonomy of peasants in the processes of production and commercialization, and to understand the processes of differentiation that occur between production units, resulting in the diversity of social subjects found in the countryside. However, despite this diversity, the peasantry of Mato Grosso do Sul maintains characteristics that may be found in all communities, such as the daily struggle to remain in the *land of work and dwelling*, the family's performance in organizing productive activities, and the cultural and community bond – elements that characterize the peasant way of life.

Keywords: Modalities of peasant reproduction. Strategies of resistance. Commercialization circuits. Social differentiation. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização das Colônias Pulador, Município de Anastácio-MS e Jamic, Município de Terenos-MS.....	25
Figura 2 – Municípios com a presença de empresas de capital internacional, vinculadas ao agronegócio no Mato Grosso do Sul (2017).....	61
Figura 3 – Mapa de localização do município de Anastácio, no Mato Grosso do Sul/Brasil ..	74
Figura 4 – Mapa de localização do município de Terenos, no Mato Grosso do Sul/Brasil	86
Figura 5 – Localização dos Assentamentos e Colônias no município de Terenos, no Mato Grosso do Sul/Brasil.....	92
Figura 6 – Mapa de localização da Colônia Pulador, no município de Anastácio	98
Figura 7 – Fluxos migratórios de nordestinos para a Colônia Pulador	102
Figura 8 – Mapa de localização da Colônia Jamic, no município de Terenos	113
Figura 9 – Trajeto percorrido pelos imigrantes japoneses (1959-1961).....	115
Figura 10 – Expansão do mercado consumidor de Ovo CAMVA e os rearranjos espaciais nas unidades de produção da Colônia Jamic.....	182

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Município de Anastácio – Rua da Aldeia Aldeinha.....	76
Foto 2 – Município de Anastácio – Estrada de acesso à Colônia Pulador, ponte sobre o Córrego Pulador.....	107
Foto 3 – Município de Anastácio – Ponte sobre o Córrego Pulador, localizada na Colônia Pulador.....	107
Foto 4 – Município de Anastácio – Região de morraria, localizada a leste da Colônia Pulador	108
Foto 5 – Município de Anastácio – Processo de assoreamento e erosão em trecho do Córrego Pulador, localizado na Colônia Pulador	110
Foto 6 – Município de Anastácio – Processo de assoreamento e erosão em trecho do Córrego Pulador, localizado na Colônia Pulador	110
Foto 7 – Município de Terenos – Prédio abandonado da Estação Ferroviária Pedro Celestino, localizado na Colônia Jamic	116
Foto 8 – Município de Terenos – Imigrantes japoneses da Colônia Jamic trabalhando nas primeiras plantações	119
Foto 9 – Município de Anastácio – Horta doméstica em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador	140
Foto 10 – Município de Anastácio – Plantação de mandioca para o autoconsumo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador.....	141
Foto 11 – Município de Anastácio – Colheita de mandioca para o autoconsumo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador.....	141
Foto 12 – Município de Anastácio – Triturador utilizado para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção da Colônia Pulador	147
Foto 13 – Município de Anastácio – Prensa utilizada para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador	147
Foto 14 – Município de Anastácio – Forno para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador.....	147
Foto 15 – Município de Anastácio – Cabeças de gado em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador	149
Foto 16 – Município de Anastácio – Barraca de camponês da Colônia Pulador na Feira Municipal.....	155

Foto 17 – Município de Anastácio – Produtos em barraca de camponês da Colônia Pulador na Feira Municipal	156
Foto 18 – Município de Anastácio – Farinha de mandioca disposta para venda em comércio da cidade.....	157
Foto 19 – Município de Anastácio – Produção de queijo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador	160
Foto 20 – Município de Anastácio – Prédio abandonado da Escola Municipal Ladislau Gomes de Brito, localizado na Colônia Pulador.....	166
Foto 21 – Município de Anastácio – Escola Municipal Manoel Valério da Silva, localizada na região do Veredão.....	166
Foto 22 – Município de Anastácio – Produção artesanal da farinha de mandioca, realizada por camponeses da Colônia Pulador na 13ª edição da Festa da Farinha	172
Foto 23 – Município de Anastácio – Barraca de camponeses da Colônia Pulador na 13ª edição da Festa da Farinha.....	172
Foto 24 – Município de Anastácio – Produção de tapioca em barraca de camponeses da Colônia Pulador na 13ª edição da Festa da Farinha	173
Foto 25 – Município de Anastácio – 14ª edição da Festa da Farinha.....	174
Foto 26 – Município de Anastácio – Missa em homenagem à Nossa Senhora Aparecida na Colônia Pulador	175
Foto 27 – Município de Anastácio – Festa de Nossa Senhora Aparecida realizada na Colônia Pulador.....	175
Foto 28 – Município de Terenos – Aviário coletivo na Colônia Jamic, década de 1960.....	180
Foto 29 – Município de Terenos – Fábrica de ração localizada na Colônia Jamic	185
Foto 30 – Município de Terenos – Espaço interno da fábrica de ração localizada na Colônia Jamic.....	185
Foto 31 – Município de Terenos – CAMVA, escritório e centro de triagem de ovos, localizada na Colônia Jamic	186
Foto 32 – Município de Terenos – CAMVA, espaço interno da central de triagem de ovos, localizada na Colônia Jamic	186
Foto 33 – Município de Terenos – Tanques de rações dispostos ao lado dos galpões em unidade de produção mecanizada da Colônia Jamic	197
Foto 34 – Município de Terenos – Esteira rolante para a coleta dos ovos em unidade de produção da Colônia Jamic	197

Foto 35 – Município de Terenos – Local de armazenamento dos ovos em unidade de produção mecanizada da Colônia Jamic.....	198
Foto 36 – Município de Terenos – Pintainhas com um dia de vida chegando em unidade de produção da Colônia Jamic.....	211
Foto 37 – Município de Terenos – Acondicionamento das pintainhas em galpão com aquecimento, fase de cria, em aviário da Colônia Jamic.....	211
Foto 38 – Município de Terenos – Galpão da fase de recria em aviário da Colônia Jamic ...	212
Foto 39 – Município de Terenos – Procedimento de redebicagem em aviário da Colônia Jamic	213
Foto 40 – Município de Terenos – Galpão da fase de postura em aviário da Colônia Jamic	214
Foto 41 – Município de Terenos – Galpão da fase de postura em aviário da Colônia Jamic	214
Foto 42 – Município de Terenos – Tanques para o acondicionamento de rações, de acordo com cada fase de desenvolvimento da ave, em aviário da Colônia Jamic	215
Foto 43 – Município de Terenos – Paletes utilizados para o acondicionamento de ovos em unidade de produção da Colônia Jamic	216
Foto 44 – Município de Terenos – Caminhão com ovos de unidades produtoras da Colônia Jamic chegando à central de triagem da CAMVA	217
Foto 45 – Município de Terenos – Organização dos ovos, antes do processo de triagem, na central de triagem da CAMVA.....	217
Foto 46 – Município de Terenos – Pesagem e separação de ovos quebrados, em linha de produção na central de triagem da CAMVA.....	218
Foto 47 – Município de Terenos – Produção de ovo líquido em setor de produção da CAMVA	219
Foto 48 – Município de Terenos – Ovo líquido embalado em setor de produção da CAMVA	219
Foto 49 – Município de Terenos – Linha de produção da ovoscopia em setor de produção da CAMVA	220
Foto 50 – Município de Terenos – Esteira rolante em linha de produção da CAMVA	220
Foto 51 – Município de Terenos – Organização dos ovos em caixas para encaminhamento aos centros distribuidores.....	221
Foto 52 – Município de Terenos – Carregamento de ovos para encaminhamento aos centros distribuidores	221
Foto 53 – Município de Campo Grande – Caixas com capacidade para 12 Ovos CAMVA, dispostas em supermercado atacadista	222

Foto 54 – Município de Campo Grande – Bandejas com capacidade para 30 Ovos CAMVA, dispostas em supermercado atacadista	222
Foto 55 – Município de Campo Grande – Caixas com capacidade para 30 Ovos de codorna CAMVA, dispostas em supermercado atacadista.....	223
Foto 56 – Município de Terenos – Escola Municipal Jamic Pólo, localizada na Colônia Jamic	228
Foto 57 – Município de Campo Grande – Casa de Estudante Jamic, localizada na Avenida Ernesto Geisel.....	229
Foto 58 – Município de Terenos – Sede da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic	230
Foto 59 – Município de Terenos – Grupo Fujinkai: preparação de pratos típicos para evento na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic	233
Foto 60 – Município de Terenos –Bon Odori realizado na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic	234
Foto 61 – Município de Terenos – Evento realizado na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic.....	235
Foto 62 – Município de Terenos – Monumento em homenagem aos 50 anos da imigração japonesa, localizado na Colônia Jamic	236

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado de Mato Grosso do Sul – Número de pés de eucalipto plantados (2006-2017) (mil unidades).....	53
Gráfico 2 – Estado de Mato Grosso do Sul – Avanço das principais <i>commodities</i> em toneladas (1975-2017).....	55
Gráfico 3 – Estado de Mato Grosso do Sul – Produção de gêneros alimentícios em toneladas (1975-2017).....	55
Gráfico 4 – Estado de Mato Grosso do Sul – Ocupações de terra (1988-2019).....	64
Gráfico 5 – Estado de Mato Grosso do Sul – Assentamentos criados (1984-2019)	64

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1 – Colônia Pulador – Organização espacial de unidade de produção camponesa produtora de queijo.....	142
Croqui 2 – Colônia Pulador – Organização espacial de unidade de produção camponesa produtora da farinha de mandioca	143
Croqui 3 – Colônia Jamic – Organização espacial em unidade de produção não mecanizada e que utiliza apenas a mão de obra familiar	203
Croqui 4 – Colônia Jamic – Organização espacial em unidade de produção não mecanizada e que utiliza mão de obra familiar e assalariada.....	205
Croqui 5 – Colônia Jamic – Organização espacial em unidade de produção que possui processos de mecanização e que utiliza mão de obra familiar e assalariada	207
Croqui 6 – Colônia Jamic – Organização espacial da “Vila da Jamic”.....	232

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Colônia Pulador – Elementos da reprodução social do campesinato.....	128
Fluxograma 2 – Colônia Pulador – Circuitos de comercialização dos produtos do campesinato	153
Fluxograma 3 – Colônia Pulador – Circuitos curtos de comercialização.....	155
Fluxograma 4 – Etapas da produção das pintainhas.....	209
Fluxograma 5 – Colônia Jamic – Agentes envolvidos no circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA	224
Fluxograma 6 – Circuitos de produção e comercialização	226
Fluxograma 7 – Colônia Jamic – Fatores de alteração das relações de trabalho e produção.	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado de Mato Grosso do Sul – Empresas de capital internacional vinculadas ao agronegócio (2017).....	62
Quadro 2– Colônia Pulador – Características das unidades de produção	132
Quadro 3 – Colônia Pulador – Caracterização das unidades de produção camponesa	134
Quadro 4 – Colônia Pulador – Produtos produzidos para a comercialização, formas de comercialização, circuitos de comercialização e rendimento nas unidades de produção	151
Quadro 5 – Colônia Pulador – Número de estudantes matriculados na Escola Municipal Manoel Valério da Silva	167
Quadro 6 – Colônia Jamic – Eventos responsáveis pela reorganização espacial das unidades de produção (1962-2018)	184
Quadro 7 – Colônia Jamic – Características das unidades de produção	191
Quadro 8 – Colônia Jamic – Caracterização das unidades de produção	193
Quadro 9 – Colônia Jamic – Empresas fornecedoras de pintainhas.....	210
Quadro 10 – Colônia Jamic – Rações de acordo com as fases de desenvolvimento das aves	216
Quadro 11 – Colônia Jamic – Número de estudantes matriculados na Escola Municipal Jamic Pólo.....	230
Quadro 12 – Colônia Jamic – Diferenças na condição camponesa dos grupos analisados....	246
Quadro 13 – Colônia Pulador e Jamic – Produção de gêneros para o autoconsumo	252
Quadro 14 – Indicadores da autonomia camponesa	254
Quadro 15 – Colônia Pulador e Jamic – Principais características das modalidades de reprodução camponesa	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estado de Mato Grosso do Sul – Crescimento da população (1970-2010)	47
Tabela 2 – Estado de Mato Grosso do Sul – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (1975-2017)	49
Tabela 3 – Estado de Mato Grosso do Sul – Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)	50
Tabela 4 – Estado de Mato Grosso do Sul – Área dos estabelecimentos agropecuários, por utilização das terras em hectares (ha) (1975-2017)	52
Tabela 5 – Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução da produção vegetal nos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção vegetal (1975-2017)	54
Tabela 6 – Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução do efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários, por espécie de efetivo (1975-2017)	56
Tabela 7 – Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução da produção de origem animal em estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção (1975-2017)	57
Tabela 8 – Estado de Mato Grosso do Sul – Pessoal ocupado e número de tratores em estabelecimentos agropecuários (1975-2017)	58
Tabela 9 – Estado de Mato Grosso do Sul – Pessoal ocupado, por grupo de área, em estabelecimentos agropecuários (2017)	59
Tabela 10 – Estado de Mato Grosso do Sul – Número de conflitos por terra, família envolvidas, assassinatos e tentativas de assassinatos (1985-2019)	66
Tabela 11 – Estado de Mato Grosso do Sul – Assentamentos criados nos Governos FHC, Lula e Dilma	67
Tabela 12 – Município de Anastácio – Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) (1975-2017)	78
Tabela 13 – Município de Anastácio – Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)	79
Tabela 14 – Município de Anastácio – Assentamentos rurais (2017)	79
Tabela 15 – Município de Anastácio – Produção agrícola (em toneladas) (1975-2018)	82
Tabela 16 – Município de Anastácio – Principais rebanhos, em cabeças (1974-2018)	83
Tabela 17 – Município de Anastácio – Principais produtos da pecuária (1974-2018)	84
Tabela 18 – Município de Terenos – Estabelecimentos segundo os grupos de área total (1975-2017)	89

Tabela 19 – Município de Terenos – Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)	90
Tabela 20 – Município de Terenos – Assentamentos em 2017	91
Tabela 21 – Município de Terenos – Produção agrícola (em toneladas) (1975-2018)	94
Tabela 22 – Município de Terenos – Principais rebanhos em cabeças (1975-2018)	94
Tabela 23 – Município de Terenos – Principais produtos da pecuária (1975-2018).....	95
Tabela 24 – Colônia Pulador – Formas de aquisição das propriedades entrevistadas	103
Tabela 25 – Colônia Pulador – Formas de comercialização da farinha de mandioca.....	158
Tabela 26 – Colônia Jamic – Evolução aproximada da produção de ovos de galinha (1965-2018).....	183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
APPCP	Associação dos Pequenos Produtores da Colônia Pulador
ARQTERC	Associação dos Descendentes de Tertoliano e Canuta
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMVA	Cooperativa Mista de Várzea Alegre
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COOPLAF	Cooperativa Mista da Pecuária de Corte, Leiteira e da Agricultura Familiar
COPRAN	Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CR	Consumo de ração mensal
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DSEI-MS	Distrito Sanitário Especial Indígena
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
ha	hectare(s)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAGRO	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAICA	Japan International Cooperation Agency
JAMIC	Japan Management Immigration Company
JEMIS	Japan Emigration Service
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária

PPM	Produção Pecuária Municipal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PTO	Produção total de ovos
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RMB	Renda mensal bruta
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TERRASUL	Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul
TM	Taxa mensal
UDR	União Democrática Ruralista
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UP	Unidade de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	40
1.1 Município de Anastácio: formação territorial e questão agrária.....	73
1.2 Município de Terenos: formação territorial e questão agrária.....	84
2 A (RE)PRODUÇÃO TERRITORIAL DAS COLÔNIAS PULADOR E JAMIC E A RECRIAÇÃO CAMPONESA	96
2.1 A Colônia Pulador	97
2.2 A Colônia Jamic.....	112
3 DINÂMICA TERRITORIAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO NA COLÔNIA PULADOR 121	
3.1 <i>Terra de trabalho e morada</i> : a organização interna das unidades de produção na Colônia Pulador	130
3.2 Os circuitos curtos de comercialização como forma de resistência e reprodução camponesa na Colônia Pulador.....	149
3.3 Práticas comunitárias e a reprodução camponesa na Colônia Pulador	165
4 DINÂMICA TERRITORIAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO NA COLÔNIA JAMIC	178
4.1 A organização da CAMVA como estratégia de permanência na <i>terra de trabalho e morada</i>	178
4.2 <i>Terra de trabalho e morada</i>	189
4.2.1 A dinâmica da organização interna das unidades de produção na Colônia Jamic	190
4.2.2 Circuitos longos de comercialização e a apropriação camponesa na Colônia Jamic	208
4.2.3 A identidade de resistência nikkei na Colônia Jamic.....	227
4.3 Reestruturação produtiva, diferenciação e resistência	236
5 MODALIDADES DE REPRODUÇÃO CAMPONESA: TERRITÓRIO, APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS	270

INTRODUÇÃO

Estudar o campo contemporâneo é um desafio, particularmente para os pesquisadores que se propõem a analisá-lo a partir do caráter contraditório do capitalismo, que permite a reprodução de relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas, as quais nos propomos a discutir nesta pesquisa.

As transformações do campo brasileiro e, no caso desta investigação, do campo sul-mato-grossense em decorrência dos acelerados processos de expansão capitalista, alteram constantemente as relações territoriais e a base técnica do processo produtivo. Nesse sentido, a diversidade dos processos de produção e apropriação da riqueza não é considerada, predominando a abordagem que privilegia a homogeneização dos espaços produtivos, com destaque para o crescimento do agronegócio, como se as relações camponesas de produção não existissem ou estivessem condenadas ao desaparecimento.

A formação dos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008)¹ tem agravado o aumento da expropriação camponesa, porém, o capital, ao se reproduzir, cria mecanismos para a permanência do campesinato em meio ao seu desenvolvimento no campo. De acordo com Teubal (2008), o agronegócio se refere a um modelo de funcionamento global, no qual ocorre o predomínio do capital financeiro, cuja orientação se volta para determinadas *commodities*² que são direcionadas para o mercado externo, desencadeando a concentração da produção em grandes unidades produtoras.

Para Mizusaki (2005), a expansão do capitalismo no campo apresenta contradições que devem ser analisadas. Ao se desenvolver, o capitalismo produz classes sociais distintas e com interesses antagônicos, como os proprietários de terra, os capitalistas, os assalariados e os camponeses. De acordo com Oliveira (1991), o intenso processo de industrialização que o campo vem passando nas últimas décadas, a partir da expansão do capital industrial, unificou o proprietário de terra e o capital industrial:

A industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista industrial também se tornou o proprietário das terras (OLIVEIRA, 1991, p. 24).

¹ No livro *Camponeses e Impérios Alimentares* (2008), Ploeg se refere ao “Império” como sendo as “grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial”; compreende um modelo de ordenamento com tendências a tornar-se dominante. Para o autor, a expansão dos impérios representa uma “desconexão entre a produção e o consumo de alimentos em escala local, os espaços de produção e consumo deixam de ter importância, assim como a interação entre eles” (PLOEG, 2008, p. 22).

² Em Mato Grosso do Sul, destaca-se nos últimos anos a grande expansão da soja, do milho e da cana-de-açúcar.

Embora o capital industrial tenha avançado sobre o campo sul-mato-grossense nos últimos anos, verificamos a presença de camponeses que se reproduzem a partir do desenvolvimento de várias estratégias para a permanência na *terra de trabalho e morada*. No campesinato, a mesma terra que é utilizada para a produção de alimentos com trabalho familiar, também é usada para a morada da família camponesa.

A produção camponesa é uma relação social não capitalista, pois se trata de uma produção mercantil simples (OLIVEIRA, 1991), pois ela é organizada pelos membros da família. O camponês tem autonomia relativa na definição do tempo dedicado a cada atividade, nos espaços de produção e na determinação dos trabalhos que serão desenvolvidos na unidade de produção. O contato com o mercado possibilita a venda do produto do campesinato, cujo objetivo é adquirir meios para a compra de produtos não produzidos na unidade camponesa. A sobrevivência da família está atrelada à terra, ou seja, ao trabalho e à produção na propriedade camponesa, já que este é seu meio de vida.

Almeida (2003) destaca que os camponeses se mantêm historicamente em uma condição social dúplice, pois são ao mesmo tempo proprietários da terra e trabalhadores. O camponês possui a terra, seu meio de produção, e os instrumentos de trabalho. Para Shanin (2008), é na terra que ocorrerá a reprodução social, econômica e cultural da família camponesa, caracterizando o modo de vida dessas pessoas.

Diferentemente de grandes propriedades capitalistas que exploram a mão de obra assalariada, em comunidades camponesas encontramos uma forma particular de viver e trabalhar na terra, o que caracteriza a terra camponesa como sendo *terra de trabalho e morada*.

Para Wanderley (2014, p. 27), “o campesinato é uma forma social de produção e um modo de vida”, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, com objetivos voltados para as necessidades da família camponesa, e sua organização do trabalho supõe uma cooperação entre os seus membros. Trata-se de um modo de viver e de trabalhar, é mais do que uma simples maneira de produzir, é um meio de vida e uma cultura.

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo se realiza em um movimento desigual e combinado. Para Martins (1990, 2017) e Oliveira (1990, 1991, 1999), ao se desenvolver, o capitalismo se expande e cria e recria relações não capitalistas de produção, subordinando-as ao seu processo de reprodução.

Tal processo cria uma diversidade nas relações de produção. Conforme Tavares dos Santos (1981), as relações de produção capitalistas se desenvolvem mais em algumas regiões do que em outras. Dessa forma, temos uma combinação de relações capitalistas e não

capitalistas. Para o autor, a manutenção de relações não capitalistas é uma forma própria de o capital realizar sua reprodução ampliada. Como exemplo, podemos citar a produção de alimentos para atender as demandas de consumo interno, sendo desenvolvida por relações não capitalistas de produção.

Partindo da análise de obras clássicas e contemporâneas que abordam o campesinato, Fabrini (2002) estabelece uma síntese das características do campesinato, destacando a subordinação na circulação da produção camponesa às relações capitalistas de produção, a estrutura familiar na organização da produção e o desenvolvimento de estratégias de resistência internas, contrárias aos modelos de ordenamento social externos ao modo de vida camponês.

Concordando com os autores, entendemos que em Mato Grosso do Sul ocorre a combinação da permanência e reprodução camponesa e o desenvolvimento de relações capitalistas no campo. Para Mizusaki (2005), as análises do campo sul-mato-grossense não devem ser reduzidas aos estudos de sua modernização, a partir expansão do capital industrial, pois outras dimensões desse processo, a ela unificadas pelas relações territoriais, devem ser avaliadas, como a luta dos camponeses pela terra ou para permanecerem nela.

Uma das características do campesinato sul-mato-grossense é sua enorme diversidade, representada pelas diferenças socioeconômicas e culturais encontradas em meio ao campesinato. De acordo com Martins (1990), é o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo que tem propiciado essa diversidade camponesa.

Para Bartra (2011, p. 106), o campesinato é fundamental em uma sociedade, não só pelo fato de produzir alimento barato para atender o mercado consumidor interno, mas por serem capazes de produzir a “diversidade social e natural, que é um valor de uso e não de troca”. Os camponeses são multifuncionais e se nossas análises forem realizadas apenas pelo enfoque econômico, não será possível compreender o caráter social, cultural e ambiental do campesinato.

Neste estudo defendemos a hipótese de que o campesinato, apesar de sua diversidade, como as diferenças socioeconômicas e culturais encontradas em Mato Grosso do Sul, apresenta elementos de permanência que mantém a sua unidade. Tais aspectos têm como centralidade a *terra de trabalho e morada*. Os camponeses têm revelado enorme capacidade de recriação de estratégias de resistência e de permanência no campo, mesmo no estágio atual de mundialização econômica, em um contexto de intensificação da agricultura capitalista, que pode provocar, de um lado, a expropriação do campesinato e sua proletarização, mas, de outro, os processos de recriação e reprodução camponesa. Nesta tese, esse pressuposto se fundamenta na análise de múltiplas determinações que nos permitiram compreender os mecanismos de reprodução

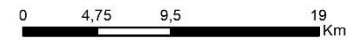
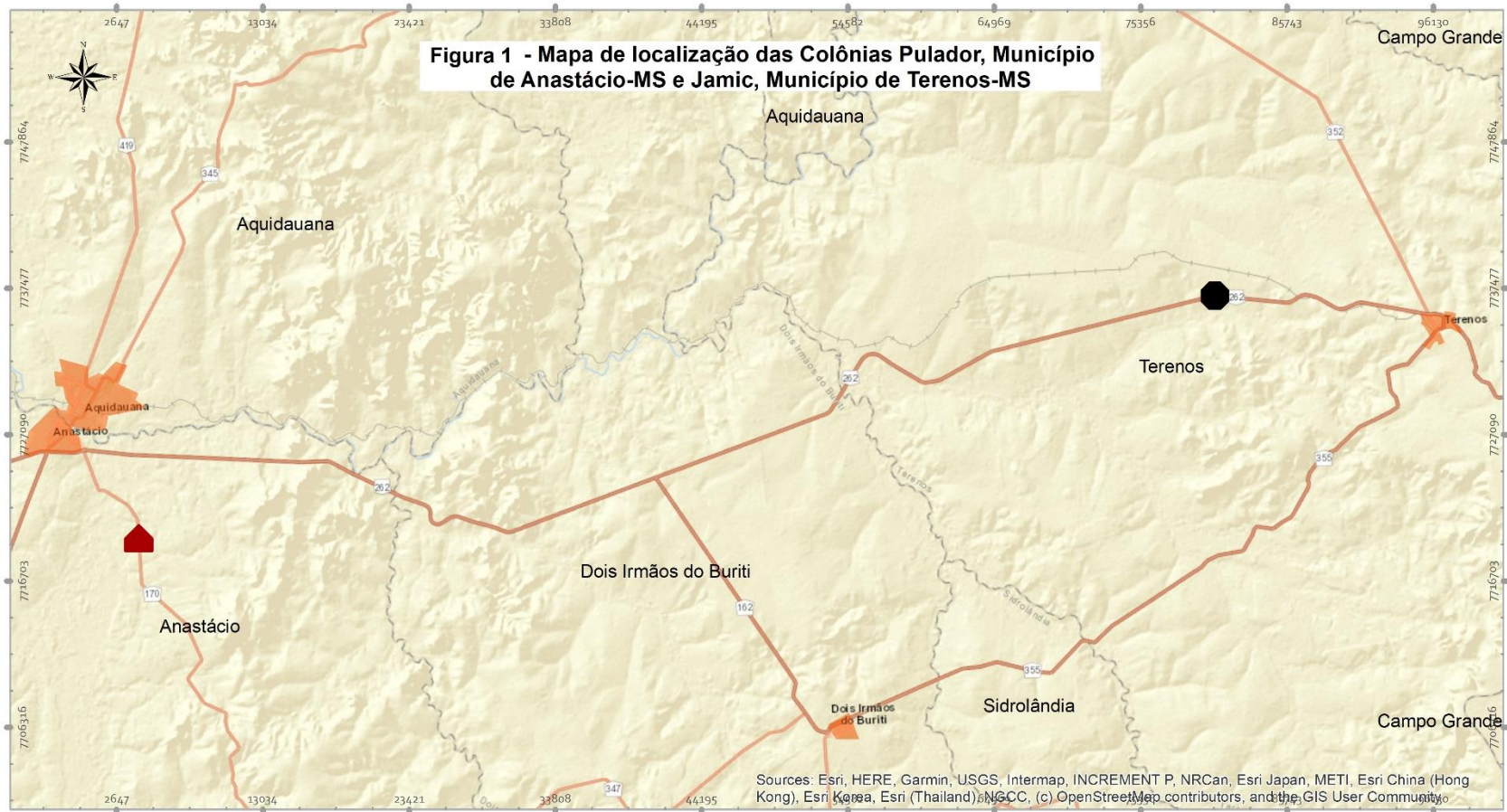
camponesa, revelando-nos nela os circuitos de comercialização como importantes para a permanência no campo.

Entendemos, assim, que a “condição camponesa não é estática” (PLOEG, 2008, p. 23), pois ela está sempre em movimento no tempo e no espaço. Podem ocorrer processos de reprodução camponesa, a partir do desenvolvimento de diferentes estratégias de resistência que visam mais autonomia para o campesinato, e processos de recriação camponesa, principalmente com a atuação dos movimentos sociais no campo. Nesses dois cenários teremos um aumento qualitativo e quantitativo do número de camponeses. Entendemos que os diversos mecanismos de resistência camponesa, considerando as práticas desenvolvidas na unidade de produção e em âmbito comunitário, caracterizam as diferenciações que acontecem em meio ao campesinato.

As diferentes práticas desenvolvidas pelo campesinato variam conforme as condições materiais disponíveis para seu processo de reprodução. Para Marx e Engels (2001), a maneira como os sujeitos sociais produzem os elementos necessários para sua reprodução depende do meio em que se encontram e dos elementos materiais disponíveis para a reprodução:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são dependentes, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2001, p. 11, grifos dos autores).

Assim, analisamos o campesinato a partir da materialidade das relações sociais de produção, considerando as várias estratégias adotadas em seu processo reprodutivo. Dessa forma, os elementos centrais de análise desta pesquisa compreendem as estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade, em especial, no campo sul-mato-grossense, tendo em vista o contexto atual de expansão da agricultura capitalista. O recorte territorial da investigação compreende duas colônias formadas historicamente por distintos processos (i)migratórios: a Colônia Pulador, localizada no município de Anastácio-MS, constituída em sua maioria por migrantes nordestinos; e a Colônia Jamic, situada em Terenos-MS, composta por imigrantes japoneses (figura 1). Ambas representam processos históricos de formação camponesa, porém constituem modalidades distintas de reprodução do campesinato.



Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



Cabe mencionar que essas modalidades distintas foram estudadas com o objetivo de identificar como os processos de reprodução camponesa se materializaram nas áreas da pesquisa, partindo da análise de diferentes estratégias de resistência criadas pelo campesinato. Como objetivos específicos, buscamos analisar as estratégias de resistência adotadas no interior das unidades de produção camponesa; compreender os mecanismos de apropriação da renda produzida pelo campesinato; identificar os recursos adotados para aumentar a autonomia na produção e na comercialização camponesa; caracterizar as relações sociais desenvolvidas em âmbito comunitário; e entender os processos de diferenciação que ocorrem em meio ao campesinato.

Ao analisar o campo sul-mato-grossense no contexto do avanço do capital industrial, verificamos que vários agentes sociais estão envolvidos no processo de produção e circulação dos produtos. Segundo Mizusaki (2009, p. 283), entre eles encontramos os “trabalhadores, o capital agrário, o capital comercial, o capital industrial, o capital financeiro, os proprietários de terra, os camponeses e o Estado”. Para a autora, para entendermos o processo de desenvolvimento do capital industrial no campo, que é a característica da contemporaneidade no Mato Grosso do Sul, é necessário compreendermos como se dá o processo de produção e apropriação da riqueza social no campo. Para isso, torna-se necessário a interpretação de que terra e o capital são elementos distintos e devem ser analisados de forma distinta.

Para Marx (1988), a produção capitalista se dá na troca realizada entre o capital e o trabalho. Os trabalhadores recebem, em forma de salário, o valor da força de trabalho empregada na produção de determinada mercadoria (trabalho social). Porém, o trabalhador não produz apenas o valor desta força de trabalho, ele produz um valor excedente, o qual se realizará a “mais-valia” (trabalho excedente não pago). É nessa relação entre capitalista e assalariado (relação capital-trabalho), que se tem a produção de lucro, ou seja, a apropriação do trabalho não pago pelo capitalista. A força de trabalho é uma mercadoria capaz de criar mais valor do que ela mesma tem, resultando na reprodução do capital.

Martins (1990) também ressalta que o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, a partir da exploração do trabalho assalariado. Nessa relação, o capitalista se apropria da mais-valia do trabalho, permitindo, assim, a reprodução ampliada de capital pelo capitalista. Segundo o autor:

O capital é produto do trabalho, é a materialização do trabalho não pago, é mais valia extraída do trabalhador, valor a mais gerado pelo trabalhador, além daquele que o capitalista gastou em salários para manter o trabalhador na condição de operário. Assim, as ferramentas e máquinas com as quais o trabalhador realiza o seu trabalho e os materiais, as matérias-primas, os

objetos sobre os quais e nos quais esse trabalho é efetivado, são capital, e, apesar de serem propriedades do capitalista, são produtos do trabalho dos trabalhadores (MARTINS, 1990, p. 158).

Diferentemente do capital, a terra não é produzida pelo trabalho, é um bem natural, portanto, não é produto do trabalho humano. A terra, de acordo com Martins (1990), é um instrumento de trabalho. Quando alguém trabalha a terra, não a produz, mas produz os frutos dela. Assim, o que será produzido na terra é fruto do trabalho, mas a terra em si não.

Dessa forma, ainda conforme Martins (1990), o capital se apropria do trabalho, explorando a mais-valia do trabalhador e também se apropria da terra. Porém, para que isso ocorra ele precisa pagar a renda da terra ao proprietário. Assim, da mesma maneira que o trabalho se transforma em mercadoria, a terra no capitalismo também se converte em mercadoria. Posto isso, o proprietário da terra se apropria de parte da mais-valia produzida pelo trabalho social, não pago pelo capitalista ao trabalhador. Para Marx (1988), capitalistas e proprietários de terra recebem cada um a sua parte da mais-valia.

É nas contradições entre terra e capital que surgem classes sociais distintas, como a dos proprietários de terra e a dos capitalistas. Porém, esses sujeitos também podem estar unificados em uma só pessoa. Nesse caso, esse sujeito sozinho se apropriará de toda a mais-valia produzida e da renda (MARX, 1988).

Segundo Martins (1990), um processo que pode ser visto de forma muito clara ocorrendo no Brasil é a “sujeição da renda da terra ao capital”. Essa situação acontece tanto em relação à propriedade capitalista quanto na camponesa. O capital tem se apropriado diretamente da grande propriedade, a partir da compra, em setores em que a renda da terra é alta, como é o caso da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária de corte, culturas vinculadas ao agronegócio para a exportação. Em áreas em que a renda é baixa, como é o caso da produção de alimentos para atender ao mercado interno, o capital não se torna proprietário da terra. Nessa circunstância, decorre a “sujeição da renda da terra ao capital”. O camponês passa a produzir para a indústria.

Em Mato Grosso do Sul, a aliança entre terra e capital se caracteriza por meio das ações dos impérios agroalimentares e o avanço do capitalismo sobre o campo, que tem como símbolo principal a figura do agronegócio, apoiado pela mídia³, com a grande expansão de culturas destinadas à exportação, na qual destacam-se a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

³ Como exemplo, podemos citar a campanha publicitária de *marketing* da Rede Globo: “Agro é *tech*, Agro é *pop*, Agro é tudo”.

Ao comprar a terra, o capitalista não está interessado nela em si, mas em sua renda. Nesse sentido, a terra é diferente do capital, pois mesmo que o proprietário não produza, ele se apropriará da riqueza socialmente produzida.

Na análise da relação entre agricultura e indústria, Oliveira (1981, 1990, 1992, 2007) explica como se dá o processo de produção e apropriação da riqueza social no campo. Para o autor, o capital industrial pode se apropriar da terra e explorá-la utilizando-se de relações capitalistas de produção, podendo, ainda, implantar uma indústria na propriedade. Nessa perspectiva, teremos o proprietário da terra, o capitalista e o empresário industrial unificados em uma só pessoa, constituindo a chamada agroindústria, o que desencadeia a “territorialização do capital no campo” e a consequente expropriação do campesinato, que acaba vendendo sua propriedade para o capitalista agroindustrial.

Na “territorialização do capital no campo”, o capitalista se apropria do lucro e da renda da terra produzida. O capital industrial também pode se expandir no campo sem necessariamente se apropriar da terra. Em consequência, o camponês permanece como proprietário, porém ocorre a “sujeição da renda da terra ao capital”. Isso provoca a “monopolização do território pelo capital”, onde o camponês passa a entregar sua produção ou parte dela para a indústria. Por sua vez, na “monopolização do território pelo capital”, o capitalista se apropria de parte da renda da terra produzida.

A “sujeição da renda da terra camponesa ao capital” não é um processo homogêneo no campo sul-mato-grossense, pois apesar da expansão capitalista, ocorre o desenvolvimento de estratégias de resistência desenvolvidas no interior das unidades camponesas que possibilitam uma maior autonomia ao camponês e, conseqüentemente, sua reprodução social.

Para examinar o movimento de reprodução social camponês, nos recortes territoriais da pesquisa, parte-se da materialidade das práticas camponesas em suas múltiplas determinações (social, econômica, política, cultural, entre outras). Essa busca é fundamental para identificar como são estabelecidas as estratégias internas que permitem que esses sujeitos sociais se reproduzam no contexto de expansão das relações capitalistas no campo. Nesse sentido, analisar as frações do território, as diferentes práticas desenvolvidas para seu processo de reprodução social, pode ser significativo para compreendermos a natureza da reprodução camponesa e definir elementos que podem proporcionar mais ou menos autonomia para o campesinato em Mato Grosso do Sul e como ocorrem os processos de diferenciação em meio ao campesinato.

Considerando a importância da categoria território nas pesquisas geográficas, partimos de Raffestin (1993). Para esse autor, território é o produto de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, é uma produção a partir do espaço, as ações de apropriação do espaço

são provocadas por um ator, ou atores, a partir de relações de poder, provocando a sua territorialização no espaço e a constituição de territórios. As estratégias de produção do território são estruturadas pelo Estado e pelos indivíduos, todos organizamos estratégias de (re)produção territorial.

Para Souza (2009, p. 101), a produção do território ocorre a partir de diferenças nas relações sociais de poder, projetadas no espaço. O território é a significação das relações de poder. Desse modo, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações do poder”. Ao se apropriarem de suas frações territoriais, os sujeitos sociais desenvolvem relações de produção, troca e consumo que reconfiguram a dinâmica do território na sua multidimensionalidade.

Dessa forma, entendemos o território como sendo a “materialização das relações sociais de produção no espaço” (MIZUSAKI, 2009, p. 38), resultado da luta de classes na produção de sua existência (OLIVEIRA, 1999), que caracteriza a diversidade de frações territoriais, entre elas, as não capitalistas, fruto do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo. Fabrini (2008, p. 239) ressalta que “a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos”. Considerando as afirmações desses autores, compreendemos que o campesinato, ao conquistar sua fração do território capitalista, passa a desenvolver várias estratégias de resistência, cujo objetivo principal é a reprodução de seu modo de vida.

Fabrini (2006, 2008) também evidencia a importância da dimensão territorial camponesa no desenvolvimento de estratégias de resistência. Para o pesquisador, é fundamental reconhecer a capacidade do campesinato em criar táticas de resistência para além dos movimentos sociais. A partir de forças locais “destaca-se um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeyro, etc.” (FABRINI, 2008, p. 260). A manifestação dessas ações ocorre pelas seguintes práticas: produção para o autoconsumo da família; o controle do processo de produção; a autonomia na produção e na comercialização; e das relações estabelecidas com a comunidade. Esses mecanismos estão relacionados ao modo de vida camponês, sendo ações localizadas que podem se constituir como importantes meios de resistência na reprodução social do campesinato.

No caso do campesinato sul-mato-grossense, a dinâmica territorial camponesa se revela de diferentes formas, considerando o avanço do capitalismo no campo. Ela pode ocorrer por meio da compra de pequenas propriedades, por famílias que passam a desenvolver o modo de vida camponês, mediante ação do Estado, da luta pela terra, ou de processos migratórios. Já nos processos de “territorialização do capital no campo”, o camponês é expropriado e tende a se

proletarizar, migrar para outras regiões, ou lutar pela terra, pois nesse cenário o capitalismo, em seu processo de reprodução ampliada, desenvolve-se de forma plena, destruindo, assim, todas as relações não capitalistas de produção.

Vale mencionar que a nossa pesquisa foi desenvolvida em duas áreas com modalidades distintas de reprodução camponesa. Nossas análises ocorreram a partir da luta pela permanência na *terra de trabalho e morada*, da centralidade da família na organização do trabalho e da produção, das relações estabelecidas com o mercado e do caráter cultural e comunitário do campesinato.

No que se refere à linha teórica adotada nesta pesquisa, nossas leituras e reflexões têm por base autores que trabalham com a tese da reprodução camponesa a partir do desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Os estudos sobre esse tema encontram-se estruturados em concepções teóricas opostas. Temos autores que apregoam a reprodução camponesa, e outros que sustentam a ideia da extinção camponesa e a transformação de camponeses em capitalistas ou proletariados. Além disso, há aqueles que não consideram a existência de um campesinato e sim os denominados “agricultores familiares”, totalmente integrados ao mercado capitalista.

De acordo com Fernandes (2007), esses estudos estão organizados em dois paradigmas com concepções teóricas divergentes. Há os que partem do Paradigma do Capitalismo Agrário⁴ e os do Paradigma da Questão Agrária⁵.

Estamos apoiados em autores clássicos e contemporâneos da vertente campesinista do Paradigma da Questão Agrária, como exemplo, destacamos Alexander V. Chayanov (1974) e Teodor Shanin (1983). Para compreender o campesinato da contemporaneidade, consideramos

⁴ Os estudos do Paradigma do Capitalismo Agrário abordam o desenvolvimento territorial do campo somente na perspectiva da reprodução das relações capitalistas de produção, não analisando as contradições e as conflitualidades do sistema. Para esses teóricos, os camponeses não existem; o que temos é uma categoria denominada “agricultor familiar”, que foi adotada pelo próprio Estado brasileiro, ao formular seus programas de apoio aos “agricultores familiares” totalmente integrados às demandas do mercado capitalista. De acordo com Camacho (2014), no Brasil, o Paradigma do Capitalismo Agrário tem como principal representante Ricardo Abramovay, e sua tese de doutorado publicada em 1992, com o título *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*.

⁵ Os estudos do Paradigma da Questão Agrária tratam o desenvolvimento territorial do campo a partir das críticas ao capitalismo, tendo como referência as contradições e as conflitualidades entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção. Esse paradigma apresenta duas vertentes marxistas divergentes, a proletarista e a campesinista. A vertente proletarista é formada por teóricos do marxismo ortodoxo, como Karl Kautsky e Vladimir Lenin, que teorizaram em suas obras o fim do campesinato a partir do pleno desenvolvimento das forças produtivas no campo, ocorrendo, assim, a proletarização, sendo uma condição necessária para alcançar o socialismo. Já a vertente campesinista, cujos autores fundamentam as análises desta pesquisa, é formada por teóricos do marxismo que defendem a recriação e a resistência camponesa, partindo da tese do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo, que tem provocado a expropriação de um lado (desterritorialização) e a luta e a resistência de outro lado, conduzindo aos processos de territorialização e reterritorialização camponesa. Na vertente campesinista, destacamos os autores Alexander V. Chayanov e Teodor Shanin.

também importante discutirmos o papel do Estado em suas várias instâncias na condução das políticas públicas para os camponeses.

Conforme já apontado por Marx e Engels (2001), o Estado atende o interesse de determinada classe social, a dominante. O Estado é uma comunidade ilusória dos homens, pois por de trás das concepções ideológicas, está sempre vinculado a uma classe dominante. Dessa forma, para os autores as lutas de classes devem ser travadas contra o Estado. Harvey (2016) também ressalta o papel do Estado no processo de concentração de riqueza:

[...] o Estado capitalista procura vantagens e alianças diplomáticas comerciais e econômicas para garantir sua própria riqueza ou seu próprio poder (ou, mais exatamente, a riqueza, o *status* e o poder de seus líderes e, pelo menos, de alguns segmentos da população), melhorando a capacidade dos detentores dos direitos de propriedade privada de acumular mais e mais riquezas no território onde residem (HARVEY, 2016, p. 52).

Desse modo, a luta pela terra e por políticas públicas para o campo no Brasil vem sendo conduzidas, nas últimas décadas, pela atuação dos movimentos sociais, a partir de ocupações de terra, forçando o Estado ao estabelecimento da reforma agrária. De acordo com Fabrini (2018), por meio desses movimentos, os camponeses passam a exigir do Estado políticas públicas em benefício da classe camponesa.

O acesso à terra a partir de políticas redistributivas seria um começo para o rompimento com o caráter concentrador do latifúndio no Mato Grosso do Sul. Porém, dentro dessa perspectiva de avanço dos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008), o aumento dos conflitos agrários é a expressão clara da ausência de leis e medidas que possibilitem o acesso à terra aos camponeses expropriados, visto que isso representaria um retrocesso para o avanço do capital industrial, que no Brasil se nutre da grande propriedade capitalista. Com isso, o desafio dos camponeses se torna ainda maior, tendo em vista que a luta camponesa se volta contra um modelo de produção e consumo com tendências homogeneizadoras e fortemente apoiado pelo Estado capitalista.

O campesinato organizado em movimentos sociais possui um papel imprescindível para forçar o Estado a desenvolver políticas públicas para o campo. Porém, em momentos de repressão das lutas camponesas, quando o Estado passa a desenvolver mecanismos voltados para a expropriação e a proletarianização camponesa, cujo objetivo principal é a ampliação do agronegócio e, por sua vez, a redução das frações territoriais camponesas, esses sujeitos se erguem na luta pela permanência na terra, com várias estratégias de resistência em âmbito local.

O filósofo mexicano Armando Bartra é um teórico importante para a compreensão do campesinato no interior da sociedade capitalista da contemporaneidade. Em seu trabalho *Os Novos Camponeses* (2011), o autor estabelece uma reflexão sobre a atualização do conceito de camponês, partindo das alterações que a sociedade capitalista passou nas últimas décadas. Ele salienta a diversidade social, cultural e ambiental do campesinato como sendo sua principal característica. A heterogeneidade do campesinato também ganha destaque nessa obra, em oposição à estrutura homogeneizadora do agronegócio. Para o estudioso, a heterogeneidade da agricultura camponesa não é baseada nas demandas do mercado capitalista, é uma agricultura comprometida com a equidade social e com o meio ambiente.

As leituras do sociólogo holandês Jan Douwe Van Der Ploeg também foram fundamentais para as análises realizadas nas áreas pesquisadas, principalmente no que se refere às estratégias de resistência para a autonomia na unidade de produção camponesa. Para Ploeg (2008, 2009), os camponeses apresentam-se em uma luta constante por uma maior autonomia, em um contexto de dependência das relações capitalistas. Ele também enfatiza o caráter classista do campesinato, a partir da atuação dos movimentos sociais, na luta por qualidade de vida no campo e pela qualidade dos alimentos produzidos.

Consideramos que o campesinato possui uma autonomia relativa. O contato com o mercado ocorre pela comercialização e aquisição de produtos necessários para a reprodução da família. Essa autonomia relativa pode ser maior ou menor, dependendo dos aspectos internos da unidade de produção, das relações estabelecidas com o mercado (circuitos de comercialização), da característica das atividades executadas pelos membros da família (atividades internas e externas à unidade de produção) e das relações desenvolvidas em âmbito comunitário (cooperativismo, associativismo, entre outras). Dessa forma, procuramos definir em nossa pesquisa elementos que indiquem a autonomia camponesa e que representem a perda da autonomia na unidade de produção.

Os trabalhos dos antropólogos Carlos Rodrigues Brandão (2007a, 2007b), Maria Margarida de Moura (1988), Klaas Woortmann (1988) e Ellen Woortmann (1983) são essenciais para os estudos camponeses. Ao pesquisar comunidades camponesas, esses autores abordam a dimensão cultural da ética, a importância da família e do trabalho, a organização das unidades camponesas e as diferentes práticas desenvolvidas para a reprodução camponesa.

Klaas Woortmann, na obra *Com parente não se neguceia* (1988), o campesinato não é compreendido sob uma ótica economicista, mas como sendo uma qualidade que pode estar presente em diferentes graus nas sociedades. Nesse contexto, ele prefere “não falar de camponeses, mas de campesinidade”. O grau de campesinidade significa uma dimensão ética

camponesa, que se configura a partir de uma ordem moral, de construção histórica e social. O estudioso adota a família como um dos pontos centrais em sua análise, não vista como mera força de trabalho, mas como “valor-família”, que permanece ao longo do tempo. Ele afirma ainda que a centralidade não está na produção de bens materiais, mas na “produção cultural da família enquanto valor” (WOORTMANN, 1988, p. 12-13).

Carlos Rodrigues Brandão, em seu texto *Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil* (2007a), mostra as variadas modalidades de comunidades rurais que se apresentam como diferentes formas de viver e de trabalhar no campo, com diversos tipos de “tempos-espaços”, considerando as relações desenvolvidas no processo de produção e consumo dos alimentos (BRANDÃO, 2007a).

Na Sociologia, também utilizaremos os trabalhos de José de Souza Martins (1990, 1994, 2007) e José Vicente Tavares do Santos (1978, 1981), que analisam a criação e recriação de relações não capitalistas de produção em meio ao desenvolvimento do capitalismo no campo e seus estudos que avaliam a subordinação camponesa ao capital. Na Geografia, empregaremos como referencial teórico principal os trabalhos dos professores: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1981, 1990, 1991, 1992, 1999, 2001, 2007) Bernardo Mançano Fernandes (2000, 2001, 2007, 2012, 2018), Márcia Yukari Mizusaki (2005, 2009, 2017a, 2017b), João Edmilson Fabrini (2002, 2006, 2007, 2008, 2018) e Rosemeire Aparecida de Almeida (2003), além de outros autores que também trabalham nessa perspectiva teórica.

Consideramos também as leituras do antropólogo americano James Scott (2002, 2011, 2013) fundamentais para a nossa pesquisa. Ele parte de formas cotidianas de resistência nos espaços produtivos, práticas locais desenvolvidas pelo campesinato que estão enraizadas em diferentes tempos e espaços. As formas cotidianas de resistências estão muitas vezes distantes dos movimentos sociais, tratando-se de lutas isoladas e individuais que se traduzem em pequenas ações e práticas que apresentam a “luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros” (SCOTT, 2011, p. 219).

No tocante aos procedimentos metodológicos, a pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico das obras dos autores citados anteriormente e de outros que partem das teses de (re)criação camponesa a partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, tanto de pesquisadores nacionais como internacionais, e que examinam as estratégias de reprodução do campesinato, a subordinação camponesa ao capital, além de estudos realizados pelas observações do modo de vida camponês e da organização interna da unidade de produção camponesa.

Paralelamente às pesquisas bibliográficas, foi realizada uma busca por informações junto a órgãos públicos – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – com o objetivo de delimitar as áreas de estudo e identificar as relações estabelecidas com o poder público local, bem como dados sobre a questão agrária nos municípios pesquisados e no estado de Mato Grosso do Sul.

Ademais, foi utilizada a pesquisa qualitativa para a coleta de dados, partindo de observações de campo e aplicação da técnica de entrevista, a partir da história oral de camponeses das áreas examinadas. O roteiro da entrevista possibilitou avaliar a organização interna nas unidades de produção, as estratégias de resistência camponesa, as relações estabelecidas com o mercado, o processo de apropriação da renda, os processos de diferenciação entre as unidades de produção e a busca pela compreensão de aspectos históricos dos sujeitos sociais. Considerando que os sujeitos entrevistados são (i)migrantes, a análise do movimento desse processo (i)migratório foi fundamental para a compreensão da reprodução desses sujeitos sociais, considerando a história de vida deles mediante suas narrativas.

Junto à abordagem qualitativa, efetuamos a coleta de dados quantitativos com o objetivo de caracterizar o movimento da reprodução camponesa a partir de informações produtivas. Identificou-se o que é produzido, sua quantidade e as formas de comercialização dos produtos.

A metodologia da pesquisa de campo teve como referencial teórico as obras de Triviños (1987), Brandão (2007b) e Alberti (2013). Para Triviños (1987, p. 122), o contato com o ambiente onde os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seu modo de vida têm importância essencial na compreensão mais clara de suas atividades. “O meio, com suas características físicas e sociais, imprime aos sujeitos traços peculiares que são desvendados à luz do entendimento dos significados que ele estabelece”. Portanto, deve-se partir do contexto social vivido pelos sujeitos da pesquisa.

Brandão (2007b, p. 14) destaca que o contato do pesquisador com o ambiente a ser investigado é indispensável. Para o autor, o primeiro momento da pesquisa refere-se à “observação participante”, isso se faz estando pessoalmente nos lugares e averiguando as atividades desenvolvidas na comunidade e a organização social do grupo. E, apenas em um segundo momento, a partir de uma compreensão inicial das ações realizadas, é que se iniciam, de fato, as entrevistas.

No que tange ao total de informantes que foram ouvidos, de acordo com Alberti (2013), em pesquisas de história oral o número de entrevistados deve ser aquele que for o suficiente para a realização de generalizações dos resultados para a área de estudo.

Nessa perspectiva, para definir o número de entrevistas, utilizamos o conceito de “saturação” de Alberti (2013) que, citando o trabalho do sociólogo Daniel Bertaux, esclarece como pode ser estabelecido o momento em que as entrevistas se tornam suficientes para o estudo. Consoante análise desse autor, segundo Alberti (2013), as entrevistas acabam por se repetir, ocorrendo uma reprodução cada vez menor de informações, esse é o instante identificado como ponto de saturação. Ainda de acordo com Alberti (2013), o autor afirma que o conceito de saturação somente pode ser utilizado caso a pesquisa represente uma diversidade de sujeitos em relação ao tema, pois no caso de indivíduos com características homogêneas essa concepção não poderá ser aplicada.

Dessa forma, não foi possível quantificar anteriormente o número de entrevistados, somente no decorrer da realização das entrevistas. Na Colônia Pulador foram entrevistadas 27 famílias. Conforme dados da AGRAER do município de Anastácio, a Colônia Pulador é formada por aproximadamente 100 unidades de produção. As entrevistas na Colônia Pulador foram realizadas de forma aleatória, porém em alguns casos houve a intencionalidade de buscar indivíduos que poderiam falar pelo grupo social, como idosos que participaram do processo migratório e o presidente da Associação dos Pequenos Produtores da Colônia Pulador (APPCP). Além das entrevistas nas unidades de produção realizamos visitas à Feira Municipal de Anastácio e participamos da Festa da Farinha de Anastácio, nos anos de 2018 e 2019, nestas ocasiões realizamos registros fotográficos e diálogos com camponeses da Colônia Pulador e outros camponeses participantes dos eventos. Na Colônia Jamic, por sua vez, conduzimos entrevistas em todas as 23 unidades de produção associadas à Cooperativa Mista de Várzea Alegre (CAMVA)⁶.

Para complementar as informações gerais sobre a Colônia Jamic, efetuamos duas entrevistas com o presidente da Cooperativa, sendo uma na condição de produtor e, outra, como presidente, na qual nos forneceu várias informações sobre a organização interna das unidades de produção e informações sobre a Cooperativa.

A pesquisa de campo ocorreu entre os anos de 2018 e 2019⁷, e teve início com observações nas áreas de estudo, participando de algumas atividades coletivas, como as festas

⁶ A Cooperativa Mista de Várzea Alegre (CAMVA) é uma cooperativa formada pelos imigrantes japoneses da Colônia Jamic.

⁷ No ano 2020, devido a pandemia da covid-19, não houve visita às áreas de estudo e algumas informações foram solicitadas via ligações telefônicas e WhatsApp.

religiosas⁸ e não religiosas⁹, e realizando várias conversas informais nas chamadas “vendinhas”¹⁰, além de visitas às unidades de produção. A partir dessas observações, compreendemos como algumas tarefas são desenvolvidas e organizadas nas unidades de produção e nas Colônias. Por meio desses diálogos, os objetivos da investigação foram explicados aos camponeses e deixamos as entrevistas agendadas para uma segunda visita.

No mesmo dia em que algumas entrevistas eram realizadas, outras eram agendadas. Dessa forma, os deslocamentos para a área das Colônias eram utilizados para a realização das entrevistas e novos agendamentos. Em todos os casos, as unidades de produção foram visitadas, no mínimo, duas vezes. A primeira, para o agendamento e, a segunda, para a entrevista. Em alguns casos, para registros fotográficos, para produção de croquis e para a busca de informações adicionais, as unidades foram visitadas mais de duas vezes.

O contato com os sujeitos sociais da pesquisa deu-se de forma distinta entre as duas comunidades rurais pesquisadas. Essas diferenças foram influenciadas pelas características da organização das atividades nas comunidades e pelo aspecto cultural dos grupos sociais estudados.

Na Colônia Jamic, as atividades das unidades de produção são estruturadas a partir da avicultura de postura. O ritmo é intenso e, muitas vezes, a entrevista foi realizada em meio à coleta dos ovos ou de tarefas nos galpões da avicultura. Um outro elemento a ser considerado são os aspectos culturais da Colônia Jamic, por ser formada por japoneses e *nikkeis*¹¹, as características culturais desse grupo social tiveram influência no momento das entrevistas.

Quando chegamos na Colônia Jamic, procuramos, inicialmente, o então Diretor-Presidente da CAMVA. Ao explicar nossa pesquisa e seus objetivos, ele nos informou que teríamos dificuldade para a realização das entrevistas. Segundo ele, “[...] aqui o pessoal é fechado, não vão falar não... acho difícil eles falarem algo... talvez os mais novos falem com você...os japoneses são desconfiados” (Entrevista realizada em 19/1/2018). De acordo com o Diretor-Presidente da Cooperativa, que também é *nikkei*, os imigrantes da Colônia são pessoas que não possuem hábito de “falar muito”.

⁸ Anualmente, na Colônia Pulador, ocorre a festa da Santa Padroeira da Colônia, realizada no mês de outubro. Além da festa da padroeira, os líderes religiosos promovem bingos e leilões para a realização de benfeitorias no espaço da igreja.

⁹ Na Colônia Jamic ocorrem várias atividades de cunho cultural ao longo do ano.

¹⁰ Comércio localizados na Colônia, onde podem ser encontrados desde produtos alimentícios até itens de higiene e limpeza, porém, o que mais se procura nesses comércios são bebidas, como cachaça, cerveja e refrigerante.

¹¹ Consoante Ischida (2010), a categoria *nikkei* é uma abreviação do vocábulo japonês *nikkeijin* e significa “pessoas de origem japonesa, nascidas fora do Japão”. Atualmente, os *nikkeis* no Brasil compreendem os *isseis* (imigrantes, primeira geração), *nisseis* (segunda geração), *sanseis* (terceira geração), *yonseis* (quarta geração), *gosseis* (quinta geração), *rokusseis* (sexta geração), assim como os mestiços (filho de pai ou mãe *nikkei*).

Para Ischida (2010), no processo de construção da identidade *nikkei* no Brasil ocorre a associação com elementos da chamada “cultura japonesa”. Nessa construção identitária, os *nikkeis* são associados aos mais diversos qualificativos, que atribuem a esses sujeitos um “*ethos* japonês”, estruturado a partir de valores como esforço, honestidade, disciplina, educação, respeito à família, entre outros elementos, como a reserva e a timidez. Para a autora, essa identidade é criada e recriada sobre os *nikkeis*, por não *nikkeis*, mas também por eles próprios.

Após a primeira entrevista com o presidente da Cooperativa, partimos para os agendamentos nas unidades de produção. As entrevistas na Colônia Jamic tiveram duração de 20 a 30 minutos, e algumas perguntas, principalmente as relacionadas à renda da família, não foram respondidas ou foram parcialmente respondidas. Todas as falas eram direcionadas para a organização das atividades na unidade de produção e na Colônia. Os moradores mais idosos falaram do processo imigratório para lá, já os mais novos relataram as histórias contadas pelos pais, contribuindo de forma significativa com elementos que caracterizam a produção territorial da Colônia.

Durante as entrevistas nas unidades de produção da Colônia Jamic, aos poucos, fomos entendendo a fala inicial do Diretor-Presidente da Cooperativa, quando se referiu aos moradores como sendo pessoas “fechadas e desconfiadas”. Porém, apesar da característica reservada dos entrevistados, todos falaram com a pesquisadora. Consideramos todas as respostas coletadas e optamos por não aproveitar os dados catalogados referentes à renda das famílias, pois quando as informações eram repassadas na entrevista, percebemos que estas não condiziam com a realidade observada na unidade de produção.

Na Colônia Pulador, em todos os casos, a família ou membro da família fez uma pausa nas atividades para atender a pesquisadora. As atividades das unidades de produção da Colônia são estruturadas pela produção de leite e derivados, de mandioca e sua respectiva farinha, entre outras. As entrevistas realizadas na Colônia Pulador foram longas, algumas tiveram duração de mais de duas horas, e em alguns casos, depois da entrevista, fomos surpreendidos com a pergunta: “posso ouvir minha voz no gravador?” (Entrevista realizada em 14/7/2018).

Os moradores da Colônia Pulador, em sua maioria, são nordestinos ou descendentes de nordestinos. Ao contrário dos *nikkeis* da Colônia Jamic, os moradores da Colônia Pulador gostam muito de contar histórias. Algumas respostas eram introduzidas com uma longa história, que envolvia elementos históricos, políticos e culturais, o que tornou a entrevista rica em informações e nos permitiu compreender aspectos do processo de formação da Colônia, do ordenamento interno da unidade de produção e características da organização das atividades em âmbito comunitário.

Após a coleta, a partir das entrevistas, os dados foram estruturados e organizados junto ao referencial teórico para a sistematização da redação desta tese. As análises permitiram identificar como os processos de reprodução camponesa se materializaram nas áreas da pesquisa, mediante avaliação de diferentes estratégias de resistência que foram adotadas pelos camponeses ao longo do processo de produção territorial.

A presente investigação encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “A questão agrária em Mato Grosso do Sul”, apresentamos os elementos que caracterizam a questão agrária no estado, partindo da expansão das relações capitalistas no campo, que vêm provocando a expropriação de camponeses, por conta da “territorialização do capital no campo”, e a reprodução camponesa, a partir da territorialização dos movimentos sociais no campo e do desenvolvimento de estratégias de resistência. Abordamos o processo de formação territorial do estado, as características atuais da questão agrária e os desafios para os movimentos camponeses, considerando o atual cenário político.

Nesse tópico, abordamos também a formação territorial dos municípios de Anastácio e Terenos, com o objetivo de compreender os elementos sociais, econômicos e políticos que compõem a questão agrária municipal e as relações produtivas desenvolvidas pelo campesinato para, posteriormente, apresentarmos suas particularidades nas frações territoriais pesquisadas (Colônias Pulador e Jamic) e sua interação com a questão agrária municipal e estadual.

Por seu turno, no segundo capítulo, “A (re)produção territorial das Colônias Pulador e Jamic e a recriação camponesa”, analisamos a dinâmica territorial nas Colônias Pulador e Jamic. Destacamos o processo histórico de produção dessas frações territoriais, a organização inicial das famílias e os agentes envolvidos nesse processo. Examinamos as transformações da organização social, de trabalho e produção nas Colônias, tendo em vista a expansão das relações capitalistas de produção ao longo dos anos e a recriação de estratégias para a permanência na *terra de trabalho e morada*. As entrevistas realizadas com os moradores mais antigos foram fundamentais, considerando-se que esses sujeitos participaram do processo (i)migratório que deu início à produção territorial das áreas de pesquisa.

Já no terceiro capítulo, intitulado “Dinâmica territorial nas unidades de produção camponesa e as estratégias de resistência e reprodução na Colônia Pulador”, indicamos os elementos da reprodução social camponesa na Colônia Pulador; analisamos a organização interna das unidades de produção da Colônia na atualidade; verificamos as estratégias de resistência e reprodução a partir das relações estabelecidas com o mercado, partindo da identificação dos circuitos de comercialização dos produtos do campesinato; caracterizamos também as diferentes práticas desenvolvidas em âmbito comunitário.

No quarto capítulo, denominado “Dinâmica territorial nas unidades de produção camponesa e as estratégias de resistência e reprodução na Colônia Jamic”, analisamos a organização da CAMVA como estratégia de resistência e de permanência na *terra de trabalho e morada*; apresentamos a sistematização interna das unidades de produção da Colônia Jamic na atualidade; observamos as relações estabelecidas com o mercado, partindo do circuito de comercialização do produto do campesinato na Colônia; e apresentamos as diversificadas práticas executadas na esfera comunitária. Nesse capítulo, identificamos as diferenciações entre as unidades de produção da Colônia, haja vista a inserção de relações capitalistas de produção. Analisamos o caráter cultural desse grupo social, como sendo um elemento de resistência comunitária que permite a permanência da família na propriedade e do trabalho familiar.

Por fim, no quinto e último capítulo, “Modalidades de reprodução camponesa: território, apropriação e resistência”, realizamos uma análise das duas modalidades de reprodução camponesa, identificando semelhanças e diferenças entre elas. Em diálogo com nossa hipótese de pesquisa, observamos a diversidade do campesinato das áreas em estudo, os elementos de permanência e resistência que mantêm a sua unidade e como ocorrem os processos de diferenciação em meio ao campesinato. Evidenciamos que a análise da materialidade das práticas camponesas em suas múltiplas determinações nos permitem entender as estratégias de resistência adotadas nas unidades de produção, e em âmbito comunitário, sendo fundamentais para a reprodução desses sujeitos sociais, para indicar a autonomia camponesa nos processos de produção e comercialização e para compreender os processos de diferenciação que ocorrem entre as unidades de produção camponesa.

1 A QUESTÃO AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo, analisamos o processo histórico de formação territorial de Mato Grosso do Sul para compreendermos a configuração da questão agrária na atualidade. Entendemos que a questão agrária em Mato Grosso do Sul envolve os aspectos da permanente concentração da estrutura fundiária, da modernização conservadora, da luta pela *terra de trabalho e morada* dos camponeses e pela demarcação das terras indígenas. Também analisamos as particularidades da formação territorial dos municípios de Anastácio e Terenos, onde estão localizadas as frações territoriais estudadas nesta pesquisa, com o objetivo de conhecer os elementos sociais, econômicos e políticos que compõem a questão agrária nesses municípios e sua articulação com a questão agrária estadual.

O estado do Mato Grosso do Sul é formado por 79 municípios e possui uma área de 357.145,531 km² (IBGE, 2010). Localizado na Região Centro-Oeste, faz fronteira com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, além dos países Bolívia e Paraguai. De acordo com dados do IBGE (2010), sua população era formada por 2.449.024 habitantes, sendo predominantemente urbana (85,64%). A população rural, por sua vez, representava 14,36% do total.

Para Fernandes (2001), a questão agrária é um problema estrutural que está relacionado ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo, reunindo os seguintes aspectos na atualidade: a concentração de sua estrutura fundiária, a modernização do espaço agrário para atender a expansão da produção de *commodities*; o aumento do capital estrangeiro; a resistência de trabalhadores e camponeses que lutam contra a expropriação; e as políticas agrícolas de produção para o mercado que privilegiam grandes grupos econômicos.

Para examinarmos as transformações recentes no campo sul-mato-grossense, torna-se essencial analisar o processo de (re)produção do território. Partindo das análises de Raffestin (1993), entendemos que o território é um produto da relação sociedade-espaço-tempo, produzido por relações de poder.

Para Oliveira (1999, p. 74), o território “é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”. A configuração histórica do território capitalista se dá a partir das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas.

Dessa forma, o campo sul-mato-grossense revela os aspectos contraditórios, aos quais o avanço das relações capitalistas de produção criou, ao mesmo tempo, alguns espaços altamente tecnificados e outros de luta e resistência contra os processos de expropriação.

Segundo Chamorro e Combès (2015, p. 20), os estudos arqueológicos indicam que a ocupação humana no atual território sul-mato-grossense¹² ocorreu por povos indígenas de oito a 12 mil anos atrás. “Esses antigos grupos deixaram pegadas de seus assentamentos, artefatos, sepulturas, gravuras e pinturas rupestres”. Na colonização europeia, essa região foi disputada por portugueses e espanhóis e, posteriormente, a porção meridional do estado foi disputada por brasileiros e paraguaios, durante a Guerra da Tríplice Aliança¹³. Nesse processo de ocupação territorial por não indígenas, os povos originários sofrem processos de expropriação e violência extrema.

O processo de ocupação e posse da terra do atual Mato Grosso do Sul ocorreu de forma a reforçar a formação de uma estrutura concentradora de terras. A posse da terra era oferecida, inicialmente, no Regime de Sesmarias¹⁴, que limitava o acesso às terras aos trabalhadores camponeses que tinham como objetivo extrair o sustento da família. Assim, desde os primórdios da ocupação territorial, o estado mantém uma estrutura agrária desigual, a partir da concentração de terras nas mãos de poucas pessoas.

Com a independência do Brasil em 1822, o Regime das Sesmarias foi suspenso e não mais restaurado. Em 1850, foi promulgado a Lei de Terras, que proibia o acesso a terras por outro meio que não fosse a compra¹⁵. A legislação transforma as terras devolutas em monopólio do Estado, controlado por uma classe de grandes proprietários de terra (MARTINS, 1990).

Em *O cativo da terra*, Martins (2017) mostra os mecanismos de transição do regime da escravatura para o sistema do colonato, caracterizando a manutenção da concentração fundiária no Brasil, institucionalizando a propriedade da terra como propriedade territorial capitalista, controlada por uma classe de capitalistas proprietários de terra:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser a escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista (MARTINS, 2017, p. 10).

¹² Até o ano de 1977, a região que compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do Mato Grosso, desmembrado pela Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977.

¹³ A Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), também conhecida como Guerra do Paraguai, ocorreu entre os anos de 1864 e 1870, e foi o confronto direto entre esses países e o Paraguai.

¹⁴ No Regime de Sesmarias, as porções de terras eram doadas a produtores que deveriam utilizá-las para a formação de atividades agrícolas que atendessem ao mercado europeu.

¹⁵ A Lei de Terras foi dirigida aos camponeses que se deslocavam para áreas ainda não concebidas em sesmarias, com o objetivo de abrir suas posses. A Lei de Terras, ao mesmo tempo que restringiu o acesso a terras aos camponeses brasileiros, limitou o acesso ao migrante europeu recém-chegado e ao escravo recém-liberto. Dessa forma, de acordo com Martins (1990), fica claro o sentido da medida que contribuiu ainda mais para caracterizar a concentração de terras no Brasil, já no século XIX.

A partir da primeira Constituição Republicana em 1891, as terras devolutas são entregues para os estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Nesse contexto, iniciam-se as transferências da terra para grandes proprietários de terra e para poderosas empresas colonizadoras interessadas principalmente na especulação imobiliária (MARTINS, 1990).

Desde a Constituição de 1891, os diversos governos do antigo Mato Grosso vêm estimulando o acesso às terras, seja por latifundiários, capitalistas e empresas colonizadoras. De acordo com Moreno (1999), todo um aparato político e jurídico foi montado para mediar os diferentes interesses de classes sociais e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas devolutas no estado. A Constituição assegurava o direito de preferência à compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, o que beneficiava os grandes proprietários que podiam efetuar o pagamento e excluía os pequenos posseiros desse direito, já que não podiam pagar pela terra.

[...] a primeira lei de terras do estado (Lei nº 20/1892) e seu regulamento (Decreto nº 28/1893) deram garantias à regularização das ocupações “consolidadas” sesmarias e posses até 15/11/1889 alterando, assim, a data limite de 1854 estabelecida pela Lei de 1850. Asseguraram também o direito de preferência para a compra das terras devolutas que estavam sob o domínio particular, cujos títulos não exigiam os requisitos para legitimação ou revalidação. Como essas ocupações ocorriam em grandes áreas, favorecidas pela economia do estado que se baseava na agricultura, no pastoreio, e na exploração extrativa vegetal, a lei estava beneficiando, essencialmente os grandes proprietários (posseiros). Portanto, mesmo tendo assegurado o direito de preferência para a compra das terras devolutas ocupadas, a Lei excluía os pequenos posseiros deste benefício, vez que estes não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época (MORENO, 1999, p. 69).

Além disso, ocorreu uma série de exageros na regularização das terras, vários abusos cometidos pelos proprietários que, ao fazerem o registro, declaravam uma quantidade de terras superior às efetivamente ocupadas. Segundo Moreno (1999), até 1887, os serviços de registro, medição e demarcação das terras eram realizados por um juiz comissário e um agrimensor que eram nomeados pelo governador do estado para atuação nos distritos de medição.

Sendo assim, a fiscalização, aprovação dos serviços e encaminhamento dos relatórios ficavam a cargo do juiz, que estava vulnerável ao poder de pressão dos grandes proprietários de terras locais. Dessa forma, a criação dos distritos de medição representou um prêmio aos proprietários locais, que passaram a controlar e manipular o processo de regularização

fundiária, que caracterizou o caráter concentrador da estrutura fundiária do atual Mato Grosso do Sul.

Ademais, Moreno (1999) explica que a expansão da pequena propriedade nessa perspectiva de regularização das terras, do fim do século XIX, era utópica, pois toda política fundiária estadual estava voltada para a o crescimento da grande propriedade vinculada aos interesses oligárquicos.

Uma das atividades econômicas de destaque desde o início do século XIX no estado foi a pecuária. A ocupação das terras se deu pela migração de famílias originárias de Minas Gerais e São Paulo seguindo a rota do Rio Paraná, visando à apropriação de terras para o estabelecimento de fazendas e a criação do gado, tornando, assim, a pecuária como uma das principais atividades econômicas da região. As características naturais contribuíram para essa ocupação, tendo em vista o predomínio da vegetação do Pantanal e do Cerrado, utilizadas como pastagem natural para o gado.

Esse processo de ocupação econômica se beneficiou das novas realidades do Sudeste brasileiro, pois em decorrência da expansão do café no Sudeste, a criação de gado bovino foi empurrada em direção ao Oeste. O desenvolvimento dessa atividade econômica possibilitou a abertura de estradas, a formação dos primeiros núcleos urbanos e a apropriação de imensas extensões de terras por famílias, constituindo verdadeiros “clãs oligárquicos cuja presença é ainda hoje registrada em território sul-mato-grossense: caso, por exemplo, dos Alves Ribeiro, no Pantanal sul, dos Barbosa, na Vacaria, e dos Garcia e Leal, na região de Paranaíba” (QUEIROZ, 2015, p. 114).

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1870), a formação territorial do estado passa a sofrer também a influência da Companhia Matte Larangeira, que extraía erva-mate¹⁶ na região meridional.

No início do século XX, com o “Serviço de Povoamento do Solo Nacional”, de 1907, os governos dos estados brasileiros passaram a investir em políticas de povoamento a partir da formação de núcleos coloniais. Porém, essa tarefa foi entregue a colonizadores ou empresas particulares de colonização. A “maior parte dos concessionários não cumpriu os contratos e usava a terra para especular em benefício próprio”, o que contribuiu ainda mais para impedir a expansão da pequena propriedade nesse período (MORENO, 1999, p. 74).

¹⁶ Desde o fim do século XIX, a erva-mate foi assumindo um papel importante como produto-chave da economia do atual Mato Grosso do Sul, quando Tomás laranjeira, ao conseguir um arrendamento de terras, criou a Companhia Matte Larangeira e iniciou a exploração de imensos ervais nativos existentes na região.

A partir de 1914, com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)¹⁷, os deslocamentos para o atual Mato Grosso do Sul passam a ser realizados pela ferrovia. De acordo com Queiroz (1997), a construção da NOB foi um projeto de cunho muito mais político do que econômico. O projeto inicial era um trecho que sairia de Bauru, em São Paulo¹⁸, com o propósito de atingir Cuiabá, no Mato Grosso. Porém, o projeto foi alterado para Corumbá, cortando o atual Mato Grosso do Sul de leste a oeste, passando pelos municípios de Campo Grande, Terenos, Aquidauana e Miranda.

De acordo com o autor, a mudança do trecho se tratava de interesses político-estratégicos do Estado brasileiro, com o propósito de fortalecer as ações políticas e militares na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul e estabelecer uma ligação direta entre a fronteira oeste e o litoral atlântico brasileiro, não dependendo unicamente da via platina. O Brasil temia que, em ocasião de conflito, essa via poderia vir a ser negada aos brasileiros. O objetivo principal era enfraquecer o comércio realizado até então pela via platina e fortalecê-lo rumo ao Sudeste brasileiro.

A construção da ferrovia contribuiu para a fixação de novos contingentes populacionais em Mato Grosso do Sul, tanto migrantes de outras regiões do país como imigrantes de diferentes nacionalidades. A partir da década de 1930, com as ações da administração de Getúlio Vargas, denominada “Marcha para o Oeste”, o processo migratório se torna intenso, mediado pelo desenvolvimento industrial do Sudeste e a necessidade de produção de alimentos para atender o forte mercado urbano em processo de constituição no Sudeste (QUEIROZ, 2015). Moreno (1999, p. 75) explica que a colonização implementada no estado foi uma estratégia do governo federal para:

A ocupação de “espaço vazios” e o fortalecimento de seus domínios nas áreas de fronteira, com a implantação de colônias agrícolas nacionais. O projeto tinha como meta a expansão da pequena propriedade, como forma de

¹⁷ A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) teve sua construção iniciada em 1905, na cidade de Bauru, em São Paulo, passando por algumas mudanças em seu traçado nos anos de 1907 e 1908. Segundo o traçado definitivo, a ferrovia deveria chegar até Corumbá, na fronteira sul-mato-grossense com a Bolívia. Em 1914, foi concluído o trecho principal, ligando Bauru às margens do Rio Paraguai, no local chamado Porto Esperança; o trecho restante, até Corumbá, foi concluído somente em meados da década de 1950. Sua linha-tronco vai de Bauru até Corumbá, na divisa com a Bolívia, onde faz integração com a rede ferroviária boliviana até Santa Cruz de la Sierra. Possui um ramal da Estação Indubrasil, em Campo Grande a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, na divisa com o Paraguai; e outro de Corumbá ao Porto de Ladário. Inicialmente de iniciativa privada, passou ao controle da União antes de ser completada (1917). Foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) em 1957, como uma de suas regionais. No processo de desestatização da RFFSA, a ferrovia foi concedida como Malha Oeste à Ferrovia Novoeste S.A., que, em 2006, foi fundida juntamente com a Brasil Ferrovias à América Latina Logística. Esta, por sua vez, em 2015 se fundiu à Rumo Logística, pertencente à Cosan, passando a ser Rumo-ALL, que ainda tem a concessão da malha oeste, mesmo depois de tantas transições entre as concessionárias.

¹⁸ A cidade de Bauru estava ligada por via ferroviária à cidade de São Paulo e ao Porto de Santos. Por isso, a importância desse projeto para interligar os extremos oeste-leste brasileiro.

diversificação da produção nacional, a partir do desenvolvimento da indústria nacional. Através da “Marcha para o Oeste”, tenta-se conquistar o interior do país, para a sua integração à economia nacional.

Para Harvey (2005, 2014), o desenvolvimento do capitalismo produz crises de superacumulação, expressas por excedentes de capital e força de trabalho em alguns pontos do território. A saída para a absorção desse excedente se dá pela reorganização espacial com uma expansão geográfica, o que foi denominado pelo autor “ajuste espacial”. A formação territorial de Mato Grosso do Sul obedece a lógica de reorganização espacial, tendo em vista o excedente de capital e força de trabalho em outras regiões do Brasil, e a necessidade da produção de alimentos para atender os processos de urbanização do Sudeste, ocorrendo a ocupação do território sul-mato-grossense, cujo intuito central era tornar os “espaços produtivos”.

Em 1944, a Companhia Matte Larangeira é proibida de continuar a exploração da erva-mate devido a medidas que foram adotadas pelo governo federal¹⁹. A partir de 1943, ocorre a privatização das terras até então exploradas pela Companhia, por meio da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)²⁰. Após 1950, multiplicam-se ainda mais em Mato Grosso do Sul a atuação de outras empresas privadas, que passam a vender terras a migrantes, vindos do Sul e Sudeste do país atraídos pelo baixo preço das terras. Essas colônias estabelecidas por essas corporações contribuíram para o desenvolvimento do campesinato no estado. Campesinato que, alguns anos depois (a partir da década de 1970), será expropriado haja vista a expansão dos processos de mecanização no campo, no então Mato Grosso, provocando intenso fluxo migratório para as cidades e o aumento de conflitos no campo (QUEIROZ, 2015).

Considerando os elementos expostos, podemos sintetizar a ocupação territorial do atual Mato Grosso do Sul, que ocorreu, inicialmente, com base na expansão da pecuária extensiva e na atuação da Companhia Matte Larangeira na porção meridional do estado, até 1944. Dadas as políticas de povoamento, na primeira metade do século XX e, principalmente, com as políticas do Estado Novo (1937)²¹, foram implantadas as colônias, com o objetivo de ocupar o

¹⁹ A partir da década de 1930, o domínio da Companhia Matte Larangeira foi diminuindo devido às novas políticas desenvolvidas em Mato Grosso pelo então presidente Getúlio Vargas e aos conflitos relacionados à renovação, ou não, das concessões de terras à Companhia, tendo em vista que muitos posseiros da região requeriam o direito da exploração da erva-mate e o governo via a atuação da Companhia como uma ameaça para o povoamento da região.

²⁰ A CAND era um projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo para ocupar os espaços geográficos que acreditavam ser semipovoados. A partir desse projeto, foram doadas terras a camponeses brasileiros que vieram de diferentes locais do país. A ocupação do espaço meridional do Mato Grosso do Sul, via CAND, com incentivos à produção agrícola por meio da distribuição de terras pela Colônia, visava ao aumento da oferta de alimentos, com o objetivo de desenvolver regiões urbanas e industriais, para a integração do interior do país à economia nacional (MOTTA, 2013).

²¹ O Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945.

que se considerou “espaços vazios” e torná-los produtivos. Nesse contexto de ocupação territorial, os indígenas foram expropriados de seus territórios. De acordo com Mizusaki (2009), à medida em que os capitalistas se apropriavam dos territórios, tornando-os uma mercadoria, os indígenas foram confinados em parcelas demarcadas de seu território, denominados de aldeias. Assim, o capitalismo poderia se desenvolver sem obstáculos e os povos originários confinados em frações territoriais que não permitem a reprodução de seu modo de vida.

No contexto pós 1950, profundas transformações passam a caracterizar o espaço sul-mato-grossense. Em 11 de outubro de 1977, o então presidente do Brasil, Ernesto Geisel, assinou a lei que desmembrava do território do Mato Grosso um novo estado, Mato Grosso do Sul. Abreu (2001) declara que, ao longo do processo de ocupação do território mato-grossense, consolidaram-se diferenças entre o Norte e o Sul, que se transformaram em argumentações para a divisão do estado. De acordo com a autora, a divisão do espaço mato-grossense foi legitimada no processo de racionalização das políticas regionais, formuladas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)²², para os anos de 1980. No que se refere ao espaço agrário sul-mato-grossense, pode-se destacar a “modernização conservadora” da agricultura e a ocupação dos cerrados pela monocultura da soja.

Para Graziano da Silva (1982), a modernização da agricultura brasileira foi conservadora e dolorosa, pois manteve a estrutura fundiária das terras concentrada e houve um intenso processo migratório campo-cidade e a expropriação camponesa, com profunda degradação das relações sociais e ambientais no campo.

A modernização da agricultura brasileira contribuiu tanto para o aumento da produção e da produtividade, quanto para a redução da mão de obra nas atividades rurais. Esse crescimento foi resultado de atribuição de técnicas, maquinários e insumos modernos.

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão-de-obra não-qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada atividade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que modernização passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30).

²² Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) foi uma autarquia federal brasileira criada por meio da Lei n.º 5.365, de 1 de dezembro de 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste.

Desse modo, cria-se o trabalhador rural sazonal, expropriado dos meios de produção ou expulso do campo pelo processo de modernização, morador das periferias dos centros urbanos, que, periodicamente, é ocupado em atividades agrícolas e, na maior parte do ano, encontra-se envolvido em atividades urbanas marginais, integrando o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”.

Em 1970, a população urbana representava 45,53% da população total, em 1980 passa a corresponder a 67,05%. No último Censo Demográfico (IBGE, 2010) foi registrado um total de 85,64% vivendo nas áreas urbanas do estado. Esse fato se relaciona principalmente às mudanças no espaço rural da região, considerando a expansão dos processos de industrialização do campo. A partir da análise da tabela 1, podemos verificar a evolução da urbanização em Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2010.

Tabela 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Crescimento da população (1970-2010)

Situação do domicílio	População									
	1970 ²³	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Rural	550.594	54,47	461.641	32,95	365.646	20,56	330.357	15,92	351.786	14,36
Urbana	460.137	45,53	939.510	67,05	1.413.095	79,44	1.744.520	84,08	2.097.238	85,64
Total	1.010.731	100	1.401.151	100	1.778.741	100	2.074.877	100	2.449.024	100

Fonte: IBGE (2010).

Paralelamente ao grande aumento da taxa de urbanização em Mato Grosso do Sul, atualmente ultrapassando 85%, houve um profundo agravamento na questão agrária. Temos a permanência de um estado com estrutura fundiária extremamente concentrada. Como resultado desse processo, tivemos nos últimos anos o aumento do número de conflitos por terras indígenas e camponesas, tendo em vista a “territorialização do capital no campo” de um lado e, de outro, a ampliação dos movimentos de resistência indígena e camponesa.

Um dos “baluartes” do desenvolvimento do capitalismo no campo é a presença da grande propriedade, “a história da agricultura brasileira revela uma sólida aliança entre o capital e a grande propriedade, sendo derrotada qualquer proposta no sentido de democratizar a propriedade da terra” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 36).

Para Delgado (2017), a partir de 1964, com o “Golpe Militar”, a probabilidade de uma “reforma agrária” foi totalmente banida do cenário político brasileiro. De acordo com Martins

²³ Em 1970, o atual Mato Grosso do Sul ainda fazia parte do estado de Mato Grosso, porém, o IBGE, após a separação do estado, passa a divulgar os dados censitários anteriores a 1977 de forma separada por estado. Dessa forma, nesta e nas demais tabelas desta tese, utilizamos dados referentes a Mato Grosso do Sul anteriores à divisão, já com as correções realizadas pelo IBGE após a divisão do território.

(1994), a propriedade latifundista da terra, freia as possibilidades de mudanças sociais no país. Vivemos em um país com relações políticas extremamente atrasadas²⁴, que se constituem como instrumentos de poder na política brasileira. A histórica concentração fundiária associada ao capital moderno, a partir da década de 1970, possibilitou ao sistema político brasileiro uma força renovada, bloqueando a oportunidade de constituição de uma verdadeira sociedade civil. O que temos é uma sociedade dominada pelo Estado em aliança com o grande capital.

Nessa perspectiva, a tabela 2 apresenta a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área em Mato Grosso do Sul, no período de 1975-2017. Optamos por esse recorte temporal em todas as tabelas analisadas nesta tese devido à dificuldade de encontrarmos dados anteriores a esse período e pelo fato de entendermos que as análises desse recorte temporal são suficientes para compreendermos a questão agrária atual no estado.

Pelos dados da tabela 2, podemos verificar as características da estrutura fundiária no estado. Em 1975, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares (ha) (5.017 estabelecimentos) ocupavam 85,02% da área total, e aqueles com menos de 10 ha (22.279 estabelecimentos), somavam um espaço de apenas 0,38% da área total. No Censo Agropecuário de 2017, verificamos que os estabelecimentos com mais de 1000 ha (6.843 estabelecimentos) ocupavam uma área de 77,33% da área total, enquanto os com menos de 10 ha (18.628 estabelecimentos), totalizavam apenas 0,31% da área total. Nesse mesmo levantamento, os estabelecimentos de 10 a menos de 50 ha (26.271 estabelecimentos), ocupavam uma área de apenas 1,85% da área total.

O Censo de 2017 registrou um total de 44.899 estabelecimentos agropecuários com menos de 50 ha, que ocupavam apenas 2,16% da área total. Esses dados mostram a presença da produção camponesa no estado e a heterogeneidade do campo sul-mato-grossense. Esses sujeitos sociais se reproduzem na contemporaneidade, mediante o desenvolvimento de várias estratégias para a permanência na *terra de trabalho e morada*.

Verificamos uma grande diminuição dos estabelecimentos com menos de 10 ha, no período de 1975 (22.279 estabelecimentos) a 1995 (9.170 estabelecimentos), no qual tivemos uma grande expansão do agronegócio em Mato Grosso do Sul, a partir da “territorialização do capital no campo”, resultando na expropriação camponesa. No Censo Agropecuário de 2006, registraram-se 13.398 estabelecimentos com menos de 10 ha. Esse dado referente a 2006 é um demonstrativo da organização dos movimentos sociais, pois, a partir da segunda metade da década de 1990, tivemos o maior número de assentamentos criados. A territorialização dos movimentos sociais no campo contribuiu para caracterizar a presença camponesa no estado.

²⁴ A prática do clientelismo e do oligarquismo são exemplos tratados por José de Souza Martins, no livro *O poder do atraso* (1994).

Tabela 2 – Estado de Mato Grosso do Sul
Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total (1975-2017)

1975			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	22.279	110.117	0,38
10 a menos de 50	17.348	394.708	1,36
50 a menos de 100	3.475	242.766	0,84
100 a menos de 500	7.089	1.705.796	5,94
500 a menos de 1000	2.637	1.843.442	6,42
Mais de 1000	5.017	24.395.759	85,02
Total	57.853	28.692.584	100
1985			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	14.916	64.490	0,21
10 a menos de 50	14.127	345.329	1,10
50 a menos de 100	4.623	325.245	1,04
100 a menos de 500	10.682	2.600.216	8,35
500 a menos de 1000	3.992	2.806.098	9,02
Mais de 1000	6.215	24.967.432	80,26
Sem declarações	76	–	–
Total	54.631	31.108.813	100
1995			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	9.170	39.681,907	0,13
10 a menos de 50	13.451	333.467,894	1,08
50 a menos de 100	4.303	303.695,132	0,98
100 a menos de 500	10.842	2.747.525,635	8,88
500 a menos de 1000	4.581	3.245.150,622	10,49
Mais de 1000	6.902	24.273.252,044	78,44
Sem declarações	175	–	–
Total	49.423	30.942.773, 234	100
2006			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	13.398	64.818	0,21
10 a menos de 50	24.830	563.436	1,87
50 a menos de 100	4.447	310.264	1,02
100 a menos de 500	10.539	2.675.999	8,84
500 a menos de 1000	4.689	3.315.350	10,95
Mais de 1000	6.661	23.345.109	77,11
Sem declarações	300	–	–
Total	64.864	30.274.975	100
2017			
Grupo de área total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área em hectares (ha)	% da área total
Menos de 10	18.628	95.376	0,31
10 a menos de 50	26.271	565.534	1,85
50 a menos de 100	4.346	303.339	0,99
100 a menos de 500	10.100	2.573.606	8,43
500 a menos de 1000	4.774	3.389.200	11,09
Mais de 1000	6.843	23.622.125	77,33
Produtor sem área	202	–	–
Total	71.164	30.549.179	100

Fonte: IBGE (1979, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Esse processo histórico se revela nas formas de obtenção da terra. De acordo com dados do IBGE (tabela 3), temos um total de 30.260 estabelecimentos agropecuários adquiridos a partir da compra, 16.949 deles possuem a titulação por “reforma agrária”, portanto, obtidos por

meio da luta pela terra junto aos movimentos sociais²⁵, e 2.000 estabelecimentos adquiridos utilizando programas de crédito rural como o antigo Banco da Terra²⁶ e do atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)²⁷.

Tabela 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)

Formas de obtenção da terra	Número de estabelecimentos
Total	71.164
Compra	30.260
Compra via crédito fundiário	2.000
Concessão de direito real de uso ²⁸	887
Concessão de terra indígena ²⁹	1.312
Titulação por Reforma Agrária ³⁰	16.949
Posse não titulada	5.573
Herança ou doação	13.274
Usucapião	134
Titulação de comunidade quilombola	59
Não sabe	716

Fonte: IBGE (2017c).

Porto-Gonçalves (2017) enfatiza que o período após 1970 se caracteriza pela ampliação de políticas de expansão das fronteiras agrícolas e pelo aumento das áreas destinadas à agricultura de exportação. Essas políticas indicam a necessidade de incorporar essa fração do território nacional a expansão da lógica capitalista de produzir, atendendo ao discurso do “desenvolvimento” por meio da dominação da natureza.

Para Teubal (2008), estamos diante de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, denominada globalização, prevalecendo o domínio de grandes empresas multinacionais no cenário mundial. As políticas neoliberais adotadas a partir dos anos 1970 deram impulso ao mercado e às companhias multinacionais, provocando ajustes estruturais com consideráveis privatizações e a consolidação de um sistema agroindustrial mundial comandado por importantes instituições multinacionais, com sérias consequências sociais.

De acordo com Chesnais (1996, p. 18), o termo mais adequado para classificar as mudanças ocorridas nesse período seria “mundialização do capital”. Para o autor, políticas de

²⁵ A territorialização dos movimentos sociais e a criação dos assentamentos no estado serão abordados mais adiante neste capítulo.

²⁶ O Banco da Terra foi uma política do governo federal de crédito para compra de terras e criação de assentamentos, implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse programa foi denominado “reforma agrária de mercado”.

²⁷ O PNCF, criado em 2008, durante a administração de Lula, incorporou o antigo Banco da Terra, oferecendo condições para que os trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra pudessem comprar um imóvel rural por meio de um financiamento, seguindo as mesmas características do antigo Banco da Terra.

²⁸ Terras concedidas por órgão fundiário, sem a titulação definitiva (IBGE, 2017c).

²⁹ Quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de concessão da União e estejam habitadas por comunidades indígenas em caráter permanente, sendo utilizadas para suas atividades produtivas, segundo seus usos, costumes e tradições (IBGE, 2017c).

³⁰ Quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de título, via reforma agrária.

desregulamentação e privatização adotadas por Estados capitalistas ampliam a movimentação de capitais em escala internacional. Essa movimentação de capitais deve ser pensada de forma hierarquizada entre os Estados participantes com “relações políticas de rivalidade, dominação e dependência [...] não apagando a existência dos Estados nacionais”. Temos um grupo de países que comandam as movimentações de capitais em nível mundial e outro composto por nações totalmente dependentes dessas movimentações. Nos países dependentes tivemos uma profunda concentração de capitais, beneficiando alguns grupos econômicos e grandes empresas nacionais e internacionais, resultando em graves consequências sociais.

Portanto, no período entre 1975 e 2017, houve profundas mudanças na base técnica do campo sul-mato-grossense em decorrência da expansão e intensificação das relações capitalistas no campo, provocando uma alteração no processo produtivo a partir da aliança entre Estado, capital e propriedade fundiária. Essas modificações representam o crescimento do capital industrial, de agriculturas de exportação vinculadas ao agronegócio e da introdução da prática da pecuária melhorada, alterando profundamente as relações sociais e de produção no campo.

Posto isso, a tabela 4 apresenta dados sobre a utilização das terras no estado, no período de 1975-2017, com destaque para a expansão das áreas usadas pelas lavouras temporárias: em 1975, havia um total de 1.208.715 ha; em 2006, foi registrado um total 2.178.812 ha e, em 2017, um total de 3.591.388 ha. De 1975 a 2017, houve um aumento de 2.382.673 ha utilizados pelas lavouras temporárias. Em Mato Grosso do Sul, o desenvolvimento desse tipo de plantação é representado pelas culturas da soja, milho e cana-de-açúcar, que se destacam no cenário agroexportador brasileiro.

Outro elemento que deve ser destacado são as alterações na utilização das características naturais do solo, considerando o crescimento da atividade econômica mais tradicional do estado, a pecuária. No período, houve uma significativa redução das áreas utilizadas por pastagem naturais: em 1975, foram usadas 15.580.241 ha, reduzindo para 4.913.017 ha, em 2017. Ao longo dos anos, as pastagens naturais passaram a ser substituídas pelas pastagens plantadas, que representavam 5.213.256 ha, em 1975, e em 2017 passam a totalizar 13.526.818 ha. De acordo com Mizusaki (2009), a partir de 1950, nas áreas de mata no sul do estado, começa a se desenvolver uma pecuária melhorada, tratada com pasto plantado. Esse processo resultou na formação de grandes propriedades em áreas até então ocupadas por mata nativa.

Tabela 4 – Estado de Mato Grosso do Sul
Área dos estabelecimentos agropecuários, por utilização das terras em hectares (ha) (1975-2017)

Ano	Total	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas	Matas Plantadas
1975	28.692.584	65.912	1.208.715	15.580.241	5.213.256	183.557
1980	30.743.738	52.526	1.589.475	12.266.007	9.068.931	442.112
1985	31.108.813	28.501	1.874.462	9.658.224	12.144.529	454.251
1995	30.942.772	16.215	1.367.496	6.082.778	15.727.930	181.080
2006	30.274.975	61.593	2.178.812	6.220.544	14.834.578	104.553
2017	30.549.179	36.968	3.591.388	4.913.017	13.526.818	1.005.275

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

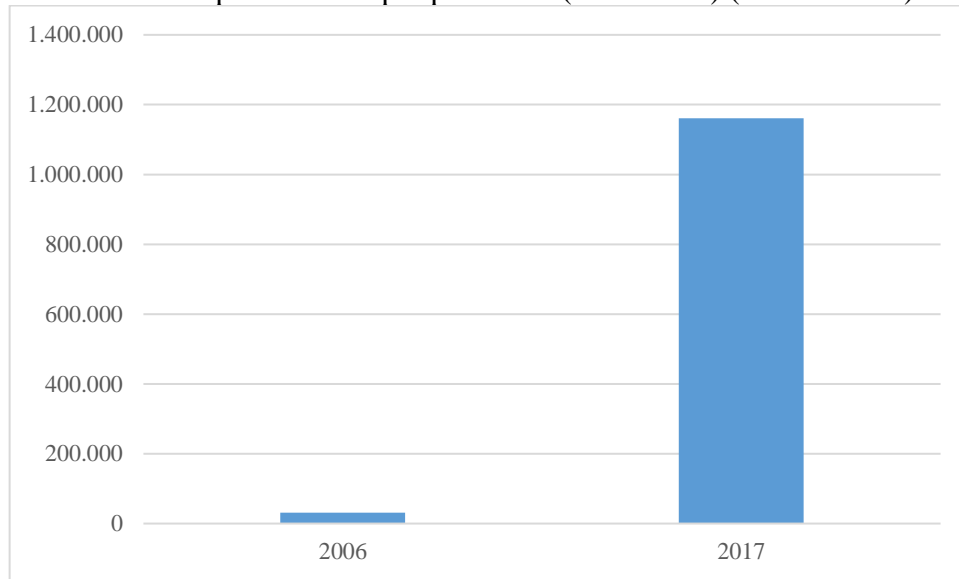
As lavouras permanentes ocupavam, em 1975, uma área de 65.912 ha e sofreu variações ao longo dos anos e, em 2017, foi registrada a utilização de uma área de 36.968 ha por culturas permanentes. As lavouras permanentes em Mato Grosso do Sul são representadas, principalmente, pela produção de frutos (banana, laranja, limão, manga, tangerina e coco-da-baía)³¹.

A grande expansão das áreas de matas plantadas³² é representada pelo crescimento da plantação de eucalipto, ocorrendo especialmente na região leste do estado, tendo em vista a territorialização das indústrias de papel e celulose nessa região. Em 1975, foram produzidos 183.557 ha de matas plantadas e, em 2017, foi registrado um total de 1.005.275 ha. No gráfico 1, indicamos a expressiva ampliação da produção de eucalipto no Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2006 e 2017. Em 2006, foi catalogado um total de 31.355 (mil unidades) de pés de eucaliptos plantados, em 2017 houve registro de um total de 1.161.356 (mil unidades) de pés de eucaliptos plantados.

³¹ Na tabela 5, apresentamos os dados produtivos tanto de culturas temporárias como permanentes.

³² De acordo com a classificação do IBGE, as matas plantadas compreendem áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Gráfico 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Número de pés de eucalipto plantados (2006-2017) (mil unidades)



Fonte: IBGE (2017b, 2017c).

A tabela 5 apresenta a produção vegetal nos estabelecimentos agropecuários por tipo de produção vegetal. No período de 1975 a 2017, verifica-se uma grande expansão da produção de culturas temporárias vinculadas ao agronegócio, com destaque para a soja, do milho e da cana-de-açúcar, como já pontuamos anteriormente.

A década de 1970 é marcada pelo crescimento da soja. Em 1975, foi registrada uma produção de 167.981 toneladas, passando para 1.042.237 toneladas, em 1980. Em 2017, houve um total de 8.064.607 toneladas. De acordo com Mizusaki (2009, p. 57), essa cultura se expande em áreas até então utilizados pela pecuária tradicional, devido ao baixo preço das terras. Posteriormente, com a elevação do preço das terras, a soja passa também a ser produzida por meio do sistema de arrendamento. Ainda segundo a autora, a grande expansão da soja resulta de uma “conjunta econômica favorável e condições geográficas favoráveis, o esgotamento da fronteira agrícola no Sul do país, e os incentivos do Estado...”. Atualmente, a soja é um dos principais produtos da pauta de exportação do estado.

Nesse sentido, o trigo foi empregado no sistema de consórcio de inverso com a soja e teve um notável aumento da sua produção até a década de 1980. Em 1975, foi registrado um total de 5.929 toneladas de trigo, passando para 238.085, em 1985. A partir de 1990, ocorre uma significativa redução em sua produção e a expansão da cultura do milho, impulsionada também pela introdução da avicultura e da suinocultura no estado, considerando que o milho é um dos principais componentes da ração de aves e suínos (MIZUSAKI, 2009). Em 1995, houve

um total de 1.328.032 toneladas de milho e, em 2017, o total foi de 9.232.573 toneladas. O milho também é um dos mais importantes produtos voltados para o mercado externo.

Tabela 5 – Estado de Mato Grosso do Sul
Evolução da produção vegetal nos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção vegetal (1975-2017)

Tipo de produção vegetal	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Algodão em caroço (toneladas)	31.790	50.094	90.479	76.708	68.490	143.719
Arroz em casca (toneladas)	585.439	337.369	235.347	162.392	94.410	74.014
Banana (mil cachos)	1.606	1.308	1.753	1.515	2.471	9.364
Cacau (amêndoa) (toneladas)	-	5	1	3	-	-
Café em coco (toneladas)	13.200	11.230	6.344	1.192	1.683	275
Cana-de-açúcar (toneladas)	10.473	242.042	2.454.098	5.160.330	11.253.497	50.479.440
Coco-da-baía (mil frutos)	158	53	132	99	1.328	407
Feijão em grão (toneladas)	9.743	19.719	24.336	12.616	14.209	13.420
Fumo em folhas (toneladas)	9	25	-	-	-	-
Laranja (mil frutos)	58.813	23.912	41.672	37.328	20.569	13.955*
Limão (mil frutos)	2.495	2.151	4.310	3.686	4.070	921*
Mandioca (toneladas)	73.719	76.720	132.146	244.545	349.251	403.080
Manga (mil frutos)	7.241	7.071	10.852	13.984	262	124*
Mamão (mil frutos)	193	540	392	1.149	424	1.542*
Milho em grão (toneladas)	130.128	163.107	254.314	1.328.032	2.174.710	9.232.573
Soja em grão (toneladas)	167.981	1.042.237	1.811.881	1.796.994	3.872.197	8.064.607
Tangerina	8.035	3.392	6.688	8.387	419	501*
Trigo em grão (toneladas)	5.929	78.033	238.085	34.619	42.935	24.669
Uva (toneladas)	19	6	13	119	76	19

Legenda: * Toneladas.

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

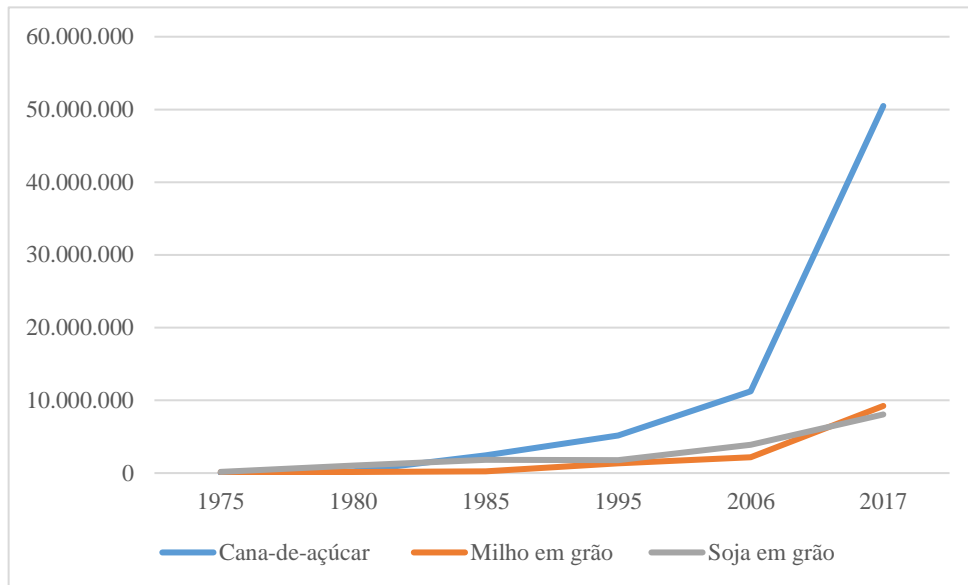
A expansão das culturas mecanizadas em Mato Grosso do Sul, como a da soja e do milho, recebe do Estado todo o aparato público necessário e inaugura “a passagem do domínio da subordinação do capital comercial para o domínio da subordinação do capital industrial e financeiro”. O campo passa a ser subordinado ao capital industrial (MIZUSAKI, 2009, p. 58).

Já no tocante à cana-de-açúcar, para Mizusaki (2017a, p. 60-61), “a expansão recente da cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul relaciona-se ao contexto nacional/mundial de demanda pelo consumo de álcool”, considerado uma fonte limpa no que se refere às questões ambientais, sua produção foi apropriada pelas grandes empresas e seu consumo tem crescido em nível mundial, impulsionando a instalação de usinas em países produtores. O avanço da produção de cana-de-açúcar no estado teve início nos anos de 1980 e, em 1985, registrou-se um total de 2.454.098 toneladas, apresentando constantes aumentos ao longo dos anos, registrando um total de 50.479.440 toneladas em 2017.

Por meio dos gráficos 2 e 3, podemos estabelecer uma análise comparativa entre a produção de *commodities* direcionadas ao mercado externo e a produção de alimentos que atendem o mercado interno. Verificamos o considerável avanço de *commodities* como a soja, o milho e a cana-de-açúcar entre 1975 e 2017, e uma significativa redução da produção de gêneros

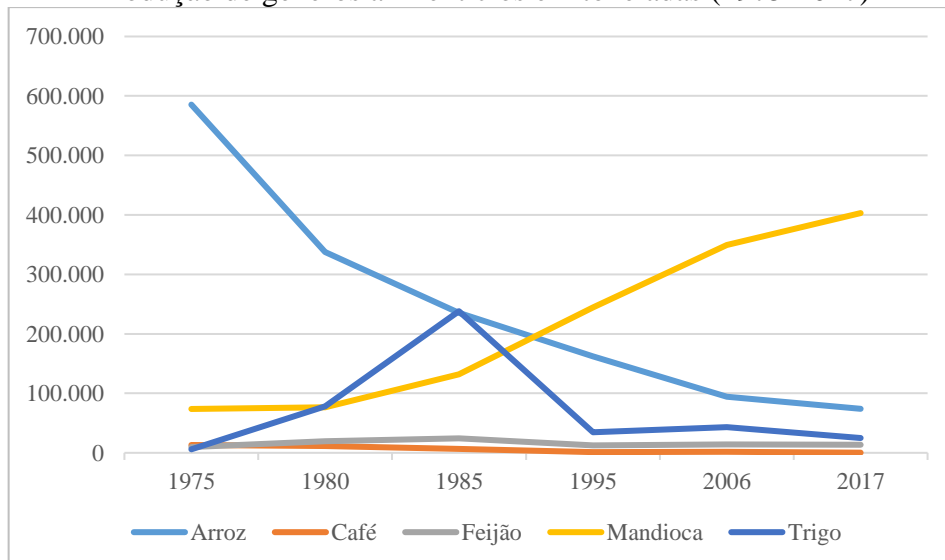
alimentares que estão presentes na rotina do sul-mato-grossense, como o arroz, o café e o trigo, com exceção da mandioca, que apresentou um importante aumento no período. O feijão também progrediu até 1985, e demonstrou uma notável diminuição a partir de 1995.

Gráfico 2 – Estado de Mato Grosso do Sul
Avanço das principais *commodities* em toneladas (1975-2017)



Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Gráfico 3 – Estado de Mato Grosso do Sul
Produção de gêneros alimentícios em toneladas (1975-2017)



Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

A mandioca é um dos produtos que fazem parte da cultura sul-mato-grossense. Por ser um alimento muito consumido no estado, é facilmente encontrado em unidades de produção camponesa, principalmente para o autoconsumo da família e para a produção de farinha de

mandioca de forma artesanal. Nos últimos anos, a mandioca passa a apresentar uma importância maior para outras categorias de produtores, devido à implantação de várias fecularias³³ no Mato Grosso do Sul.

De acordo com Costa (2014), a implantação de fecularias no estado introduziu a cultura da mandioca no agronegócio sul-mato-grossense. Ele também afirma que Mato Grosso do Sul representa a segunda maior concentração de fecularias e de produtores de matérias-primas do país. Com o início na década de 1980, a produção vem se expandindo devido à subordinação de camponeses, que antes produziam para a comercialização apenas no mercado local.

No tocante à pecuária, ela representa a atividade mais tradicional da economia sul-mato-grossense e, atualmente, é constituída pela criação de bovinos, aves, suínos, equinos, ovinos, caprinos e bubalinos (tabela 6). A carne bovina também é um dos principais produtos da pauta de exportações do Brasil. Como já destacamos anteriormente, a partir de 1970 houve uma ampliação das áreas de pecuária utilizadas por pastagem plantada (pecuária melhorada) e esse sistema permitiu aumentar a produção de bovinos, que ocorreu, inicialmente, às custas do desmatamento de áreas de mata nativa.

Com a rápida expansão das culturas de soja, milho e cana-de-açúcar no estado, ocorre a introdução do sistema semi-intensivo e intensivo para a criação de bovinos. O primeiro utiliza-se de pastagem plantada e de suplementos proteicos e energéticos. Já no segundo, por seu turno, empregam-se suplementos proteicos e energéticos, porém os bovinos ficam em um confinamento. O objetivo desses sistemas é interferir no ciclo natural de desenvolvimento do gado, obtendo um intervalo mais curto no período de cria, recria e engorda, aumentando, assim, a produtividade, usando uma menor área para a criação desses animais (EMBRAPA, 2020a).

Tabela 6 – Estado de Mato Grosso do Sul
Evolução do efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários, por espécie de efetivo (1975-2017)

Espécie de efetivo	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Bovinos (cabeças)	8.871.154	11.862.907	15.017.906	19.754.356	20.634.817	19.485.201
Bubalinos (cabeças)	41.540	20.874	25.520	10.799	8.896	10.033
Equinos (cabeças)	194.362	215.987	271.516	318.140	249.242	222.835
Asininos (cabeças)	675	1.533	2.401	3.319	1.738	2.109
Muare (cabeças)	22.649	27.201	31.772	38.184	27.442	27.014
Caprinos (cabeças)	17.452	18.097	21.808	20.303	20.550	26.698
Ovinos (cabeças)	100.938	129.917	204.453	346.431	384.318	271.326
Suínos (cabeças)	473.461	398.719	400.656	508.813	864.317	1.401.034
Aves*	2.884	2.615	2.801	10.971	24.768	28.252.765

Legenda: *Galinhas, galos, frangas e frangos (mil cabeças).

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

³³ Fecularias são indústrias que produzem uma gama de produtos como: fécula de mandioca (polvilho doce), polvilho azedo, amidos modificados de diversos tipos para processos industriais, sagu e tapioca granulada (COSTA, 2014, p. 12).

Também se destacam no estado a produção de suínos e aves, registrando um aumento significativo no Censo de 2017. A expansão da exportação da carne de suínos e aves é a principal responsável pelo crescimento recente dessa produção. É interessante ressaltar que a criação de suínos e aves também está atrelada ao avanço da produção da soja e do milho, que são as principais matérias-primas da ração destinadas às granjas.

No que se refere a produção de origem animal, Mato Grosso do Sul se destaca na produção de ovos de galinha e leite de vaca, conforme dados apresentados na tabela 7. A partir da década de 1970, com a expansão das empresas de laticínios, houve um considerável acréscimo na produção do leite no estado. Em 1975, houve uma produção de 90.476 (mil litros). Em 2006, a quantidade de leite era de 383.880 (mil litros) e, em 2017, foi registrado um total de 424.092 (mil litros).

A produção de ovos de galinha mostrou um expressivo aumento nos últimos anos: em 1975 eram produzidos 7.155 (mil dúzias) de ovos, e em 2017 foi registrado um total de 45.720 (mil dúzias) de ovos³⁴.

Tabela 7 – Estado de Mato Grosso do Sul
Evolução da produção de origem animal em estabelecimentos agropecuários, por tipo de produção (1975-2017)

Tipo de produção	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Leite de vaca (mil litros)	90.476	203.957	268.014	385.526	383.880	424.092
Leite de cabra (mil litros)	39	23	41	275	133	56
Lã (toneladas)	43	58	88	79	48	22
Ovos de galinha (mil dúzias)	7.155	11.092	12.541	18.810	30.209	45.720

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

Segundo Mizusaki (2017a), no Mato Grosso do Sul a opção econômica por agriculturas de exportação vinculadas ao agronegócio tem causado uma perda de áreas destinadas à produção de gêneros alimentícios, a expropriação de camponeses e impactos ambientais provocados pelas monoculturas, em virtude da utilização de agrotóxicos. Consideramos que as discussões a respeito dessas problemáticas são fundamentais, em razão da importância da soberania alimentar³⁵ na atualidade, o aumento da violência praticada contra povos originários e camponeses que lutam pela *terra de trabalho e morada*, além da perda da biodiversidade.

³⁴ No município de Terenos, encontramos a CAMVA, maior produtora de ovos de galinha do estado, cujas características serão apresentadas no Capítulo 4.

³⁵ Entendemos a soberania alimentar como o direito à alimentação a toda a população, com base em pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção e de comercialização. Além disso, é um direito que os povos têm de poder produzir seus próprios alimentos.

Segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 28-29), a monocultura é a base da agricultura moderna, que desde seu início revela uma prática que não visa satisfazer as necessidades das regiões e dos povos que a produzem. A “monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política na medida em que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz”. O pesquisador faz um alerta sobre os riscos do período da globalização neoliberal, com a grande expansão da monocultura, resultando em severas crises econômicas (mercado vulnerável, grandes oscilações do mercado, dependência da exportação) e sociais (aumento das desigualdades sociais, diminuição da produção de alimentos para atender o mercado interno).

A alteração da base técnica do processo produtivo, para atender uma demanda produtiva que é destinada ao mercado externo, pode ser verificada na tabela 8, que apresenta dados do número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, a partir de 1975, e o crescimento da quantidade de tratores no campo sul-mato-grossense.

De acordo com dados do Censo Agropecuário, em 1975, o Mato Grosso do Sul possuía 12.291 tratores e, no Censo de 2017, foi registrado um total de 53.439 tratores, um acréscimo de 41.148 tratores no campo.

Tabela 8 – Estado de Mato Grosso do Sul
Pessoal ocupado e número de tratores em estabelecimentos agropecuários (1975-2017)

Ano	Pessoal ocupado	Tratores
1975	275.132	12.291
1980	230.983	23.162
1985	253.993	31.076
1995	202.709	36.387
2006	211.193	37.900
2017	254.971	53.439

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

No que se refere ao número de pessoas ocupadas no campo, em 1975 o total era de 275.132 indivíduos. Essa quantidade apresentou quedas ao longo dos anos e, em 2017, houve o registro de 254.971 pessoas ocupadas no campo sul-mato-grossense, 20.161 a menos do que em 1975. Na tabela 9, organizamos o número de pessoal ocupado por grupo de área em 2017, com o objetivo de identificar em qual deles concentram-se as maiores parcelas de pessoal ocupado no campo.

Analisando os dados contidos na tabela 9, verifica-se que os estabelecimentos agropecuários de até 50 ha possuíam um total de 108.119 pessoas ocupadas (42,39% do total de pessoal ocupado no campo), extrato que representa a presença do campesinato. Esses estabelecimentos ocupavam uma área de 660.910 ha, o que corresponde a apenas 2,16% da área

total. Aqueles com mais de 1000 ha possuíam 81.657 indivíduos ocupados, correspondendo a 32,03% do total, esses estabelecimentos ocupavam 77,33% da área total dos estabelecimentos agropecuários no estado.

Dessa forma, constatamos que o campesinato sul-mato-grossense, apesar de ocupar uma pequena área do total de área ocupada por atividades rurais, em número de pessoas é muito representativo. Esse cenário demonstra a força do campesinato para a manutenção de pessoas no campo e da grande propriedade capitalista na formação de vazios demográficos rurais, considerando as alterações na base técnica do processo produtivo, com uma utilização cada vez maior de maquinários agrícolas.

Tabela 9 – Estado de Mato Grosso do Sul
Pessoal ocupado, por grupo de área, em estabelecimentos agropecuários (2017)

Grupos de área (ha)	Pessoal ocupado	% do total de pessoal ocupado	Área em hectares (ha)	% da área total
Total	254.971	100	30.549.179	100
Menos de 10	42.537	16,68	95.376	0,31
10 a menos de 20	35.021	13,73	195.912	0,64
20 a menos de 50	30.561	11,98	369.622	1,21
50 a menos de 100	11.834	4,64	303.339	0,99
100 a menos de 500	32.808	12,87	2.573.606	8,43
500 a menos de 1000	20.357	7,99	3.389.200	11,09
Mais de 1000	81.657	32,03	23.622.125	77,33
Produtor sem área	196	0,08	–	–

Fonte: IBGE (2017c).

Outro elemento a ser introduzido nas discussões recentes da questão agrária em Mato Grosso do Sul é o fenômeno da “estrangeirização das terras”. De acordo com Dalperio (2015), o aumento na produção de *commodities* está diretamente vinculada à estrangeirização das terras no estado. Nos últimos anos, esse processo tem provocado um severo avanço dos conflitos territoriais, pois a expansão dessas monoculturas acarreta a expropriação de camponeses e indígenas e a redução de gêneros alimentícios, como apresentamos anteriormente.

Atualmente, os conflitos territoriais em Mato Grosso do Sul estão ligados à alta concentração fundiária, devido à territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro e pela desterritorialização dos indígenas e camponeses. No que se refere ao fenômeno recente de estrangeirização da terra, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 83) afirmam que:

A estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por megainvestimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para a produção agrícola... Esse processo representa também criação de infraestruturas, como estradas, portos, transferências de tecnologias para a produção, promovendo o desenvolvimento do agronegócio e surgimento de novos mercados.

Para os estudiosos, a compra de áreas por estrangeiros no Brasil é a principal responsável pelo grande aumento do preço da terra. O agronegócio estrangeiro compra as terras dos latifundiários, territorializando-se de forma acelerada. A estrangeirização das terras é um problema para os movimentos camponeses e indígenas e uma solução para as empresas do agronegócio, gerando novos confrontos no campo e novas formas de luta e resistência.

Segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)³⁶ (2017), foram contabilizadas 25 empresas com capital internacional vinculadas ao agronegócio, que se territorializaram em Mato Grosso do Sul, ocorrendo em 18 municípios: Angélica, Caarapó, Campo Grande, Chapadão do Sul, Costa Rica, Dourados, Eldorado, Ivinhema, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sonora, Sidrolândia, Três Lagoas e Vicentina (figura 2). As *commodities* que se destacam são a cana-de-açúcar, a soja, e o milho, além do monocultivo de árvores associado às indústrias de papel e celulose. No que se refere à origem do capital estrangeiro, ressalta-se a presença de capital norte-americano (quadro 1).

Para Delgado (2017), a partir dos anos 2000 tivemos uma reestruturação do “projeto de modernização conservadora da agricultura”. Essa ideia se apoia no Estado Democrático, instituído pela Constituição de 1988, articulando os interesses das grandes cadeias agroindústrias, da propriedade fundiária e do Estado.

Mas há um traço comum entre o projeto de modernização conservadora dos militares e o contemporâneo pacto do agronegócio: a pretensão por absoluta “mercadorização” das terras e a dispensa de qualquer ação de reforma agrária, no sentido de mudança de uma estrutura agrária, que continua de fato autoregulada pelo mercado de terras e arrendamentos rurais, sob olhar complacente das instituições estatais (DELGADO, 2017, p. 19).

A legislação sobre a reforma agrária contida na Constituição de 1988³⁷ é interpretada como uma política de distribuição de terras, prevalecendo a lógica da mercantilização das terras. Dessa forma, o que temos não é a instituição de uma política de reforma agrária, mas sim um programa para a mercantilização das terras³⁸ (DELGADO, 2017).

³⁶ O DATALUTA é um projeto de pesquisa e extensão, desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Presidente Prudente.

³⁷ Os Artigos 184 e 191 da Constituição Federal de 1988 versam sobre a reforma agrária.

³⁸ Esses programas para a mercantilização das terras ficaram conhecidos como “reforma agrária de mercado” (Antigo Banco da Terra e atual PNCF). Na prática, o Estado financia a compra voluntária de terras, o proprietário é pago em dinheiro a preço de mercado, enquanto o trabalhador que compra a terra fica endividado, e se não quitar a dívida, perde a terra. Trata-se, portanto, de uma mera operação de mercado, complementada por algum subsídio.

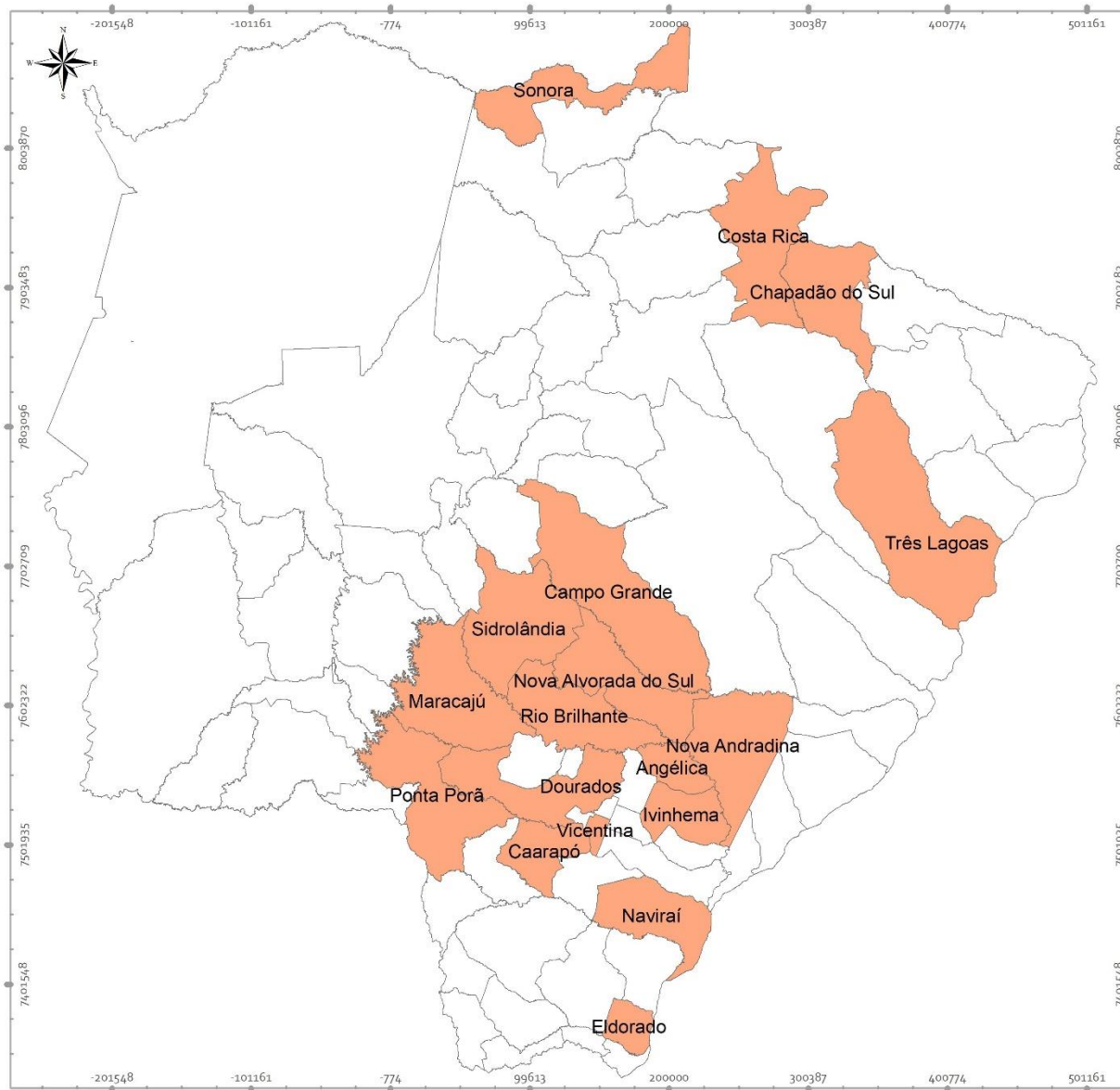


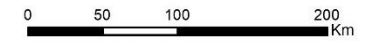


Figura 2 - Municípios com a presença de empresas de capital internacional, vinculadas ao agronegócio, em Mato Grosso do Sul - 2017



Legenda

-  Municípios
-  Municípios com empresas de capital internacional, vinculadas ao agronegócio



Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: DATALUTA, 2017
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



Quadro 1 – Estado de Mato Grosso do Sul
Empresas de capital internacional vinculadas ao agronegócio (2017)

N.º	Razão social da empresa	Origem do capital	Uso do solo	Municípios
1	Adecoagro Brasil Participações S. A.	EUA	Cana-de-açúcar, grãos (em rotação)*	Angélica, Ivinhema, Sidrolândia.
2	ADM do Brasil Ltda.	EUA	Algodão, grãos (em rotação)*	Campo Grande
3	Agrex do Brasil S. A. (Ceagro)	Argentina	Grãos (em rotação)*	Dourados
4	Biosev Bionergia S. A.	França	Cana-de-açúcar	Rio Brilhante
5	Biourja do Brasil Agroindustria Ltda.	EUA	Grãos (em rotação)*	Chapadão do Sul
6	Bunge Alimentos S. A.	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	Ponta Porã, Dourados.
7	Cargill Agrícola S. A.	EUA	Cana-de-açúcar; Grãos (em rotação)*	Três Lagoas
8	Central Energética Vicentina Ltda.	Brasil**; EUA	Cana-de-açúcar	Vicentina
9	Cerona – Companhia de Energia Renovável S. A.	Alemanha; Brasil**	Cana-de-açúcar	Nova Andradina
10	Cia Agrícola Estância Sonora	Itália	Cana-de-açúcar	Sonora
11	Eldorado Brasil Celulose S. A.	Países Baixos	Monocultivo de árvores	Três Lagoas
12	Fibria Celulose S. A.	Brasil**	Monocultivo de árvores	Três Lagoas
13	Grupo Poet	EUA	Grãos (em rotação)*	Chapadão do Sul
14	Grupo Rangel	Portugal	Grãos (em rotação)*	Chapadão do Sul
15	Infinity Bio-Energy Brasil Participações S. A.	EUA	Cana-de-açúcar	Dourados, Naviraí.
16	International Paper do Brasil Ltda.	EUA	Monocultivo de árvores	Três Lagoas
17	Mitsui (SLC Agrícola)	Japão	Café	Costa Rica
18	MSU Brasil Agropecuária Ltda.	Argentina	Grãos (em rotação)*	Campo Grande
19	Odebrecht Agroindustrial S. A.	Brasil**	Cana-de-açúcar	Rio Brilhante, Eldorado.
20	Parkia Participações S. A.	Brasil**	Mercado de terras	Três Lagoas
21	Raízen Combustíveis S. A.	Brasil**	Cana-de-açúcar	Caarapó
22	Safi Brasil Energia S. A.	Itália	Cana-de-açúcar	Nova Alvorada do Sul
23	São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	Brasil**	Cana-de-açúcar	Dourados, Maracaju.
24	SLC Agrícola S.A.	Brasil**	Algodão, grãos (em rotação)*	Costa Rica
25	The Lancashire General Investment Company Limited	Reino Unido	Mercado de terras	Campo Grande

Legenda: * Soja, milho. ** Empresas brasileiras com presença de capital estrangeiro.
Fonte: DATALUTA (2017).

No processo de desenvolvimento do capital industrial sobre o campo é importante destacar a afirmação histórica do campesinato enquanto classe social. Analisando os gráficos 4 e 5, percebemos que a quantidade de assentamentos criados no estado acompanha os períodos de maior número de ocupações de terra. Os dados revelam, sobretudo, que no processo de intensificação de relações capitalistas tem havido também resistências.

Em um país onde não há reforma agrária, as ocupações têm sido a principal estratégia dos movimentos sociais para a conquista da terra. Por meio dessa tática e da formação de acampamentos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se territorializou em Mato Grosso do Sul.

No Brasil, de acordo com Fabrini (2007), a luta pela terra tem início no fim da década de 1970, reunindo camponeses expropriados pelo avanço do capital no campo, que através da resistência passam a realizar ocupações de terra, recusando, assim, a proletarização. Os primeiros movimentos surgiram de forma isolada e foram ações organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁹.

O MST nasceu no ano de 1984, “marcando o início da articulação nacional das lutas do sem-terra” (FABRINI, 2007, p. 18) e tem na ocupação da terra seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Em virtude da não realização da reforma agrária, os sem-terra, por meio das ocupações, intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (FERNANDES, 2001).

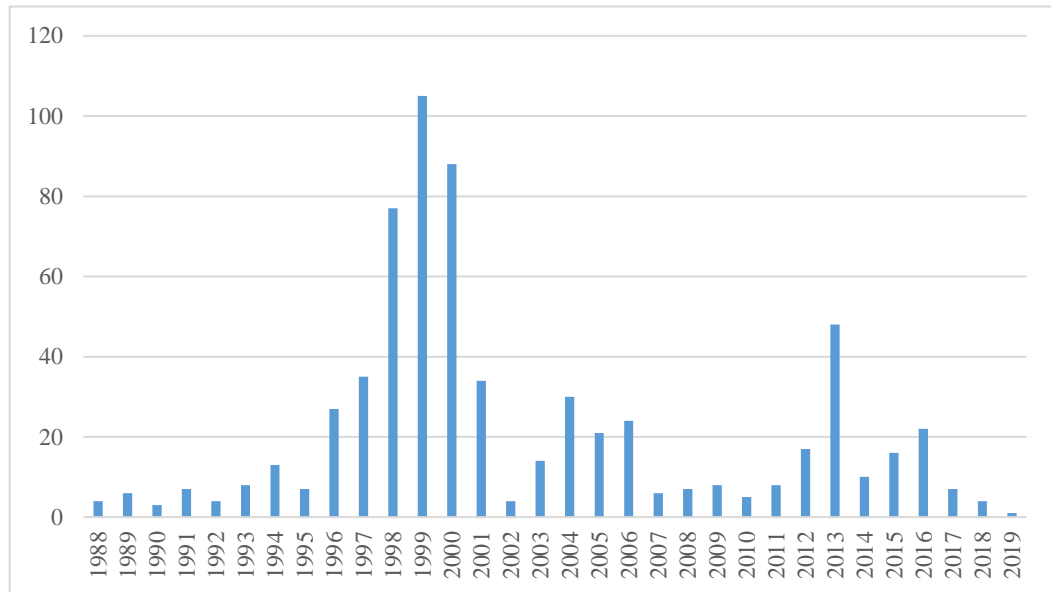
É importante destacar que, em Mato Grosso do Sul, o MST não é o único movimento social que atuou na política de implantação de assentamentos. Temos que enfatizar também os movimentos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴⁰ e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)⁴¹ (ALMEIDA, 2003). Além dessas organizações, cabe ressaltar o papel da CPT, que atuou junto aos movimentos sociais na organização e suporte aos acampamentos.

³⁹ A CPT nasceu ligada à igreja católica, em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia, em Goiás. Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à situação vivida pelos trabalhadores rurais e posseiros, submetidos ao trabalho escravo e expulsos da terra que ocupavam.

⁴⁰ A CUT é uma organização sindical, fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

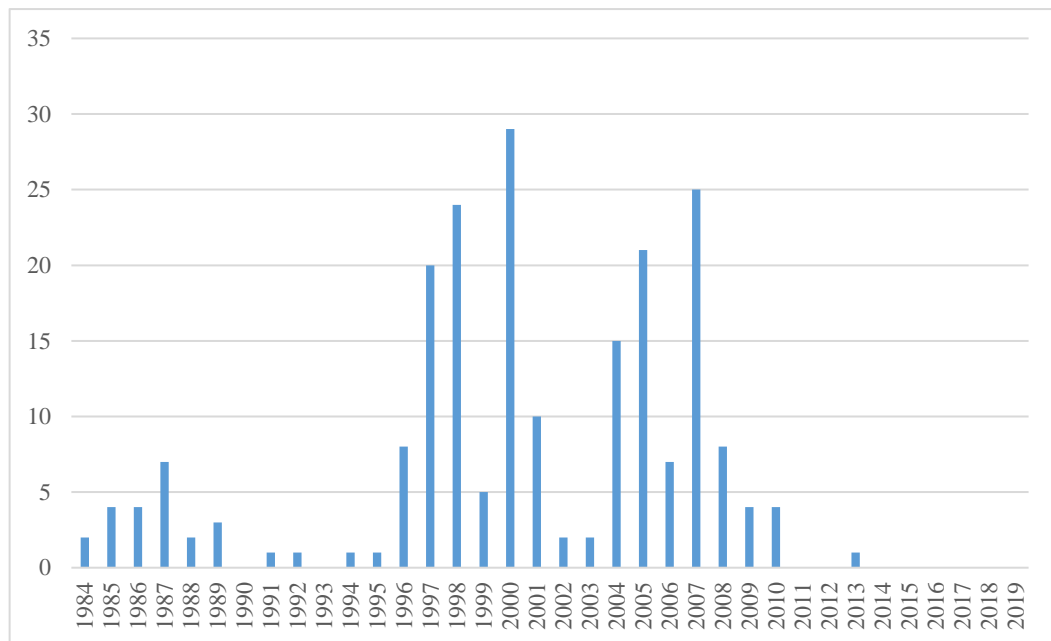
⁴¹ A FETAGRI foi criada em 23 de fevereiro de 1979, sendo uma entidade sindical que representa Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Gráfico 4 – Estado de Mato Grosso do Sul
Ocupações de terra (1988-2019)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019).

Gráfico 5 – Estado de Mato Grosso do Sul
Assentamentos criados (1984-2019)



Fonte: INCRA (2019).

Os primeiros assentamentos criados em Mato Grosso do Sul remontam o período anterior ao término da Ditadura Militar (1964-1985), e foram projetos implantados pelo governo estadual. Na primeira gestão de Wilson Barbosa Martins (1983-1986)⁴² tivemos a criação dos primeiros assentamentos no estado (CHAGAS, 2014). Para Almeida (2003), o

⁴² A partir de 1982, o pleito para a escolha dos executivos estaduais voltou a ser direto em todo o país.

período de 1980 a 1985 marca a primeira fase da luta pela terra e representou a conquista de seis assentamentos realizados pelo governo federal e estadual.

Segundo Chagas (2014), a administração de Wilson Barbosa Martins experimentou dois modelos de gestão federal: um militar, em processo de finalização (João Figueiredo/PDS) e outro democrático (José Sarney/PMDB, 1985-1990). Em 1984, foram inaugurados dois assentamentos no estado e, em 1985, mais quatro.

A segunda fase da luta pela terra em Mato Grosso do Sul compreende o período de 1986 a 1990 (ALMEIDA, 2003). Nessa época, surgiu a proposta para a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA). O I PNRA foi desenvolvido em 1985, na administração de José Sarney. Embora esse governo fosse um histórico aliado da realização de uma Reforma Agrária, o projeto do I PNRA nunca foi implementado na íntegra (CHAGAS, 2014). A principal oposição à execução do Plano partiu dos ruralistas, principalmente com a criação da União Democrática Ruralista (UDR)⁴³. De acordo com Almeida (2003, p. 133),

o Estado de Mato Grosso do Sul tinha como meta o assentamento de 41.200 famílias no quadriênio 1986-1989, com a desapropriação de 1.480,000 hectares. Seguindo o mesmo destino do PNRA, projeto que foi engavetado em 1987, sem cumprir nem 10% das metas, o PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária⁴⁴ – assentou apenas 10,02% (4.130 famílias) do previsto. Foram 16 assentamentos implantados.

A partir de 1988, a criação de assentamentos no estado passa a ser mediada pela atuação dos movimentos sociais. A quantidade de assentamentos segue a evolução do número de ocupações realizadas (como pode ser observado nos gráficos 4 e 5). Nesse contexto, a violência contra os camponeses e os indígenas no Mato Grosso do Sul passa a ser o reflexo do processo de expansão das relações capitalistas no campo, de um lado, e da resistência camponesa de outro, a partir das ocupações junto aos movimentos sociais.

Para Almeida (2003, p. 135), o período de 1991 a 1995 foi para os trabalhadores rurais sem-terra o mais trágico. “A política de assentamentos foi reduzida no Estado, e apenas seis novos projetos foram implantados e as ocupações de terra combatidas sistematicamente”. Pedro

⁴³ A UDR, criada em maio de 1985, se apresenta como uma entidade associativa brasileira que reúne grandes latifundiários e tem como objetivo declarado “a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País” (UDR, 2020). Sua atuação política expressa o conservadorismo patronal do campo, posicionando-se contra a reforma agrária iniciada no Brasil durante a transição democrática dos anos 1980, após a última ditadura militar. Para Alentejano (2020, p. 354), a UDR é a “organização patronal mais truculenta existente no campo brasileiro, associada historicamente a práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais”.

⁴⁴ O PRRA foi elaborado seguindo as diretrizes do PNRA.

Pedrossian, governador eleito em 1991, institucionalizou a violência como forma de intimidar os trabalhadores rurais.

O Mato Grosso do Sul foi disparadamente o Estado da federação que teve o maior número de trabalhadores rurais presos, foram 74 homens e mulheres presos no período de 1991-1992 e mais 18 trabalhadores rurais com mandado judicial de prisão preventiva (ALMEIDA, 2003, p. 135).

A violência no campo se expressa por meio de conflitos, assassinatos e tentativas de assassinatos. Analisando a tabela 10, verificamos que os confrontos no campo sul-mato-grossense sofreram variações ao longo dos anos. Porém, apresentam-se constantes em todo o período, com destaque para os últimos anos da década de 1990 e início do século XXI, tendo em vista a territorialização das lutas dos movimentos sociais no campo, por meio da retomada da luta pela terra no estado. De acordo com Almeida (2003), entre 1996 e 2000, houve a retomada da luta pela terra, resultando na implantação de vários assentamentos, como pode ser observado no gráfico 5.

Tabela 10 – Estado de Mato Grosso do Sul
Número de conflitos por terra, família envolvidas, assassinatos e tentativas de assassinatos
(1985-2019)⁴⁵

Ano	Número de conflitos	Número de famílias envolvidas	Assassinatos	Tentativas de assassinatos
1985	10	4.475	*	*
1990	10	181	*	*
1996	11	1.917	*	*
2000	84	9.427	2	5
2005	40	1.618	*	*
2008	10	801	*	1
2009	27	422	2	6
2010	11	784	*	*
2011	22	970	*	*
2012	41	2484	*	*
2013	61	2639	3	7
2014	43	451	3	2
2015	40	1869	1	5
2016	31	2875	1	10
2017	32	4172	*	*
2018	26	2075	*	2
2019	35	6037	1	10

Legenda: * Sem dados.

Fonte: CPT (2019).

Os maiores números da luta pela terra no estado referem-se aos mandatos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), do PSDB, e Luiz Inácio Lula da

⁴⁵ Os dados da tabela incluem os conflitos por terras indígenas.

Silva (2003-2010), o Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). Para Fernandes (2000), essas estatísticas estão relacionadas às ações de movimentos sociais.

Analisando o cenário da luta pela terra no governo FHC, constatamos que a maior parte dos assentamentos implantados foram resultado de ocupações de terra. No seu segundo mandato, as ocupações foram criminalizadas e, com isso, os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações e, conseqüentemente, houve diminuição na quantidade de assentamentos instituídos. As políticas de FHC foram caracterizadas pelo desenvolvimento de projetos voltados principalmente para a integração de camponeses ao mercado e na aquisição de terras via mercado, o que gerou inúmeras críticas dos movimentos sociais⁴⁶ (FERNANDES, 2001).

Em Mato Grosso do Sul, mesmo com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, para governador em 1998, não houve mudanças significativas no cenário agrário do estado. Seu mandato foi caracterizado por alianças efetuadas com o governo já em andamento de FHC e os assentamentos criados nesse período foram resultado de ocupações de terra, como já observado nos gráficos 4 e 5.

A administração de FHC assentou em Mato Grosso do Sul 11.782 famílias, enquanto a gestão de Lula assentou um pouco menos, foram 11.295 famílias (tabela 11). Entendemos que as metas propostas por Lula de “fazer a reforma agrária”, contida no II Plano Nacional de Reforma Agrária, com o assentamento de 314.942 famílias, não foram cumpridas (OLIVEIRA, 2001, 2007). Conforme Fernandes (2012), 50% dos assentamentos criados nesses governos ocorreu como regularização fundiária e não desapropriação, além disso, os assentamentos instalados resultaram da atuação dos movimentos sociais.

Tabela 11 – Estado de Mato Grosso do Sul
Assentamentos criados nos Governos FHC, Lula e Dilma

Governos	Número de assentamentos criados	Número de famílias assentadas	Área em hectares	% da área total
FHC	93	11.782	343.996,9	60
Lula	85	11.295	229.085,3	39,9
Dilma	1	170	2.600	0,10
Total	178	23.077	573.082,2	100

Fonte: INCRA (2019).

De acordo com Fernandes (2018), o período correspondente aos mandatos dos presidentes FHC e Lula (1995-2010) se caracterizou pelas ações neoliberais e pós-neoliberais⁴⁷.

⁴⁶ Essas políticas ficaram conhecidas como “reforma agrária de mercado”, como já destacamos anteriormente.

⁴⁷ Segundo Fernandes (2018, p. 63-65), as políticas neoliberais foram adotadas nos governos Collor, Itamar Franco e FHC, que trataram de adequar o país aos ajustes estruturais, com privatizações de empresas estatais. Nesses

Nesse momento, as políticas públicas foram direcionadas para a expansão geográfica do capital mundial e nacional sobre as terras de Mato Grosso do Sul, contribuindo para a expansão da agricultura capitalista, exportadora de *commodities*. O governo FHC mediou ações entre grandes empresas mundiais e as elites econômicas brasileiras, por meio de desregulamentações para a circulação de capitais. O governo Lula, por sua vez, a partir da forte presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), forneceu empréstimo a poderosas companhias nacionais e internacionais. O agronegócio recebeu recursos nas duas gestões via crédito rural. No final da administração de FHC, foram disponibilizados R\$972,6 milhões para o Mato Grosso do Sul. Já o governo Lula emprestou R\$3,4 bilhões (NARDOQUE, 2018).

No tocante aos recursos e a política pública destinados à agricultura camponesa, cabe mencionar que no governo FHC foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): um programa que disponibilizou crédito aos camponeses, mas ao mesmo tempo aumentou a sujeição camponesa ao mercado, visto que a intencionalidade dele é conceder recursos públicos para aquisição de novas tecnologias, objetivando aumentar a produtividade no campo. Foram oferecidos, via Pronaf, no último ano do governo FHC, R\$43 milhões em financiamentos para a agricultura camponesa, e no final do governo Lula foram viabilizados R\$92 milhões (NARDOQUE, 2018).

Apesar desses valores transferidos para a agricultura camponesa, o que percebemos a partir das características do Pronaf é que grande parte desse crédito rural destinado a famílias camponesas no estado, “canaliza-se diretamente para as empresas de comercialização de agroquímicos e de máquinas e implementos agrícolas” (NARDOQUE, 2018, p. 263).

Comparando as gestões de FHC e Lula, é importante ressaltar que este criou políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas ações colocam a produção camponesa como prioritárias para abastecer instituições sociais e educacionais.

Durante os mandatos da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e do governador André Puccinelli (2007-2014), houve um retrocesso ainda maior nas políticas de assentamento. Essa situação indicou um consequente alinhamento do governo com o agronegócio. Em Mato Grosso do Sul, o governo Dilma criou apenas um assentamento, no município de Sidrolândia, em 2013 (tabela 11).

governos tivemos um alinhamento com o agronegócio, articulando todos os sistemas e apresentando-se como um modelo de desenvolvimento para a agricultura. As políticas pós-neoliberais se referem às políticas adotadas no governo Lula-Dilma, que também se manteve articulado ao agronegócio, porém, com políticas estruturais que contribuíram para a redistribuição de renda, como o Bolsa Família.

As eleições estaduais de 2014 e 2018 colocam uma barreira ainda maior para os movimentos camponeses, pois elegeram duas vezes o governador Reinaldo Azambuja, colocando no poder um dos maiores produtores de soja do estado. As políticas voltadas para o fortalecimento do agronegócio ficaram ainda mais evidentes ao longo de seus mandatos.

Em 2016, com o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, a atual conjuntura da questão agrária se agrava ainda mais. A administração de Temer, com forte tendência à ampliação de políticas neoliberais de ajuste fiscal com restrições nos gastos públicos, intensifica ainda mais as alianças já desenvolvidas com o agronegócio, o que resultou no enfraquecimento ainda maior das políticas fundiárias.

Segundo Alentejano (2018), a gestão de Temer deixa claro seu posicionamento em relação às disputas no campo brasileiro ao extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e cancelar as desapropriações e demarcações de terras. No que se refere à composição ministerial, a indicação de Blairo Maggi, um dos maiores produtores rurais do país, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), evidencia o apoio do governo ao agronegócio.

A eleição federal de 2018 colocou no poder Jair Bolsonaro, e suas primeiras medidas no governo já indicam os rumos das políticas agrárias no Brasil em seu mandato. O INCRA, que estava sob a administração da Casa Civil desde 2016, passa a ser administrado pelo Ministério da Agricultura. O presidente eleito, após indicação da Bancada Ruralista⁴⁸, nomeia a deputada Tereza Cristina para assumir o cargo de Ministra da Agricultura. No Congresso, Tereza Cristina foi uma das principais defensoras do Projeto de Lei n.º 6.299/2002, apelidado de “PL do veneno”, que flexibiliza as regras para o uso de agrotóxicos, beneficiando, assim, o agronegócio. Além da transferência do INCRA, o governo de Bolsonaro também repassa para este ministério as atribuições relacionadas à demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A Ministra Tereza Cristina indicou Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR, para o cargo de Secretário Especial de Assuntos Fundiários do MAPA. Dessa forma, é notório que as ações da administração de Bolsonaro, no que se refere às políticas agrárias, estão sendo conduzidas pelos ruralistas.

Alentejano (2020, p. 353) afirma que os rumos das políticas do governo Bolsonaro para o campo estão muito claros: “prioridade total para o agronegócio e ataques aos movimentos

⁴⁸ A Bancada Ruralista é denominada oficialmente de Frente Parlamentar da Agropecuária e atua no congresso em defesa dos interesses do agronegócio. A Bancada Ruralista foi organizada pela UDR, no início da década de 1990, visando pressionar as votações referentes às políticas agrárias. Segundo Alentejano (2020), no governo Bolsonaro há um fortalecimento ainda maior da Bancada Ruralista, o que aumenta a capacidade do agronegócio no favorecimento de políticas públicas para o setor.

sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para os quilombolas”. Ainda segundo o autor, tanto a violência institucionalizada como o autoritarismo são as marcas deste governo, com políticas agrárias totalmente paralisadas.

No contexto histórico de expansão do agronegócio, Almeida (2003, p. 143) relata que a conquista e a implantação dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul são resultado de um processo histórico de luta pela terra, “ainda que entendido pelo Estado brasileiro como uma política de Reforma Agrária”. Nesse sistema, temos a atuação do Estado na distribuição de lotes, em áreas que geralmente estão sob pressão e conflito de famílias organizadas por movimentos sociais.

Para Fernandes (2018), as razões para que nenhum governo realizasse a reforma agrária refere-se à aceitação de que o agronegócio é um modelo de desenvolvimento para o campo e que o campesinato é residual. Para o autor:

Os governos mais antigos, pré-década de 1950, estavam intimamente ligados aos latifúndios, o que também impediu a reforma agrária. Os governos militares possibilitaram o processo de formação do agronegócio e criaram o Estatuto da Terra com a falsa promessa de fazer a reforma agrária. A questão agora é que latifundiários, agronegócio e governos neoliberais e pós-neoliberais se uniram em defesa do modelo hegemônico, que mantém a concentração fundiária. Portanto, não será dos atuais governos ou do agronegócio que saíra uma política de reforma agrária que possibilite a emancipação do campesinato. Nessa conjuntura a reforma não é uma política que se faz numa canetada só, como afirmou Lula. Ela é uma disputa territorial e por modelos de desenvolvimento e para ser efetiva será necessário romper com a hegemonia do agronegócio (FERNANDES, 2018, p. 67).

Partindo desse histórico das políticas agrárias, entendemos que a luta pela terra é sempre necessária para que a conquista seja efetivada. Enquanto o modelo hegemônico do agronegócio ditar as regras das políticas agrárias, como podemos observar no Brasil e em Mato Grosso do Sul, os trabalhadores rurais sem-terra veem na organização dos movimentos sociais a única esperança de territorializar *a terra de trabalho e morada*. Porém, em momentos de forte repressão da luta camponesa, as várias estratégias desenvolvidas na unidade de produção e em âmbito comunitário tornam-se fundamentais para a permanência no campo.

Em relação à população indígena, Mato Grosso do Sul é atualmente o segundo estado brasileiro em número de habitantes indígenas. É também um dos primeiros colocados na violação dos direitos humanos desses indígenas, com repercussão nacional e internacional de casos frequentes de discriminação, racismo e violência extrema.

A expropriação indígena em Mato Grosso do Sul é histórica. A partir da ocupação do território por não indígenas, no século XIX, os povos originários passam a ser expropriados de seus territórios. Após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), com a chegada da Companhia Matte Larangeira e sua atuação no sul do estado, os indígenas são colocados em espaços limitados, as chamadas “reservas indígenas”, locais que não garantem a eles a reprodução de sua cultura e de seu modo de vida. Com a criação da CAND em 1943, que tinha o objetivo de atrair trabalhadores de outras regiões do estado, as questões indígenas se agravam ainda mais no sul do estado.

A partir da década de 1970, com a expansão das monoculturas de soja e cana-de-açúcar, os indígenas passam a lutar pela demarcação de seus territórios, por meio da formação de acampamentos e movimentos de retomadas de terras. Nesse contexto reivindicatório e a lentidão no processo de demarcação das terras por parte do Estado, são desencadeados os inúmeros conflitos por terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

De acordo com informações do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-MS) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), órgão ligado ao Ministério da Saúde, no estado temos uma população indígena de 83.241 pessoas, distribuídos em 93 aldeias e acampamentos, presentes em 31 municípios. As principais etnias são: Terena, Guarani, Kaiowá, Guató, Kinikinawa e Kadiweu, entre outras (DSEI-MS, 2017).

A expansão da área urbana sobre o espaço da aldeia, coloca os indígenas em situação de vulnerabilidade social. Os problemas de segurança, saúde, alcoolismo, drogas e pobreza, são notórios nas chamadas “aldeias urbanas” do estado.

Mesmo na atualidade, com a garantia constitucional à demarcação de terras indígenas e o reconhecimento da multiculturalidade, o poder dos proprietários de terra se impõe, resistindo muitas vezes com extrema violência ao processo demarcatório. Nesse padrão de poder atual, que excluiu a maioria da população no processo de constituição do Estado-Nação, a colonialidade do poder se mantém viva, expressa no não reconhecimento de fato à autodeterminação dos diferentes povos originários inseridos no atual território brasileiro, na não resolução na questão da demarcação de terras indígenas, nos crimes e violências de toda ordem, praticados contra esses povos (MIZUSAKI, 2017b, p. 51).

Os conflitos envolvendo proprietários de terra e indígenas em Mato Grosso do Sul têm provocado um acirramento no antagonismo de classe entre essas categorias sociais, fazendo com que diferentes etnias se unifiquem em momentos de tensão e confronto. Dessa forma, “mesmo se auto-identificando como Guarani, Kaiowá, Kinikinawa, Terena”, durante os conflitos esses sujeitos se reconhecem como indígenas que lutam para a conquista de seus

territórios, mesmo que historicamente algumas etnias tenham sido consideradas como rivais. Assim, nos enfrentamentos com os proprietários de terra e os capitalistas, os indígenas se reorganizam politicamente, adquirindo características complexas de lutas de classe (MIZUSAKI, 2017b, p. 51).

Mizusaki (2017b, p. 52) afirma que a luta dos povos indígenas não pode se reduzir a uma categoria econômica, pois reivindicam seu território com o uso distinto da lógica capitalista, suas frentes de conflitos são ampliadas para além da relação capital-trabalho. Assim sendo, para compreendermos os movimentos indígenas, torna-se necessária a ampliação do conceito de classe. Tomando como referência a obra de Bartra e Otero, a autora considera a proposição de “classe política”.

Bartra & Otero (2007) utilizam o conceito de classe política, para fazer referência a uma classe que se forma politicamente, resultante das relações de produção (entre exploradores e explorados) e de reprodução. No caso dos indígenas de Mato Grosso do Sul, tais relações se dão com proprietários de terra, capitalistas, com camponeses, com a sociedade civil organizada, e internamente, com indígenas de diferentes etnias, dentro de um mesmo grupo étnico (MIZUSAKI, 2017b, p. 52-53).

Outro elemento a ser considerado é a dimensão espacial do movimento indígena. Enquanto para a sociedade capitalista o espaço é mediado pelo dinheiro (valor de troca), para os indígenas ele tem outro significado, visto que a natureza para os povos originários é algo sagrado, é dela que serão extraídos componentes para a reprodução do grupo social. Portanto, para eles, a natureza não possui valor de troca, mas sim valor de uso. Assim, as categorias tempo e espaço são importantes na compreensão dos confrontos no campo, pois se colocam de forma distinta para os diferentes sujeitos (MIZUSAKI, 2017b).

Nessas contraditórias relações espaço-temporais, considerando-se que os movimentos de resistência indígena na retomada de suas terras tradicionais tem sua dimensão espacial, a intensificação desses processos de territorialização atuam como antítese, como contradições territoriais à lógica territorial capitalista. Na medida em que esses movimentos se acentuem, a tendência é o salto para outro estágio, a depender da correlação de forças em jogo (MIZUSAKI, 2017b, p. 53).

Posto isso, é válido destacar o conteúdo de classe presente nesses conflitos que envolvem diferentes sujeitos históricos. “A essência do padrão de conflitualidade se coloca como determinação estrutural. Trata-se de um processo que explicita alianças de classe entre o poder oligárquico e rentista dos proprietários de terra e o capital” (MIZUSAKI, 2017b, p. 54).

Nardoque (2018), realizando uma análise do aumento dos conflitos indígenas nos últimos anos, também ressalta os alinhamentos efetuados entre governos e os capitalistas, resultando na lenta demarcação das terras indígenas. No governo FHC, apenas uma terra indígena foi demarcada em Mato Grosso do Sul. No de Lula, foram sete; e, por fim, na gestão de Dilma não houve demarcação de terras indígenas. O sul do estado é a região onde se concentra a maior população indígena é o local de maior número de conflitos por terras indígenas, em decorrência do demorado sistema de demarcação das terras e da grande territorialização do capital, caracterizando a aliança efetuada entre o Estado e o agronegócio. Mizusaki (2017b, p. 55) salienta que:

Apesar de serem os povos originários [...] seus direitos são usurpados, não têm liberdade de ir e vir, de territorializar o seu modo de vida. Ao reivindicarem seus territórios tradicionais, eles buscam a territorialização de outras relações, não capitalistas e de fora do capitalismo. Eles querem fazer valer o valor de uso da natureza, o que desempenha papel fundamental na resistência indígena, cujo modo de ser não tem fundamento na lógica capitalista.

Mesmo com o grande avanço do agronegócio no estado, como apontado neste capítulo, e o apoio do Estado para o crescimento do capital sobre o campo, os camponeses e indígenas permanecem desenvolvendo várias estratégias de resistência e reprodução no interior de suas frações territoriais. O caráter contraditório do capitalismo no campo sul-mato-grossense revela a permanência desses sujeitos que lutam cotidianamente contra a expropriação provocada pelo capital e pelo aumento da autonomia na unidade de produção camponesa.

1.1 Município de Anastácio: formação territorial e questão agrária

O município de Anastácio está localizado na porção centro-oeste do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião geográfica de Aquidauana. Possui uma área de 2.946,317 km², com uma população de 23.835 habitantes, dos quais 19.674 são urbanos (82,5%) e 4.161 são do campo (17,5) (IBGE, 2010). Está situado a 121 km da capital estadual, Campo Grande, e possui limites territoriais ao norte com Aquidauana, ao sul com Nioaque, a leste com Dois Irmãos do Buriti e a oeste com as cidades de Bonito e Miranda (figura 3).

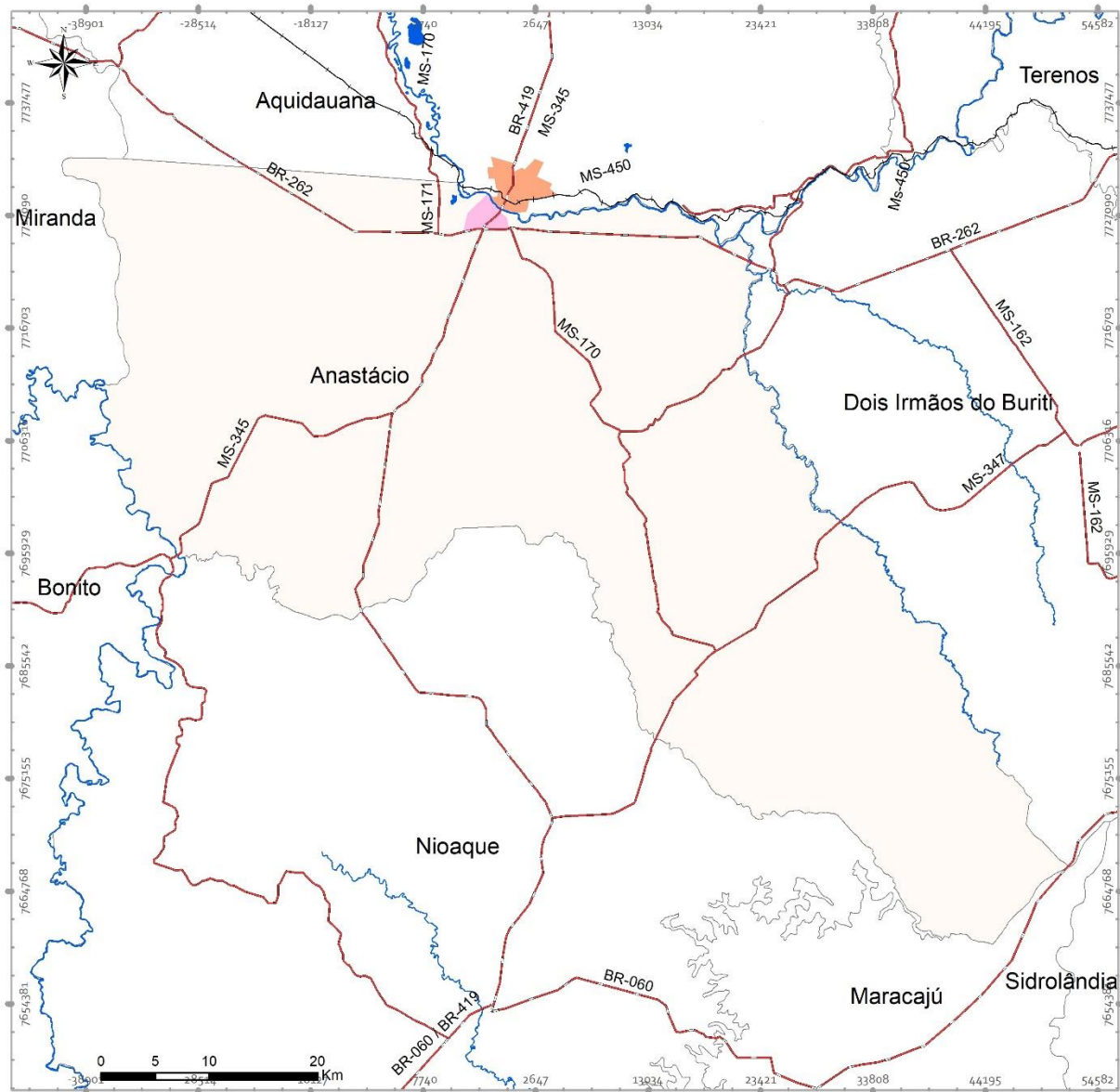
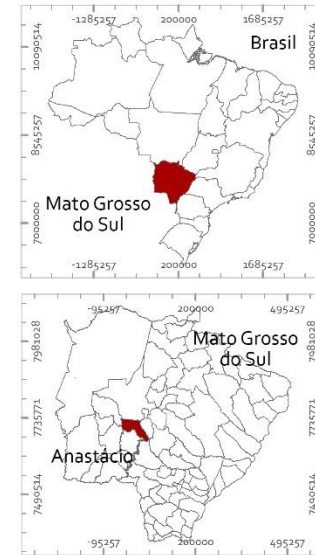


Figura 3 - Mapa de localização do Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul/Brasil



Legenda

- Anastácio
- Demais municípios
- Perímetro Urbano de Anastácio
- Perímetro Urbano de Aquidauana
- Rede de Drenagem
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Ferrovias

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Anastácio, a história da constituição do município está diretamente relacionada à história de sua “cidade gêmea”, Aquidauana⁴⁹. Na ocupação por não indígenas das áreas que atualmente correspondem a Anastácio e Aquidauana, os rios se constituíram como algumas das vias centrais de acesso, entre eles, o Rio Aquidauana. Em 1872, um italiano chamado Vicente Anastácio estabeleceu-se na margem esquerda do Rio Aquidauana, onde futuramente se localizaria a cidade de Anastácio. A principal atividade econômica da região era a pecuária de bovinos.

O crescimento da pecuária no sul do então Mato Grosso⁵⁰, no final do século XIX, recebeu influência do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, tendo em vista a perspectiva de escoamento da produção de origem bovina para a região paulista, o que fez do local um atrativo para mineiros, paulistas e famílias de outras nacionalidades migrarem para a região para trabalhar com a pecuária. É nesse contexto de inserção do Mato Grosso no desenvolvimento capitalista do leste que se tem a abertura de grandes fazendas para a exploração da pecuária, na região de Aquidauana, constituindo uma classe de proprietários de terras, desconsiderando totalmente a ocupação original da área por povos indígenas e implantando a mentalidade colonizadora do “homem branco” (LEITE, 2009).

O surgimento e o desenvolvimento de Aquidauana deu-se a partir dos ditames e interesses desse modelo de autoridade, o coronelismo. Desde sua concepção e execução, o planejamento da cidade sofreu a interferência dos coronéis, já que eles compunham o grupo fundador, proprietários de grandes extensões de terra (LEITE, 2009, p. 45).

Com a chegada da NOB, em função dos trilhos, o centro da povoação transferiu-se para a margem direita do rio (onde cresceu a cidade de Aquidauana). Porém, o núcleo de povoamento da margem esquerda continuou a crescer. A partir de então, inicia-se o processo de emancipação de Anastácio. Antes de se tornar município, Anastácio virou distrito de Aquidauana, em 20 de novembro de 1958, pela Lei n.º 1.164, e, alguns anos depois, elevou-se à categoria de município, por meio da Lei n.º 2.143, de 18 de março de 1964, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Em 8 de maio de 1965, ocorre o desmembramento definitivo e, em 1977, Anastácio passa a fazer parte, como município, do atual estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2017d).

⁴⁹ O Rio Aquidauana limita a área urbana das cidades de Aquidauana e Anastácio (figura 3).

⁵⁰ Como já apresentamos anteriormente, até 1977, a região que compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do estado de Mato Grosso.

A NOB contribuiu para a chegada de migrantes no começo do século XX, período em que o fluxo migratório de nordestinos foi intenso para o atual município de Anastácio. A área rural do município é formada por colônias que tiveram seu processo de produção territorial vinculada à migração nordestina, entre elas, a Colônia Pulador, cuja particularidade desse processo e a organização da produção são analisados nos capítulos 2 e 3 desta tese.

É interessante destacar que no histórico de formação do município, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Anastácio, não há menção aos povos originários que habitavam a região. Antes da chegada dos não indígenas, o local era ocupado por indígenas da etnia Terena. Atualmente, de acordo com dados do DSEI-MS (2017), Anastácio possuía uma população indígena de 331 pessoas, residentes na Aldeia Aldeinha, fundada em 1984. Para Basques (2018, p. 915), o estabelecimento da Aldeia Aldeinha foi “um marco na luta pelo reconhecimento da ocupação do território, frente ao avanço da municipalidade e da sociedade envolvente”. A Aldeia Aldeinha está localizada dentro da área urbana do município de Anastácio, em uma área de aproximadamente 5 ha, constituindo um verdadeiro “bairro periférico” (foto 1).

Foto 1 – Município de Anastácio
Rua da Aldeia Aldeinha



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Em 1933, os indígenas que habitavam a margem esquerda do Rio Aquidauana fundaram a comunidade Aldeinha. De acordo com Basques (2018), é fundamental lembrar que as terras de ocupação tradicional dos Terena da Aldeinha não se restringem aos cinco hectares utilizados atualmente pelas suas residências. A área tradicionalmente ocupada era um espaço muito mais amplo. Os Terena usavam locais contíguos para o desenvolvimento de atividades, como o sepultamento de seus familiares, para o cultivo de suas roças e para pesca, caça e coleta. O autor

ênfatiza que a maioria das obras que descrevem o processo de povoamento da região desconsidera a presença dos Terena, não sendo também reconhecida sua atuação como trabalhadores nas fazendas e em atividades domésticas e comerciais. É no processo de ocupação por não indígenas que o espaço dos Terena foi sendo reduzido ao que eles possuem atualmente, cinco hectares dentro da área urbana de Anastácio.

Em virtude da não demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Terena e do avanço da área urbana de Anastácio, as famílias indígenas da Aldeinha foram totalmente expropriadas do direito ao cultivo de gêneros alimentícios para o seu autoconsumo, ocupando lotes urbanos sem espaço suficiente para a reprodução da família indígena. Atualmente, os Terena vivem do artesanato, de políticas assistencialistas e de doações realizadas por entidades religiosas e organizações não governamentais do município.

No que se refere à urbanização, analisando os dados do IBGE, verificamos que esse processo ocorreu em Anastácio, assim como no estado de Mato Grosso do Sul, de maneira geral. Em 1991, cerca de 28% da população morava no campo; em 2000, eram 23% e, em 2010, totalizavam 17%. Para este último ano, a população urbana representava cerca de 82% da população total do município (IBGE, 2010).

Esse processo de urbanização revela os aspectos da estrutura fundiária do município. A tabela 12 apresenta a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área, entre 1975 e 2017. Constatamos que o município demonstra uma concentração fundiária histórica. Em todo o período investigado, uma média de 72% da área total de Anastácio era ocupada por estabelecimentos com mais de 1000 ha. Aqueles com até 50 ha distribuíam-se em uma área menor que 2% da área total do município até 1985. A partir desse ano, a conquista pela terra junto aos movimentos sociais contribuiu para aumentar esse percentual para uma média de 5% da área total dos estabelecimentos. De 1985 a 1995, houve a implantação dos dois assentamentos existentes atualmente.

Tabela 12 – Município de Anastácio
Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) (1975-2017)

1975			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	651	362.802	100
Menos de 50	379	4.353	1,20
De 50 a menos de 100	51	3.476	0,96
De 100 a menos de 500	116	26.495	7,30
De 500 a menos de 1000	43	29.843	8,22
Acima de 1000	62	298.636	82,32
1980			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	821	387.448	100
Menos de 50	408	4.579	1,18
De 50 a menos de 100	80	5.408	1,40
De 100 a menos de 500	175	43.969	11,35
De 500 a menos de 1000	82	57.359	14,80
Acima de 1000	75	276.133	71,27
1985			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	901	394.727	100
Menos de 50	439	6.018	1,52
De 50 a menos de 100	102	6.941	1,76
De 100 a menos de 500	184	44.764	11,34
De 500 a menos de 1000	80	56.874	14,41
Acima de 1000	92	280.130	70,97
1995			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	735	232.880	100
Menos de 50	469	11.991	5,14
De 50 a menos de 100	79	5.255	2,25
De 100 a menos de 500	91	22.833	9,81
De 500 a menos de 1000	38	27.067	11,63
Acima de 1000	58	165.734	71,17
2006			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	922	247.640	100
Menos de 50	630	15.095	6,09
De 50 a menos de 100	83	5.257,0	2,12
De 100 a menos de 500	112	27.964,4	11,29
De 500 a menos de 1000	35	25.544,6	10,32
Acima de 1000	61	173.776,5	70,18
2017			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	1.058	287.753	100
Menos de 50	678	15.220	5,29
De 50 a menos de 100	104	6.833	2,37
De 100 a menos de 500	144	35.330	12,28
De 500 a menos de 1000	54	35.763	12,43
Acima de 1000	76	194.607	67,63
Produtor sem área	2	-	-

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

A migração nordestina, a partir de 1928, contribuiu para a formação dos estabelecimentos de até 50 ha, que embora ocupem uma área pequena do município, em números totais são representativos. No último Censo Agropecuário (IBGE, 2017c) foram catalogados 678 estabelecimentos com menos de 50 ha no município. Essa quantidade também inclui aqueles nos assentamentos rurais, conquistados com a luta pela terra. Os estabelecimentos

com menos de 50 ha ocupavam 5,29% da área total dos estabelecimentos em 2017, enquanto os 75 com mais de 1000 ha, abrangiam uma área de 67,63% da área total (tabela 12). Verificamos que mesmo com a participação dos fluxos migratórios de nordestinos e a constituição da pequena propriedade, no processo histórico de produção territorial a estrutura concentradora de terras também é um elemento histórico no município.

Quanto às formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários em Anastácio, observamos que há um número significativo de propriedades que foram adquiridas por meio da compra (578 famílias) e da conquista de terra mediante atuação dos movimentos sociais, que representava 187 estabelecimentos que possuem a “titulação de Reforma Agrária”, de acordo com dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017c) (tabela 13). O município possui dois assentamentos implantados pelo INCRA: o Assentamento Monjolinho (fundado em 1988) e o Assentamento São Manoel (instituído em 1992) (tabela 14).

Tabela 13 – Município de Anastácio
Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)

Formas de obtenção da terra	Número de estabelecimentos
Total	1.058
Compra	578
Compra via crédito fundiário	7
Concessão de direito de uso	18
Titulação de Reforma Agrária	187
Herança ou doação	235
Usucapião	1
Outras formas	30
Não sabe	2

Fonte: IBGE (2017c).

Tabela 14 – Município de Anastácio
Assentamentos rurais (2017)

Assentamento	Número de famílias assentadas	Ano de criação
Monjolinho	278	2/12/1988
São Manoel	147	27/2/1992

Fonte: INCRA (2019).

A partir de 1985, com o fim da ditadura militar, no contexto de redemocratização do Brasil, ocorreram ocupações e lutas pela terra em todo o país, como forma de pressionar o governo a executar a “Reforma Agrária” já prevista no I PNRA, criado durante a gestão de José Sarney, em 1985. É nesse contexto que se inicia a luta pela terra em Anastácio.

A história da luta pela terra no município tem início em 1985 e ocorre conjuntamente a outros grupos de famílias organizadas pelo MST e FETRAGRI, que conquistaram terra em outras regiões do estado, nos últimos anos da década de 1980 e os anos iniciais de 1990 (ALMEIDA, 2003). O Assentamento Monjolinho está localizado a aproximadamente 60 km da

área urbana da cidade e possui uma área de 9.525,220 ha. O Assentamento São Manoel está situado a cerca de 35 km da área urbana e conta com uma área de 4.327 ha (INCRA, 2019).

De acordo com Barbosa (2008), em 1985 havia um grupo de famílias acampado em Campo Grande. Esse grupo era formado por famílias da região sul do estado e por “brasiguaios”⁵¹. Para tentar resolver o problema, o governo estadual, por meio do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL)⁵², adquiriu uma área no município de Nioaque, atualmente correspondente ao Assentamento Padroeira do Brasil, e foram assentadas 400 famílias, a outra parte continuou acampada em Campo Grande.

No mesmo período, o INCRA criou o Projeto de Assentamento Conceição, em Nioaque, para abrigar famílias que ocupavam terras indígenas da reserva dos Kadiwéu, no município de Bodoquena. O Projeto correspondia à Fazenda Conceição, pertencente à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA)⁵³. A negociação entre a RFFSA e o INCRA para a criação do assentamento despertou o interesse do MST e outras lideranças sindicais que coordenavam os acampados em Campo Grande e em outras regiões do estado, para outras áreas também pertencentes à RFFSA no Mato Grosso do Sul (BARBOSA, 2008).

No município de Anastácio, a RFFSA possuía as fazendas Monjolinho e São Manoel. Barbosa (2008) assevera que a conquista da terra no Assentamento Monjolinho deu-se a partir da ocupação da fazenda de mesmo nome. No projeto, a ocupação e acampamento foram ações organizadas em conjunto pelo MST e com o apoio da CPT. As famílias ocuparam a propriedade e foram despejadas pela polícia militar, ficando acampadas às margens do Córrego Engano, que fica em uma das divisas da antiga fazenda Monjolinho, enquanto aconteciam as negociações entre o INCRA e a RFFSA para aquisição e desapropriação da área. Em outubro de 1988, a fazenda Monjolinho foi liberada para o assentamento provisório das famílias acampadas e a implantação do Assentamento Monjolinho.

Em outubro de 1989, organizada pelo MST e com apoio da CPT, iniciou-se a ocupação da fazenda São Manoel, também de propriedade da RFFSA. A empresa ingressou com uma medida cautelar requerendo judicialmente a reintegração de posse, alegando ser o imóvel insusceptível de desapropriação para fins de reforma agrária. Em 7 de dezembro de 1989, as famílias foram despejadas e ficaram acampadas na BR 262, em Anastácio, esperando as

⁵¹ Brasileiros que trabalhavam no Paraguai e retornaram ao Brasil.

⁵² Atualmente, AGRAER.

⁵³ A RFFSA, empresa pertencente ao governo federal, possuía uma grande quantidade de terras no estado. Essas terras foram concedidas à empresa no começo do século XX, quando se iniciou a construção na NOB. No final do século XX, sua exploração estava baseada unicamente na extração de madeiras para a confecção de dormentes para as linhas férreas, com os seus solos sem exploração alguma.

negociações entre o INCRA e a companhia. Em virtude da demora no acordo, as famílias reocuparam o local, em 25 de janeiro de 1990. Mais uma vez, a ocupação foi frustrada, pois a empresa requereu o despejo, que ocorreu com o uso da força de jagunços e da polícia militar. Após a ação, as famílias voltaram para a BR 262, mas continuaram pressionando as autoridades para a desapropriação da área (SILVA; ALMEIDA, 2002).

No dia 8 de agosto de 1990, foi realizada uma reunião com o INCRA na qual o órgão se comprometeu a finalizar as negociações com a empresa e desapropriar a propriedade para o assentamento das famílias no prazo de 40 dias. Porém, elas não esperaram o prazo e ocuparam novamente a fazenda, em 27 de setembro de 1990. Dessa vez, elas não foram mais despejadas e aguardaram o processo no local. Após três ocupações e dois despejos, o Projeto de Assentamento São Manoel foi oficialmente implantado em 1992 (SILVA; ALMEIDA, 2002).

A criação dos assentamentos no município de Anastácio também se deu a partir da atuação dos movimentos sociais, com conflitos, despejos, humilhação e desrespeito. Nesse processo de ocupação da terra e formação de acampamentos, as famílias carregam consigo a esperança de conquistar a *terra de trabalho e morada*, para que de fato a função social da terra possa ser cumprida pela família camponesa.

Após a conquista da terra, os assentados desenvolvem várias estratégias para permanecerem nela. De acordo com relato de camponês do Assentamento Monjolinho, feirante na Feira Municipal de Anastácio, as dificuldades no assentamento são diversas:

[...] precisamos de ajuda para produzir, o solo não produz como antes, é necessário realizar a correção do solo, mas a gente não tem renda suficiente pra isso... aí não fazemos a correção e produzimos cada vez menos, além disso o assentamento fica 60 km da cidade, quem não tem carro fica difícil pra vendê o que a gente produz (Entrevista realizada em 18/7/2019).

Os camponeses precisam de políticas públicas para que seu processo de reprodução ocorra de forma digna e não excludente. Enquanto o Estado não olhar para eles como produtores de alimentos que devem ser assistidos por políticas públicas eficientes, os processos de reprodução camponesa continuarão ocorrendo de forma precária.

Em Anastácio, as atividades econômicas mais proeminentes no espaço agrário, seguindo uma tendência estadual, são a pecuária de bovinos e as lavouras temporárias de soja e milho. A tabela 15 indica a evolução dos principais produtos do município, com destaque na atualidade para a soja e o milho. Alguns gêneros alimentícios deixaram de ser produzidos ou tiveram uma significativa queda ao longo dos anos.

Por seu turno, a produção de cana-de-açúcar teve um considerável aumento até o ano de 1995, com um total de 5.700 toneladas. Após 1995, seu cultivo segue registrando quedas. Em 2018, foram produzidas 1.250 toneladas. Com a queda da produção da cana-de-açúcar, as culturas da soja e do milho passam a ampliar sua ocupação no espaço produtivo municipal. Essas plantações passam a apresentar significativos aumentos de produtividade a partir de 2006. Em 2018, foi registrada uma produção de 18.000 toneladas de soja e 19.720 toneladas de milho.

Tabela 15 – Município de Anastácio
Produção agrícola (em toneladas) (1975-2018)

Produtos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Abacaxi ¹	320	333	350	310	200	90	60
Algodão	525	875	2.009	720	22	–	–
Amendoim	45	731	60	–	–	–	–
Arroz	9.900	9.900	3.000	540	90	–	–
Banana	70	143	188	190	180	70	80
Batata doce	–	324	144	–	–	–	–
Café	2.052	1.537	1.035	–	–	–	–
Cana-de-açúcar	2.600	3.600	5.400	5.700	3.000	2.500	1.250
Feijão	1.200	108	123	396	24	480	168
Laranja	1.250	346	980	12.920	690	50	–
Limão	56	94	95	270	–	–	–
Mamão	–	–	–	–	96	–	–
Mamona	40	–	–	–	–	–	–
Mandioca	4.200	4.500	6.478	8.250	1.800	3.000	2.550
Manga	–	–	660	–	–	–	–
Melancia	14	30	30	17	–	14	–
Melão	2	2	2	6	–	–	–
Milho	1.500	1.248	2.250	840	270	16.320	19.720
Soja	900	7.680	6.799	–	486	18.000	18.000
Tangerina	240	380	380	–	–	–	–
Tomate	–	–	30	–	–	–	–
Trigo	–	–	2	–	–	175	–
Uva	–	–	–	–	6	8	–

Legenda: ¹ Mil frutos.

Fonte: IBGE (2019a).

Atualmente, o arroz não é mais produzido no município. Em 1975, houve uma produção total de 9.900 toneladas, permanecendo com essa produtividade até 1980, quando entrou em queda. A partir de 2017, não foi registrado o cultivo desse alimento. Também em 1975, produziu-se um total 1.200 toneladas de feijão e, após várias quedas ao longo dos anos, em 2018, houve um total de 168 toneladas, mantém-se a produção, porém em quantidade muito menor.

A queda de gêneros alimentícios no município está relacionada ao esgotamento das características naturais do solo, a falta de assistência técnica aos camponeses produtores e subsídios por parte do poder público. Durante anos, a produção camponesa ocorreu utilizando-

se das qualidades naturais do solo. Atualmente, para manter alguns tipos de cultivo, é fundamental a realização de correções no solo⁵⁴.

A mandioca é um produto que se destaca no município, porém houve uma significativa redução em sua produção nos últimos anos. Até o ano de 1995, houve uma produção significativa dessa cultura, sendo registrado um total de 8.250 toneladas. A partir de 1995, seu cultivo entra em queda, somando um total de 2.550 toneladas, em 2018. Como já evidenciamos anteriormente, a mandioca é um dos alimentos que faz parte da cultura sul-mato-grossense e, no caso de Anastácio, a forte presença de nordestinos reforça ainda mais o consumo e a plantação desse produto. A Colônia Pulador, localizada em Anastácio, formada por migrantes nordestinos e objeto de estudo desta pesquisa, possui várias propriedades camponesas que produzem a mandioca para o autoconsumo, para a venda e para a produção artesanal da farinha de mandioca.

Ao analisar o cenário agropecuário municipal, é importante ressaltar a participação da pecuária bovina. Anastácio tem seu processo histórico de formação territorial vinculado à presença de grandes propriedades destinadas a pecuária extensiva. A tabela 16 apresenta dados dos principais rebanhos do município, com destaque para o rebanho bovino. No que tange aos produtos da pecuária, a produção de leite se destaca no município (tabela 17).

Tabela 16 – Município de Anastácio
Principais rebanhos, em cabeças (1974-2018)

Rebanhos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Bovino	81.260	167.253	226.900	279.620	311.082	288.994	288.500
Bubalino	7	243	470	1.110	174	150	410
Equino	2.813	3.204	3.400	3.300	4.195	5.161	4.405
Suíno	4.444	1.143	5.650	3.750	4.089	3.968	3.785
Caprino	46	227	250	400	372	369	315
Ovino	346	1.863	1.950	2.500	5.069	5.773	5.590
Galináceos ¹	35.686	46.413	47.300	22.700	38.486	44.000	38.450
Codornas	–	69	–	–	–	–	–

Legenda: ¹ Galinhas, galos, frangos e pintos.

Fonte: IBGE (2019b).

⁵⁴ Esse fato foi constatado em nossa pesquisa. Nos capítulos 2 e 3, demonstraremos esse processo.

Tabela 17 – Município de Anastácio
Principais produtos da pecuária (1974-2018)

Produtos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Leite (mil litros)	1.322	3.020	3.066	1.728	4.753	2.700	3.524
Ovos de galinha ¹	63	52	89	31	149	165	149
Ovos de codorna ¹	–	–	–	–	–	–	–
Mel de abelha ²	–	–	–	–	4.896	24.500	3.987
Casulo bicho-da-seda ²	–	370	–	–	–	–	–
Lã ²	170	718	1.000	1.950	869	1.000	900

Legenda: ¹ Mil dúzias. ² Em quilograma.

Fonte: IBGE (2019b).

Apesar do município apresentar uma produção significativa do leite, percebe-se que esse produto sofreu, ao longo do período, significativas oscilações que estão relacionadas às exigências técnicas, à falta de assistência técnica aos produtores e à ausência de subsídios, além do baixo preço pago aos produtores pelas empresas de laticínios ou atravessadores, o que fez com que muitos camponeses deixassem de realizar a entrega do leite aos laticínios e o desenvolvimento de outros mecanismos para a comercialização do alimento produzido.

Constatamos em nossa pesquisa que, recentemente, algumas empresas de laticínios passaram a implantar resfriadores em propriedades camponesas, estimulando a subordinação da produção camponesa do leite para a companhia⁵⁵. Esse fator permitiu um aumento na produção: em 2017, houve um total de 2.700 (mil litros) e, em 2018, foi registrada uma produção de 3.524 (mil litros) de leite.

A partir dos dados históricos da formação territorial do município e das informações produtivas apresentadas, identificamos que a questão agrária em Anastácio envolve aspectos da permanente concentração de sua estrutura fundiária, da luta pela permanência na *terra de trabalho e morada* dos camponeses, da expansão de culturas vinculadas ao agronegócio e da expropriação indígena do direito de produzir alimentos para o autoconsumo da família.

1.2 Município de Terenos: formação territorial e questão agrária

O município de Terenos está localizado na porção centro-norte do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião geográfica de Campo Grande. Possui uma área de 2.841,686 km², com uma população 17.146 habitantes, dos quais 7.275 são urbanos (42,4%) e 9.871 são do campo (57,6) (IBGE, 2010). Está situado a 22 km da capital estadual, Campo Grande, e faz limites territoriais ao norte com os municípios de Corguinho e Rochedo, a noroeste com

⁵⁵ Abordaremos esse processo no capítulo 3 desta tese.

Aquidauana, a oeste com Dois Irmãos do Buriti, ao sul com Sidrolândia, e a leste com Campo Grande (figura 4).

Segundo Costa (2011), até o início do século XX, o município de Terenos era uma área de florestas e cerrados. O espaço era ocupado por indígenas da etnia Terena. Os Terena foram empregados como mão de obra pelos migrantes que chegaram lá e, posteriormente, para a construção da NOB. Aos poucos, com o processo de ocupação por não indígenas e a utilização de extensas áreas para construção da NOB, os Terena foram sendo empurrados para a região oeste do estado. Atualmente, seus descendentes encontram-se na Aldeia Bananal, localizada em Aquidauana.

A ocupação por população não indígena se deu já no século XIX, período em que a área atualmente correspondente ao município de Terenos recebeu migrantes de Minas Gerais com o objetivo de exploração da pecuária bovina e extração da madeira. A aquisição de terras era realizada a partir do denominado “registro”: era uma representação utilizada naqueles tempos para expressar a posse da terra (COSTA, 2011). O processo se desenvolvia da seguinte forma:

[...] o interessado em adquirir uma propriedade chegava em determinado local, limpava uma pequena área e fincava quatro esteios, travando-os no alto, assumindo a impressão do início da construção de uma casa. Isso representava que aquela área já pertencia a alguém, não podendo ser confiscada por outro interessado. O passo seguinte era demarcar os limites da propriedade. Então contratava-se um engenheiro para fazer as medições, levando o resultado para apreciação do governo do Estado de Mato Grosso. Se a gleba pretendida tivesse área inferior a uma légua era doada ao interessado. Se, contudo, superasse esta marca, esse deveria pagar ao Estado pela diferença (COSTA, 2011, p. 153).

Esse processo fez com que famílias numerosas adquirissem várias léguas de terras, pois cada uma era registrada no nome de um integrante da família, constituindo, assim, grandes propriedades pertencentes à uma mesma família. Atualmente, muitos descendentes desses mineiros possuem extensas terras no município (COSTA, 2011). Além disso, como já abordamos no processo de produção do território sul-mato-grossense, ocorreu uma série de abusos por parte de proprietários no momento da regularização desses espaços, pois eles declaravam uma quantidade de terras superior às efetivamente ocupadas (MORENO, 1999).

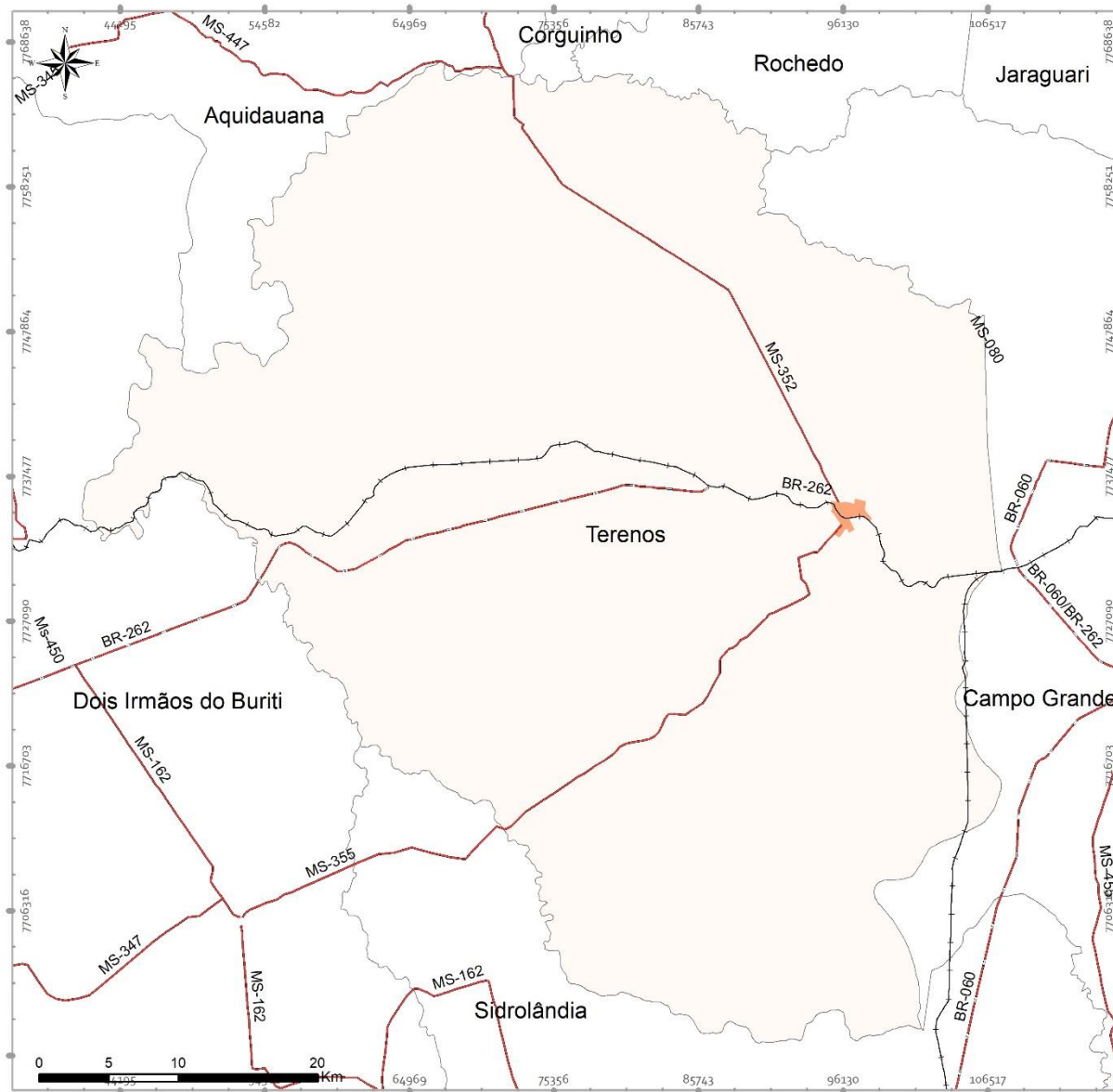
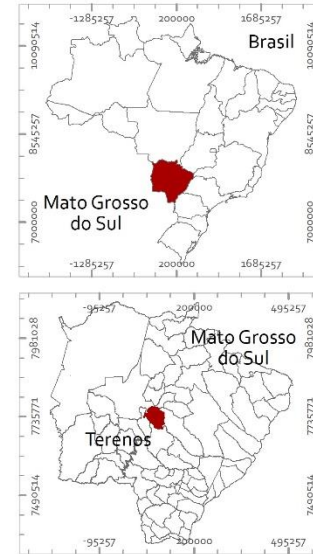


Figura 4 - Mapa de localização do Município de Terenos, Mato Grosso do Sul/Brasil



Legenda

- Terenos
- Demais municípios
- Perímetro Urbano de Terenos
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Ferrovias

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



A ocupação da área que, atualmente, compreende o município de Terenos⁵⁶ se torna mais intensa com a implantação da NOB, em 1914, considerando-se que com esse empreendimento, o governo passa a conduzir a colonização da área a partir de negociações com empresas colonizadoras (COSTA, 2011).

Diferentemente de Anastácio e da maioria dos municípios do Mato Grosso do Sul, Terenos apresenta uma população urbana (42,4%) inferior à rural (57,6%), o que se deu em virtude das características do processo de formação territorial do município. Assim como Anastácio, a formação territorial do município de Terenos também está relacionada à abertura da NOB. O governo estadual, em contrato lavrado em 15 de julho de 1920, concedeu à Sociedade Sul-Brasileira H. Hacker & Cia, empresa alemã, uma área de terras devolutas de 500 mil ha que existiam ao norte da faixa marginal da NOB, para estabelecimento de núcleos coloniais. O Decreto n.º 532, de 28 de outubro de 1920, oficializou a concessão (IBGE, 2017d).

A companhia tinha a obrigatoriedade de instalar colonos no local determinado. A colonizadora demarcou os lotes próximos à estação ferroviária e procurou atrair imigrantes europeus para a localidade. Eles exigiam um pagamento de 25\$000 réis por hectare. O fraco mercado consumidor da época e os custos da terra resultaram no fracasso da instituição na colonização da região. Até 1924, a empresa conseguiu instalar apenas duas famílias, das quais somente a do austríaco Gustavo Pelz (vinda do Paraná) permaneceu no local (COSTA, 2011). Atualmente, estão presentes no município muitos descendentes dessa família.

O fato de a empresa não ter cumprido o contrato resultou em sua suspensão, realizada pelo Decreto n.º 659, de 27 de fevereiro de 1924. Em consequência, foi transferida ao município de Campo Grande a responsabilidade pela colonização. Assim, em 8 de maio de 1924, foi criada a Colônia Agrícola de Terenos (atualmente conhecida como Colônia Velha), em uma área de 381 ha. Muitos brasileiros e imigrantes (a maioria europeus) se estabeleceram em Terenos nesse período. Entre os anos de 1931 e 1932, uma nova área contígua à atual Colônia Velha foi loteada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a denominação de “Colônia Nova”. O espaço foi dividido em 65 lotes e doados a colonos que vieram de diferentes pontos do país (COSTA, 2011).

Em 1959, a empresa *Japan Management Immigration Company* (JAMIC) adquiriu uma propriedade em Terenos, a fazenda Várzea Alegre, de 36.363 ha, com o objetivo de assentar

⁵⁶ Terenos é topônimo provindo da tribo indígena Terenos ou Terenas; permaneceu como distrito de Campo Grande até 1954, quando se deu a emancipação do município pela Lei Estadual n.º 674, de 11 de dezembro de 1953.

colonos japoneses na região. A companhia JAMIC era a responsável pelo assentamento de japoneses no Brasil, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, a chegada de imigrantes japoneses para o Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, estava a cargo da *Japan International Cooperation Agency* (JAICA), com sede em Tóquio. No Brasil, duas empresas estavam ligadas ao serviço de emigração do Japão, a JAMIC e a *Japan Emigration Service* Assistência Financeira S. A. (JEMIS), instituições juridicamente brasileiras, mas dirigidas por japoneses e com o apoio financeiro do governo japonês.

Nessa perspectiva histórica, até a Segunda Guerra Mundial, a fazenda Várzea Alegre era propriedade da Companhia Herman Schtolz. O governo federal desapropriou essa área por se tratar de uma empresa alemã, tendo em vista a entrada do Brasil no conflito que se encerrou em 1945 (COSTA, 2011). Em 1959, o governo brasileiro vendeu esse espaço para a empresa JAMIC, que fez um loteamento e passou a fazer a divulgação das terras no Japão. Inicialmente, chegaram na região nove famílias de imigrantes que, ao todo, tornaram-se 42 até 1961.

A criação da Colônia Agrícola (Colônias Velha e Nova), bem como a colonização promovida pela empresa JAMIC na fazenda Várzea Alegre são as bases para a formação de pequenas propriedades em Terenos, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura camponesa no município. Atualmente, a área correspondente à fazenda é denominada Colônia Jamic⁵⁷ e é formada por propriedades de imigrantes japoneses e seus descendentes. As características do processo de produção territorial e a organização da produção da Colônia Jamic são analisados nos capítulos 2 e 4 desta tese.

Posto isso, a tabela 18 apresenta as características da estrutura fundiária de Terenos, entre 1975 e 2017. Apesar da população rural ser maior do que a urbana, o aspecto concentrador da estrutura fundiária do município também é evidente, porém de forma menos acentuada se comparada com Anastácio. Durante todo o período analisado, em média 57% da área total do município era ocupada por estabelecimentos acima de 1000 ha, sendo que o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017c) registrou um total de 48,05% da área total ocupada por propriedades acima de 1000 ha.

⁵⁷ Topônimo da empresa colonizadora JAMIC.

Tabela 18 – Município de Terenos
Estabelecimentos segundo os grupos de área total (1975-2017)

1975			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	630	191.857	100
Menos de 50	307	5.318	2,76
De 50 a menos de 100	75	5.095	2,65
De 100 a menos de 500	169	41.140	21,44
De 500 a menos de 1000	32	21.159	11,03
Acima de 1000	47	119.199	62,12
1980			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	454	213.792	100
Menos de 50	147	3.285	1,53
De 50 a menos de 100	56	3.742	1,75
De 100 a menos de 500	162	38.828	18,16
De 500 a menos de 1000	42	29.490	13,80
Acima de 1000	47	138.447	64,76
1985			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	626	221.394	100
Menos de 50	249	5.531	2,50
De 50 a menos de 100	74	5.122	2,31
De 100 a menos de 500	207	50.406	22,77
De 500 a menos de 1000	47	32.393	14,63
Acima de 1000	49	127.942	57,79
1995			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	765	266.061	100
Menos de 50	336	265.114	2,87
De 50 a menos de 100	86	5.639	2,12
De 100 a menos de 500	215	55.595	20,89
De 500 a menos de 1000	57	37.337	14,03
Acima de 1000	71	159.855	60,09
2006			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	2.266	243.113	100
Menos de 50	1.827	23.530	9,67
De 50 a menos de 100	92	6.039	2,48
De 100 a menos de 500	221	53.115	21,85
De 500 a menos de 1000	68	44.550	18,32
Acima de 1000	57	115.880	47,66
2017			
Grupos de área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área total (ha)	% da área total
Total	2.606	259.228	100
Menos de 50	2.164	27.744	10,71
De 50 a menos de 100	112	7.350	2,84
De 100 a menos de 500	197	47.910	18,48
De 500 a menos de 1000	71	51.648	19,92
Acima de 1000	62	124.574	48,05

Fonte: IBGE (1979, 1983, 1985, 2017a, 2017b, 2017c).

No que se refere aos estabelecimentos de até 50 ha, houve um aumento significativo no Censo realizado em 2006, passando de 336 (1995) para 1.827 estabelecimentos. Esse período coincide com a criação da maioria dos assentamentos existentes no município atualmente. Em 2017, foi registrado um total de 2.164 estabelecimentos, esse aumento está relacionado a criação de mais dois assentamentos. Além dos assentamentos criados pela atuação dos movimentos

sociais, o município também possui assentamentos que foram implantados a partir do antigo Banco da Terra, atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A fundação dos assentamentos contribuiu para reforçar o caráter da organização camponesa no município, tendo em vista a territorialização dos movimentos sociais e a conquista da terra.

Com a análise dos dados sobre as formas de obtenção da terra nos estabelecimentos agropecuários do município (tabela 19), verificamos que há uma considerável quantidade de propriedades adquiridas por meio da compra (1.130 famílias) e a conquista pela terra com a participação dos movimentos sociais que representavam 817 estabelecimentos e 223 famílias que obtiveram terra a partir do PNCF (tabela 19), segundo dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017c). De acordo com informações da AGRAER, o município também possui uma associação que reúne remanescente de quilombo, a Associação dos Descendentes de Tertoliano e Canuta (ARQTERC), com 23 famílias e localiza-se na Colônia Nova.

Tabela 19 – Município de Terenos
Formas de obtenção da terra em estabelecimentos agropecuários (2017)

Formas de obtenção da terra	Número de famílias
Total	2.606
Compra	1.130
Compra via crédito fundiário	223
Concessão de direito real de uso	35
Titulação de Reforma Agrária	817
Posse não titulada	139
Herança ou doação	213
Usucapião	23
Não sabe	3
Outras formas	23

Fonte: IBGE (2017c).

Atualmente, Terenos possui sete assentamentos conquistados mediante atuação dos movimentos sociais, com um total de 1.391 famílias (tabela 20). O Assentamento Campo Verde é o mais antigo do município, está localizado ao sul, a aproximadamente 35 km da área urbana. Foi criado a partir do I PNRA, no ano de 1987, em virtude dos movimentos sociais que pressionaram o governo para realizar as desapropriações, com ocupações e formação de acampamentos. Na figura 5, ilustramos a localização dos assentamentos e colônias no município de Terenos⁵⁸.

⁵⁸ Nesta figura não incluímos os assentamentos criados a partir do PNCF. De acordo com informações da AGRAER, os assentamentos do PNCF são pequenos, possuem lotes de até cinco ha e estão localizados próximos ou formam áreas contínuas aos assentamentos implementados pelo INCRA.

Tabela 20 – Município de Terenos
Assentamentos em 2017

Assentamento	Área total aproximada (ha)	Número de famílias assentadas	Ano de criação
Campo Verde	1.918	60	13/7/1987
Patagônia	3.502	128	13/3/1997
Nova Querência	3.864	158	26/11/1997
Paraíso	3.308	98	29/12/1997
Santa Mônica	7.960	703	7/12/2005
Ouro Branco	2.874	84	18/6/2010
Sete de Setembro	1.703	160	4/12/2009
Total	25.129	1.391	–

Fonte: INCRA (2019).

Durante os primeiros anos da década de 1990, devido à forte repressão do Estado, a criação de assentamentos em Terenos, no Mato Grosso do Sul e no restante do Brasil ficou estagnada. Aqueles implementados nesse período foram projetos já iniciados na segunda metade dos anos de 1980.

Segundo Falchi (2007, p. 90), as mudanças com relação à atuação dos movimentos sociais, em comparação com a década de 1980, está relacionada

à própria postura dos mediadores diante da questão agrária. Esse momento marca o afastamento da CPT na luta direta pela terra, a CUT ainda não havia se consolidado como mediador nessa área de atuação, ficando, portanto, o MST como principal mediador desse período, embora a presença da FETAGRI possa ser percebida em alguns momentos.

Almeida (2003) destaca o período de 1991-1995 como sendo o mais trágico para os trabalhadores rurais sem-terra, pois corresponde à gestão dos presidentes Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994), com significativa anulação das políticas de reforma agrária a nível nacional, com forte apoio aos ruralistas. E a administração estadual de Pedro Pedrossian (1991-1994), “que intensificou a repressão, inviabilizou as mobilizações e fechou qualquer canal de discussão com os trabalhadores sem-terra e as organizações mediadoras” (FALCHI, 2007, p. 90).

Os demais assentamentos criados em Terenos foram implantados nas gestões federais FHC e Lula. Nesse período tivemos o maior número de assentamentos criados no estado⁵⁹, correspondendo às administrações estaduais de Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1995-1998), José Orcírio Miranda dos Santos (PT, 1999-2006) e André Puccinelli (PMDB, 2007-2014). Nessa época, percebemos um alinhamento das políticas federais e estaduais para o avanço do agronegócio e políticas de reforma agrária sendo realizadas na medida em que a ação dos movimentos sociais se intensificava.

⁵⁹ Ver gráficos 4 e 5.

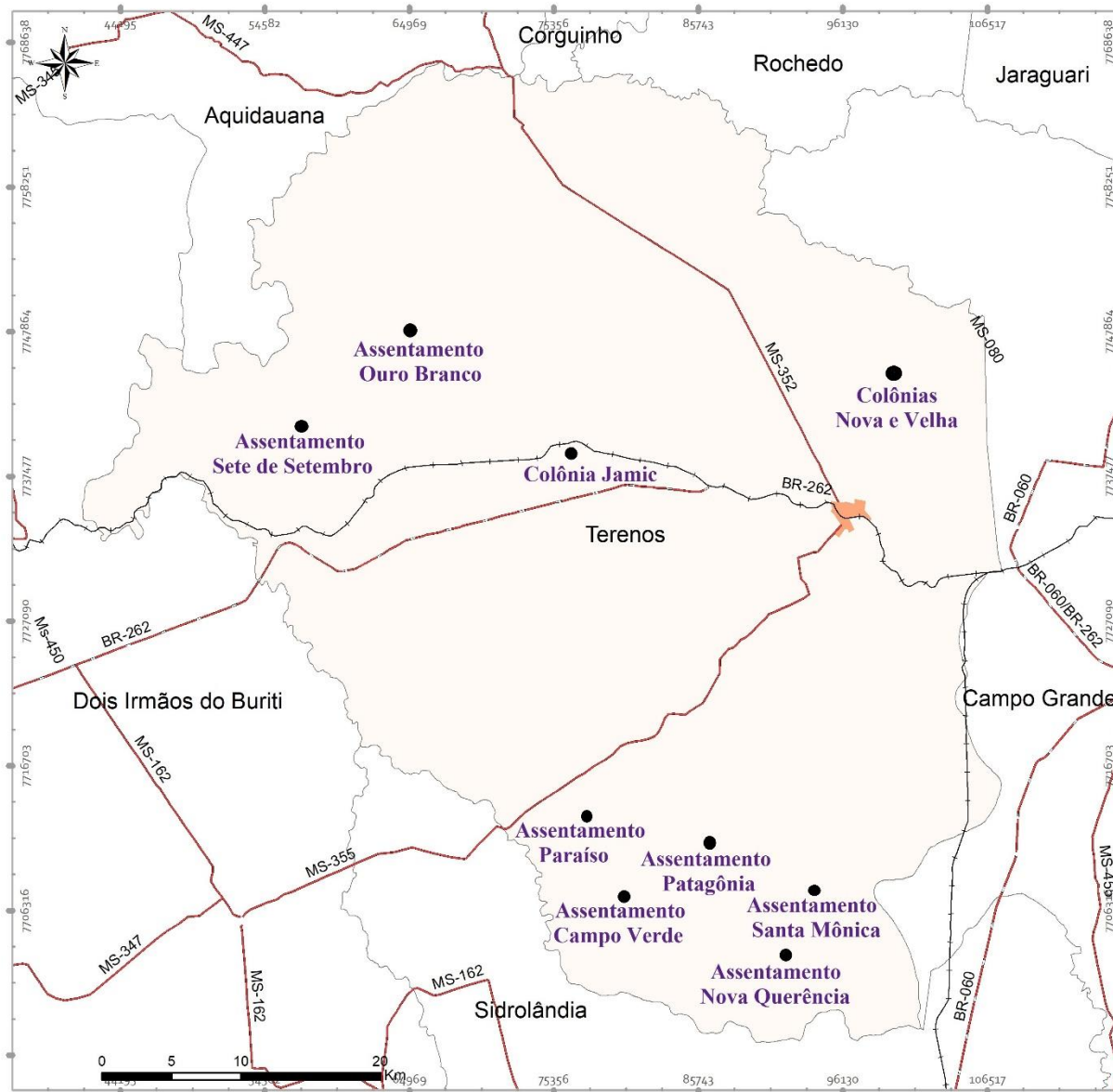
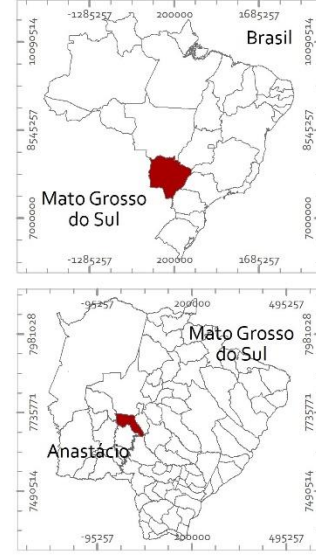


Figura 5 – Localização dos Assentamentos e Colônias no Município de Terenos, Mato Grosso do Sul/Brasil



Legenda

- Terenos
- Demais municípios
- + Perímetro Urbano de Terenos
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Ferrovias
- Assentamentos e Colônias

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



Os Assentamentos Patagônia, Nova Querência, Paraíso e Santa Mônica também estão localizados ao sul do município, próximo ao limite territorial com Sidrolândia. Os Assentamentos Ouro Branco e Sete de Setembro estão situados a oeste, a aproximadamente 40 km da área urbana (figura 5).

Assim como no Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1970, ocorre em Terenos a expansão de culturas vinculadas ao agronegócio. A produção agrícola no município é diversificada, porém, nos últimos anos, houve uma redução de gêneros alimentícios, como o arroz, que deixou de ser produzido desde o ano de 2006. Seguindo uma tendência estadual, tivemos no período uma grande expansão das culturas da soja e do milho (tabela 21).

Nessa perspectiva, a ampliação das culturas da soja e do milho está vinculada às demandas pelos produtos no mercado externo, aliada a fatores internos, como o aumento da produção de suínos e aves em granjas, como já destacado anteriormente. O crescimento dessas culturas ocorre em áreas até então utilizadas pela pecuária extensiva, que passa a ser substituída cada vez mais pela pecuária criada no sistema semi-intensivo.

De acordo com Costa (2011), os principais motivos da redução da cultura do arroz são: esgotamento dos solos, não utilização de fertilizantes químicos e falta de políticas agrícolas de assistência técnica aos camponeses do município. Percebemos que esses mesmos fatores podem ser observados em Anastácio, contribuindo para a expressiva redução de diferentes gêneros alimentícios.

O grande número de pequenas propriedades em Terenos é o principal responsável pela diversidade da produção agrícola. Entre os produtos camponeses, destacam-se: abacaxi, banana, coco-da-baía, feijão, laranja, limão, mamão, mandioca, melancia e tomate.

Tabela 21 – Município de Terenos
Produção agrícola (em toneladas) (1975-2018)

Produtos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Abacate	60	–	–	–	–	–	–
Abacaxi	16	381	800	64	54	220	200
Algodão	360	1.440	1.875	60	18	–	–
Alho	18	6	–	–	–	–	–
Amendoim	216	474	11	–	–	–	–
Arroz	9.000	29.376	4.875	468	–	–	–
Banana	30	5	56	36	432	1.800	1.600
Batata doce	25	–	32	–	–	–	75
Café	–	15	20	–	–	–	–
Caju	60	–	–	–	–	–	–
Cana-de-açúcar	1.600	2.000	2.000	1.200	232.215	1.800	300
Cebola	24	–	8	–	–	–	–
Coco-da-baía	6	–	–	–	136	352	75
Feijão	180	288	331	72	9	367	238
Laranja	840	4.724	7.700	12.500	1.800	368	180
Limão	170	–	1.240	575	1.050	360	360
Mamão	–	–	35	54	125	80	400
Mandioca	15.000	6.000	6.000	3.450	1.800	7.500	4.200
Manga	90	–	–	–	135	–	–
Maracujá	–	–	–	–	17	18	27
Melancia	60	13	116	6	–	300	100
Melão	5	–	2	–	–	–	–
Milho	2.250	6.000	10.980	9.045	4.104	53.963	36.000
Pêssego	102	–	–	–	–	–	–
Soja	240	49.005	16.128	3.611	11.064	52.719	73.824
Sorgo	–	–	–	–	1.288	–	–
Tangerina	340	1.080	390	–	1.552	720	720
Tomate	360	750	500	125	420	920	–
Trigo	–	–	365	–	–	28	–
Uva	8	–	–	–	–	–	10

Fonte: IBGE (2019a).

O município também se sobressai na pecuária de bovinos, registrando em 2018 um total de 274.370 cabeças. A numerosa produção de galináceos está relacionada à expansão da avicultura de corte. Nos últimos anos, a criação de suínos também se torna representativa (tabela 22).

Tabela 22 – Município de Terenos
Principais rebanhos em cabeças (1975-2018)

Rebanhos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Bovino	64.227	123.051	165.189	255.045	278.100	288.845	274.370
Bubalino	11	18	–	–	81	53	40
Equino	2.421	2.100	2.050	2.806	5.428	4.500	5.222
Suíno	6.475	5.018	4.795	8.623	6.260	11.193	10.898
Caprino	34	90	85	223	295	600	585
Ovino	419	821	825	2.185	4.460	5.797	6.458
Galináceos ¹	397.571	498.583	606.093	947.765	2.518.782	1.250.729	1.288.564
Codornas	16	–	–	–	26.260	125.000	122.000

Legenda: ¹ Galinhas, galos, frangos e pintos.

Fonte: IBGE (2019b).

Terenos é bastante relevante na produção de ovos de galinha (tabela 23), sendo o maior produtor do estado⁶⁰. Em relação ao leite, registrou-se, em 2018, um total de 9.765 (mil litros). A produção desse alimento é realizada principalmente por camponeses assentados. De acordo com informações da AGRAER, no município ocorre a atuação da Cooperativa Mista da Pecuária de Corte, Leiteira e da Agricultura Familiar (COOPLAF), que reúne produtores dos assentamentos de Terenos e de municípios vizinhos. Sua sede está situada no Assentamento Campo Verde e atua na comercialização de produtos do campesinato, com destaque para a produção do leite.

Tabela 23 – Município de Terenos
Principais produtos da pecuária (1975-2018)

Produtos	1975	1980	1985	1995	2006	2017	2018
Leite (mil litros)	956	4.572	4.550	9.011	7.977	11.000	9.765
Ovos de galinha¹	2.934	7.100	8.805	14.589	17.054	22.734	24.000
Ovos de codorna ¹	–	–	–	–	418	1.204	1.175
Mel de abelha ²	5.500	–	–	752	2842	50.000	24.697
Casulo bicho-da-seda ²	–	–	–	–	337.198	–	–
Lã ²	75	135	135	548	1.228	1.200	1.100

Legenda: ¹ Mil dúzias. ² Em quilograma.

Fonte: IBGE (2019b).

Frente ao exposto, entendemos que a questão agrária em Terenos também está inserida no contexto estadual de ampliação da produção de *commodities*, utilizando-se cada vez mais de técnicas modernas para o aumento da produtividade. A estrutura fundiária concentrada, embora menos acentuada como a do estado, também é um elemento do espaço agrário do município. Junto a expansão do capital no campo, verificamos também a territorialização da produção camponesa, a partir da luta pela terra em conjunto com os movimentos sociais e o desenvolvimento de estratégias para a permanência na *terra de trabalho e morada*.

⁶⁰ Como já apresentado anteriormente, no município de Terenos está localizada a CAMVA, Cooperativa produtoras de ovos da Colônia Jamic, responsável pela maior produção de ovos do estado. As características produtivas da Colônia Jamic serão apresentadas no capítulo 4 desta tese.

2 A (RE)PRODUÇÃO TERRITORIAL DAS COLÔNIAS PULADOR E JAMIC E A RECRIAÇÃO CAMPONESA

A (re)produção territorial das Colônias Pulador e Jamic está associada a processos (i)migratórios ocorridos durante o século XX. A implantação da NOB⁶¹ contribuiu para o deslocamento desses grupos sociais. Sobre os trilhos da ferrovia, migrantes brasileiros e imigrantes de diversas nacionalidades se deslocaram para o atual Mato Grosso do Sul. Ao se apropriarem de suas frações territoriais, esses sujeitos sociais passaram a desenvolver estratégias para sua reprodução social e garantir a permanência na *terra de trabalho e morada*.

No decorrer do tempo, essas estratégias de reprodução social foram as responsáveis pelas (re)organizações espaciais que ocorreram nas unidades de produção e nas Colônias. Santos (1988) ressalta que para evidenciar as transformações no tempo e no espaço em um determinado lugar, é necessário estudar os elementos (sociais, econômicos, políticos e culturais) que agrupam a configuração espacial desse lugar, desde a organização do grupo social até as instituições que participaram desse processo de materialização social.

Assim como Raffestin (1993), entendemos que a produção territorial acontece por meio do espaço. O território é o resultado histórico dos processos sociais, econômicos, culturais e políticos que, mediante relações de poder, são materializados no espaço. Toda organização espacial (agricultura, pecuária, estradas, construções, entre outras) é fruto do trabalho social que transforma o espaço em território.

De acordo com Corrêa (2000), considerando-se as necessidades de produção e reprodução social, desenvolve-se a interação homem/natureza. A partir de um trabalho, o que também implica uma divisão social do trabalho, um indivíduo ou grupo de indivíduos define o que será, como será e a quantidade a ser produzida, e ainda como será distribuído o produto do trabalho. Por intermédio do trabalho social, os indivíduos de um grupo interagem entre si e com a natureza.

O processo de (re)produção territorial das Colônias Pulador e Jamic apresentam características distintas entre si, em virtude dos aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais desses dois grupos e as circunstâncias que levaram aos processos (i)migratórios. Porém, há semelhanças que os unificam, como veremos no decorrer do trabalho.

A seguir, apresentamos as particularidades do processo de (re)produção territorial nos recortes da pesquisa. Para este capítulo, as entrevistas realizadas com os moradores mais antigos

⁶¹ Como descrito no capítulo anterior, a NOB foi inaugurada oficialmente no dia 14 de outubro de 1914.

das Colônias que participaram do processo (i)migratório foram fundamentais. A metodologia de história oral nos permitiu compreender os elementos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos que possibilitaram a produção das frações territoriais estudadas.

2.1 A Colônia Pulador

A Colônia Pulador está localizada ao norte do município de Anastácio, a aproximadamente 12 km da sede municipal (figura 6), é formada por camponeses migrantes nordestinos e seus descendentes, originários dos estados de Pernambuco e Sergipe, que começaram a adquirir terras na região a partir de 1928, e por migrantes paulistas, sulistas e sulmato-grossenses que obtiveram terras no final do século XX e início do século XXI.

A emancipação do município de Anastácio ocorreu em 1964. Até esse ano, a área pertencia ao município de Aquidauana. É importante destacar, como já indicamos no capítulo 1 desta tese, que o Rio Aquidauana é o limite natural entre Aquidauana e Anastácio e também limita as áreas urbanas desses municípios (figura 6).

A formação da Colônia Pulador teve início após a construção da NOB. Antes da ferrovia, o Rio Aquidauana se constituiu como a principal via de transporte da região. Assim, várias famílias se estabeleceram na vila de Aquidauana durante o século XIX com o objetivo de desenvolver a pecuária e trabalhar com o comércio. Em 1892, deu-se a emancipação do município de Aquidauana, até então pertencente à Corumbá (LEITE, 2009).

Até a década de 1920, Aquidauana era formada por extensas propriedades e a principal atividade econômica era a pecuária. A partir do século XX e com a construção da NOB, cujo objetivo era interligar as fronteiras oeste e o litoral atlântico brasileiro, ocorreu um intenso fluxo migratório de nordestinos para o município. O principal destino deles foi a área rural do município, na região correspondente a Anastácio. Nessa época, a região era denominada “Margem esquerda do Rio Aquidauana”. A área de Aquidauana era chamada de “Margem direita do Rio Aquidauana”. Assim, a partir de 1928, muitos nordestinos adquiriram terras na “Margem esquerda do Rio Aquidauana”, atualmente conhecida como Colônia Pulador.

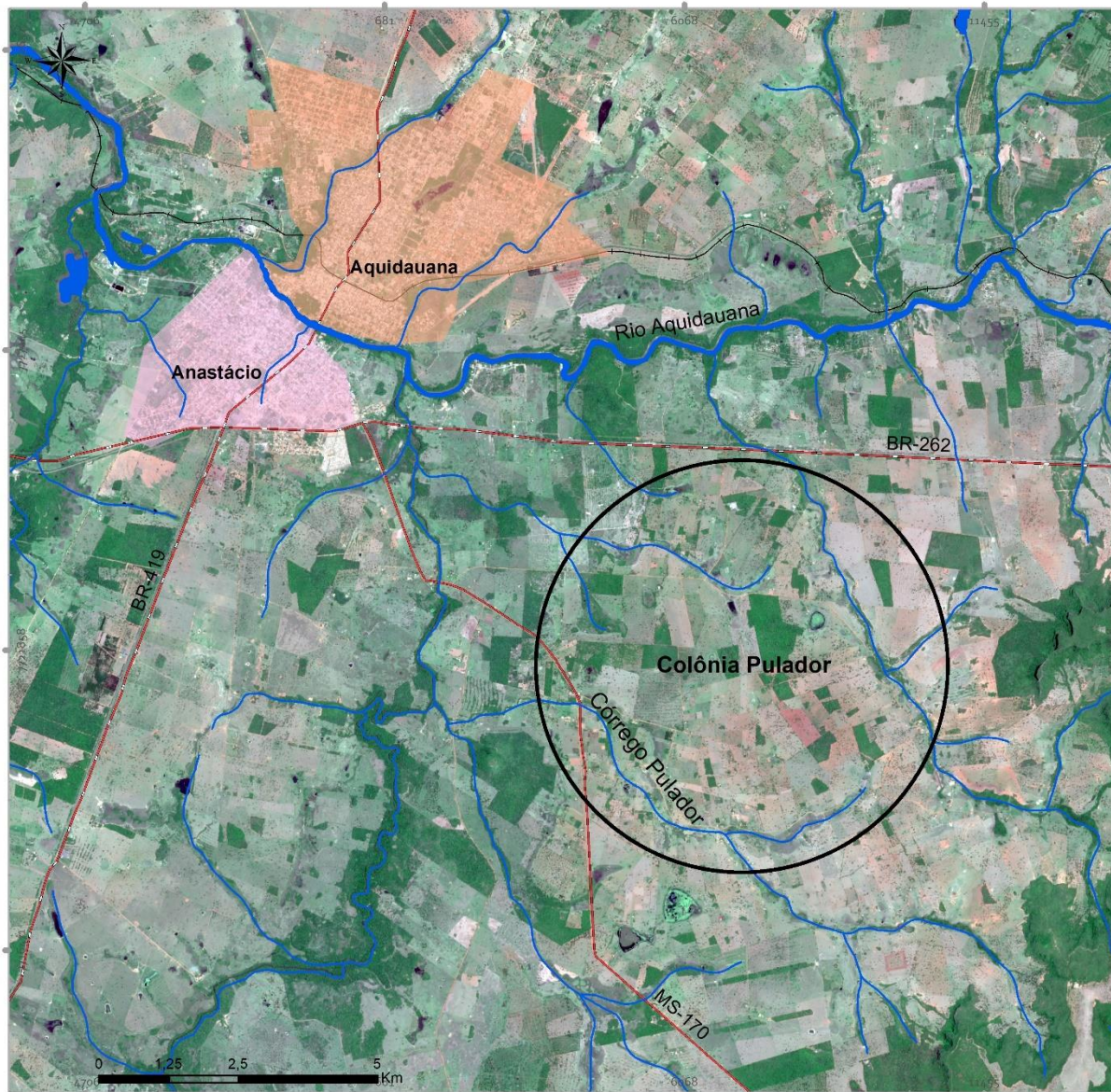
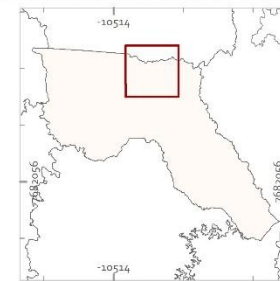
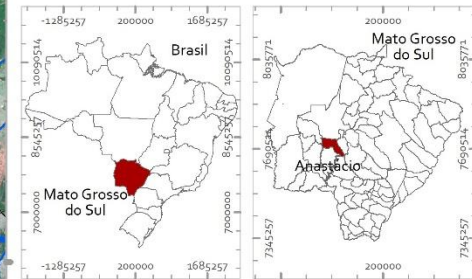


Figura 6 – Mapa de localização da Colônia Pulador, no Município de Anastácio/MS



Legenda

- Colônia Pulador
- Perímetro Urbano de Anastácio
- Perímetro Urbano de Aquidauana
- Rede de Drenagem
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Ferrovia

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



As terras da Colônia Pulador faziam parte de uma fazenda pertencente à família Anderson⁶², que se apropriou de uma grande quantidade de terras em Aquidauana, no final do século XIX⁶³. A partir de 1920, algumas dessas terras começaram a ser vendidas. Segundo alguns entrevistados, o motivo da venda se deu em virtude da morte do patriarca da família, Augusto Ekberg Anderson. Ele teve 15 filhos e após a sua morte, suas propriedades foram distribuídas aos herdeiros, porém, apenas dois de seus filhos, Augusto Perez Anderson e Francisco Anderson, permaneceram com estabelecimentos na região. Os demais, sem vocação para a atividade pecuarista, passaram a vender as terras a preços irrisórios, o que chamou a atenção dos migrantes nordestinos que chegavam na região.

A partir de 1928, o fluxo migratório de nordestinos para Aquidauana se torna intenso. Nesse período, algumas terras da família Anderson foram divididas em lotes menores, para facilitar a comercialização com os migrantes. Atualmente, ainda encontramos algumas fazendas dos descendentes dessa família na região.

Os processos migratórios que possibilitaram a produção territorial da Colônia Pulador, tiveram início em 1928. Conforme relatos de descendentes desses migrantes, alguns nordestinos que participaram da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), ao conhecerem as terras mato-grossenses e retornarem ao Nordeste, relataram características naturais, como a regularidade das chuvas, além do baixo preço dos estabelecimentos e a facilidade para encontrar trabalho em fazendas. Outros afirmaram que familiares vieram para o estado para trabalhar na construção da NOB⁶⁴ e teriam voltado para buscar a família e divulgar sobre as terras da região.

Os nordestinos que chegaram em Aquidauana vieram com dinheiro para adquirir terra (venderam a que tinham no Nordeste e compraram na atual Colônia Pulador). Ao chegarem, alguns já adquiriram a propriedade, outros trabalharam por um tempo em fazendas ou no sistema de parceria⁶⁵ em sítios da região e, posteriormente, compraram terra na Colônia Pulador.

De acordo com Candido (1973, p. 107), “a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”. Os migrantes

⁶² A família Anderson possui nacionalidade sueca e foi uma das primeiras a chegar no município.

⁶³ Como apresentamos no capítulo 1, a partir de 1870, começou a ocorrer a ocupação das terras atualmente correspondentes aos municípios de Anastácio e Aquidauana, por não indígenas. O crescimento da pecuária no então Mato Grosso do Sul, no final do século XIX, recebeu influência do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, tendo em vista a perspectiva de escoamento da produção de origem bovina para a região paulista, o que fez da região um atrativo para que famílias de outros estados e de outras nacionalidades migrassem para a região para trabalhar com a pecuária.

⁶⁴ A construção da NOB teve início no ano de 1905.

⁶⁵ O sistema de parceria relatado pelos entrevistados correspondia à utilização da terra para o plantio de alimentos; e uma parte desses alimentos ficava com o proprietário da terra.

utilizaram-se da parceira por um período transitório, pois segundo relatos, percebemos que as famílias tinham vindo com dinheiro para obter a terra no Pulador, porém, enquanto aguardavam o momento certo de fazê-lo, realizavam a parceria para produzir alimentos e garantir, assim, a subsistência da família.

Quando a gente chegou fomos trabalhar de parceria em uma fazenda lá pra baixo, plantamos de tudo lá, a terra era muito boa. Até que apareceu essa terra aqui, o pessoal que tinha vindo com a gente já tinha comprado por aqui tudo. Aí meu pai comprou aqui e mudamos pra cá. Eu mais Antônio ficamos trabalhando lá ainda até terminar todas as colheita de lá (Entrevista realizada em 26/1/2018).

Os pioneiros na formação da Colônia Pulador citados pelos entrevistados foram os pernambucanos: Severino Batista da Silva, Antônio Carneiro de Arruda, José Valério da Silva e Ladislau Gomes de Brito, sendo a família Gomes de Brito uma das mais numerosas da Colônia. O pernambucano Ladislau Gomes de Brito⁶⁶, mais conhecido como “Lalau”, migrou com sua família junto a outros nordestinos em 1934. Essas famílias eram originárias do interior do estado de Pernambuco, dos municípios de Riacho das Águas, Rendeiro, Surubim, Limoeiro, Vertente e Caruaru.

Os migrantes se deslocaram até Recife, capital de Pernambuco, de onde viajaram de navio até o Rio de Janeiro. De lá, seguiram de trem até São Paulo, e depois para Bauru, no estado de São Paulo. Ainda de trem, eles foram de Bauru até a Estação Ferroviária de Aquidauana. Esses meios de transporte foram utilizados até o final da década de 1940.

A partir de 1950, além de pernambucanos, a região passa a receber migrantes provenientes do estado de Sergipe. Um dos meios de transporte utilizados desde esse ano foi o chamado “pau-de-arara”: um tipo de caminhão com carroceria coberta de lona, com alguns banquinhos de madeira. As pessoas saíram de seus municípios no Pernambuco e no Sergipe e viajaram de “pau-de-arara” até Bauru, de onde seguiram de trem até Aquidauana:

[...] nós viemos de pau de arara, saímos de Pernambuco num caminhão chamado pau-de-arara, o pau-de-arara é um caminhão velho coberto com uma lona, com umas banca de pau, viemos até Bauru, onde pegamos a maria fumaça⁶⁷ e de lá viemos até a estação de Aquidauana...saímos de lá no dia 10 de fevereiro de 1950, dia de sexta-feira, chegamos aqui 23 de fevereiro, dia de quinta-feira, na sexta ia fazer 15 dias (Entrevista realizada em 12/5/2018).

⁶⁶ O pernambucano Ladislau Gomes de Brito faleceu com 82 anos, em 1962, na Colônia Pulador.

⁶⁷ Até 1950, o combustível utilizado no transporte ferroviário era a queima da lenha, um processo que liberava muita fumaça. Por isso, o trem passou a ser chamado de “Maria Fumaça” pela população em geral.

Outros entrevistados relataram que o deslocamento de pau-de-arara foi realizado até a capital de São Paulo, no bairro do Brás, onde era o destino de várias famílias de nordestinos⁶⁸, e outras famílias seguiram a viagem de trem até Bauru e depois até Aquidauana, também de trem.

Os fluxos migratórios de nordestinos para a Colônia Pulador ocorreram no período de 1928 até 1961. De 1928 até 1948, parte da viagem era realizada de navio e a outra parte era de trem. A partir de 1950, uma parte passou a ser feita de caminhão e, a outra, de trem (figura 7).

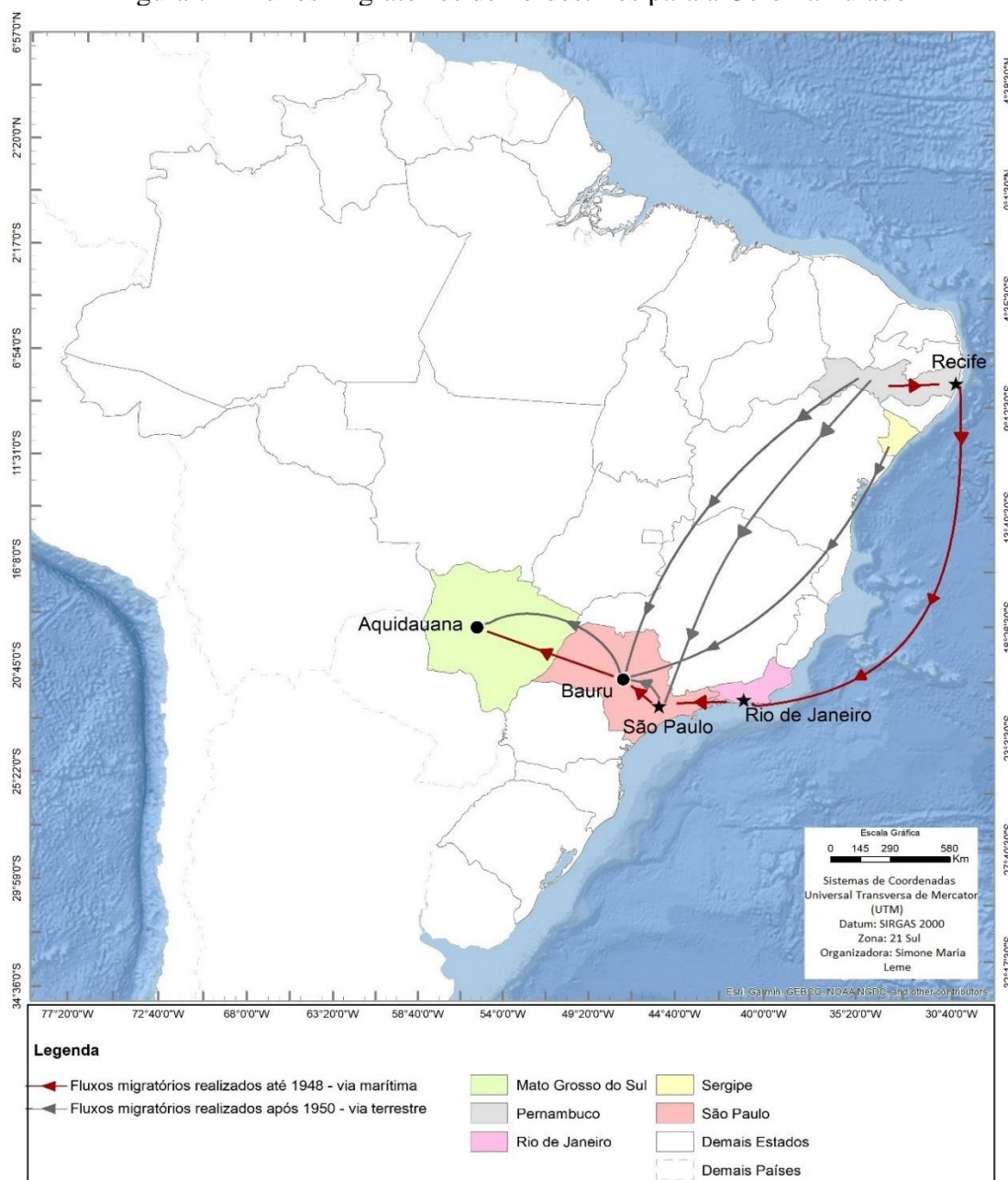
Na fala dos entrevistados, fica evidente que os relatos de experiências dos que estavam em Mato Grosso como o principal motivo das migrações:

O pessoal que participo da guerra falou lá, que a terra era boa aqui. Em 1928 veio uma leva de família, aí através deles veio outra remessa em 34, depois em 42, aí em 48 veio outra, 50 outra, aí fico vindo até o ano 61, aí de 61 pra cá parô, o povo de lá começo a receber aposentadoria aí ficaram por lá mesmo (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Seu Lalau veio aqui em 34, quando foi em 38 ele foi buscar dois filhos que ficou casado em Pernambuco, e com ele veio muita gente...aí quando foi em 42, o Antônio Mora que havia vindo em 38, volto pra lá e trouxe mais dois irmãos, aí quando foi em 48 o Zé Mora que tinha vindo em 42, foi passear no Pernambuco, o Zé Mora era pobrezinho andava de roupa rasgada, aí em 48 chego lá metido nos terno e gravata, aí o povo endoido e veio muita família com ele (Entrevista realizada em 12/5/2018).

⁶⁸ Nesse mesmo período, o fluxo migratório de nordestinos para São Paulo também foi intenso, em virtude dos processos de industrialização da capital paulista.

Figura 7 – Fluxos migratórios de nordestinos para a Colônia Pulador



Fonte: Organizada pela autora.

Após 1961, algumas famílias de nordestinos chegaram na Colônia Pulador, porém de forma isolada, pois não vieram com outras famílias. Uma das famílias entrevistadas, originária de Pernambuco, chegou em Anastácio em 1970. A partir desse ano, a viagem até São Paulo passou a ser realizada de ônibus, em substituição ao chamado “pau-de-arara”, e de trem seguiam até a estação de Aquidauana.

É interessante destacar a ênfase dada pelos entrevistados nas diferenças entre o trem que partia de São Paulo até Bauru, e do trem que ia de Bauru até Aquidauana. O trecho São Paulo-

Bauru era mais rápido, pois o trem era elétrico, já o trecho Bauru-Aquidauana era mais lento, considerando-se que o veículo era movido à queima da lenha, a chamada “Maria Fumaça”.

Entre os motivos da migração, além dos relatos de experiências dos que já estavam no Pulador, estava também a busca pela continuidade do modo de vida camponês. Em todas as falas, a seca era percebida por eles como uma das principais causas, além da falta de oportunidade de trabalho. Cabe ressaltar que quando questionados sobre a seca do Nordeste, todos os relatos evidenciaram o medo de grandes períodos de estiagem que muitos já haviam presenciado.

[...] lá tinha seca, até que no ano que a gente saiu de lá o ano foi bom, 48 choveu muito, 49, mas já tinha feito muita seca pra trás...lá quando seca fica tudo difícil... as terra que meu pai tinha lá era pouca, ele disse que tinha vontade de *ir pra um lugar pra deixar os filhos asituados*, tinha muito filho né... (Entrevista realizada em 12/5/2018, grifos nossos).

A expressão “deixar os filhos asituados” foi utilizada por vários entrevistados. A migração representava a busca pela terra em quantidade suficiente para que a família toda pudesse trabalhar e, futuramente, para que os filhos pudessem continuar reproduzindo o modo de vida camponês, a partir da herança recebida. Atualmente, esse fato é muito visível, pois das unidades camponesas entrevistadas, 70% foram adquiridas com o sistema de herança (tabela 24).

Tabela 24 – Colônia Pulador
Formas de aquisição das propriedades entrevistadas

Formas de Aquisição	Número de propriedades	%
Herança	19	70
Compra	8	30
Total	27	100

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Outro elemento de destaque foi o baixo preço das terras em Aquidauana. Em uma das entrevistas, o camponês afirmou: “aqui as terras era quase de graça” (Entrevista realizada em 12/5/2018). Os camponeses ressaltaram a dificuldade em adquirir terra no Nordeste em virtude da territorialização do capital vinculada à produção da cana-de-açúcar, o que elevou o preço na região.

Lá só tinha oportunidade quem era rico, pobre não tinha vez, os donos da usina que dominava tudo lá, só os grande produzia, e a gente pequena não conseguia compra terra. Hoje até que tá diferente lá, agora com essa tal de reforma agrária, o pobre conseguiu terra, mas naquela época era difícil (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Para Martins (1990, 2017), Oliveira (1991, 1999) e Tavares dos Santos (1981), o desenvolvimento desigual do capitalismo permite que as relações capitalistas de produção se desenvolvam mais em umas regiões e setores do que em outros, caracterizando a expropriação camponesa em algumas regiões e a reprodução do campesinato em outras.

As migrações nordestinas para a Colônia Pulador foram impulsionadas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil. No Nordeste, um excedente de força de trabalho vinculado à territorialização do capital agroindustrial e à expropriação de camponeses da região intensifica os fluxos migratórios, inicialmente para as capitais nordestinas e, posteriormente, para o Sudeste e outras regiões do território brasileiro. Moreira (2014) descreve as origens e características da expansão da agroindústria no Nordeste:

Trata-se aqui de uma modernização econômica que, ao contrário da pretensão plantacionista, vem na forma de uma maior fusão de capitais dentro da agroindústria com centro na usina. Indústria moderna e instalada com capitais oriundos da metamorfose dos donos de engenho ou provenientes da cidade, a usina traz consigo a ferrovia, e a ferrovia um grau de latifundização que põe nas mãos dos usineiros uma concentração maior de propriedade da terra e dos canaviais... E dá início a uma completa reestruturação do arranjo do espaço que de um lado reverte a tendência à fragmentação da propriedade que acompanha a crise do engenho a simples fornecedores de cana e expandindo a áreas do cultivo da cana mesmo sobre parcelas de policultura, com que dessa vez cria e proletariza parcela crescente do antigo campesinato (MOREIRA, 2014, p. 108).

No contexto migratório para o Sudeste, estimulam-se também os processos migratórios para o sul do antigo Mato Grosso. As propagandas realizadas dessa região relatando boas características naturais e o baixo preço das terras tornaram-na atrativa para os migrantes, sendo uma alternativa, além da proletarização em São Paulo.

Em algumas entrevistas foi mencionado o apoio recebido do Estado ao processo migratório. Segundo os entrevistados, quem pagava a viagem realizada de Bauru até Aquidauana era o governo do estado de Mato Grosso. Os nordestinos tinham que se deslocar por conta própria até Bauru, mas o percurso de lá até Aquidauana era pago pelo estado. Entendemos que a divulgação das terras realizada pelos que já estavam em Aquidauana foi um dos fatores que impulsionou os fluxos migratórios, mas o apoio do Estado foi determinante, considerando que muitos não tinham dinheiro para os custos com o deslocamento. Dessa forma, a Colônia Pulador é inserida no contexto de desenvolvimento capitalista, no qual houve incentivo à recriação camponesa por parte do Estado e garantia à produção de alimentos para atender os núcleos urbanos em formação no atual Mato Grosso do Sul.

Lembro que a gente tinha que chegar até Bauru, de Bauru pra cá o governo pagava a nossa passagem, aí como o povo não tinha dinheiro pra vir de outro jeito, vinha de “pau de arara”, era muita gente junto, aí a viagem ficava mais barata pra todo mundo... O governo ajudava porque eles queriam que a gente produzisse, aqui só tinha boi naquela época, e quando a gente chegou começamos a planta de tudo que dava (Entrevista realizada em 28/4/2018).

Meu pai entregava a farinha que a gente produzia na Casa Cândia. A Casa Cândia era um armazém, eles comprava da gente e mandava o que a gente produzia aqui pra tudo que cidade, ia até pra Corumbá (Entrevista realizada em 28/4/2018).

Os pioneiros da Colônia Pulador adquiriram propriedades de maior extensão. Os migrantes que chegaram a partir de 1951 foram obtendo parcelas de terra que já eram pertencentes a nordestinos que haviam chegado no Pulador nas décadas anteriores.

A partir da década de 1960, a divisão das terras em lotes menores para atender o sistema de herança fez com que as propriedades da Colônia Pulador ficassem com menor extensão. Posteriormente, migrantes vindos de São Paulo, de estados do Sul do país e sul-mato-grossenses passaram a adquirir terras na Colônia Pulador. Uma das famílias entrevistadas migrou do interior de São Paulo em 1998 e trabalhou em fazendas até o ano de 2007. Em 2008, comprou um sítio de 23 ha na Colônia Pulador. Atualmente, os sítios de lá não ultrapassam os 60 ha.

Nesse processo migratório para a recriação camponesa, verifica-se nos relatos que a estratégia utilizada por eles possibilitou que se desenvolvesse o sentimento de pertencimento ao espaço conquistado: “este é o meu lugar” (Entrevista realizada em 12/5/2018). Nos depoimentos, os camponeses afirmaram que o fato de terem vindo com toda família, parentes e amigos facilitou a adaptação e não sentiam saudades da terra natal.

As frações territoriais conquistadas por esses grupos sociais representavam espaços de reprodução. Ao partirem do Nordeste em direção ao Centro-Oeste, as famílias levavam consigo a esperança de um lugar no qual pudessem viver de forma digna. A migração para esses grupos sociais era definitiva.

Encontramos na Colônia um número significativo de famílias que foram constituídas por meio do casamento entre primos de primeiro e segundo grau e uniões entre nordestinos não parentes. Essa prática foi muito comum, pelo fato de as famílias serem muito numerosas. O contato com a cidade ocorria apenas para a comercialização de produtos, as crianças estudavam na própria Colônia e as atividades religiosas e culturais também eram realizadas na Colônia. Assim, durante quase todo o século XX houve o predomínio de nordestinos e seus descendentes na Colônia Pulador.

No início do processo de formação da Colônia, as ações comunitárias foram fundamentais. Havia a formação de mutirões para a abertura das estradas, limpeza da pastagem, instalação das cercas, construção de pontes e casas e plantio. O trabalho era totalmente braçal. A construção das igrejas e cemitérios da Colônia também é resultado de ações comunitárias. Todo o processo de organização dos espaços foi coordenado pelos próprios camponeses.

Meu avô contava que quando ele chegou aqui, não tinha nada, era tudo pasto, não tinha as estradas e nem as pontes, pra ir pra cidade era muito difícil, tinha que passar por dentro do córrego. Aí eles foram construindo as casas, as estradas, fizeram umas pontes improvisadas pra carroça passar pelo córrego. Tudo foi feito por eles mesmos, as famílias ajudavam uma a outra, aí aos poucos as coisas foram sendo construídas. Hoje tem esse monte de estrada cortando tudo, antes não tinha nenhuma (Entrevista realizada em 28/4/2018).

Para Fabrini (2002), as ações comunitárias são mediadas por relações de solidariedade entre os membros do grupo. A prática da ajuda mútua, a partir da formação do mutirão, é movida pela solidariedade, cujo objetivo principal é o desenvolvimento de atividades que contribuirão com o grupo todo (como a construção dos espaços sociais da Colônia) ou com alguns integrantes em particular (como é o caso dos mutirões realizados em épocas de plantio ou colheita, quando o número de membros da família não é suficiente para a realização das atividades na unidade de produção camponesa).

Para o início da formação dos sítios, a ajuda de parentes e vizinhos foi imprescindível, tendo em vista que muitos membros da família eram crianças, não podendo colaborar de forma significativa nos primeiros anos de produção. As atividades de organização interna da comunidade, como a abertura das estradas e construção de pontes improvisadas, são tarefas que auxiliaram o deslocamento dos produtos até a área urbana e foram essenciais no processo de reprodução das famílias da Colônia Pulador.

O sentimento de pertencimento ao espaço conquistado pode ser observado também na construção dos cemitérios na Colônia. Atualmente, a região possui dois cemitérios coletivos. Ambos os espaços em que eles foram construídos foram doados por moradores e a manutenção é realizada por eles mesmos.

A denominação “Pulador” foi estabelecida pelos próprios camponeses. Como a região não possuía nenhuma ponte para atravessar de um lado para o outro do córrego que corta a Colônia, atualmente denominado “Córrego Pulador” (foto 2), eles tinham que atravessar pulando sobre o córrego. Assim, quando alguém perguntava onde moravam, eles respondiam: “moramos lá no pulador” (Entrevista realizada em 16/2/2018). Com o tempo, a região ficou

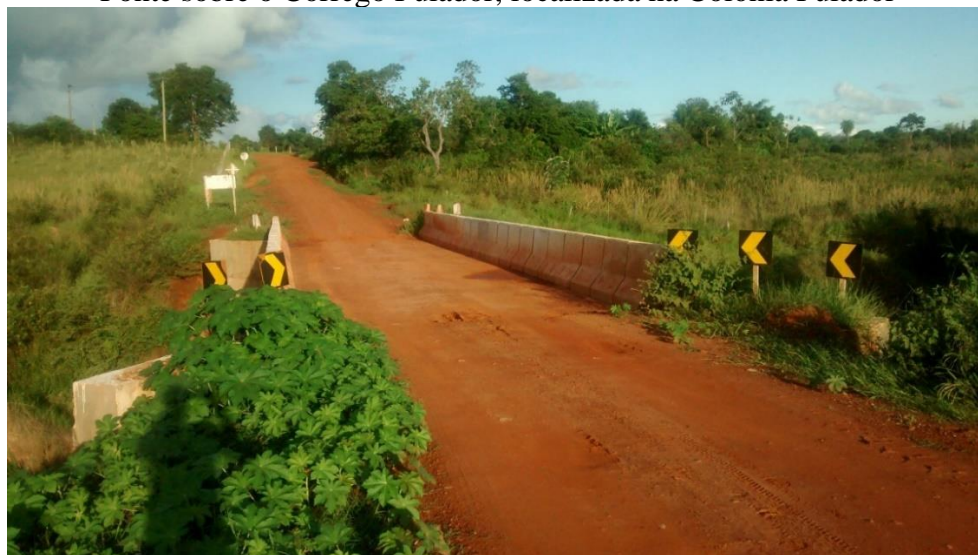
conhecida como Colônia Pulador. Atualmente, em vários pontos do Córrego Pulador foram construídas pontes (foto 3).

Foto 2 – Município de Anastácio
Estrada de acesso à Colônia Pulador, ponte sobre o Córrego Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 3 – Município de Anastácio
Ponte sobre o Córrego Pulador, localizada na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Cabe mencionar que a Colônia Pulador é subdividida em outras Colônias: Pulador, Veredão, Chora Chora, Caramujo e Morro do Chapéu. Essas subdivisões formam uma área contínua e, muitas vezes, o próprio morador não consegue identificar onde começa ou termina cada uma delas. De uma forma geral, todos se identificam como moradores do Pulador. A utilização dessas denominações indica a região da Colônia em que a propriedade camponesa

está localizada. Essas designações foram criadas pelos próprios migrantes, à medida em que as áreas foram sendo incorporadas, a partir dos processos migratórios.

A região mais próxima à área urbana de Anastácio é a identificada como Pulador, de ocupação mais antiga. Na sequência, encontramos a Colônia Veredão, que recebeu esse nome por se tratar de uma área de vegetação do tipo vereda, que foi muito usada para o plantio do arroz nos primeiros anos de migração. A Morro do Chapéu corresponde à região mais próxima da serra e, ao leste da Colônia, encontramos uma parte da Serra de Maracaju⁶⁹. Os moradores mais próximos desse local atribuem esse nome devido ao formato dos morros lembrarem o acessório (foto 4). Em relação às Colônias Chora Chora e Caramujo, os entrevistados não souberam indicar os motivos das denominações estabelecidas. Na pesquisa procuramos entrevistar habitantes de todas as regiões da Colônia Pulador

Foto 4 – Município de Anastácio
Região de morraria, localizada a leste da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Com a emancipação de Anastácio em 1964, o predomínio de nordestinos tanto na área urbana como na rural passa a ser uma das características principais do município. Muitos descendentes deles da Colônia Pulador migraram para a área urbana, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, tendo em vista que a quantidade de terras adquiridas no sistema de herança não era suficiente para atender as suas demandas. Dessa forma, as atividades urbanas

⁶⁹ A Serra de Maracaju, de composição rochosa arenítica, divide o estado de Mato Grosso do Sul em duas porções: a leste da Serra temos o predomínio da vegetação de cerrado; e a oeste se inicia o Pantanal sul-mato-grossense. A Serra de Maracaju também é o divisor das águas das bacias hidrográficas dos Rios Paraná, a leste, e Paraguai, a oeste.

passam a ser uma alternativa para as famílias que acabam vendendo a propriedade, muitas vezes, para os próprios irmãos que optam por permanecer na Colônia, reproduzindo, assim, o modo de vida camponês.

A utilização das características naturais do solo no início do processo de ocupação da área da Colônia é um elemento destacado nas entrevistas:

[...] aqui nós plantávamos muito arroz nas áreas mais úmidas, e mandioca nas áreas menos úmidas”. O esgotamento da fertilidade natural do solo e a degradação de áreas também pode ser verificado em várias falas, “hoje não conseguimos produzir arroz⁷⁰, antes o solo era mais úmido, agora o arroz não vinga (Entrevista realizada em 26/1/2018).

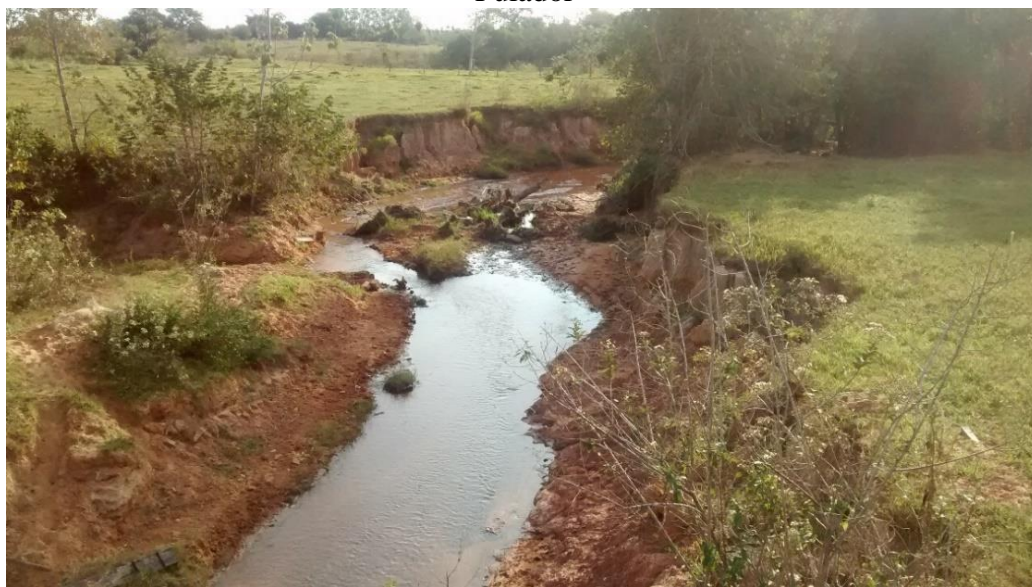
Na região da Colônia Pulador evidencia-se a presença dos solos Argissolo Vermelho (cobre cerca de 84,73% da área da bacia hidrográfica do Córrego Pulador, a textura desse tipo de solo é, em geral, arenosa/média e média/argilosa, em alguns casos com presença de cascalhos) e o Gleissolo Húmido (solo hidromórfico que se encontra permanente ou periodicamente saturados por água). Ambos os tipos de solo apresentam fragilidade ambiental média e muito alta⁷¹ (NAVARRO, 2019). No decorrer do tempo, as características naturais desses solos foram utilizadas para o plantio da mandioca e outros gêneros alimentícios.

Nas áreas próximas ao córrego que corta a Colônia havia a ocorrência de áreas de vegetação do tipo vereda, que se caracteriza pela presença dos solos hidromórficos (Gleissolo Húmido), com muita umidade, mesmo em períodos de seca. Nessas áreas, durante décadas houve o cultivo do arroz. Atualmente, não apresentam os mesmos aspectos de umidade, em virtude do manejo inadequado da área e o esgotamento das características naturais do solo. Em vários pontos do córrego, podemos observar um intenso processo de erosão e assoreamento. Nas fotos 5 e 6, verifica-se a total ausência da vegetação ciliar nesses trechos do córrego.

⁷⁰ Ao longo dos anos, ocorreu uma grande redução da produção de arroz e de outros gêneros alimentícios no município de Anastácio (ver tabela 15).

⁷¹ Consoante Navarro (2019, p. 29), Jurandyr Ross estabelece um modelo para a fragilidade ambiental de uma área a partir de dois índices. Um deles é o grau de fragilidade de acordo com a possibilidade de intervenção humana, denominada de fragilidade potencial. O segundo, leva em consideração as atividades já exercidas na área. Os dois índices determinam a fragilidade por meio de números inteiros, de 1 a 5, e que é definida pela seguinte ordem: muito baixa (1), baixa (2), média (3), alta (4) e muito alta (5).

Foto 5 – Município de Anastácio
Processo de assoreamento e erosão em trecho do Córrego Pulador, localizado na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 6 – Município de Anastácio
Processo de assoreamento e erosão em trecho do Córrego Pulador, localizado na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Nesse sentido, para que as características produtivas da Colônia se mantenham é preciso a realização de correções no solo. Os camponeses não possuem renda suficiente para manter a correção do solo, e um dos elementos destacado é a necessidade de assistência técnica e auxílio nos processos produtivos. “Hoje era pra gente estar produzindo muito mais... a prefeitura tinha

que ajudar a produção do pequeno produtor. Hoje o aluguel de um trator é R\$300 a hora, ninguém aqui tem condições de pagar isso” (Entrevista realizada em 26/1/2018).

Verificamos que os camponeses da Colônia Pulador precisam de assistência técnica para a produção, além de assistência ambiental para auxiliar no processo de resgate das áreas degradadas, principalmente as próximas ao córrego. É preciso recuperar a vegetação ciliar e efetuar um trabalho de conscientização dos camponeses, principalmente daqueles que possuem propriedades em áreas degradadas.

Na fala dos entrevistados fica evidente a preocupação com o córrego da região e com desenvolvimento de ações para garantir a preservação ambiental. Percebe-se que os camponeses entendem a necessidade de reverter o quadro da degradação ambiental, porém é urgente a necessidade de atuação de agentes públicos nos processos de recuperação das áreas degradadas. “O córrego tá precisando de ajuda...daqui a pouco não vai ter mais água passando nele, a gente não entende como faz pra parar com isso, tinha que vir alguém da prefeitura aqui pra orienta a gente” (Entrevista realizada em 10/2/2018).

Inicialmente, a produção da Colônia correspondia ao plantio de mandioca (principalmente para fazer a farinha de mandioca), banana, quiabo, maxixe, batata doce, arroz, milho, verduras, feijão de corda, abóbora e o abacaxi. A produção era destinada ao consumo da família e à venda na área urbana. O deslocamento dos produtos até a cidade era realizado com cavalos ou carroças. No final do século XX, a introdução da pecuária de corte e de leite passaram a ser atividades representativas na Colônia. Atualmente, ocorre a produção de vários gêneros alimentícios, porém em menor quantidade se comparada aos primeiros anos de migração⁷².

O principal produto produzido no início da migração era a farinha de mandioca. Por toda Colônia encontrávamos a chamada “casa da farinha”: um espaço com instrumentos artesanais onde a farinha era feita. Nos dias atuais ainda encontramos produtores de farinha na Colônia, porém em número reduzido.

Muitos migrantes que chegaram no Pulador e compraram sua terra não tinham dinheiro suficiente para montar a “casa da farinha”. Assim, durante um tempo, usaram as chamadas “casas coletivas da farinha”: um local utilizado por vários produtores de farinha. Uma parte era entregue ao proprietário da casa, como forma de aluguel pelo uso das ferramentas. Essa relação de trabalho e produção era desenvolvida até o momento em que a família conseguisse dinheiro

⁷² No capítulo 3, abordaremos a organização interna das unidades de produção camponesa e as estratégias adotadas para a permanência na *terra de trabalho e morada*.

suficiente para montar a própria “casa da farinha”. Era muito comum também a utilização de uma única “casa da farinha” por vários membros de uma mesma família.

Com o tempo, os produtores passaram a construir suas próprias casas da farinha. Segundo relatos dos entrevistados, essa foi a primeira reorganização espacial do sítio camponês. Assim, a chamada “casa coletiva da farinha”, passa a ser substituída pela “casa da farinha” usada exclusivamente pela família camponesa, construída dentro do sítio camponês.

Quando nós chegamos aqui, começamos a planta mandioca, mas ainda não tínhamos a casa da farinha, aí a gente levava a mandioca na casa da farinha do seu Lalau, ele deixava a gente produzi farinha na casa da farinha dele, no final meu pai dava um pouco de farinha pra ele, e ficava tudo certo... primeiro a gente fazia só pra comer, depois começamos a fazer pra vende também, aí com o tempo meu pai montou a casa de farinha nossa (Entrevista realizada em 26/1/2018).

Após a década de 1950, outros eventos provocaram reorganizações espaciais no sítio camponês da Colônia Pulador, entre eles: a divisão das propriedades em lotes menores, para atender o sistema de herança, a partir da década de 1960; a venda de terra entre irmãos; a migração campo-cidade; e a compra de propriedades da Colônia por famílias de outros estados e sul-mato-grossenses, no final do século XX.

Verificamos que ao longo de todo processo de produção territorial da Colônia Pulador, a atuação dos camponeses migrantes foi fundamental para caracterizar a (re)organização espacial da Colônia. Elementos como a prática da ajuda mútua e atividades coletivas (mutirão) são instrumentos de resistência e permitiram a reprodução desses sujeitos sociais que encontraram nas terras sul-mato-grossenses uma alternativa para a reprodução de seu modo de vida.

2.2 A Colônia Jamic

A Colônia Jamic está localizada na região central do município de Terenos, a aproximadamente 20 km da área urbana (figura 8) e aproximadamente a 50 km da área urbana da capital do estado, Campo Grande. Como apresentamos no capítulo 1 desta tese, a emancipação do Terenos ocorreu em 11 de dezembro de 1953. Até essa data, a área correspondente à Terenos pertencia a Campo Grande.

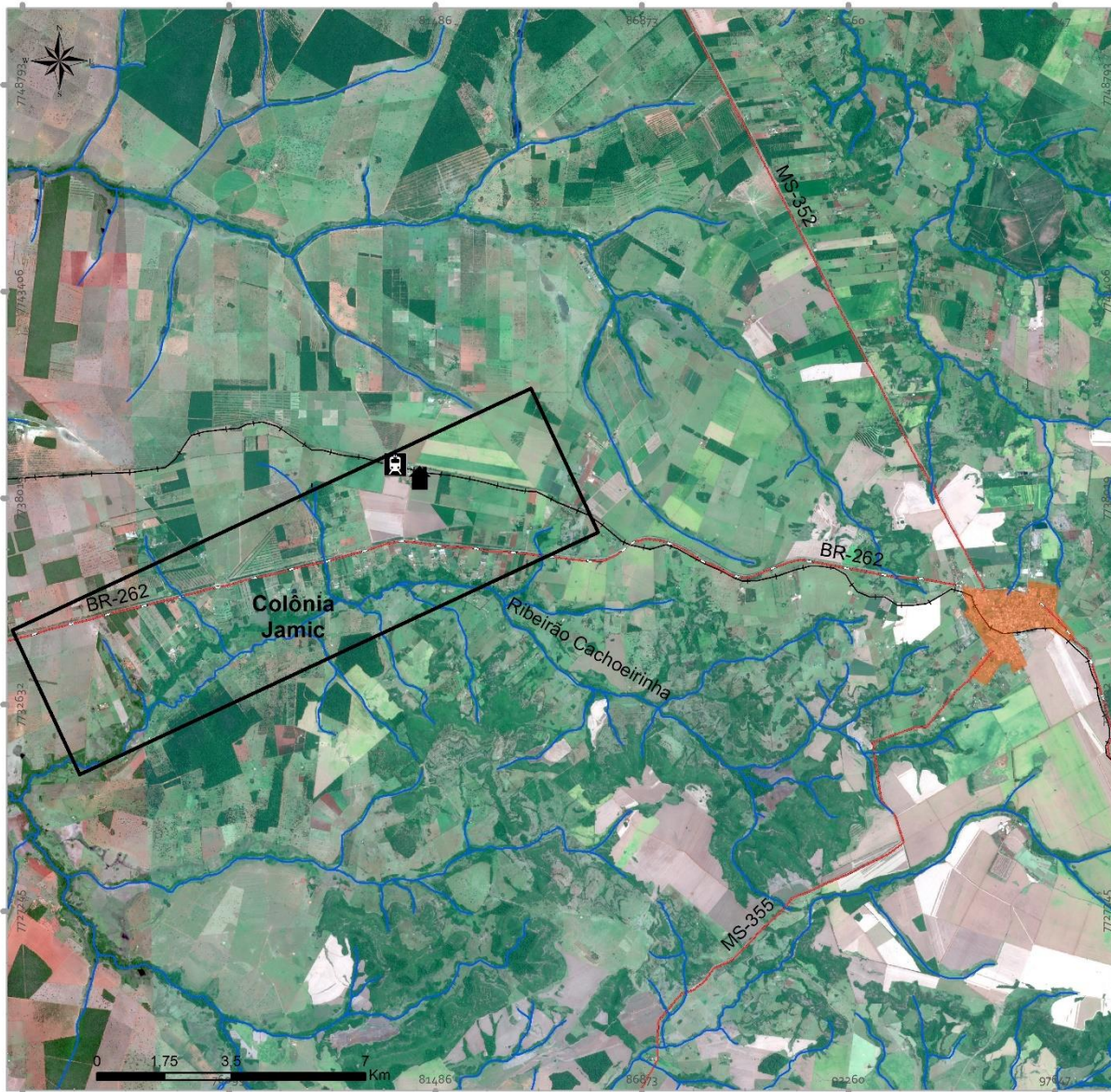
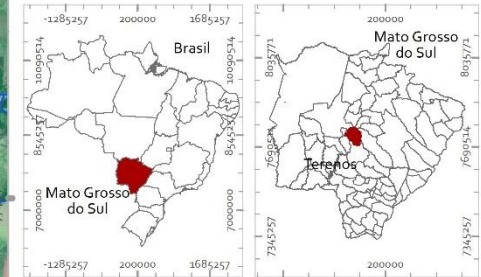


Figura 8 – Mapa de localização da Colônia Jamic, no Município de Terenos/MS



Legenda

- Colônia Jamic
- Perímetro Urbano de Terenos
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Ferrovia
- Antiga Estação Ferroviária Pedro Celestino
- CAMVA
- Rede de Drenagem

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000
 Zona: 21 Sul
 Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



A Colônia Jamic é formada por imigrantes japoneses e seus descendentes, vindos da província de Yamaguchi, entre os anos de 1959 e 1961, trazidos pela JAMIC. Como apresentamos no capítulo 1, essa companhia, em parceria com o governo japonês, era responsável pelo assentamento de japoneses no pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil.

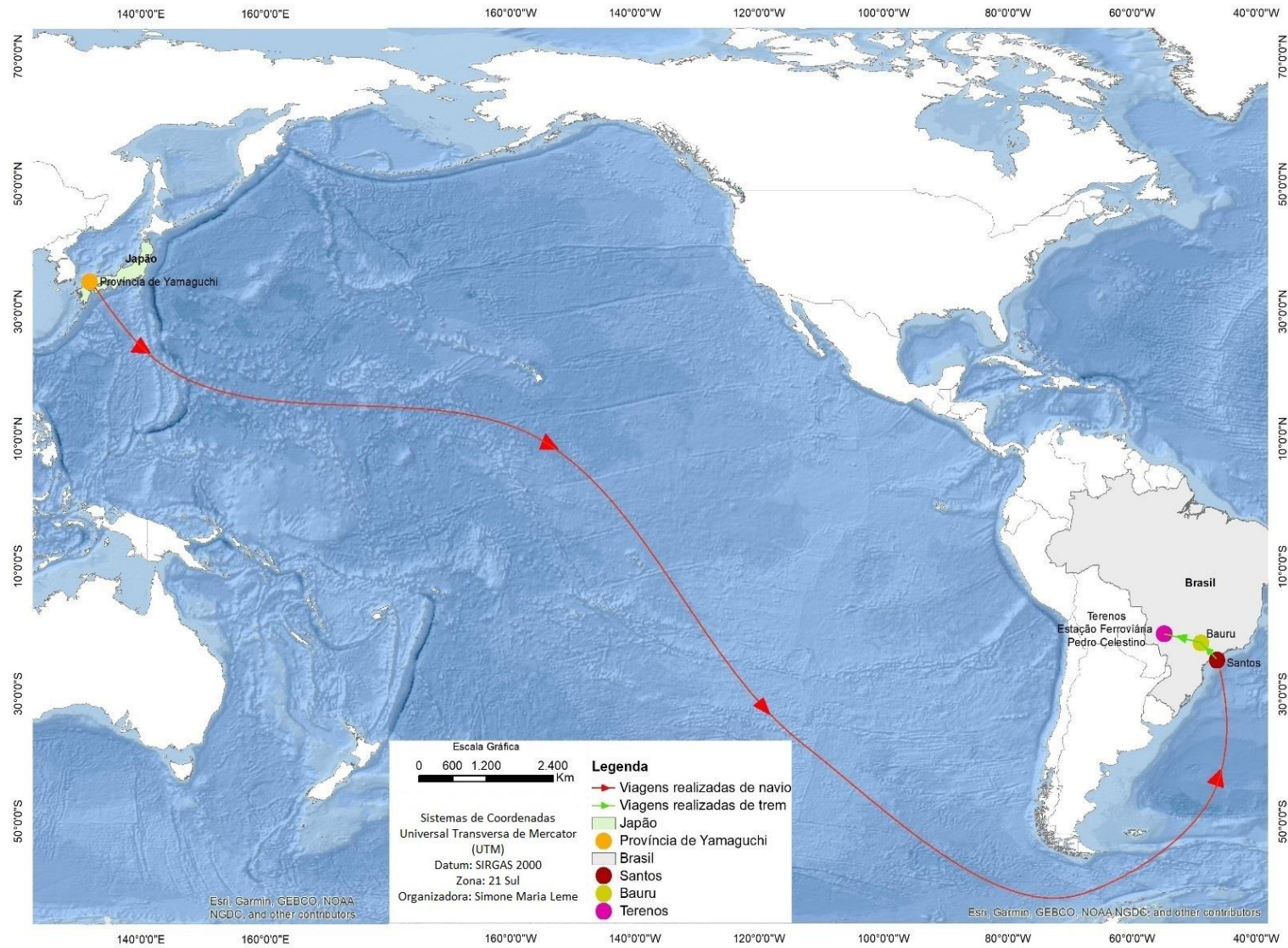
A empresa JAMIC tinha a função social de aliviar as tensões provocadas pelo conflito no Japão, introduzindo em outros países famílias japonesas com pessoas desempregadas. A instituição adquiria a propriedade, dividia em lotes e depois vendia aos imigrantes japoneses. Em Terenos, a colonizadora JAMIC comprou um total de 36.363 ha, a fazenda Várzea Alegre. Segundo os imigrantes e os descendentes da Colônia Jamic, as propagandas de divulgação das terras no Brasil ocorreram por todo território do Japão, durante 1959 e a década de 1960. Para a vinda de famílias japonesas, algumas condições foram estabelecidas pela colonizadora: 1) os lotes deveriam ser adquiridos a partir da compra; 2) o pagamento deveria ser realizado à vista, ou então capacidade financeira para pagar de 10 a 30% do valor total do lote; 3) disponibilidade financeira de 500 mil yenes para garantir a subsistência da família e as despesas dos primeiros cultivos; e 4) pelo menos três membros da família deveriam estar aptos ao trabalho.

As primeiras famílias japonesas (nove) chegaram na fazenda Várzea Alegre no dia 15 de maio de 1959. Durante o ano 1959, foram 14 famílias de imigrantes japoneses. Os fluxos imigratórios para a Colônia ocorreram até 1961, quando foi registrado o último ingresso de imigrantes para a Colônia. Porém, propagandas da área, promovidas pela empresa colonizadora, continuaram ocorrendo no Japão durante a década de 1960.

As famílias saíram da província de Yamaguchi, no Japão, e de navio, viajaram até a cidade de Santos, em São Paulo. De trem, eles se deslocaram até Bauru, e de lá foram também de trem até Terenos, onde desembarcaram na Estação Ferroviária Pedro Celestino, na área rural. A figura 9 apresenta o trajeto percorrido pelos imigrantes. Na foto 7, ilustramos o prédio abandonado da antiga Estação Ferroviária Pedro Celestino na atualidade.

Para Kanezaki (2014), foram várias as razões que justificaram o interesse da empresa JAMIC pela fazenda Várzea Alegre: a proximidade da futura capital do estado, Campo Grande, que já no final da década de 1950 passava a ser o centro das decisões políticas na região sul do antigo Mato Grosso; o baixo preço pago pela terra, o que permitiu a empresa arrecadar com as vendas após a realização do loteamento da área; e o fato da NOB passar exatamente dentro dos limites da fazenda, o que facilitou o deslocamento dos imigrantes até lá.

Figura 9 – Trajeto percorrido pelos imigrantes japoneses (1959-1961)



Fonte: Organizada pela autora.

Foto 7 – Município de Terenos
Prédio abandonado da Estação Ferroviária Pedro Celestino, localizado na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Em uma área próxima à Estação Pedro Celestino foram construídos: o escritório da colonizadora; um alojamento para os colonos recém-chegados; um prédio para o funcionamento de uma escola e outro para um centro social; uma sala para instalação de um ambulatório; e um gerador de energia elétrica (KANEZAKI, 2014).

Os longos dias de viagem até a Estação Pedro Celestino foram expressos na fala de entrevistados. Hiroshi Okishima tinha 16 anos de idade quando imigrou para a Colônia Jamic, em 1959, e sua família estava entre as nove primeiras que chegaram na Colônia. Não tendo dinheiro suficiente para pagar a passagem de navio, os imigrantes viajaram até o Brasil no compartimento de carga. Segundo os relatos, a viagem de navio teve duração de 65 dias.

A viagem de navio gastou 65 dias... não viemos no espaço de carregar gente, viemos no espaço de carregar carga, viemos embaixo onde carrega as cargas, foram 65 dias até o porto de Santos. Depois fomos de trem até Bauru e depois seguimos até aqui de maria fumaça, a maria fumaça é movida a lenha. Quem estava de roupa branca, a roupa ficou preta pela queima da lenha (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Quando as famílias chegaram na fazenda Várzea Alegre, os lotes de cada uma já estavam demarcados. “Quando meu pai assinou o contrato no Japão, a empresa já demarcava nossa área de terra aqui, aí quando chegamos nossa terra já estava demarcada” (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Lembro como se fosse hoje, nós descemos na estação Pedro Celestino, caminhamos a pé até aqui, são 4 km de lá até aqui. Aqui não tinha nada, era tudo mato, não tinha casa, quando o imigrante chegava tinha um barracão que a gente podia ficar até construir a casa. O barracão ficava do lado da estação, aí a gente fazia a marmita logo cedo e descia pra cá, trabalhava o dia todo até terminar a construção, aí a gente se mudou pra cá (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Após 1961, permaneceram na fazenda ao todo 42 famílias de imigrantes japoneses. Segundo depoimentos de moradores, ao chegarem, muitos deles desistiram de permanecer na terra, dirigindo-se para outras regiões do estado ou para a cidade de Campo Grande⁷³, onde muitos imigrantes japoneses e descendentes já estavam presentes desde o início do século XX.

A empresa colonizadora esperava entre 500 e 600 famílias. Como o total foi muito inferior ao esperado, a companhia teve que alterar seus planos que se baseavam na venda de lotes de 25 ha para cada família, reorganizando as propriedades para unidades de 50, 300 e 500 ha. Os lotes em áreas mais distantes, onde o solo era mais arenoso, tinham maior extensão e os mais próximos à Estação Ferroviária e com solo mais fértil eram menores. Os menores foram vendidos aos imigrantes japoneses e os maiores foram comercializados anos depois com capitalistas que já tinham terras na região.

No final da década de 1960, a economia japonesa já estava em ascensão, o que reduziu o número de famílias interessadas nas terras comercializadas pela empresa no Brasil. Além disso, as notícias vindas da Várzea Alegre desencorajavam muitos candidatos à imigração. A divulgação da fazenda descrevia uma região de solo terra roxa, que dispensaria adubação por duas ou três décadas. Porém, até as áreas com solo mais fértil, o lençol freático era profundo demais, o que na época, dificultava a retirada da água. Nas áreas onde o lençol freático era menos profundo, o solo apresentava um elevado grau de acidez, prejudicando, assim, a produção de gêneros alimentícios.

A Colônia foi batizada oficialmente como “Várzea Alegre”⁷⁴, tendo em vista o nome da propriedade adquirida pela companhia. Porém, passou a ser chamada “Jamic”: denominação que provém do nome da empresa colonizadora, pelo fato de os japoneses recém imigrados não conseguirem pronunciar “Várzea Alegre” e toda vez que se referiam à Colônia, falavam

⁷³ A cidade de Campo Grande foi destino de milhares de imigrantes japoneses que estavam trabalhando nas lavouras de café em São Paulo. Com a construção da NOB, eles migram para Campo Grande para trabalhar, inicialmente, na construção da ferrovia e, posteriormente, acabam fixando moradia em Campo Grande. A principal atividade exercida por descendentes de japoneses em Campo Grande é o comércio.

⁷⁴ Nesta tese, como já pontuado no título, na Introdução e no Capítulo 1, utilizaremos a denominação que os moradores da Colônia e a população em geral usam: Colônia Jamic.

“Jamic”, tornando-se a denominação utilizada tanto pelos imigrantes, como pelos moradores do município.

Dessa forma, a produção territorial da Colônia Jamic se deu a partir de processos migratórios de japoneses, que ocorreram em 1959, 1960 e 1961. Posteriormente, alguns japoneses que haviam imigrado para o Brasil, ainda na primeira metade do século XX, adquiriram propriedades na Jamic nas décadas de 1970 e 1980.

As ações comunitárias e a prática do cooperativismo, mesmo informalmente, estiveram presentes desde os primeiros meses de organização das famílias. As atividades de construção das casas, instalação das cercas e as primeiras plantações foram executadas em forma de mutirões. Kanezaki (2014) afirma que os japoneses que chegaram na fazenda desenvolviam diferentes profissões no Japão, entre elas, comerciantes, engenheiros e marceneiros. Essas variadas habilidades individuais contribuíram para a organização coletiva da Colônia. Em muitos relatos, observamos a fala “aqui todos se ajudavam”. As 14 famílias que se instalaram, em 1959, constituíram informalmente a Cooperativa Autônoma de Várzea Alegre, cujo objetivo era o controle e a administração de um caminhão que foi doado pela empresa colonizadora para o início das atividades agrícolas.

O caminhão foi fundamental no início do processo de formação da Colônia, colaborando para a compra de produtos nas cidades de Terenos e Campo Grande. Uma vez por semana, o caminhão partia para Campo Grande com as famílias na carroceria, a fim de comprar artigos necessários para o consumo e para a produção. Nesse período, a estrada que dava acesso à cidade não era asfaltada e o trajeto podia durar até cinco horas em dias de chuva.

O caminhão foi muito importante para a comunidade, uma vez por semana ele partia para Campo Grande com as famílias na carroceria, hoje a estrada é asfaltada, o trajeto dura uma hora, mas na época era terra vermelha e em dia de chuva durava até cinco horas (Entrevista realizada em 17/8/2018).

Inicialmente, os japoneses começaram a cultivar hortaliças, algodão, arroz, milho, entre outras culturas. Contudo, a produção de alguns gêneros fracassou em virtude das características do solo da região, mantendo apenas a produção de hortaliças. Na foto 8, ilustramos imigrantes da Colônia Jamic trabalhando nas primeiras plantações.

Foto 8 – Município de Terenos
Imigrantes japoneses da Colônia Jamic trabalhando nas primeiras plantações



Fonte: Álbum da família Okishima (1960 apud KANEZAKI, 2014).

Vários relatos indicaram que após dois anos no Brasil, todo o dinheiro que a família havia trazido já tinha acabado e não conseguiam produzir o suficiente para a reprodução da família. Muitos já cogitavam migrar para outra região do país ou voltar para o Japão.

Porém, a partir de 1962, com o aumento do número de famílias, a Cooperativa Autônoma deu lugar à CAMVA. O escritório e a loja foram instalados em um prédio alugado, em frente à Estação Ferroviária Pedro Celestino. A CAMVA foi legalmente registrada em 12 de dezembro de 1962, sob orientação de membros do Lions Clube de Campo Grande⁷⁵. O estatuto da Cooperativa prevê a produção de vários gêneros, mas com destaque para a avicultura de postura.

O Lions Clube de Campo Grande, além de orientações para a criação da Cooperativa, realizou um estudo em Campo Grande, que concluiu que a maior parte dos ovos consumidos chegavam de outros estados, por meio da NOB. Essa pesquisa fez com que a Cooperativa iniciasse suas atividades investindo na avicultura de postura.

Com o aumento da produção, a loja instalada em frente à Estação Ferroviária ficou com espaço insuficiente para receber os ovos. Dessa forma, eles adquiriram um terreno de 3.000 m², localizado próximo à Estação Ferroviária, onde atualmente está o escritório e o espaço para separação e acondicionamento dos ovos antes de serem encaminhados aos centros distribuidores.

⁷⁵ O Lions Clube é uma organização não governamental, presente em vários países, atuando em diversos aspectos no auxílio a comunidades locais.

Atualmente, as unidades de produção da Colônia Jamic produzem para o mercado ovos (de galinha e codorna) e citrus (limão e ponkan). A horta doméstica para o autoconsumo da família está presente nas unidades de produção, porém, devido a vários fatores, houve uma significativa redução da produção de gêneros para o autoconsumo da família⁷⁶.

Os camponeses da Colônia Jamic desenvolveram várias estratégias para permanecer na Colônia. A utilização da mão de obra familiar, o trabalho coletivo, as práticas de ajuda mútua e, posteriormente, o cooperativismo permitiram a reprodução da família camponesa e a permanência na *terra de trabalho e morada*.

⁷⁶ No capítulo 4, abordaremos a organização da CAMVA e os processos que conduziram à reorganização espacial das unidades de produção da Colônia Jamic ao longo dos anos.

3 DINÂMICA TERRITORIAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO NA COLÔNIA PULADOR⁷⁷

A multiplicidade de estratégias de sobrevivência caracteriza o campesinato da contemporaneidade. Segundo Bartra (2011), o desenvolvimento do capitalismo tenta impor uma estrutura produtiva uniforme e os camponeses acabam sendo identificados como “estranhos” dentro desse sistema, devido ao fato de serem diversos e por apresentarem variadas formas de interação com a natureza, o que caracteriza a heterogeneidade dos espaços produtivos rurais:

Enquanto o sistema fabril é propenso a especialização, a monotonia tecnológica e ao acasalamento humano, a agricultura é o território da heterogeneidade e se revela na variedade de climas, solos, ecossistemas e paisagens que se expressam na diversidade produtiva e sustentam a pluralidade social e variedade cultural (BARTRA, 2011, p. 95).

Como indicamos no capítulo 1 desta tese, em Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1970, a expansão da monocultura de exportação com uso intenso de agrotóxicos, a intensificação das técnicas agrícolas e expressivo uso de maquinários fez com que a produtividade passasse a depender cada vez menos da heterogeneidade natural. Tais tendências homogeneizadoras colocam em risco a segurança e a soberania alimentar (BARTRA, 2011).

Para Marx (2017a, p. 675), na agricultura camponesa, a posse da terra (propriedade camponesa) constitui uma condição fundamental para sua reprodução social. Porém, para o autor, o crescimento do modo de produção capitalista na agricultura “baseia-se na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro”. Dessa maneira, consideramos essencial analisar as estratégias criadas na unidade de produção para minimizar os impactos da “subordinação camponesa ao capital” e resistir à expropriação, como apontado por Marx.

A permanência dos camponeses no campo tem garantido a produção de alimento para atender as demandas do mercado interno, principalmente no abastecimento do comércio local,

⁷⁷ Resultados parciais deste capítulo foram publicados em:

LEME, Simone Maria. As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: Uma análise dos camponeses da Colônia Pulador em Anastácio-MS. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 13, n. 30, p. 92-112, ago. 2018.

LEME, Simone Maria. Práticas territoriais: a produção artesanal da farinha de mandioca como estratégia de resistência camponesa na Colônia Pulador, em Anastácio-MS. In: Calixto, Maria José Martinelli Silva; MIZUSAKI, Márcia Yukari; CAMACHO, Rodrigo Simão (org). *A geografia de Mato Grosso do Sul: contradições, conflitos e resistências na cidade e no campo*. 1. ed. - Porto Alegre, RS: Total Books, 2020. p. 8-34.

como é o caso da venda direta nas chamadas “feiras livres”. No entanto, os processos de reprodução camponesa ocorrem de forma precária, pois não é interesse do Estado manter a heterogeneidade do campo na atualidade, pois estamos diante de um modelo de desenvolvimento para o campo no qual quem define as regras são as grandes corporações internacionais. Assim, o desafio dos camponeses é grande, o que implica o aprimoramento de várias estratégias de resistência para se manterem na *terra de trabalho e morada*, na luta contra a exploração e exclusão provocadas pelo avanço do capitalismo sobre o campo.

Por seu turno, Delgado e Bergamasco (2017, p. 10) afirmam que a unidade de produção camponesa é um segmento que apresenta uma enorme diversidade no Brasil, principalmente no que se refere à sua estrutura de organização interna. Porém, não se destaca apenas pela sua diversificação organizativa, “mas pela sua capacidade de unificar a produção para o mercado com estratégias de reprodução familiar e de vida cultural e comunitária”.

Concordando com esses autores, entendemos que com o avanço do agronegócio sobre o campo sul-mato-grossense, muitas dificuldades estão sendo postas ao campesinato. Porém, a reprodução desses sujeitos é explicada não somente pelo desenvolvimento de estratégias de resistência e reprodução, mas também pelas relações contraditórias do capitalismo na contemporaneidade, que permitem a existência de relações não capitalistas em meio ao seu desenvolvimento. Precisamos compreender o campesinato como um sujeito de dentro do capitalismo, cujas relações com o mercado garantem a reprodução de seu modo de vida.

A participação do campesinato no mercado capitalista garante a reprodução e a permanência desses sujeitos no campo. A questão da autonomia camponesa perante o capital, ou seja, o grau de subordinação camponesa e a consequente exploração da renda da terra camponesa pelo mercado capitalista resultam em diferentes características reprodutivas do campesinato, caracterizando mais ou menos a autonomia e a qualidade de vida para a família camponesa. No campesinato, identificamos várias estratégias para a conquista de uma maior autonomia.

Nossa hipótese de pesquisa indica que os camponeses sul-mato-grossenses são diversos, porém, apesar dessa diversidade, eles possuem elementos que identificam sua unidade. Eles possuem uma centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, a partir da terra sendo utilizada para o trabalho e para a morada (*terra de trabalho e morada*).

Destacamos também o papel do Estado, em suas várias instâncias, para a recriação camponesa. Verificamos que com o crescimento do agronegócio, as políticas públicas têm privilegiado grandes grupos econômicos e houve uma considerável redução de políticas

voltadas para a reprodução da produção familiar camponesa. Nesse sentido, os camponeses devem se organizar em associações, sindicatos, cooperativas, entre outros, cujo objetivo principal é reivindicar do poder público local/estadual/federal ações em prol de sua reprodução. Para Fabrini (2007, 2008), as ações camponesas não estão limitadas à atuação dos movimentos sociais, pois o “movimento camponês é mais amplo do que os movimentos sociais” (FABRINI, 2008, p. 239).

Estudar as ações camponesas a partir de suas diversas práticas, tendo em vista as particularidades de seu modo de vida e a necessidade de criar formas alternativas de desenvolvimento para campo é de fundamental importância na atualidade, considerando-se os processos de urbanização, expropriação e proletarização desencadeados após a expansão do agronegócio.

Além disso, no campo observamos a destruição da biodiversidade devido à ampliação do uso de agrotóxicos e a expressiva redução da produção de alimentos que fazem parte da alimentação diária da população, em virtude do crescimento de um modelo agrário-exportador que está sendo posto para a sociedade.

Para Ploeg (2016), todas as discussões que versam sobre a sustentabilidade deveriam obrigatoriamente colocar em pauta o papel dos camponeses, pois a agricultura camponesa está enraizada nos ecossistemas locais, é mais resistente a eventos climáticos e menos dependente dos combustíveis fósseis. Nessa mesma obra⁷⁸, o autor indica como a agricultura camponesa pode contribuir para a resolução de um dos principais problemas da humanidade, a fome. O estudioso mostra que as unidades camponesas são mais produtivas que as unidades capitalistas. No entanto, para que a produtividade camponesa possa colaborar com a questão da fome, mudanças significativas devem ser efetivadas, como a negação da apropriação da renda da terra camponesa pelo mercado capitalista e a ampliação do acesso a terras agricultáveis por camponeses no mundo todo.

Nesse contexto, a luta por uma maior autonomia para o campesinato é uma das principais formas de resistência da contemporaneidade. Para realizar nossas análises a respeito da organização camponesa na Colônia Pulador, partimos de obras de autores como Tavares dos Santos (1978), que nos apresenta oito elementos estruturais da produção camponesa: força do trabalho familiar, prática da ajuda mútua, trabalho acessório, trabalho assalariado, socialização do camponês, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e jornada de trabalho. Todos esses componentes podem ser observados no campesinato do Pulador e, de forma menos

⁷⁸ Na obra *Camponeses e a arte da agricultura* (2016), Ploeg se debruça sobre o conceito de campesinato, partindo de análises das obras de Chayanov.

intensa, o trabalho assalariado que ocorre apenas em algumas unidades de produção, em atividades específicas e de forma temporária⁷⁹. A seguir, apresentamos os elementos da produção camponesa detectadas por Tavares dos Santos (1978).

A “força do trabalho familiar” é a base da constituição do campesinato. O trabalho é desenvolvido pelos membros da família que estruturam suas atividades de acordo com as aptidões físicas de cada um. Normalmente, as tarefas que demandam maior esforço braçal são executadas pelos integrantes do sexo masculino, e as mulheres se encarregam de funções mais próximas ao espaço da moradia.

A “prática da ajuda mútua” pode corresponder à troca de dias de trabalho entre as unidades de produção ou simplesmente a prestação voluntária de ajuda.

Já o “trabalho acessório” diz respeito ao envolvimento de algum membro da família em atividades externas à unidade de produção camponesa. Ocorre com o objetivo de garantir a reprodução da família, quando “sobram braços”, quando o espaço para a produção é pequeno, ou quando a renda da família é insuficiente para assegurar a sua reprodução.

A “força de trabalho assalariado” se refere à contratação de mão de obra, principalmente quando o número de braços não é o suficiente para a execução das atividades na unidade de produção camponesa. É uma prática pouco desenvolvida na Colônia Pulador. Em algumas entrevistas, relatou-se a contratação de diarista para as atividades da produção de farinha de mandioca.

A “socialização do camponês” está relacionada aos encontros de camponeses em espaços onde é possível trocar informações, experiências e conviver com os vizinhos e amigos.

Por sua vez, no tocante à “propriedade da terra”, os camponeses são proprietários dos “meios de produção e dos instrumentos de trabalho” utilizados nos processos produtivos, definindo, assim, sua “jornada de trabalho”, que pode variar de acordo com a época do ano e com as atividades desenvolvidas na unidade de produção camponesa. Entendemos que o tempo do camponês difere do tempo do proletariado assalariado, visto que o primeiro é um sujeito autônomo na determinação do tempo dedicado à cada atividade.

Fabrini e Ross (2014) entendem que esse conjunto de elementos apresentados por Tavares dos Santos são fundamentais para a caracterizar a produção camponesa, entretanto, isso não indica que todos eles estejam presentes em uma mesma unidade de produção. Para esses autores, a posse da terra e a força de trabalho familiar seriam componentes centrais em

⁷⁹ Como veremos mais adiante, entrevistamos duas famílias produtoras de farinha de mandioca da Colônia Pulador que pagam diaristas, em algumas ocasiões, para o processo de produção da farinha.

comunicação com os outros componentes que caracterizam a produção e a circulação dos produtos do campesinato.

A condição de proprietário da terra representa para o camponês a sua liberdade e maior autonomia sobre o produto de seu trabalho. Assim, a propriedade da terra é um meio necessário para a existência da produção, como também é a garantia de trabalho e subsistência da família camponesa (FABRINI; ROSS, 2014, p. 39).

Para Fabrini e Ross (2014, p. 40), o caráter contraditório do camponês de ser ao mesmo tempo proprietário de terra e trabalhador, “confere o conteúdo classista ao campesinato”. Os camponeses lutam para permanecer nessa dupla situação. Sendo proprietário da terra e dono dos meios de produção, o camponês difere do proletário que precisa vender sua força de trabalho para o capitalista.

A luta do campesinato se dá a partir das estratégias de resistência adotadas internamente para a manutenção de sua “condição camponesa”. É uma luta contínua contra o processo de expropriação provocado pelo avanço do capitalismo sobre o campo e pela permanência de sua condição contraditória de proprietário da terra e de sua força de trabalho.

Ploeg (2008, p. 40) também estabelece elementos da reprodução social do campesinato: “coprodução, base de recursos, relações com o mercado, sobrevivência, luta por autonomia e o desenvolvimento de outras atividades”.

Portanto, a “coprodução” refere-se à interação e transformação mútua entre o homem e a natureza viva. São estratégias desenvolvidas dentro da unidade de produção camponesa com o objetivo de ampliar a autonomia e fortalecer a base dos recursos dentro da unidade. A transformação de leite em queijo ou doce e a produção da farinha de mandioca são exemplos de atividades que proporcionam o aumento da renda camponesa a partir do beneficiamento do produto antes da venda.

Já a “base de recursos” é um dos resultados da coprodução. Ela tem um papel fundamental na sobrevivência e no padrão de vida das famílias camponesas. Implica o aprimoramento dos recursos disponíveis, possibilitando uma melhoria no bem-estar da família por meio do aumento da renda camponesa.

O camponês vende seu produto com o objetivo de adquirir no mercado os produtos não produzidos na unidade de produção. Essa relação permite a reprodução da família camponesa. Assim, as relações com o mercado devem ser estabelecidas de forma que garantam a autonomia, permitindo ao camponês o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao

controle do mercado, a partir do desenvolvimento de estratégias de comercialização, como a eliminação de atravessadores, com a venda direta dos produtos ao consumidor.

A “sobrevivência” está relacionada com a reprodução do campesinato mediante relação entre a unidade de produção e o consumo. O nível de sobrevivência depende da localização temporal e espacial da unidade de produção. Sendo assim, sofrem a influência das relações com o Estado, grupos de capital e outras instituições e relações internas do próprio campesinato. O campesinato possui a capacidade de se adaptar a conjunturas específicas, sem sofrer alterações da “condição camponesa”.

O “fortalecimento contínuo da base dos recursos” e os elementos que apresentamos anteriormente estão interrelacionados. A coprodução alimenta a sobrevivência e fortalece a base de recursos, conduzindo a um outro componente que é a “redução da dependência” (PLOEG, 2008).

Um elemento central da reprodução social do campesinato identificado por Ploeg (2008) é a “luta por autonomia”. Para o autor, o campesinato representa uma luta constante por autonomia, pois possui uma autonomia relativa, podendo ser maior ou menor dependendo das estratégias adotadas internamente. O desenvolvimento de outras atividades⁸⁰ é uma estratégia usada por eles para a permanência na terra. Os padrões de cooperação também são definidos como elementos para a reprodução camponesa, que podem ir desde trocas de produtos até a formação de uma cooperativa, com o objetivo de obter vantagens para a comercialização dos produtos, adquirindo mais autonomia para o campesinato.

Como destacamos, o vínculo familiar com a terra é um dos aspectos que caracterizam o campesinato. Eles utilizam a terra para a produção e para a moradia. Ao longo dos anos, os migrantes nordestinos da Colônia Pulador criaram várias estratégias para o fortalecimento dos laços com a *terra de trabalho e morada*.

Considerando os componentes estruturais da produção camponesa discutidos por Tavares dos Santos (1978) e os elementos da reprodução social do campesinato apresentados por Ploeg (2008), no fluxograma 1 organizamos os aspectos que caracterizam a reprodução camponesa da Colônia Pulador, observando os dados levantados em nossa pesquisa de campo sobre os traços produtivos locais e organizacionais das famílias. Ploeg (2009), ao se referir ao lugar do campesinato na atual sociedade, utiliza o conceito de “condição camponesa”:

⁸⁰ Entendemos que o desenvolvimento de outras atividades se refere à definição de “trabalho acessório”, apresentada por Tavares dos Santos (1978).

A condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2009, p. 18).

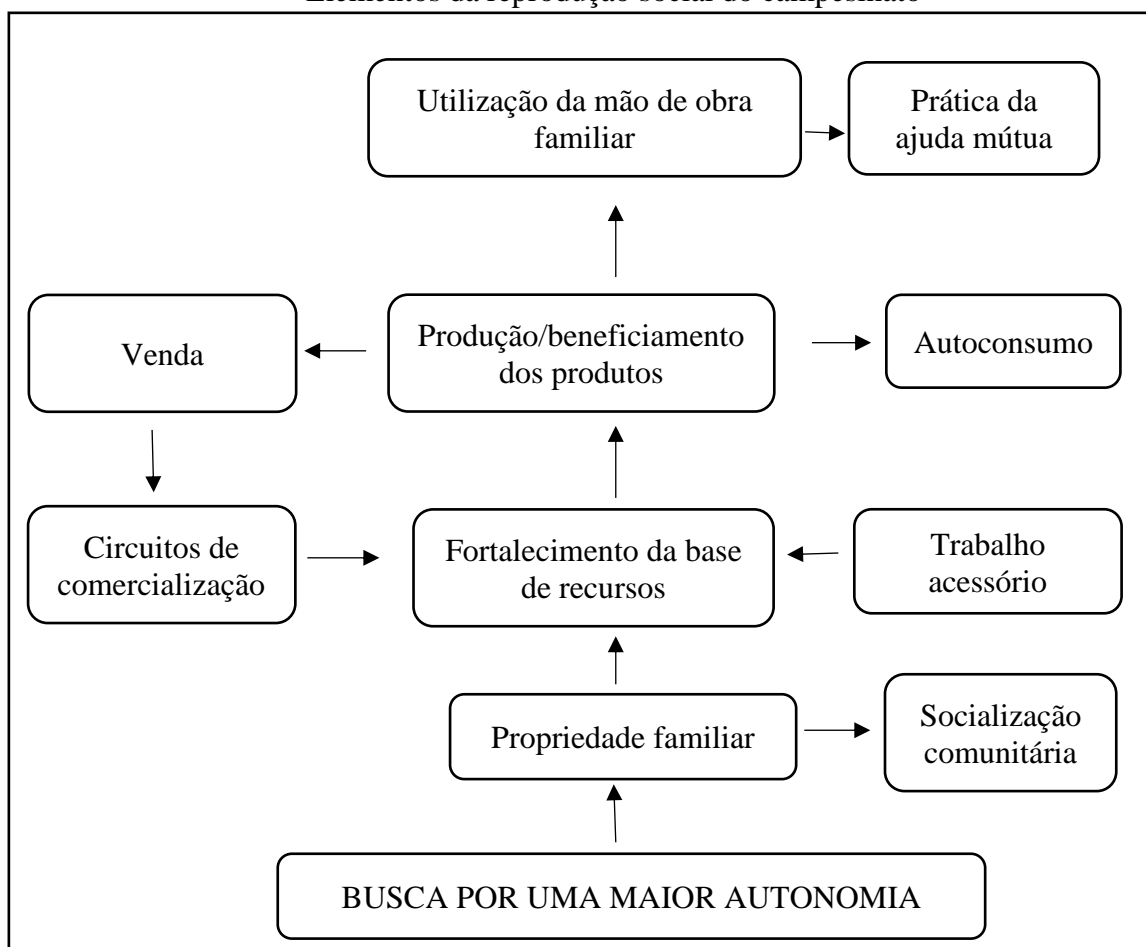
A busca por uma maior autonomia é o elemento chave da reprodução camponesa da Colônia Pulador. Essa procura ocorre a partir de estratégias criadas na propriedade familiar camponesa, onde eles são proprietários da terra, seu principal instrumento de trabalho. A maior autonomia é alcançada mediante o fortalecimento da base de recursos, que só é possível por meio do desenvolvimento de mecanismos na comercialização dos produtos que valorizam a produção camponesa e, conseqüentemente, proporcionará mais renda para a família. Caso a base de recurso esteja ameaçada, o trabalho acessório pode ser uma alternativa, no qual o camponês pode vender sua força de trabalho de forma temporária ou permanente, cujo objetivo é adquirir meios para o consolidar a base de recursos necessária para a permanência da família na terra.

Nesse sentido, a proximidade da área urbana de Anastácio e Aquidauana contribui para a prática do trabalho acessório. Diariamente, moradores da Colônia se deslocam até lá para executar atividades urbanas. Verificamos também a prática do trabalho acessório em fazendas da região. Uma outra modalidade é a presença de funcionários públicos que moram na Colônia, nesse caso, o marido ou a mulher fica encarregado das tarefas do sítio e o outro membro está envolvido em atividade pública na área urbana. Encontramos também, entre os integrantes das famílias entrevistadas, pessoas que trabalham no posto de saúde e na escola da Colônia.

A base da organização da produção camponesa está na utilização da mão de obra familiar. Quando esse elemento não é suficiente para as demandas internas da unidade, “quando faltam braços”, os camponeses recorrem à prática da ajuda mútua, a partir da troca de dias de trabalho ou doação voluntária de trabalho por vizinhos⁸¹. Na Colônia, encontramos um número significativo de idosos, sendo muito comum camponeses jovens prestarem ajuda voluntária a famílias de camponeses mais velhos, principalmente em atividades como a vacinação do gado, limpeza dos pastos e o abate de animais.

⁸¹ Como veremos mais adiante, a prática da ajuda mútua sofreu alterações ao longo dos anos, sendo muito praticada no início do processo de formação da Colônia. Atualmente, ela ocorre em algumas situações e atividades específicas.

Fluxograma 1 – Colônia Pulador
Elementos da reprodução social do campesinato



Fonte: Elaborado pela autora.

A produção camponesa é destinada ao autoconsumo e à venda. O objetivo principal da comercialização é adquirir outros produtos que não são produzidos dentro da unidade camponesa. A diversificação dos produtos é um fator que reduz a dependência de artigos no mercado. A estratégia de realizar o beneficiamento de produtos antes da venda⁸², considerando as relações sociais e culturais, do modo de vida camponês contidas no produto, proporciona o aumento da renda camponesa, favorecendo a base de recursos na unidade de produção.

A comercialização direta dos produtos é uma das técnicas desenvolvidas pelo campesinato, que contribui para que parte da renda camponesa não seja repassada para outros setores. Nesse esquema, o produto é transferido diretamente do produtor para o consumidor.

Darolt (2013), fazendo uma leitura de autores franceses, destaca que a proximidade entre produtor e consumidor se refere aos “circuitos curtos de comercialização”. Para ele, no Brasil não há uma definição oficial para circuitos curtos de comercialização, mas de forma

⁸² Exemplos de beneficiamento de produtos serão apresentados mais adiante neste capítulo.

geral, por intermédio de estudos realizados na França, dois casos distintos podem ser caracterizados como circuitos curtos: a venda direta (sem a presença de intermediários) e a indireta (quando se admite apenas um intermediário).

[...] a venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor), e a venda indireta via um único intermediário (que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno supermercado local) (DAROLT, 2013, p. 142).

A maioria dos estudos que analisam os circuitos de comercialização consideram a distância entre produtor e consumidor e o número de agentes envolvidos nos processos de produção e comercialização do produto para definir o circuito de comercialização como sendo curto ou longo (DAROLT, 2013; SILVA, 2015).

Para Ploeg (2008, p. 21), existem dois modelos de produção e circulação de produtos: o “circuito curto e descentralizado”, que estabelece uma ligação entre a produção e o consumo de alimentos, e entre a agricultura e a sociedade local e regional; e o “império agroalimentar”, formado por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, fortemente centralizado na industrialização da produção.

Partindo da concepção desses autores, entendemos que a produção e a circulação de um produto podem ocorrer a partir de um “circuito curto de comercialização” ou de um “circuito longo de comercialização”. A participação em “circuitos curtos de comercialização” é fundamental para uma maior autonomia do campesinato. Nesse circuito, o produtor pode participar diretamente da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, tendo em vista o caminho percorrido pelo produto até chegar nas mãos do consumidor.

Diferentemente do circuito oposto, o “circuito longo de comercialização” considera além da distância entre o produtor e o consumidor, os diferentes agentes que participam do processo de produção e circulação do produto. Nesse circuito, o produtor entrega seu produto diretamente para a indústria ou para a figura de um atravessador, que se encarregará dos processos de transportes e comercialização com a empresa que fará o beneficiamento do produto. O produtor fica subordinado à indústria que definirá a quantidade e a normatização da produção.

A participação camponesa em “circuitos longos de comercialização” está relacionada ao processo de “monopolização do território pelo capital”⁸³, no qual o capital, ao se expandir no campo, não se torna proprietário da terra, mas subordina a produção camponesa ao seu processo de desenvolvimento. A entrega do produto do campesinato para um atravessador ou para uma indústria são exemplos desse processo.

Todos os elementos indicados no fluxograma 1 consistem na busca contínua pelo aumento da autonomia, para que a reprodução da família camponesa possa ocorrer da melhor forma possível, reduzindo ao máximo as relações de dependência com o mercado ou a dependência de empréstimos de instituições financeiras que podem conduzir à expropriação do campesinato.

Outro componente que também está relacionado à reprodução social do campesinato é a socialização comunitária. A família camponesa pode participar de diferentes formas na comunidade na qual está inserida, por meio de jogos esportivos (partidas de futebol no final de semana), participando de encontros religiosos e suas festividades, e ainda realizar interações sociais nas chamadas “vendinhas”. Nesses espaços, eles trocam informações, efetuam vendas, entre outras atividades. Nos próximos tópicos deste capítulo apresentamos as características da organização camponesa na Colônia Pulador.

3.1 Terra de trabalho e morada: a organização interna das unidades de produção na Colônia Pulador

Como apresentamos no capítulo 2 desta investigação, os processos migratórios de nordestinos que ocorreram durante o século XX caracterizam a produção territorial da Colônia Pulador e o desenvolvimento do campesinato no município de Anastácio. De acordo com dados da AGRAER de Anastácio, a Colônia é formada por aproximadamente 100 unidades de produção. Durante nossa pesquisa de campo, entrevistamos 27 famílias de camponeses.

Em meio às pequenas propriedades da Colônia Pulador, encontramos algumas médias propriedades capitalistas, cuja principal atividade econômica é a pecuária extensiva. Como nosso objetivo é analisar o processo de reprodução camponesa, essas propriedades não foram

⁸³ Como apresentamos na Introdução desta tese, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1981, 1990, 1992, 2007) define e distingue os processos de “territorialização do capital no campo” e “monopolização do território pelo capital”.

levadas em conta em nosso estudo⁸⁴. Porém, consideramos a prática do trabalho acessório realizado por camponeses da Colônia Pulador nessas propriedades capitalistas.

Para Marques (2008a), a origem do conceito camponês é europeia. No caso do campesinato brasileiro, temos várias especificidades. No Brasil, o campesinato surge na periferia do capitalismo, como um sujeito excluído, ao contrário do camponês europeu, que possui um significativo enraizamento territorial. Dessa forma, a história do camponês brasileiro é marcada por uma grande mobilidade espacial. Onde ele não consegue se reproduzir, a busca pela terra distante torna-se uma estratégia de resistência para a continuidade do trabalho familiar camponês e de seu modo de vida. Assim, o campesinato da Colônia Pulador nasce de um processo migratório de nordestinos para Anastácio.

Após as nossas avaliações, identificamos na Colônia Pulador cinco características distintas entre as unidades pesquisadas. Esses aspectos, sintetizados no quadro 2, estão relacionados à produção para o autoconsumo e para a comercialização e o desenvolvimento de atividades externas à unidade de produção (trabalho acessório).

A utilização da mão de obra familiar e a produção para o autoconsumo estão presentes em todas as unidades de produção entrevistadas. Atualmente, a Colônia é formada por um número significativo de idosos. À medida em que membros da família passam a conquistar o benefício da aposentadoria, é comum a redução da produção para o mercado e a manutenção da produção apenas para o autoconsumo da família. Esse fator indica um determinado equilíbrio na unidade de produção, no qual a renda mensal da aposentadoria substitui aquela gerada da venda de produtos no mercado. Quando isso ocorre, o camponês deixa de produzir para mercado e os produtos que ele necessita adquirir no mercado passam a ser comprados usando a aposentadoria.

⁸⁴ Essas propriedades capitalistas da região do Pulador têm sua origem vinculada à formação territorial do município de Anastácio. Como apresentamos no Capítulo 2 desta tese, a área correspondente à Colônia Pulador fazia parte de uma grande fazenda pertencente à família Anderson. No início do século XX, parte dessas terras foi comercializada com os nordestinos e parte foi dividida para os herdeiros da família. Atualmente ainda encontramos na região descendentes da família Anderson.

Quadro 2 – Colônia Pulador
Características das unidades de produção

1	Famílias camponesas que utilizam mão de obra familiar na produção de alimentos para o autoconsumo da família e para a comercialização.
2	Famílias camponesas que um ou mais membros recebem aposentadoria e ocorre a produção de alimentos somente para o autoconsumo da família.
3	Famílias camponesas que um ou mais membros recebem aposentadoria e ocorre a produção de alimentos para o autoconsumo da família e para a comercialização.
4	Famílias camponesas que utilizam mão de obra familiar na produção de alimentos para o autoconsumo da família e para a comercialização, e que possuem membros da família que desenvolvem trabalho acessório, em fazendas ou na área urbana, de forma temporária ou permanente.
5	Famílias camponesas que utilizam mão de obra familiar na produção de alimentos para o autoconsumo da família, e que possuem membros da família que trabalham de forma permanente na área urbana ou rural do município.

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Porém, também encontramos famílias que mesmo com o recebimento do benefício da aposentadoria continuam produzindo para o mercado. Essas diferenças são expressas por meio de alguns fatores observados internamente à unidade de produção: a presença de pessoas mais jovens na família, não apenas idosos; a condição de saúde dos idosos, permitindo a prática de atividades na unidade de produção; e as características da produção, pois algumas tarefas demandam maior esforço braçal do que outras. O vínculo com a *terra de trabalho e morada* mantém o camponês no campo, mesmo quando a idade não permite mais a produção para o mercado:

Eu cheguei aqui com 15 anos, não consigo morar em outro lugar, ir para a cidade somente uma vez no mês para cortar o cabelo; quando chegamos aqui eu plantava de tudo, arroz, milho, feijão, mandioca, fazia farinha de mandioca, levava tudo para vender na cidade... hoje a idade não deixa mais eu plantar para vender... tenho a horta apenas para o consumo nosso... mas morar na cidade não dá, não (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Entre os entrevistados, a prática de atividades externas é desenvolvida principalmente em unidades de produção de pequena extensão territorial, no qual o espaço para produção não é significativo. Um ou mais membros da família recorre a atividades permanentes ou temporárias em fazendas da região, ou em atividades urbanas, como forma de complementar a renda da família.

Posto isso, compreendemos a prática de atividades externas como sendo uma estratégia de resistência, em que o assalariamento no campo ou na cidade, temporário ou permanente, possibilita a permanência da família no campo. De acordo com Tavares do Santos (1978, p. 38), a “transformação do camponês em assalariado é uma fonte de renda monetária”, permitindo

a reprodução da família, a partir da complementação da renda familiar. Nesse caso, a família camponesa permanece no campo, produzindo alimentos para o autoconsumo.

Observamos que, em algumas unidades de produção, a prática do trabalho acessório passa a substituir a produção para a venda. Mantém-se a produção para o autoconsumo, porém, membros da família são assalariados permanentes na área urbana ou em fazendas da região. Nesses casos, a família continua residindo na Colônia, produzindo gêneros para o autoconsumo, no entanto, a renda da família provém de atividades externas à unidade de produção. A proximidade da área urbana do município⁸⁵ favorece os deslocamentos diários para o trabalho em atividades urbanas e a permanência da família na terra.

É muito melhor morar aqui, lá na cidade tem que pagar aluguel, aqui temos nossa casinha, e se a gente vendê aqui e compra lá, não dá pra fazer a horta, criar galinha, porco... aí lá tudo tem que ser comprado, fica difícil ganhando só um salário mínimo, as vezes o que produzimos aqui dá até pra vender lá na cidade (Entrevista realizada em 14/7/2018).

Garcia Júnior (1983), ao analisar o movimento da economia camponesa, ressalta a importância da propriedade camponesa, mesmo que ela não assegure a reprodução da família, sendo necessária a prática do trabalho acessório. A condição de pequeno proprietário permite ao camponês buscar outras fontes de renda e ter a garantia da morada na terra camponesa. Essa situação para o autor, coloca o camponês em uma situação privilegiada se comparada ao trabalhador expropriado, que precisa morar na propriedade capitalista, ficando totalmente subordinado ao capitalista, pois até a casa onde mora com sua família pertence ao capitalista.

No quadro 3, apresentamos a caracterização das 27 unidades de produção da Colônia Pulador que foram entrevistadas. Encontramos famílias pequenas, 13 delas são constituídas apenas pelo marido e mulher. Outro elemento que se destaca, já mencionado anteriormente, é o número de idosos, 19 unidades possuem membros que recebem o benefício da aposentadoria. As unidades de produção variam entre 3 e 53 ha. A mão de obra utilizada é a familiar e ocorre uma diversificação dos produtos, embora, como já mencionamos no capítulo 2, ao longo do processo de formação da Colônia tenha havido grande redução da produção de gêneros alimentícios.

⁸⁵ Como apresentamos no capítulo 2 desta tese, a Colônia Pulador está localizada a, aproximadamente, 12 km da área urbana do município de Anastácio.

Quadro 3 – Colônia Pulador
Caracterização das unidades de produção camponesa

UP	Número de membros da família	Idade do chefe da família	Ano de chegada na Colônia	Estado de origem	Tamanho do sítio (ha)	Forma de aquisição do sítio	Mão de obra utilizada no sítio	Algum membro da família trabalha em outro local	Recebe aposentadoria	Produtos produzidos para o autoconsumo da família
1	3	53	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	4,5	Herança	Familiar	Sim	Não	Banana, mandioca , farinha de mandioca , abóbora, milho, maxixe, quiabo, abóbora, abacaxi, manga, laranja e limão.
2	2	68	1953	Sergipe	6	Herança	Familiar (em algumas ocasiões contrata diarista para a produção da farinha)	Não	Sim	Frango, ovo, mandioca e farinha de mandioca .
3	3	60	1950	Pernambuco	13	Herança	Familiar	Não	Sim	Leite, mandioca e verduras.
4	2	57	2008	São Paulo	23	Compra	Familiar	Não	Não	Leite, queijo, mandioca , verduras, porco, ovos, galinha e carne de gado.
5	2	57	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	15	Herança	Familiar	Não	Sim	Leite, ovos, mandioca , galinha e farinha de mandioca .
6	2	75	1970	Pernambuco	18	Compra	Familiar	Não	Sim	Leite, ovos, mandioca e galinha.
7	5	49	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	36	Herança	Familiar	Não	Não	Leite, ovos, galinha, mandioca , porco, quiabo, feijão, maxixe e abóbora.

8	2	60	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	13	Compra	Familiar	Não	Sim	Mandioca , banana, leite, queijo e galinha.
9	2	82	1952	Pernambuco	37	Compra	Familiar	Não	Sim	Mandioca , milho e leite.
10	3	64	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	6	Herança	Familiar	Não	Sim	Mandioca , frutas e hortaliças.
11	2	81	1952	Pernambuco	53	Herança	Familiar	Não	Sim	Leite, queijo, requeijão, mandioca , banana e galinha.
12	2	66	1978	Mato Grosso do Sul	38	Compra	Familiar	Não	Sim	Carne, mandioca , leite, banana, verduras, queijo e requeijão.
13	4	66	1961	Pernambuco	3	Herança	Familiar	Sim	Sim	Abóbora, melancia, mandioca e leite.
14	2	62	2006	Mato Grosso do Sul	18	Compra	Familiar	Sim	Não	Carne, leite, queijo, verduras, porco, mandioca , galinha e ovos.
15	5	67	1961	Pernambuco	19	Herança	Familiar	Não	Sim	Mandioca , abóbora, verduras e leite.
16	2	50	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	4	Herança	Familiar	Não	Sim	Mandioca , milho e abacaxi.
17	3	60	1988	Mato Grosso do Sul	3	Compra	Familiar	Não	Sim	Mandioca , abóbora, maxixe, ovos, galinha e quiabo.
18	2	60	1998	Pernambuco	5	Compra	Familiar	Sim	Sim	Verduras.
19	6	44	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	12	Herança	Familiar	Não	Sim	Galinha, ovos, mandioca e farinha de mandioca .

20	2	53	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	15	Herança	Familiar (em algumas ocasiões contrata diarista para a produção da farinha)	Não	Não	Mandioca , abóbora e farinha de mandioca .
21	1	42	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	20	Herança	Familiar	Não	Sim	Leite, ovos, mandioca e galinha.
22	8 (três famílias)	66	1952	Pernambuco	12	Herança	Familiar	Sim	Sim	Ovos, galinha, mandioca e verduras.
23	7 (três famílias)	67	1951	Pernambuco	14	Herança	Familiar	Sim	Sim	Verduras e mandioca .
24	3	28	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	5	Herança	Familiar	Sim	Sim	Galinha, porco e mandioca .
25	2	45	1986	Rio Grande do Sul	15	Herança	Familiar	Não	Não	Melão, galinha, mandioca , porco e verduras.
26	3	28	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	5	Herança	Familiar	Sim	Não	Porco e ovos.
27	4	50	Nasceu na Colônia Pulador	Mato Grosso do Sul	20	Herança	Familiar	Não	Não	Mandioca , farinha de mandioca , Leite, galinha e ovos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Atualmente, os principais produtos produzidos na Colônia são mandioca, farinha de mandioca, polvilho de tapioca, massa puba⁸⁶, criação de galinha e produção de ovos de galinha, criação de gado, de porcos, produção de leite e queijo/requeijão, hortaliças, peixe, banana, extração da castanha do baru⁸⁷, extração do urucum⁸⁸, maxixe, quiabo, abóbora, abacaxi, laranja, melão, melancia, manga e limão. Esses produtos são destinados para o autoconsumo das famílias e alguns são comercializados nas cidades de Anastácio e Aquidauana.

Duas unidades de produção da Colônia que foram entrevistadas (22 e 23) são formadas por mais de uma família: uma delas é um casal de idosos e as demais são constituídas pelos filhos, que após o matrimônio constroem suas casas e passam a morar na unidade de produção com os pais. Essas famílias produzem para o autoconsumo, mas a maioria dos integrantes está envolvida com atividades externas à unidade de produção.

Ao ser questionada sobre os produtos produzidos e o que é necessário ser adquirido no mercado, além de expressar muita satisfação com a produção na unidade, a camponesa afirma: “aqui a gente produz praticamente de tudo... no mercado a gente só compra mesmo, arroz, feijão e o açúcar, o resto nos plantamos aqui” (Entrevista realizada em 14/7/2018).

As unidades de produção que possuem uma maior diversificação produtiva apresentam maior autonomia com relação aos produtos adquiridos no mercado. Como exemplo, podemos citar a Unidade de Produção (UP) 1, que produz, além da mandioca e seus derivados, uma variedade de frutas e legumes, além da extração da castanha do baru. Outro exemplo é a UP 4, que produz leite, queijo, mandioca, verduras, porco, ovos, galinha e gado (quadro 3). Essa variedade de gêneros produzidos para o autoconsumo da família fortalece a base de recursos, aumentando, assim, a autonomia do campesinato (PLOEG, 2008).

A produção camponesa segue diretamente dos espaços produtivos (roça, horta e pomar) para a casa da família (espaço reprodutivo). Para Gazolla e Schneider (2007, p. 101), o autoconsumo familiar gera autonomia produtiva e reprodutiva:

A produção para autoconsumo gera a autonomia do agricultor familiar por manter interna a unidade produtiva, a principal esfera responsável pela reprodução do grupo doméstico, fazendo com que o grupo dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente. É por meio da produção para autoconsumo que o agricultor familiar não depende, totalmente, do ambiente social e econômico em que está

⁸⁶ A massa puba é extraída da mandioca fermentada e é utilizada na produção de bolos, biscoitos, entre outras receitas.

⁸⁷ Baru é o fruto do baruzeiro, árvore nativa do Cerrado brasileiro. Sua castanha é muito usada na culinária brasileira.

⁸⁸ O urucum é o fruto do urucuzeiro, árvore nativa da América Tropical. Seu fruto é muito usado como corante e pela indústria farmacêutica.

inserido e, principalmente, não depende das constantes flutuações das condições de troca no mercado.

Verificamos em nossas análises que as unidades de produção da Colônia são formadas por diferentes espaços que se articulam entre si, e que são essenciais para a produção-reprodução camponesa. Em Woortmann (1983, p. 164), o “sítio camponês” também é interpretado como um sistema composto por variados espaços que são complementares e se articulam entre si:

Como uma unidade composta de partes funcionalmente articuladas, o *sítio* poderia ser analisado do ponto de vista da articulação entre os domínios da *casa-quintal* e da *roça-pasto*, os dois primeiros femininos e os dois últimos masculinos (no plano ideológico). Em larga medida, trata-se da articulação entre a produção de valores de troca (*roça-pasto*) e de valores de uso (*casa-quintal*), ainda que na *casa* também sejam produzidas mercadorias, como o artesanato feminino (numa modalidade de “putting out”), e na *roça* sejam produzidos produtos alternativamente comerciais e de subsistência. Mas o que desejamos aqui é tratar o sítio sob outro ponto de vista: a articulação entre diferentes espaços, de forma a revelar o *sítio* como um *sistema* (WOORTMANN, 1983, p. 176, grifos da autora).

Na Colônia Pulador, esses espaços foram identificados como sendo: a “casa”, a “horta”, o “pomar”, o “chiqueiro”, o “galinheiro”, a “casa da farinha”, o “local da produção de queijo” o “mangueiro”, o “pasto” e a “roça”. Esses locais são cruciais para caracterizar a organização da unidade de produção da Colônia, porém, isso não indica que todos estejam presentes em uma mesma unidade. De forma geral, as unidades de produção são organizadas de acordo com suas atividades principais. Os espaços mais comuns, presentes em todas as unidades de produção, são: a “casa”, a “roça”, a “horta” e o “pomar”.

A “roça” (espaço reservado ao plantio da mandioca e de outros gêneros), a “horta” (destinada à produção legumes e hortaliças) e o “pomar” (ambiente voltado à produção de frutos) são espaços produtivos, onde ocorre o cultivo de gêneros alimentícios que serão utilizados para o autoconsumo da família e para a comercialização no mercado local. A “casa” é o espaço central na unidade de produção, pois é onde a comida é preparada, as refeições são realizadas, a família se reúne e recebe visitas, é onde descansam e que está em constante interação com os outros espaços, pois é nela que a família encontra o suporte necessário para “recarregar as energias” para o próximo dia de trabalho.

Garcia Júnior (1983) aponta que é por intermédio da “roça” que a família se materializa como unidade de produção. A “casa” é o espaço onde ocorre a materialização da unidade de consumo, onde os produtos produzidos na “roça” são preparados e destinados à alimentação da

família; na relação entre a “roça” e a “casa”, tem-se a materialização da unidade de produção e consumo.

O produto do roçado serve para abastecer a casa, direta ou indiretamente. A casa representa a unidade de consumo. Portanto, é o roçado que dá as condições mesmas de existência da casa. Se as atividades do roçado geram produtos, as atividades da casa se ligam as condições de seu consumo (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 111).

Ploeg (1993) também salienta que a unidade de produção camponesa envolve atividades produtivas e reprodutivas. Para ele, na agricultura, a partir do processo de trabalho, temos a interação contínua dos elementos força de trabalho, instrumentos e objetos de trabalho. Este último é composto de organismos vivos como, por exemplo, o gado e as plantações. A interação de componentes é orientada em parte à produção de valores sujeitos à troca (leite, frutas, verduras, mandioca) e, em parte, consiste no material reprodutivo dos mesmos elementos. Assim, por meio do processo de trabalho, não apenas objetos, mas também força e os instrumentos de trabalho são reproduzidos. Dessa maneira, produção e reprodução estão intimamente interrelacionadas e interdependentes.

A “horta” (foto 9) e o “pomar” são os espaços produtivos que normalmente são organizados pelas mulheres, pois estão mais próximos ao espaço da “casa”. O “pomar” é formado em sua maioria por plantações permanentes, como a laranja o limão e a ponkan, não necessitando de dedicação diária. No caso da “horta”, os cuidados são diários, pois as verduras precisam ser regadas todos os dias. Nos depoimentos dos entrevistados, é evidente que a disponibilidade de verduras frescas para o cotidiano é um motivo de orgulho para a família camponesa: “[...] se a gente morasse na cidade não tínhamos verduras fresquinhas, lá tudo tem que ser comprado, aqui vamos ali na horta e colhemos o que queremos comer, é só plantar que tem” (Entrevista realizada em 30/6/2018).

Foto 9 – Município de Anastácio
Horta doméstica em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Outro produto facilmente encontrado nas unidades de produção é a mandioca, plantada na denominada “roça”. Durante todo o processo de formação da Colônia, a mandioca foi o principal produto cultivado e sua mais relevante finalidade era produzir a farinha de mandioca. Atualmente, mantém-se a produção desse gênero alimentício na Colônia, porém poucas famílias estão envolvidas nessa tarefa (dentre as entrevistadas, seis produzem esse alimento). Já a plantação de mandioca está presente em várias unidades de produção⁸⁹. Muitos o fazem apenas para o autoconsumo (fotos 10 e 11), para a venda na cidade ou para a produção da farinha de mandioca.

⁸⁹ Das unidades de produção entrevistadas, 25 produzem a mandioca (quadro 3).

Foto 10 – Município de Anastácio
Plantação de mandioca para o autoconsumo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 11 – Município de Anastácio
Colheita de mandioca para o autoconsumo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

As unidades de produção que produzem o leite possuem o chamado “mangueiro”, espaço onde ocorre a ordenha das vacas leiteiras. Durante o dia, elas ficam no espaço denominado “pasto” e, pela manhã, realiza-se a ordenha, no “mangueiro”.

No croqui 1, ilustramos a organização espacial de uma unidade de produção, cuja principal atividade econômica é a produção do leite destinada ao autoconsumo e à produção de queijo, para venda e autoconsumo. Nessa unidade, verificamos que o espaço “pasto” interage

diretamente com o “mangueiro”, que se articula com o “local de produção de queijo”. Este último produz, além do queijo, o denominado soro⁹⁰, que é reservado à alimentação dos porcos, que ficam no espaço denominado “chiqueiro”. As sobras de alimentos consumidos diariamente ao longo das refeições são direcionadas para a alimentação desses animais. O chamado “galinheiro” fornece à família a carne e os ovos.

Na Colônia, encontramos unidades de produção que produzem o leite com o objetivo de produzir o queijo ou para vender o leite sem o beneficiamento. Todas as unidades que produzem esse alimento possuem uma extensão territorial maior, visto que essa atividade necessita do espaço denominado “pasto” para a criação das vacas leiteiras. Em nossas entrevistas, as unidades que produziam esse gênero alimentício como principal atividade possuíam entre 18 ha e 38 ha. Na Colônia, também encontramos unidades de produção que produzem o leite apenas para o autoconsumo, não ocorrendo a comercialização.

Croqui 1 – Colônia Pulador
Organização espacial de unidade de produção camponesa produtora de queijo



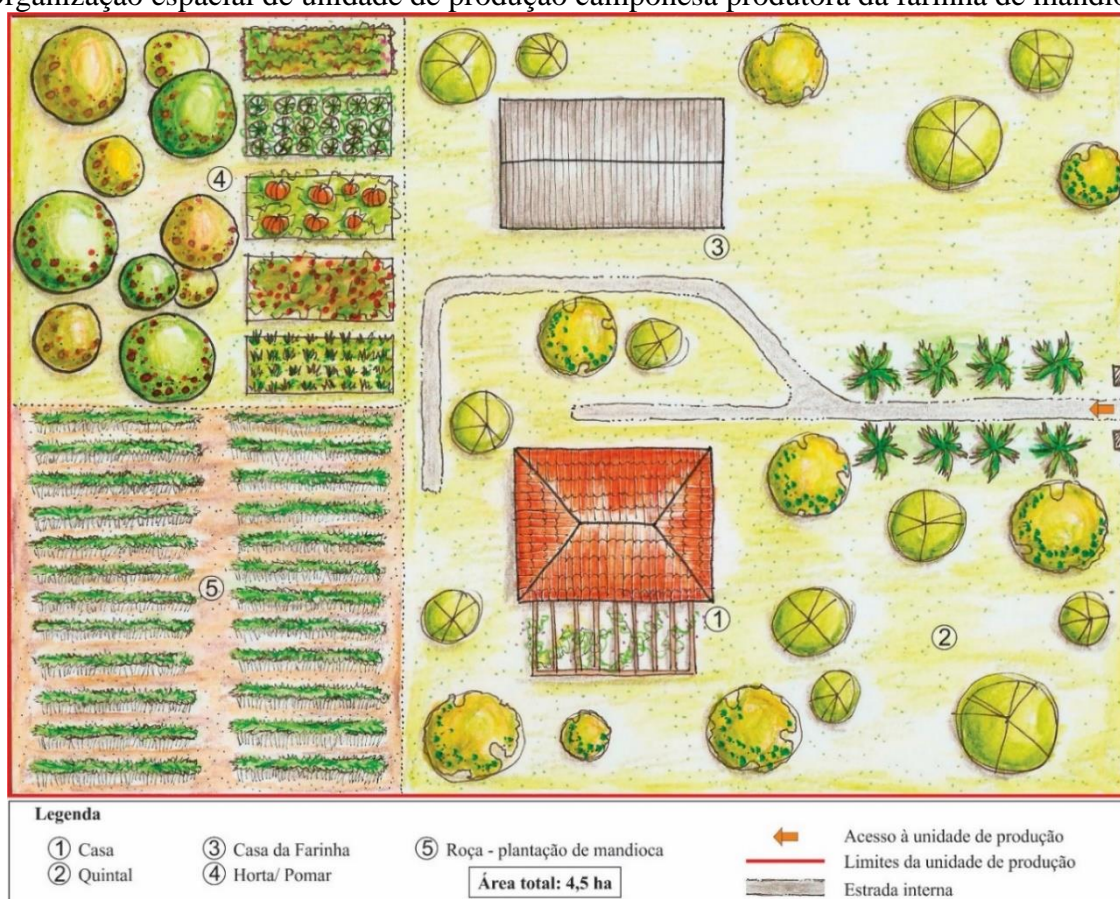
Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

⁹⁰ O soro do queijo é também conhecido como soro do leite. Resulta do processo de fermentação do leite na produção do queijo.

No caso das unidades produtoras da farinha de mandioca, a “roça” está articulada diretamente com a chamada “casa da farinha”, pois, por meio do cultivo da mandioca, a família camponesa transformará esse produto em farinha. Tem-se, então, as práticas da produção e do beneficiamento da mandioca. No croqui 2, ilustramos a organização de uma unidade de produção que produz a farinha de mandioca, na Colônia Pulador.

Verificamos que as unidades produtoras da farinha de mandioca possuem uma menor extensão territorial, se comparadas às produtoras do leite para a comercialização. As unidades entrevistadas que produzem farinha de mandioca possuem entre 4,5 e 15 ha. Nelas, uma parte da mandioca utilizada para a produção da farinha é produzida na unidade, e uma outra porção é comprada de camponeses produtores de mandioca da região.

Croqui 2 – Colônia Pulador
Organização espacial de unidade de produção camponesa produtora da farinha de mandioca



Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

A produção da farinha de mandioca na Colônia Pulador traduz-se em um saber fazer local, cujas práticas foram sendo repassadas por várias gerações e garantem a reprodução desses sujeitos sociais.

Dessa maneira, a produção de farinha de mandioca se tornou uma atividade tradicional na Colônia Pulador. Os primeiros migrantes construíram a chamada “casa da farinha” e iniciaram as atividades de produção desse alimento. Conforme apresentamos no capítulo 2, inicialmente existiam várias “casas da farinha”, que eram utilizadas de forma coletiva. Com o passar do tempo, os produtores construíram as suas próprias. Das famílias entrevistadas, seis se dedicam à produção da farinha de mandioca. Elas se orgulham em dar continuidade a uma atividade tradicional da Colônia.

A casa da farinha era de meu avô, ficou para meu pai, que produziu farinha até morrer, aí depois meus irmãos não quiseram produzir farinha, na divisão da herança comprei a parte deles e fiquei aqui... hoje já faz mais de 20 anos que eu produzo farinha. Hoje a gente produz uns 150 quilos por semana, não conseguimos produzir mais, porque não tem mandioca suficiente, antes tinha muita mandioca, hoje o solo não produz mais a mesma quantidade de mandioca de antes. A gente não tem dinheiro pra formar a terra todos os anos. Quando comecei a produzir farinha com minha família nós já produzimos mais de 1000 quilos por semana. Tem que ter mandioca, sem mandioca fica difícil (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Além da perda da fertilidade natural do solo e a dificuldade para efetivar as devidas correções por falta de renda, outro elemento destacado nas falas, que também prejudica a produção da farinha é a “falta de braços” para o processo produtivo. Para a produção desse gênero alimentício são necessárias várias pessoas para atuar nas diversas etapas. Antigamente, as famílias eram numerosas. Atualmente, com a redução do número de integrantes da família, a produção também diminuiu significativamente.

Antes quando a gente colhia a mandioca, toda família estava envolvida na produção, e ainda os vizinhos vinham ajudar, depois a gente ia lá ajudar eles. Hoje, ninguém quer mais ajudá a produzir a farinha, e aqui só eu e minha mulher... às vezes meu filho vem lá da cidade pra ajudá, mas não é sempre, não... Agora com essa tal de internet, ninguém quer mais sabe de ajudá não, principalmente os mais novo (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Com a redução de produtores de farinha na Colônia, percebemos que as relações de reciprocidade (prática da ajuda mútua) ficam restritas a algumas atividades que demandam menos tempo dos envolvidos. Como a produção da farinha requer pessoas o dia todo, esse tipo de atividade acaba não recebendo a ajuda de vizinhos. Atualmente, as atividades que mais se utilizam de relações de reciprocidade são as que exigem menos tempo, como a vacinação e o

abate do gado, o abate do porco e a realização de benfeitorias na propriedade, como a construção de cercas.

É difícil chamar o vizinho pra ajudá, ele tem as coisas dele pra fazer lá, e a lida na farinha é o dia todo, a gente começa às quatro da manhã, um dia antes já tem que deixar a mandioca descascada e limpa, aí é o dia todo, às vezes vamos até umas dez da noite. A parte que dá mais trabalho é pra descascar, às vezes a gente chama alguém só pra ajudá a descascar, aí o resto a gente faz, a parte do forno só eu mesmo. Quando é alguma coisa mais rápida a gente combina com o vizinho, tipo fazê uma cerca (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Segundo Candido (1973), a expansão do capitalismo no campo não só multiplica o esforço físico do camponês, mas reduz formas coletivas de organização do trabalho, como a prática da ajuda mútua. A produção destinada em sua maior parte ao mercado individualiza as práticas camponesas, tornando-as cada vez mais restritas ao âmbito familiar.

Das unidades produtoras da farinha de mandioca entrevistadas, duas utilizam apenas a mão de obra do marido e da mulher e, em alguns períodos, ocorre a contratação de diaristas. Nas outras unidades de produção, além do casal, outras pessoas também estão envolvidas no processo.

Somos em três pessoas na lida da farinha, eu, minha esposa e o filho, se tivesse mais gente era melhor ainda... um dia antes já deixamos a mandioca no jeito alí na casa da farinha, aí bem cedo começamos a triturar...e vai o dia todo de serviço (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Para Woortmann e Woortmann (1997, p. 133), ao longo da história, a economia camponesa sofreu várias alterações que podem ameaçar o processo de reprodução da família camponesa e sua continuidade. Fatores como migrações campo-cidade e divisão do sítio para atender o sistema de herança podem provocar o “encolhimento” do sítio. As práticas desenvolvidas pelos camponeses para sua reprodução social são um “esforço” do próprio campesinato para adequação de seu processo de trabalho para essa nova realidade. No caso da família produtora de farinha de mandioca do Pulador, as práticas para a produção desse produto ocorrem com a utilização de “poucos braços”, assim, a família precisa adaptar suas atividades de forma que poucos integrantes possam realizá-las.

Nesse sentido, Carvalho (2016) explica que as relações do campesinato contemporâneo com a comunidade local também passaram por modificações. O modo de viver e de produzir deles era mediado pelas relações que transitavam entre o individualismo do camponês, dentro de sua unidade de produção, e suas relações com a comunidade local.

O parentesco, a vizinhança, o compadrio, a solidariedade, as festividades, as comemorações, as comemorações em grupos expressivos religiosos ou não, a ajuda mútua, socializavam as mais distintas dimensões da vida dos membros da família camponesa. Mesmo que voltados para o seu mundo de trabalho na unidade de produção familiar camponesa, as interdependências entre as famílias camponesas contribuíram para cimentarem socialmente o seu modo de produzir e de viver (CARVALHO, 2016, p. 196-197).

Essas relações ainda estão presentes, porém apresentam diferentes graus de intensidade, em virtude de alguns fatores pontuados pelo autor: a introdução de valores urbanos ao mundo do camponês, tendo em vista a expansão dos meios de comunicação (rádio, TV etc.); a ausência de escolas rurais em algumas regiões e a conseqüente escolarização urbana de pessoas do campo; a difusão do aparelho celular no espaço rural que contribuiu para o isolamento do camponês, agora com acesso à internet. Todos esses fatores podem contribuir para a redução da prática da ajuda mútua entre unidades de produção camponesa, como verificamos na Colônia Pulador, no caso da produção da farinha de mandioca, mas identificamos que a ajuda mútua faz parte de outras atividades desenvolvidas na Colônia.

A chamada “casa da farinha” é um espaço formado por três instrumentos artesanais fundamentais para o processo de produção da farinha: o triturador (foto 12) é que transforma as raízes da mandioca⁹¹ em massa. As raízes são empurradas em direção aos cilindros do triturador. Na sequência, a massa cai em um espaço localizado na parte inferior do triturador. A prensa (foto 13) é a ferramenta responsável pela prensagem da massa. Nessa etapa, a massa perde uma grande quantidade de umidade para ser encaminhada para o forno. Já o forno (foto 14) é o utensílio responsável pela última fase do processo de produção da farinha. A massa prensada vai para o forno, sendo torrada até adquirir o ponto adequado.

⁹¹ Para essa etapa da produção de farinha, as raízes da mandioca já devem estar limpas e sem casca.

Foto 12 – Município de Anastácio
Triturador utilizado para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 13 – Município de Anastácio
Prensa utilizada para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 14 – Município de Anastácio
Forno para a produção da farinha de mandioca em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Assim como Woortmann (1983), entendemos que a unidade de produção camponesa é formada por espaços que se articulam entre si. O próprio conhecimento camponês na definição de suas atividades procura estabelecê-las onde os espaços se complementam, cujo objetivo é a tentativa de reduzir ao máximo a dependência de recursos externos à unidade de produção.

O sítio em seu conjunto produz então simultaneamente elementos de consumo direto e de renda monetária para o grupo doméstico que, por sua vez, prove a força de trabalho necessária ao funcionamento desse sistema. Em outras palavras, a lógica do sítio consiste em minimizar os gastos monetários com a produção, mantendo internos ao mesmo o maior número possível dos supostos dessa produção (WOORTMANN, 1983, p. 201).

Na Colônia Pulador identificamos que as principais atividades transitam entre a produção do leite, para a venda ou para a produção de queijo, e o cultivo da mandioca, para a venda ou para a produção de sua farinha.

As unidades produtoras de leite são mais extensas, devido à necessidade do pasto. Em algumas delas, além das vacas leiteiras, criam-se cabeças de gado que normalmente são vendidas anualmente e a renda é utilizada para comprar mais gado e adquirir instrumentos e equipamentos de trabalho para aumentar o conforto da família. A foto 15 ilustra o gado em unidades de produção camponesa. A manutenção de cabeças de gado garante a compra de objetos como: geladeira, televisão, ar-condicionado, ou reformar a residência, entre outros.

Hoje a gente compra uma cabeça de gado por R\$600, daqui um ano se tudo correr bem, a gente consegue vender por uns R\$1.000 ou R\$1.100, aí a gente compra mais umas cabeça pra vender no outro ano e o dinheiro que sobra, dá pra comprar coisas aqui pro sítio (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Quando a gente vende o gado, normalmente é no final do ano, aí a gente já carneia um pra gente passar bem o final do ano. Antes de comprar mais gado, a gente já vê os gastos dele e já deixa o dinheiro reservado, tem que comprar vacina, sal, tem que cuidá do gado, né (Entrevista realizada em 11/5/2018).

Ano que vêm tô pensando em aumentar as vacas de leite, acho que vou comprar mais umas duas, vou usar o dinheiro desse gado aí, assim a renda do leite e do queijo aumenta mais um pouco (Entrevista realizada em 30/6/2018).

Foto 15 – Município de Anastácio
Cabeças de gado em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

De acordo com Camacho (2014), o gado sempre teve uma função primordial na economia camponesa, funcionando como mecanismo de reserva. É mais uma das estratégias que a flexibilidade camponesa construiu com seus saberes para permitir sua reprodução familiar. Essa tática não tem a intenção de produção de capital, mas de reprodução de sua condição social, melhorando as suas condições de vida. Isso garante que nas épocas de crise, a venda do gado consiga fazer com que eles paguem as dívidas e, assim, não sejam expropriados.

Durante as entrevistas, verificamos que no fechamento anual, a renda do gado não entra no cálculo da economia camponesa. A criação desses animais é um mecanismo que a família camponesa desenvolve para aumentar sua autonomia e garantir a compra de instrumentos e equipamentos que o movimento mensal da produção de renda do campesinato não permite. Assim, entendemos que essa estratégia é fundamental para o fortalecimento da base de recursos do campesinato.

3.2 Os circuitos curtos de comercialização como forma de resistência e reprodução camponesa na Colônia Pulador

O relato dos camponeses evidencia a busca por uma maior autonomia, com o desenvolvimento de estratégias na comercialização dos produtos no mercado e na busca pelo aumento da renda da família, fazendo o beneficiamento de alguns produtos antes da comercialização.

O quadro 4 apresenta os produtos produzidos para a comercialização, formas de comercialização, circuitos de comercialização e o rendimento nas unidades de produção camponesa entrevistadas. Observamos que as formas de comercialização desenvolvidas pelos camponeses indicam diferenças na autonomia do campesinato da Colônia.

Os camponeses da Colônia Pulador estabelecem suas estratégias de comercialização de produtos, a partir da participação em circuitos curtos. Verificamos a ocorrência da venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e da venda indireta (quando o produtor entrega sua produção para ser comercializada, por meio da figura de um intermediário) (DAROLT, 2013).

Contatamos também produtores de leite que entregam sua produção para a figura de um atravessador que faz o transporte até a empresa de laticínios, responsável pelo processamento do alimento. Nesse caso, não ocorre a participação em circuito curto. O camponês tem sua produção subordinada à companhia que processa o produto. Identificamos essa relação de comercialização como sendo a participação em um circuito longo, tendo em vista o caminho percorrido antes de chegar ao consumidor e os agentes envolvidos no processo de circulação do produto. No fluxograma 2, organizamos o trajeto que o produto do campesinato pode percorrer, considerando a participação em circuitos curtos e longos.

Quando a produção é entregue diretamente a empresas capitalistas ou a atravessadores, o camponês transfere parte de sua renda ao setor capitalista, interferindo na autonomia da família camponesa. Quando se criam mecanismos que permitem a venda direta ao consumidor, tem-se a conquista de uma maior autonomia, pois nesse caso ocorre uma redução da renda camponesa que é transferida para outros setores.

Quadro 4 – Colônia Pulador

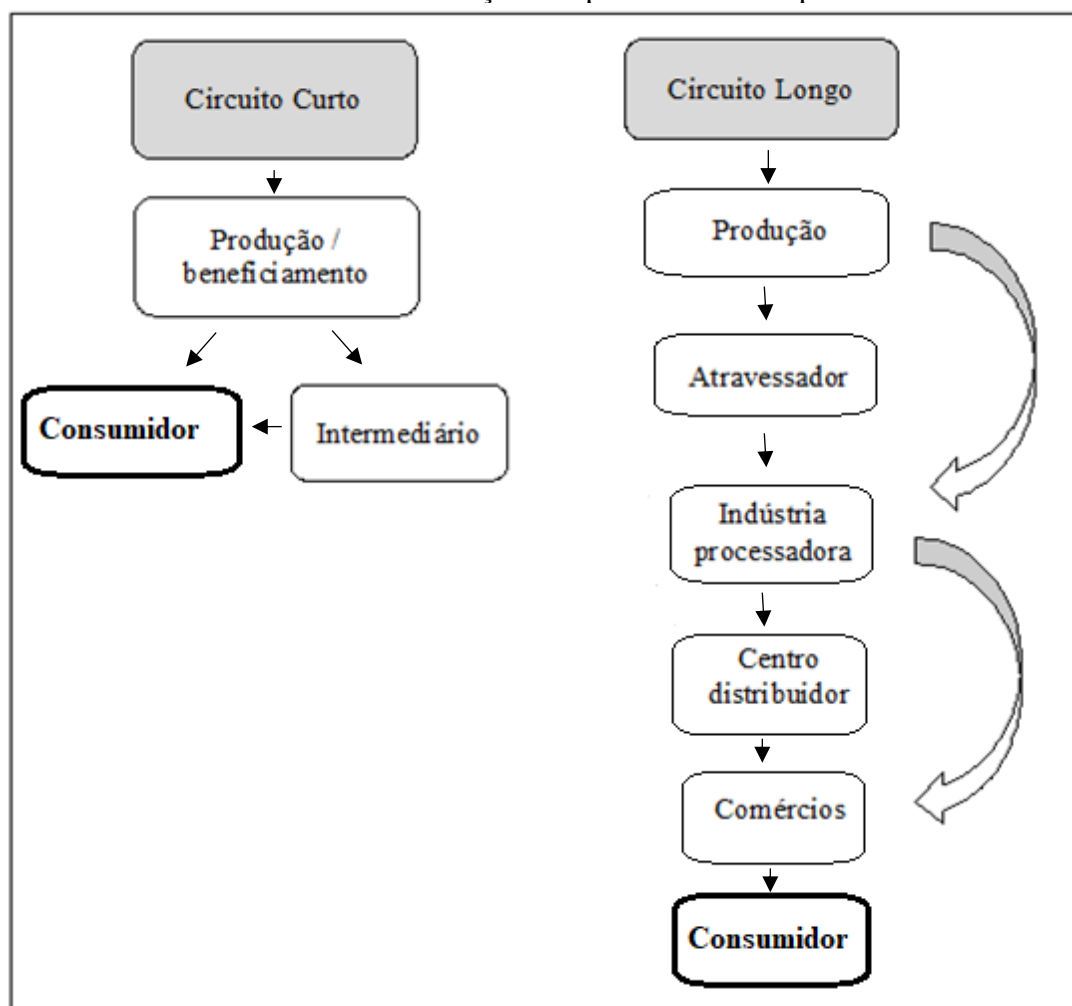
Produtos produzidos para a comercialização, formas de comercialização, circuitos de comercialização e rendimento nas unidades de produção

UP	Produtos	Formas de comercialização	Circuitos de comercialização	Quantidade produzida	Gastos mensais	Renda mensal bruta
1	Mandioca, com casca e sem casca; derivados da mandioca (farinha de mandioca tradicional e temperada, polvilho, massa puba e colorau feito da farinha da mandioca); castanha do cambaru torrada; frutas e legumes (banana, maxixe, quiabo, abóbora, abacaxi, manga, laranja e limão).	Feira Municipal de Anastácio; Entrega em comércios das cidades de Anastácio e Aquidauana.	Curto/Venda direta; Curto/Venda indireta.	Farinha de mandioca: 200 quilos por mês; Os demais produtos a UP não soube especificar.	Luz: R\$150; Combustível: R\$200; Compra de mandioca: R\$200.	R\$2.000
2	Farinha de mandioca tradicional, temperada e temperada com pimenta.	Mercadão Municipal de Aquidauana.	Curto/Venda indireta.	500 quilos por mês.	Luz: R\$170; Combustível: R\$150; Compra de mandioca: R\$300; Diaristas: 200,00.	R\$3.000
3	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
4	Queijo, frango caipira, porco e cheiro verde.	Entrega em comércios das cidades de Anastácio e Aquidauana; na unidade de produção.	Curto/Venda indireta; Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Luz: R\$150; Combustível: R\$150; Água: R\$40; Diversos: R\$100.	R\$2.500
5	Leite.	Laticínio.	Longo.	30 litros de leite por dia.	Luz: R\$100; Combustível: R\$200.	R\$750
	Farinha de mandioca tradicional.	Entrega em comércios das cidades de Anastácio e Aquidauana.	Curto/Venda indireta.	300 quilos por mês.	Não soube especificar outros gastos.	R\$1.250
6	Leite.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	30 litros de leite por dia.	Luz: R\$80; Água: R\$40. Não soube especificar outros gastos.	R\$1.100
7	Mandioca.	Produtores de farinha de mandioca da região.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Luz: R\$110. Não soube especificar outros gastos.	R\$800
8	Mandioca e banana.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Não soube especificar.	R\$500
9	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
10	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
11	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–

12	Queijo, requeijão e ovos de galinha.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Luz: R\$50; Combustível: R\$150; Diversos: R\$100.	R\$1.500
13	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
14	Leite, queijo, abóbora e mandioca.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Luz: R\$60; Combustível: R\$150.	R\$1.500
15	Queijo.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Luz: R\$60. Não soube especificar outros gastos.	R\$1.000
16	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
17	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
18	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
19	Farinha de mandioca tradicional.	Mercadão Municipal de Aquidauana.	Curto/Venda indireta.	400 quilos por mês.	Luz: R\$50; Combustível: R\$150.	R\$2.400
20	Farinha de mandioca tradicional.	COPRAN.	Curto/Venda indireta.	600 quilos por mês.	Luz: R\$100;	R\$2.400
21	Leite.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	960 litros por mês.	Luz: R\$50; Combustível: R\$150.	R\$1.300
22	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
23	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
24	Não produz para comercialização.	–	–	–	–	–
25	Melão, melancia e alface.	COPRAN	Curto/Venda indireta.	Não soube especificar.	Luz: R\$50; Combustível: R\$200.	R\$1.500
26	Porco.	Entrega em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio.	Curto/Venda direta.	Não soube especificar.	Não soube especificar outros gastos.	R\$800
27	Leite.	Laticínio.	Longo.	Não soube especificar.	Não soube especificar outros gastos.	R\$900
	Farinha de mandioca.	COPRAN.	Curto/Venda indireta.	500 quilos.		R\$2.000

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Fluxograma 2 – Colônia Pulador
Circuitos de comercialização dos produtos do campesinato



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Ploeg (2009), os camponeses possuem a capacidade de criar uma série de estratégias para a permanecer na terra de trabalho: 1) eles adotam como tática aumentar a quantidade e a qualidade do que é produzido internamente (o beneficiamento dos produtos é um exemplo disso); 2) eles reduzem os custos da produção, utilizando recursos internos à unidade de produção; 3) eles desenvolvem mecanismos para aumentar a renda, a partir da participação em circuitos curtos de comercialização; e 4) eles podem engajar-se em outras atividades externas à unidade de produção, de forma temporária ou permanente⁹².

Na Colônia Pulador, temos exemplos de estratégias para aumentar a renda camponesa: eles vendiam a mandioca sem nenhum tipo de beneficiamento do produto, porém passaram a

⁹² Como já apresentamos anteriormente, a prática do trabalho acessório é desenvolvida em sete unidades de produção entrevistadas.

descascá-la e acondicioná-la em embalagens para a venda, ampliando, assim, a renda adquirida com a venda do produto, intensificando o trabalho dos membros da família.

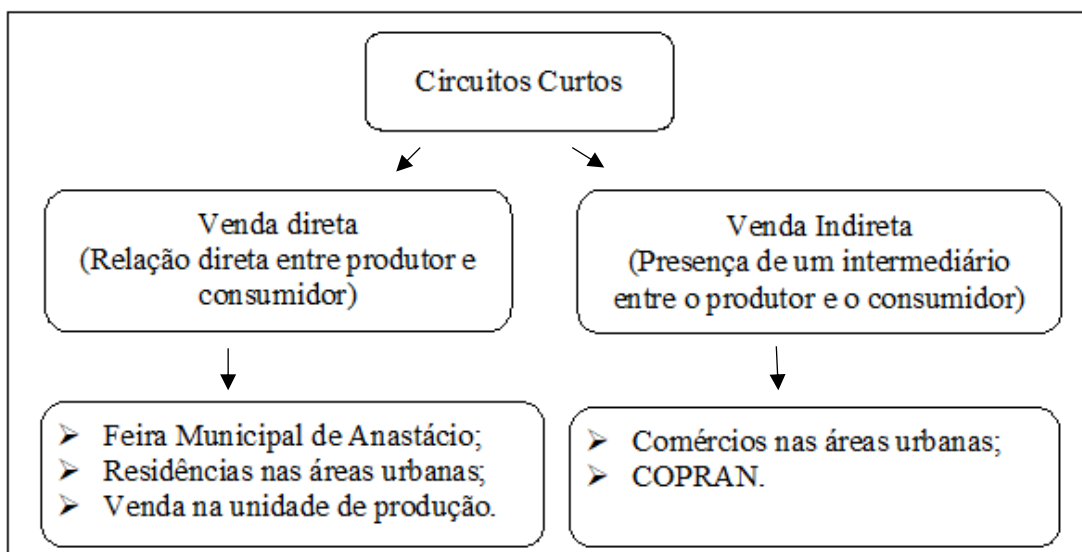
Antes nós colhíamos a mandioca e entregávamos com casca e tudo no mercado, por R\$0,75 o quilo. Aí a gente passou a descascar e colocar em sacos plásticos e congelar a mandioca, assim o mercado paga R\$1,50 o quilo, dá mais trabalho, mas o dinheirinho a mais compensa (Entrevista realizada em 11/5/2018).

Os camponeses produtores da farinha de mandioca da Colônia Pulador também desenvolvem vários métodos para aumentar a renda do produto: além de produzirem a “farinha de mandioca tradicional”, eles também fazem a “farinha de mandioca temperada”. Segundo depoimentos, a farinha temperada é vendida por um preço maior no mercado, pois “algumas pessoas preferem a farinha temperada” (Entrevista realizada em 26/1/2018) e os temperos utilizados no processo de produção, em sua maioria, são cultivados dentro da própria unidade, apenas alguns são adquiridos no mercado.

Eu faço a farinha comum, e a minha mulher faz a temperada. A farinha temperada além de ser fácil de fazer, a gente usa muita coisa que plantamos aqui mesmo, só um temperinho que ela compra na cidade, o restante a gente planta aqui. O preço do quilo chega a ser uns R\$2, mais caro que a farinha normal (Entrevista realizada em 26/01/2018).

As formas de comercialização detectadas na Colônia Pulador são: comercialização direta de produtos na Feira Municipal de Anastácio, realizada todas as sextas-feiras; comercialização direta em residências das cidades de Aquidauana e Anastácio; comercialização direta na unidade de produção; entrega em comércios dos municípios de Anastácio e Aquidauana; entrega de produtos na Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN); e a produção do leite em algumas unidades é encaminhada ao laticínio. No fluxograma 3, organizamos as formas de comercialização da Colônia Pulador, de acordo com a participação nos circuitos curtos identificados.

Fluxograma 3 – Colônia Pulador
Circuitos curtos de comercialização



Fonte: Elaborado pela autora.

As diferentes formas de comercialização dos produtos são um fator que indica diferenças na autonomia entre as unidades de produção. A venda direta na Feira Municipal de Anastácio (fotos 16 e 17), nas residências das cidades e na unidade de produção são formas de comercialização que permitem o desenvolvimento de uma maior autonomia ao camponês, pois parte de sua renda não será apropriada por outros setores.

Foto 16 – Município de Anastácio
Barraca de camponês da Colônia Pulador na Feira Municipal



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 17 – Município de Anastácio
Produtos em barraca de camponês da Colônia Pulador na Feira Municipal



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

A venda nos comércios da cidade de Anastácio e Aquidauana e a entrega na COPRAN são formas de comercialização a partir da venda indireta. Nesse caso, verificamos que uma parte da renda camponesa é transferida para o outro setor, responsável pela comercialização do produto.⁹³

Analisamos na Colônia uma interação parcial com o mercado capitalista. Essa interação se dá pela compra de elementos para a unidade de produção (insumos e instrumentos de trabalho) e da aquisição de produtos que não são produzidos na unidade⁹⁴. Observamos uma relativa autonomia frente ao processo de comercialização dos produtos. Ela é maior no caso da realização da venda direta e, menor, quando ocorrem a venda indireta e a entrega do leite para a empresa de laticínios.

Atualmente, a tradicional “Farinha de Mandioca do Pulador” é conhecida em toda a região. Mesmo com um número reduzido de produtores, é muito comum moradores urbanos se deslocarem até as unidades produtoras do Pulador para adquirir a farinha. Alguns produtores do alimento conseguiram o Serviço de Inspeção Municipal (SIM)⁹⁵ e fazem entregas em comércios de Anastácio e Aquidauana (foto 18). Aqueles que não possuem o SIM, entregam

⁹³ As características dessa apropriação serão demonstradas mais adiante, ainda neste capítulo.

⁹⁴ A compra desses elementos ocorre a partir da renda adquirida com a venda de produtos no mercado ou com a renda do trabalho acessório ou, ainda, com a renda da aposentadoria. Em nenhum caso analisado encontramos camponeses que recorreram a empréstimos bancários, financiamentos, entre outros.

⁹⁵ O SIM foi criado pela Lei Complementar n.º 74, de 21 de novembro de 2013. É oferecido de forma consorciada pelos municípios de Anastácio e Aquidauana, e oferece o serviço de inspeção para os produtos de origem animal e vegetal produzidos nos dois municípios.

nos domicílios das áreas urbanas. A Farinha do Pulador pode ser encontrada nas versões tradicional, temperada com pimenta e temperada sem pimenta.

Foto 18 – Município de Anastácio
Farinha de mandioca disposta para venda em comércio da cidade



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Algumas famílias entregam sua produção na COPRAN, que é uma cooperativa criada no ano de 2005, cujo objetivo inicial era incentivar a produção da farinha de mandioca na região. Muitos produtores conseguiram o SIM após a constituição da COPRAN. Atualmente, são poucos os cooperados na região. Segundo os entrevistados, outros canais de comercialização, como a participação na Feira Municipal de Anastácio ou a venda direta em residências da cidade, permitem uma maior renda em comparação com a entrega na COPRAN. Além disso, os cooperados reclamam da demora na realização do pagamento após a entrega dos produtos na COPRAN⁹⁶.

Para Fabrini (2006, 2008), a “autonomia e o controle do processo produtivo” são práticas que demonstram a importância das forças territoriais locais para a reprodução camponesa. Essas ações estão presentes nas unidades de produção da Colônia Pulador, que produzem para a comercialização e para o autoconsumo. “O ideário da produção para o autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos de seus meios de vida” (FABRINI, 2006, p. 78). Isso ocorre, pois os camponeses possuem a terra e os instrumentos de trabalho. Dessa maneira, eles definem o que será produzido e podem estabelecer estratégias na comercialização de seus produtos.

Assim sendo, a “produção de resistências” perfaz o cotidiano do camponês (FABRINI, 2006). Práticas como o beneficiamento de alguns produtos, utilizando-se de uma maior

⁹⁶ Durante a nossa pesquisa tentamos agendar entrevista com o Presidente da COPRAN, porém não obtivemos retorno.

intensificação do trabalho da família e de aspectos internos à unidade de produção permitem ao camponês produzir mais renda e, conseqüentemente, fortalecer sua base de recursos. A implantação de conhecimentos técnicos elaborados pelos próprios camponeses possibilita uma menor dependência do mercado capitalista para a aquisição de implementos para o processo produtivo: “antes a gente só produzia a farinha normal, agora a gente faz a temperada também, além do preço ser bom é muito fácil de fazer a temperada, os temperos a gente planta aqui mesmo” (Entrevista realizada em 11/5/2018).

Considerando-se as informações da tabela 25, podemos realizar uma análise comparativa entre as formas de comercialização da farinha de mandioca produzida na Colônia Pulador. Verificamos que os produtores que comercializam o alimento na Feira Municipal de Anastácio, entregam nas residências das cidades de Anastácio e Aquidauana ou vendem na unidade de produção, adquirem uma renda maior se comprado a outras formas de comercialização.

A entrega na COPRAN é a forma de comercialização que menos contribui para a geração de renda dos camponeses, isso justifica o fato de muitos deles deixarem de entregar lá, optando pelas outras formas de comércio, pois até mesmo na entrega em mercados, os camponeses conseguem uma renda maior.

Tabela 25 – Colônia Pulador
Formas de comercialização da farinha de mandioca

Formas de comercialização	Preço comercializado por kg de farinha (R\$)	
	Farinha tradicional	Farinha temperada
Feira Municipal de Anastácio	8	12
Venda na unidade de produção	8	12
Residências de Anastácio e Aquidauana	8	12
COPRAN	4	–
Comércios de Anastácio e Aquidauana	6	8

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

De acordo com os entrevistados, o preço que a COPRAN paga pela farinha é baixo, pois ela é responsável pelo processo de empacotamento e estabelece os convênios para a entrega do produto. Nesse caso, notamos o caráter de apropriação da renda camponesa pela COPRAN funcionando assim, a partir de uma lógica capitalista, apropriando-se de parte da renda e não oferecendo vantagens aos cooperados. Segundo os depoimentos, a única vantagem da entrega na COPRAN é a possibilidade de vender uma grande quantidade de farinha, diferentemente da entrega nos comércios, cuja venda fica limitada a uma determinada quantidade.

Nós entregávamos a farinha na Cooperativa, mas eles começaram a demorar muito para fazer o pagamento, às vezes a gente entregava a farinha, e recebia o pagamento da farinha que tínhamos entregado a três meses atrás. Hoje eu entrego lá no mercadão, além do preço ser melhor, paga na hora (Entrevista realizada em 26/1/2018).

No que se refere à produção do leite, a presença de atravessadores que transportam o leite até o laticínio indica o caráter da apropriação da renda da terra camponesa por outros setores. De acordo com as entrevistas, o intermediário paga R\$0,70, no litro do leite. Na entrega em residências em Anastácio e Aquidauana, o produto é comercializado por R\$1,30 o litro.

Porém, nota-se a consciência dos camponeses frente à essa apropriação e o desenvolvimento de mecanismos internos para reverter esse processo exploratório. Eles passaram a fazer queijo e vender na cidade, ao invés de entregar o leite para a empresa de laticínios. A transformação de leite em queijo proporciona o aumento da renda camponesa.

A empresa tava pagando R\$0,70 o litro do leite. Pra fazer um queijo, eu preciso de 8 litros de leite. Hoje, a gente vende o queijo por R\$15. Se nós tivéssemos entregando o leite, a gente estaria ganhando bem menos... Para fazer o queijo só precisa do coalho, e é bem pouquinho, pago R\$6 o vidro e dá pra fazê bastante queijo (Entrevista realizada em 11/5/2018).

[...] a gente tava entregando o leite para o laticínio. O preço do leite não tava compensando fazer a entrega, aí definimos que a gente não ia mais entregar o leite. Agora nós fazemos o queijo [Foto 19] e entregamos em um açougue de Aquidauana. Hoje a renda do queijo fica em torno de R\$1.500 por mês, quando a gente entregava o leite, a renda era em torno de R\$600 por mês, melhorou bastante (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Nessa estratégia adotada pelas famílias camponesas, percebe-se a conquista de autonomia perante o capital. Nesse sentido, o camponês nota o mecanismo de exploração da renda da terra pelo capital e desenvolve maneiras para escapar dessa exploração. Como tática, eles deixaram de entregar o leite, optando pela produção do queijo e a venda direta na feira ou em residências da cidade.

Foto 19 – Município de Anastácio
Produção de queijo em unidade de produção camponesa da Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Outro elemento observado nas falas são as exigências técnicas para a produção do leite, fator que fez com que vários camponeses deixassem de realizar a entrega a companhias de laticínios. Eles não possuem renda suficiente para inserir os processos de mecanização nas unidades de produção e para instalação de resfriadores para o acondicionamento do leite. Esse fato contribuiu para o desenvolvimento de outros meios de comercialização e uma redução do produto destinado aos laticínios. Como apresentamos no capítulo 1 desta tese⁹⁷, nos últimos anos ocorreram várias oscilações na produção do leite no município.

Além do laticínio pagar pouco ainda estão cobrando que a gente coloque o resfriador. A gente não tem dinheiro para instalar o resfriador aqui. Acharmos melhor começar a entregar na cidade, já tenho uns clientes fixo, aí fica mais fácil (Entrevista realizada em 12/5/2018).

A entrega para o laticínio facilitava, porque aí não precisava levar o leite todo o dia na cidade. Mas aí começou com a história de colocar as máquinas e o resfriador, aí ficou complicado continuar. Hoje a gente faz o queijo, mas sem certificação. Pra gente fazer a certificação vai muito dinheiro... não sei se compensa... enquanto a gente conseguiu sem certificação vamos levando (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Cabe mencionar que a diminuição do leite encaminhado aos laticínios levou uma das empresas que atuam na região a instalar um resfriador. Atualmente, o equipamento está em uma unidade produtora de leite e recebe o alimento de outros produtores da região. A inserção do

⁹⁷ Ver tabela 17.

resfriador foi um método adotado pela empresa de laticínios para continuar o processo de sujeição da renda camponesa em algumas unidades da Colônia.

A gente ia deixar de entregar o leite, mas aí a empresa instalou o resfriador, aí não precisamos mas instalar, a gente leva o leite ali no vizinho, eles têm um controle da produção de cada um que entrega lá...no final do mês a empresa paga certinho o que cada um produziu (Entrevista realizada em 20/11/2019).

Alguns produtores mantiveram a entrega para a companhia de laticínios, outros desenvolveram diversificadas formas de comercialização. De acordo com Moura (1988), no capitalismo, o camponês controla a terra sem ser dono do capital. Contudo, a expansão do capital industrial nos últimos anos tem provocado o processo de subordinação da renda camponesa ao capital. No caso dos camponeses da Colônia Pulador, identificamos um certo grau de autonomia na produção e na comercialização dos produtos.

A lógica da produção camponesa deve ser avaliada de forma distinta à produtiva capitalista. Chayanov (1974), em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*, partindo de uma análise da unidade de produção camponesa, reconhece que o pensamento de Karl Marx possui similaridades em relação à sua teoria. Para Chayanov, Marx admite a falta de acúmulo de capital na produção camponesa e afirma que esta última é definida como uma economia mercantil simples, expressa da forma M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, o camponês vende um produto para adquirir outro produto. Diferentemente da forma D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), na qual temos a conversão de dinheiro em mercadoria e, posteriormente, a reconversão da mercadoria em dinheiro, comprar para vender.

A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital, e segundo sua determinação, já é capital (MARX, 2017b, p. 223-224).

Para Marx (2017b), o que distingue esses processos M-D-M e D-M-D é a característica da circulação dos produtos e do dinheiro. No primeiro, o dinheiro circula como dinheiro e é utilizado para a troca de produtos. No segundo, o dinheiro circula como capital e é empregado para adquirir produtos para serem revendidos por um valor maior, o que caracteriza a produção de capital.

Mas o que realmente diferencia entre si os dois ciclos M-D-M e D-M-D é a ordem invertida de sucessão das mesmas fases antitéticas de circulação. A

circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, ao passo que a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. A primeira, o ponto de partida e de chegada no movimento é a mercadoria; na segunda, é o dinheiro. Na primeira forma, o que medeia o curso inteiro da circulação é o dinheiro; na segunda, é a mercadoria.

Na circulação M-D-M, o dinheiro é, enfim, transformado em mercadoria, que serve como valor de uso e é, portanto, gasto de modo definitivo. Já na forma contrária, D-M-D, o comprador desembolsa o dinheiro com a finalidade de receber dinheiro como vendedor. Na compra de mercadorias, ele lança dinheiro na circulação, para dela retirá-lo novamente por meio da venda da mesma mercadoria. Ele liberta dinheiro apenas com a ardilosa intenção de recapturá-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado (MARX, 2017b, p. 225).

O movimento M-D-M parte de um produto e conclui-se com um outro produto. Esse produto sai da circulação e entra no consumo, como valor de uso, e esse é seu fim. O movimento D-M-D, ao contrário, parte do dinheiro e retorna ao dinheiro, nesse caso, o que o move é o valor de troca (MARX, 2017b).

Porém, trocar uma quantidade de dinheiro por mercadoria e depois trocar a mercadoria pela mesma quantidade de dinheiro é um absurdo. Assim, no processo D-M-D, em seu final sempre uma quantidade maior de dinheiro é tirada de circulação, do que o que foi lançado inicialmente, essa quantidade maior é chamada de mais-valor. “E esse movimento o transforma em capital”, o que caracteriza o processo D-M-D’, sendo D’, maior do que a quantia empregada no início do processo (MARX, 2017b, p. 227).

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação das necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso desmedido (MARX, 2017b, p. 228).

Dessa forma, entendemos que a produção camponesa é realizada a partir do movimento M-D-M, cuja venda do produto do campesinato ocorre com o objetivo de adquirir produtos não produzidos na unidade de produção camponesa. Moura (1988, p. 58-59), fazendo uma análise da lógica da produção camponesa do economista Chayanov, avalia:

Ele partiu da ideia de que a economia camponesa se caracteriza, no âmbito das unidades de produção familiares, por um cálculo econômico específico, diferente do econômico capitalista. *O cálculo econômico camponês vem acompanhado de relações sociais também específicas*, no que toca ao binômio trabalhador-meios de produção. Assim, a relação de apropriação real e a

relação de propriedade que acompanham tal cálculo se conjugam numa combinação particular.

Ao desvendar a estrutura desta economia, Chayanov assim a contrastou com a economia capitalista: nesta última, uma empresa é considerada lucrativa quando a renda bruta, após a dedução dos gastos em material e em salário, perfaz a soma. Tal soma, sendo maior do que zero, indica a existência de um lucro líquido, o que atesta um empreendimento viável.

Ele afirma que as categorias: preço, capital, salário, juro e renda determinam-se mutuamente e são funcionalmente interdependentes. Assim, a retirada de uma delas desagrega o sistema, como ocorre, por exemplo, quando é retirada desse contexto a categoria salário. Um cálculo econômico em que essa categoria esteja ausente coloca-nos diante de uma economia não-capitalista, a denominada economia familiar. Esta, possuindo os itens *renda bruta e gastos materiais*, não pressupõem salário porque são *os próprios empreendedores da produção que atuam como trabalhadores*. Deduzindo os gastos materiais da renda bruta obtém-se um produto líquido que será considerado satisfatório ou não diante da necessidade da família camponesa. A economia camponesa norteia-se por um cálculo que deve ser contrastado com o do capital (MOURA, 1988, p. 58-59, grifos nossos).

A produção camponesa se realiza a partir da apropriação de valores de uso para a satisfação das necessidades da família. Portanto, a economia camponesa é uma economia mercantil simples. Um exemplo é quando o camponês produz queijo e vende cada peça por R\$15 e, com o dinheiro dessa venda, compra cinco kg de arroz para o consumo da família. Nesse processo, o camponês transforma seu produto em dinheiro e com esse dinheiro compra outro produto necessário para a reprodução da família camponesa (tem-se a realização do movimento M-D-M).

Marx (1988, 2017b) esclarece que um objeto pode ter uma utilidade e ser produzido pelo trabalho humano sem ser mercadoria, pois a produção para atender a própria necessidade constitui valor-de-uso, mas não gera mercadoria. Um homem que produz um objeto para uso pessoal imediato, pelo fato de consumir, ele próprio cria um produto, mas não uma mercadoria (MARX, 1988, p. 43).

Para criar mercadoria é necessário não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros. As mercadorias somente são tidas como tal quando são consideradas algo duplo: objetos úteis (forma natural) e suportes de valores (forma de valor). A lógica produtiva capitalista é medida pelo valor de troca das mercadorias. “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes qualidades; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2017b, p. 116).

Na medida em que o processo de troca transfere mercadorias das mãos em que elas não são valores de uso para as mãos em que elas são, ele é metabolismo social. O produto de um modo útil de trabalho substitui o produto de outro.

Quando passa a servir de valor de uso, a mercadoria transita da esfera da troca de mercadorias para a esfera do consumo. Aqui, interessa-nos apenas a primeira dessas esferas. Temos, assim, de considerar o processo inteiro segundo o aspecto formal, isto é, apenas a mudanças de forma ou a metamorfose das mercadorias, que medeia o metabolismo social (MARX, 2017b, p. 178).

No campesinato não é a quantidade de capital ou a produção de valores de troca que determina a atividade econômica, mas a produção de elementos que satisfaçam as necessidades da família, seja na forma de consumo imediato, seja por meio da comercialização desses produtos para adquirir outros, fundamentais para a reprodução da lógica camponesa de produzir. Ploeg (2016), em referência a Chayanov, indica que a dinâmica da unidade de produção camponesa apresenta um raciocínio que se caracteriza pela busca de um equilíbrio interno, muito distinta da lógica capitalista. Na unidade de produção camponesa, a renda é a única categoria importante, pois é por meio dela que a família camponesa se reproduz. Dessa forma, a relação com o mercado torna-se relevante, tendo em vista que com a comercialização dos produtos os camponeses produzem renda.

Com relação à produção simples de mercadoria do campesinato, Tavares dos Santos (1978) também enfatiza a lógica camponesa de produzir:

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 69).

Verificamos que na Colônia Pulador várias unidades de produção não produzem para a comercialização⁹⁸. Nessas unidades, destacamos a substituição da renda da comercialização dos produtos pela renda da aposentadoria ou da prática do trabalho acessório. Alguns camponeses, mesmo desenvolvendo atividades urbanas ou em fazendas da região, moram na Colônia e produzem gêneros para o autoconsumo da família. Esse fator reforça o desenvolvimento de estratégias internas e externas que mantêm a família no campo, produzindo para o autoconsumo, mesmo em um contexto de proletarização.

⁹⁸ Em nossa pesquisa, 11 unidades de produção produzem apenas para o autoconsumo, não ocorrendo a comercialização.

Outra característica camponesa, de acordo com Marques (2008b, p. 69), é a criatividade e capacidade para gerir situações de escassez de recursos como, por exemplo, “a utilização coletiva de equipamentos, a otimização no uso da terra e o aumento da auto-exploração e diversificação de suas atividades”. Como indicado por Shanin (2008, p. 29), “temos que aprender a viver com os camponeses”.

A diversidade de produtos representa uma estratégia de resistência e uma característica da produção camponesa. A diversidade possibilita uma menor dependência de produtos a serem adquiridos no mercado e, junto à participação em canais de comercialização a partir da venda direta, permite o fortalecimento da base de recursos do campesinato e de sua autonomia na produção e comercialização. Os diferentes mecanismos adotados na unidade de produção, caracterizam a diversidade camponesa da Colônia Pulador.

3.3 Práticas comunitárias e a reprodução camponesa na Colônia Pulador

Como indicamos anteriormente, uma das características que se sobressai na Colônia Pulador, na atualidade, é a organização das atividades produtivas sendo desenvolvidas pelo marido e pela mulher. Normalmente, ele se encarrega de atividades que demandam maior esforço braçal e ela se dedica a atividades domésticas e tarefas mais próximas do espaço doméstico, como os cuidados com a horta, o quintal, o trato dos animais e a ordenha. Outro aspecto que observamos é o grande número de idosos.

No que se refere à população jovem, verificamos em nossas análises que houve uma significativa redução desse grupo. Um dos fatores que caracteriza isso é a diminuição da taxa de natalidade: até a década de 1980, as famílias ainda eram numerosas, seguindo uma tendência do município. Já nos anos de 1990, houve uma redução expressiva do número de crianças.

Outro fator que contribui para a redução de jovens é a falta de oferta do Ensino Médio na escola da Colônia. Os jovens precisam se deslocar até a área urbana para cursar essa etapa de estudos. Devido à falta de transporte para os estudantes, muitos acabam indo para a cidade e passam a morar com parentes para concluir o segundo grau. Após terminarem, alguns retornam à casa dos pais, mas outros optam por atividades urbanas. A ausência do Ensino Médio na instituição de ensino da Colônia torna-se decisiva para a redução do número de jovens.

A Colônia possuía duas escolas municipais: uma oferecia o Ensino Fundamental I, Escola Municipal Ladislau Gomes de Brito (1º ao 5º ano) e, a outra, ofertava o Ensino Fundamental I e II, Escola Municipal Manoel Valério da Silva (1º ao 9º ano). Porém, em 2008, a primeira instituição, que disponibilizava o Ensino Fundamental I, foi fechada sob a alegação

de “falta de estudantes” (foto 20). Atualmente, a Colônia conta com apenas uma unidade de ensino com Ensino Fundamental I e II (foto 21). As primeiras estruturas dos colégios foram construídas pelos próprios camponeses, em espaços doados.

Foto 20 – Município de Anastácio
Prédio abandonado da Escola Municipal Ladislau Gomes de Brito, localizado na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 21 – Município de Anastácio
Escola Municipal Manoel Valério da Silva, localizada na região do Veredão



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

O pernambucano, Ladislau Gomes de Brito⁹⁹, doou um espaço em sua propriedade onde foram construídos a Escola Municipal Ladislau Gomes de Brito, o posto de saúde, a igreja

⁹⁹ Como apresentamos no capítulo 2, Ladislau Gomes de Brito foi um dos primeiros migrantes nordestinos que chegaram à Colônia.

católica e o cemitério. Manoel Valério da Silva, nascido no Pulador, filho do pernambucano, José Valério da Silva, também doou um espaço, localizado na região do Veredão, onde construiu-se a Escola Municipal Manoel Valério da Silva, o posto de saúde e a igreja católica. No quadro 5, organizamos dados das matrículas realizadas na Escola Municipal Manoel Valério da Silva, de acordo com dados do Censo Escolar (2018). No total eram 75 crianças matriculadas.

Quadro 5 – Colônia Pulador
Número de estudantes matriculados na Escola Municipal Manoel Valério da Silva

Etapas da Educação Básica	Número de matriculados
Educação Infantil	4
Ensino Fundamental I	40
Ensino Fundamental II	30
Educação Especial	1
Total	75

Fonte: INEP (2018).

Durante as entrevistas, alguns camponeses relataram que há rumores sobre o fechamento da Escola Municipal Manoel Valério da Silva. A Prefeitura Municipal fecharia a escola e deslocaria as crianças de ônibus até as unidades de ensino urbanas, com o intuito de reduzir gastos.

Estão falando que a escola Valério vai fechar também. Parece que não tá compensando vir professor lá da cidade, parece que fica mais barato se a prefeitura colocar um ônibus pra levar as crianças pra lá... não sei se isso é melhor não, mas o importante é eles poderem estudar de alguma forma (Entrevista realizada em 14/7/2018).

Fica evidente a ausência de políticas públicas educacionais para a Colônia e a falta de projetos que integrem a escola com a comunidade local, projetos que valorizem os saberes tradicionais da população do campo. Uma das famílias entrevistadas possuía três crianças matriculadas na Escola Manoel Valério da Silva. Quando foram questionados sobre o desenvolvimento de projetos na instituição, como o desenvolvimento de uma horta ou cultivo de mudas, o que é muito comum mesmo em escolas urbanas, uma das crianças comentou: “não, lá nós só vamos para estudar, não tem nenhum projeto desses daí não” (Entrevista realizada em 14/7/2018).

A “educação do campo” deve contribuir para a permanência de jovens no campo, reproduzindo, assim, o modo de vida camponês. Camacho (2014, p. 319) ressalta a importância de uma educação dos sujeitos do campo:

Não basta levar a educação para as áreas rurais, esta educação tem que ser condizente com a realidade desses sujeitos que moram no campo. Por isso, os movimentos socioterritoriais camponeses passam a reivindicar uma educação construída juntamente com estes sujeitos, que seja uma educação dos sujeitos do campo, e não somente para os sujeitos do campo. Esta educação deve ser condição e produto de sua reprodução material e simbólica. Daí o termo Educação do Campo, e não apenas educação no campo ou educação para o campo. Substituindo a antiga educação rural de má qualidade e descontextualizada da realidade histórica-espacial desses sujeitos do campo.

Observamos que os jovens da Colônia Pulador não recebem uma educação que proporcione a permanência na *terra de trabalho e morada*. Não há distinção entre o ensino urbano e o ensino aplicado nas escolas do campo. Para o poder público municipal, a educação é caracterizada como “gasto público” e quando os dados quantitativos não forem compensativos para a manutenção dessas despesas, o fechamento da escola é a solução a ser empregada.

No que se refere à comercialização dos produtos do campesinato, Sabourin (2009) destaca que o apoio dos poderes públicos, mesmo sendo mínimo, torna-se essencial para garantir a comercialização dos produtos camponeses no mercado local, a criação das chamadas “feiras municipais”, auxílio financeiro para a certificação dos produtos, facilidades para os deslocamentos dos produtos até a área urbana são ações públicas que podem beneficiar a classe camponesa. Porém, essas ações somente serão conquistadas a partir da atuação do grupo social, como agentes ativos nas demandas comunitárias.

Na Colônia Pulador, identificamos a formação de uma associação de produtores, a APPCP. A Associação possui 26 produtores associados, não possui sede própria e as reuniões ocorrem no sítio dos camponeses. Segundo o presidente, a organização de produtores em associação é importante para pleitear, junto ao poder público local, melhor infraestrutura para a Colônia:

A gente conseguiu o espaço na feirinha de Anastácio devido a Associação, quando a gente precisa solicitar a manutenção das estradas, a gente faz por meio da Associação... A gente pedi muita coisa, mas não é fácil conseguir, agora se não pedir aí nada vêm mesmo... Tem muita gente que produz aqui e não é associado, a gente não pode obrigar ninguém a se associar, mas as melhorias quando vêm é pra todo mundo (Entrevista realizada em 2/12/2018).

De acordo com o presidente da APPCP, estava em trâmite na Prefeitura a solicitação de um trator para atender a região. A APPCP encaminha as demandas da comunidade ao poder público local e solicita aos órgãos municipais apoio nos processos produtivos.

Ao se referir ao apoio do poder público local, por meio de ações destinadas à região, todas as falas indicam que as gestões do prefeito Cláudio Valério da Silva¹⁰⁰ (PMDB) foram as que mais contribuíram para a organização produtiva da Colônia. Ele era descendente de nordestinos, nasceu na Colônia Pulador, no ano de 1955, foi eleito prefeito de Anastácio por quatro mandatos (1983-1986/1993-1996/2005-2008/2009-2010) e exerceu um mandato como deputado estadual, em 1987. Cláudio Valério faleceu em 2010, durante seu último mandato à frente da administração do município¹⁰¹.

Conforme os depoimentos, as ações públicas direcionadas para a região passaram a ser expressivas nos mandatos de Cláudio Valério, como facilidades para a comercialização dos produtos na área urbana, criação da COPRAN, melhoria nas estradas e pontes e apoio produtivo com ações coordenadas pela Prefeitura. Os entrevistados se orgulham em relatar que ele foi sepultado em um dos cemitérios da Colônia:

Na época do Valério era diferente, ele apoiava nós, era nosso amigo, sempre estava por aqui e ainda está, ele está enterrado aqui no cemitério da Colônia... na realidade ele nasceu e cresceu aqui. Antes dele e ainda hoje esses prefeitos não querem nem saber dos pequenos produtores do município, todos são pecuaristas... eles têm muito dinheiro... não querem nem saber se estamos produzindo, o que produzimos e se precisamos de algo... o Valério incentivou nossa produção (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Quando o Valério morreu, o Douglas¹⁰² assumiu, como ele era vice até que não foi tão ruim, ele deu continuidade em muita coisa, se reelegeu nas próximas eleições e permaneceu por dois mandatos... depois entrou o Nildo¹⁰³, aí as coisas só pioram, ele é pecuarista, é rico não quer saber do pequeno produtor (Entrevista realizada em 2/6/2018).

Ele queria valorizar a produção da farinha do Pulador, a Cooperativa era pra fazer isso. No início a Cooperativa funcionava muito bem, conseguimos a certificação por causa da Cooperativa. Aí depois da morte do Valério foi mudando, na direção da Cooperativa entrou umas pessoas que não tinha nada a ver com a gente daqui (Entrevista realizada em 14/7/2018).

Como pode ser observado nas falas desses camponeses, a gestão do prefeito Cláudio Valério trouxe um diferencial para a região, pois a partir disso eles conseguem estabelecer

¹⁰⁰ Cláudio Valério era professor, poeta, escritor e radialista. Seus projetos se destacavam na valorização cultural do município de Anastácio.

¹⁰¹ Cláudio Valério faleceu em razão de complicações durante uma cirurgia para implantação de pontes de safena.

¹⁰² Douglas Melo Figueiredo foi vice-prefeito de Anastácio durante a última gestão do prefeito Cláudio Valério. Ele assumiu a prefeitura devido ao falecimento de Cláudio Valério e se reelegeu nas eleições municipais de 2010.

¹⁰³ Nildo Alves de Albres exerceu dois mandatos consecutivos como prefeito do município de Anastácio, entre os anos de 1997 e 2004. Foi eleito pela terceira vez nas eleições municipais de 2016, e atualmente é o prefeito de Anastácio. Na declaração de bens realizada à Justiça Eleitoral em 2016, o prefeito declarou possuir R\$47.954.876,08. Entre seus bens, tem-se o registro de sete fazendas, localizadas nos municípios de Anastácio, Miranda e Corumbá.

diferenças entre as administrações anteriores e atuais e passam a criticar a forma como o poder público passa a estabelecer suas políticas públicas na região.

A Colônia possui dois postos de saúde, com atendimento de clínico geral e dentista em um dia da semana, além de atendimento de enfermagem. Esses espaços foram reformados durante um dos mandatos de Cláudio Valério. Antes, eram locais improvisados e o atendimento médico ocorria de forma periódica.

Apesar da existência dessas unidades de saúde, muitos camponeses informaram a falta de equipamentos e profissionais durante a semana toda. Muitas vezes, precisam se deslocar para a área urbana para a realização de procedimentos simples, como curativos, retirada de pontos de ferimentos, entre outros atendimentos.

O prefeito Cláudio Valério, por ser descendente de nordestino, fez suas gestões voltadas para atender algumas necessidades da região do Pulador e resgatar a cultura nordestina no município de Anastácio. Entre os elementos citados pelos entrevistados está a criação da tradicional Festa da Farinha de Anastácio, desenvolvida com o objetivo principal de homenagear a cultura nordestina do município.

Porém, entendemos que a administração desse prefeito não representou um rompimento com a estrutura histórica de poder no município. Uma análise de seus mandatos indica a realização de alianças com partidos tradicionais, como o PSDB, que simboliza a estrutura do poder pecuarista da região. O que tivemos foi um olhar diferenciado para os camponeses da região do Pulador, tendo em vista a origem do prefeito, vinculada à cultura nordestina, contribuindo com elementos que auxiliaram na reprodução camponesa da Colônia Pulador.

A Festa da Farinha foi criada no ano de 2006. O evento tem duração de dois a três dias e normalmente ocorre no mês de maio, com o objetivo também de comemorar o aniversário do município. As atividades da festa, inicialmente, estavam voltadas para a venda de produtos provenientes da mandioca e outras comidas típicas do Nordeste, atrações culturais e exposições de instrumentos artesanais utilizados para a produção da farinha de mandioca. Em 2009, a Festa da Farinha foi inserida no Calendário Oficial de Eventos de Anastácio e de Mato Grosso do Sul.

Segundo os camponeses que participaram de todas as edições da festa, até a quinta edição (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010) havia um número maior de descendentes de nordestinos envolvidos, tendo em vista que a organização estava sendo coordenada pela administração do prefeito Cláudio Valério. Com o falecimento dele, o evento perdeu suas características originais e muitos descendentes deixaram de participar.

Hoje eles fazem a festa apenas para manter no calendário do município, acho que só pra não falarem assim: “ah, o prefeito tal acabou com a festa da farinha”, não tem mais as características das primeiras edições, mais mesmos assim é bom, porque nesses dias fazemos mais farinha e vendemos lá também (Entrevista realizada em 2/6/2018).

No ano de 2018, ocorreu a 13ª edição da tradicional Festa da Farinha de Anastácio. O evento ocorreu entre os dias 22 e 23 de junho, diferentemente dos anos anteriores, em que a festa ocorreu junto ao aniversário do município no mês de maio. Os camponeses explicam que, em suas primeiras edições, o evento estava direcionado para algumas apresentações culturais nordestinas e a venda de comidas típicas. Porém, nas últimas edições, a Prefeitura passou a contratar grandes atrações musicais que, além de não ter relação com a cultura nordestina, são de alto custo para o poder público¹⁰⁴. Esse fato é criticado por muitos camponeses que resistem em participar do evento. As fotos 22, 23 e 24 são imagens capturadas durante a 13ª edição da Festa da Farinha, com a participação de alguns camponeses da Colônia Pulador.

Além das barracas com comidas típicas, os camponeses produzem a farinha durante o evento (foto 22). Assim, os turistas e moradores locais podem comprar o alimento e observar o processo de produção. Como atualmente o número de camponeses da Colônia Pulador participantes na festa é reduzido, as barracas de produtos típicos do Nordeste e de produtos da cultura sul-mato-grossense são comercializadas por camponeses dos assentamentos do município e por comerciantes da área urbana.

¹⁰⁴ Em 2017, a Prefeitura de Anastácio enfrentou problemas junto à Justiça, que proibiu o uso de recursos públicos municipais na 12ª edição do evento. O Ministério Público Estadual pediu que os R\$373 mil que seriam investidos na festa, fossem aplicados nas áreas de saúde e educação, entre outros setores sociais. A Prefeitura de Anastácio não recorreu da decisão, e, em 2017, a realização do evento aconteceu por meio de iniciativa particular de alguns empresários de Aquidauana e Anastácio. Em 2018, a Prefeitura de Anastácio contou com o apoio do governo do Estado e de empresários do município para a realização do evento.

Foto 22 – Município de Anastácio
Produção artesanal da farinha de mandioca, realizada por camponeses da Colônia Pulador na
13ª edição da Festa da Farinha



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 23 – Município de Anastácio
Barraca de camponeses da Colônia Pulador na 13ª edição da Festa da Farinha



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 24 – Município de Anastácio
Produção de tapioca em barraca de camponeses da Colônia Pulador na 13ª edição da Festa da Farinha



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

No ano de 2019, foi realizada a 14ª edição da Festa da Farinha de Anastácio. O evento ocorreu entre os dias 3 e 4 de maio e, assim como nas edições anteriores, também contou com a participação de grandes atrações musicais¹⁰⁵. Esse fato é criticado por muitos camponeses, que embora reconheçam a importância do evento para a cultura local, acreditam que a estrutura de organização da festa deveria ser voltada para atividades que valorizem a cultura nordestina local e o envolvimento da comunidade. A foto 25 traz imagens que foram capturadas durante a 14ª edição da Festa da Farinha de Anastácio.

Eu acho que essas duplas aí não deveriam vir não, isso deve ser muito caro para a prefeitura. É muito bom para nós, as vendas aqui traz uma renda muito boa para o ano, a gente se prepara para a festa desde janeiro, com a renda que a gente ganha aqui, ficamos uns meses tranquilos (Entrevista realizada em 4/5/2019).

Esse evento deveria envolver toda a comunidade, além de cultural ser um evento educativo também, seria interessante envolver as escolas, principalmente as escolas municipais, a realização de concursos de poesias, cordéis...sei lá... acho que dava pra fazer muita coisa. Ao invés de ficar trazendo essas duplas aí, deveria valorizar mais o que temos aqui (Entrevista realizada em 4/5/2019).

¹⁰⁵ De acordo com o termo de licitação, ocorreu a contratação de profissionais do setor artístico junto à empresa Rodrigo Leite da Cruz Eireli, para apresentação das duplas João Neto e Frederico (3/5/2019), Cezar e Paulinho (4/5/2019), Caju e Castanha (03 e 4/5/2019). O valor da contratação era de R\$260 mil, sendo: R\$140 mil para a dupla João Neto e Frederico; R\$95 mil para Cezar e Paulinho; e R\$25 mil para Castanha e Caju. Disponível em: <https://www.anastacio.ms.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Foto 25 – Município de Anastácio
14ª edição da Festa da Farinha



Fonte: Imagem capturada pela autora (2019).

No que se refere à organização das atividades da Colônia, entendemos que as manifestações comunitárias e coletivas, internas e externas à unidade de produção camponesa, são fundamentais para a análise da reprodução do campesinato.

Para Fabrini (2006, p. 84), a igreja exerce um papel indispensável, pois em “torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro”. Muitas vezes, o espaço religioso permite a troca de alimentos, a organização de grupos para ajudar famílias que passam por momentos de dificuldade, pois essas ações, embora pontuais, auxiliam na reprodução camponesa.

Um das atividades de maior mobilização religiosa camponesa da Colônia Pulador é a denominada Festa de Nossa Senhora Aparecida, que ocorre todos os anos no dia 12 de outubro. Para a organização dessa festa, os camponeses arrecadam porcos, bezerros, galinhas, bolos e doces. As doações são utilizadas em bingos e leilões, além da venda de produtos, todas as arrecadações são usadas para benfeitoras no espaço da igreja.

As atividades da Festa de Nossa Senhora Aparecida têm início às 10 horas, com uma missa em homenagem à Santa (foto 26). Após a missa, os camponeses se reúnem para o almoço e a realização de bingo, leilões, rifas, entre outros (foto 27).

Foto 26 – Município de Anastácio
Missa em homenagem à Nossa Senhora Aparecida na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 27 – Município de Anastácio
Festa de Nossa Senhora Aparecida realizada na Colônia Pulador



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

As atividades vinculadas à cultura nordestina, até a década de 1980, eram frequentes, como bailes com músicas e danças típicas. Com a morte e o envelhecimento dos migrantes mais antigos, essas práticas deixaram de ser organizadas. Atualmente, os eventos da Colônia são todos de cunho religioso.

[...] antes tinha muita festa aqui, umas danças que não se dançam mais hoje, eles organizavam uns baile, era muito bom... aí o pessoal que organizava foi morrendo... Lembro que a gente tinha um vizinho que fazia teatro com aqueles bonequinhos, eu era muito pequena, lembro que vinha gente da Colônia toda assistir o teatro. Hoje não tem mais (Entrevista realizada em 14/07/2019).

A Colônia possui duas igrejas católicas e uma evangélica, a Assembleia de Deus. Os espaços das igrejas são de sociabilidade entre os camponeses. Após as celebrações religiosas, muitas famílias permanecem na igreja para contar histórias, combinar atividades, negociar a venda de vacas, cavalos, porcos.

A gente gosta muito da missa, mas acho pouco, a missa acontece só uma vez por mês, na primeira terça-feira do mês. Devia ter mais missa aqui. Em outubro a gente faz a festa de Nossa Senhora Aparecida, todo mundo vai. No final do ano a gente faz a novena de Natal, aí passamos na casa de várias pessoas, é muito bom também, encontramos os amigos e no final ficamos conversando até mais tarde (Entrevista realizada em 14/07/2018).

Outro elemento que fica evidente nas falas dos entrevistados são as atividades de reciprocidade na Colônia. Vimos que a ajuda mútua permanece em algumas tarefas, principalmente naquelas que demandam um menor tempo dos envolvidos. Junto à ajuda mútua, ocorre a prática do mutirão e doações voluntárias de alimentos a vizinhos.

[...] esses dias fizemos um mutirão para ajudar o Seu Mané... reunimos eu e mais quatro vizinhos e fomos lá... limpamos o pasto dele, tava muito sujo. Seu Mané tá com problema nas vistas, aí chamei o pessoal e fomos lá, é bom ajudar os amigos, o que a gente faz aqui Deus dá em dobro depois (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Aqui a gente sempre se ajuda, levo direto as coisas para os vizinhos, leite, doce de leite, queijo, esses dias fiz um pudim e levei pra vizinha... é que a gente ganha bastante coisa também... esses dias ganhamos um monte de caju, gosto muito de fazer o doce do caju... ganhei o caju e depois levei o doce de caju pra vizinha (Entrevista realizada em 12/5/2018).

Candido (1973) também aponta o papel da religião na preservação da sociabilidade de um grupo social, especialmente no desenvolvimento de festas religiosas que, segundo o autor, junto com o mutirão, são atividades culturais que mobilizam o maior número de moradores e revelam a unidade de uma comunidade rural.

É importante ressaltar também, como pontuado por Fabrini (2007, p. 29), que as ações comunitárias e coletivas do campesinato, “nem sempre são marcadas pela harmonia, solidariedade”. As relações camponesas também são caracterizadas por conflitos internos, são várias as contradições que permeiam a reprodução social camponesa. No campesinato, pode ser verificada a reprodução e manutenção de relações conflituosas, autoritárias e opressoras, reproduzindo, assim, a ideologia da classe dominante¹⁰⁶, como também “são recriadas relações

¹⁰⁶ Durante nossas entrevistas, observamos relatos de famílias camponesas que, embora sejam parentes, não conversam entre si devido a: existência de conflitos familiares; desavença entre mulheres; pessoas que não

humanizadas, solidárias, comunitárias e gestos virtuosos e de grandeza humana” (FABRINI, 2018, p. 30), como as descritas anteriormente.

Como apresentamos no capítulo 2 desta tese, no processo de produção territorial da Colônia Pulador, a participação dos camponeses migrantes e, posteriormente, de seus descendentes foi fundamental para a organização das atividades produtivas nas frações territoriais conquistadas. Ao longo do século XX, esses camponeses desenvolveram várias estratégias de resistência para permanecerem na *terra de trabalho e morada*.

No início da formação da Colônia, os camponeses migrantes enfrentaram uma série de dificuldades, como a falta de instrumentos de trabalho, dificuldades para transportar os produtos até o mercado e a ausência de meios de transporte adequados.

Verificamos que, ao longo do processo de produção territorial da Colônia, houve a total ausência de políticas públicas para a região. De acordo com Mizusaki (2009), as políticas aplicadas aos camponeses tendem ao fracasso pelo fato de desconsiderarem o campesinato como classe social. Quando elas existem, estão voltadas para a tentativa de integrar o camponês ao mercado capitalista, sob um viés produtivista, e acabam por desconsiderar o modo de vida desses sujeitos.

Para Ploeg (2009, p. 30), os níveis de produtividade do campesinato podem ser ampliados se esses sujeitos tiverem “espaço sociopolítico e econômico”. Contudo, se eles não tiverem esse espaço ou se estiver cada vez mais limitado, estaremos diante de indivíduos em vias de expropriação, por não conseguirem produzir e vender seus produtos. “Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para a ampliação da autonomia, assim como apoiar as ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade”.

Atualmente, quase um século após o início das primeiras migrações para o Pulador, muitos desafios ainda estão sendo postos para esses camponeses. Como observamos em nossa pesquisa, os desafios estão na busca de meios para produzir, assistência técnica para as correções no solo, estratégias de comercialização, entre muitas outras. A resistência camponesa é cotidiana (SCOTT, 2011), recriando-se ao longo dos anos, e mesmo que muitos desistam, outros estão dispostos a permanecer e muitos outros dispostos a entrar. A resistência cotidiana caracteriza o processo de reprodução do campesinato da Colônia Pulador.

participam da Associação Comunitária, pois já tiveram algum problema com o atual presidente; entre outros relatos que caracterizam conflitos em âmbito comunitário.

4 DINÂMICA TERRITORIAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO CAMPONESA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO NA COLÔNIA JAMIC

Como apresentamos no capítulo 2 desta tese, a Colônia Jamic é formada por imigrantes e descendentes de imigrantes de origem japonesa que chegaram no município de Terenos entre os anos 1959 e 1961. Inicialmente, a base de organização da unidade de produção estava assentada na utilização da mão de obra familiar para a produção de arroz, feijão, soja, milho e algodão. Porém, a baixa fertilidade do solo não permitiu uma produção significativa desses gêneros, dificultando, assim, o processo de reprodução das famílias.

A partir de 1962, os imigrantes passam a investir na avicultura de postura. A criação da CAMVA possibilitou a organização das famílias para o início dessa atividade. A CAMVA está no centro das alterações que ocorreram ao longo dos anos nas relações de trabalho e produção na Colônia Jamic, como veremos a seguir.

4.1 A organização da CAMVA como estratégia de permanência na *terra de trabalho e morada*

A implantação da CAMVA foi uma iniciativa dos próprios imigrantes japoneses e se constituiu como uma estratégia de resistência, tendo em vista que muitos deles, já no primeiro ano de produção na Colônia, desejavam vender a terra adquirida e migrar para outra região do Brasil ou retornar para o Japão, devido às características naturais do solo que não permitiam uma produção significativa para a reprodução das famílias.

De acordo com os relatos dos imigrantes, nos primeiros anos, a produção ocorria apenas para o autoconsumo da família, não permitindo a venda: “plantávamos, plantávamos, e não sobrava nada... a gente produzia só para comer” (Entrevista realizada em 24/8/2018). Após dois anos no Brasil, em razão de não conseguirem produzir para comercializar, o dinheiro trazido na viagem¹⁰⁷ foi sendo utilizado para a compra de instrumentos de trabalho e outros produtos necessários para a reprodução da família.

Quando nós chegamos aqui foi muito difícil. Logo a gente percebeu que as famílias sozinhas não iam conseguir nada. O solo não produzia nada, trabalhávamos, trabalhávamos e mal conseguíamos comer. Quando decidimos trabalhar com a produção de ovo, sentimos mais necessidade de trabalhar

¹⁰⁷ Como apresentamos no capítulo 2, para a vinda das famílias para Terenos, algumas condições foram estabelecidas pela empresa colonizadora, entre elas, a disponibilidade financeira de 500 mil yenes para garantir a subsistência da família e as despesas dos primeiros cultivos.

junto, como a gente tava começando, tínhamos que reduzir o custo para produzir. Começamos a criar galinhas para a postura em grupo de famílias. No começo as galinhas ficavam soltas, depois construímos os primeiros aviários, primeiro construímos o aviário coletivo. Quando a produção de ovo começou a rendê, aí cada um foi construindo o aviário na sua propriedade (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Logo que chegamos já começamos a planta, lá no Japão eles falavam que a terra era boa aqui, e que dava de tudo... Logo nas primeira plantação não deu quase nada... também foi um ano de estiagem não choveu nada... aí nós perdemos tudo que tinha plantado. Quando a gente tava quase passando fome, tivemos a ideia da Cooperativa. Tinha que ser uma atividade que não dependesse no solo... aí veio a ideia da avicultura de postura (Entrevista realizada em 26/8/2018).

Foi feito uma pesquisa, que indicou que a maior parte do ovo que era consumido em Campo Grande, vinha de fora, pela estrada de ferro, parece que tinha só duas avícolas na região de Campo Grande. E nessa época a população de Campo Grande era pequena. Começamos a produzir, e a população foi aumentando aí começamos a produzir cada vez mais (Entrevista realizada em 26/8/2018).

Assim, verifica-se no relato que a formação da CAMVA e o trabalho coletivo foram estratégias adotadas pelos imigrantes para garantir a permanência na *terra de trabalho e morada*, o que permitiu, como veremos, a reprodução da família camponesa.

Criada em 1962, a CAMVA possui, atualmente, 26 produtores associados. Sua estrutura administrativa é eleita a cada dois anos, sendo formada por um diretor-presidente e um diretor administrativo que devem ser membros associados. Além dessa equipe, outros associados também podem estar envolvidos com atividades, como é o caso da veterinária da Cooperativa: ela é filha de associado e mora na Colônia com os pais. As reuniões com os cooperados são mensais. Todos os meses, os integrantes se reúnem para o repasse de balanços mensais de venda e tomada de decisões.

Para começar a produção, a Cooperativa conseguiu um financiamento, junto ao Banco do Brasil, para a criação de 500 aves para cada família de cooperado e, para a CAMVA, um financiamento para a compra de maquinários. No total, foram cerca de 12.000 aves para o início das atividades da avicultura de postura da CAMVA. Esses financiamentos foram imprescindíveis para o início da atividade avícola na Colônia Jamic. Inicialmente, as galinhas eram criadas soltas, e em grupo de cinco famílias. No final da década de 1960, foram construídos os primeiros aviários coletivos (foto 28), também em grupos de aproximadamente cinco famílias, com o objetivo de economizar custos de produção.

Foto 28 – Município de Terenos
Aviário coletivo na Colônia Jamic, década de 1960



Fonte: Álbum da família Okishima (apud KANEZAKI, 2014).

O sistema de produção de ovos em gaiolas começa a se expandir no Brasil com o aumento populacional. Esse sistema, junto às técnicas de melhoramento genético e a produção de ração balanceada, provocou um grande aumento na produtividade. A tradicional galinha caipira, criada solta nos terreiros, tem um potencial produtivo que pode variar de 50 a 80 ovos por ano. A galinha criada em aviários tem um potencial produtivo maior. Em média, o tempo de formação do ovo em galinhas criadas em aviários é de 26 horas, ou seja, ela pode produzir uma média de 338 ovos no ano (EMBRAPA, 2020b). As técnicas de melhoramento genético interferem no ciclo natural de desenvolvimento das aves, aumentando, assim, sua produtividade.

O mercado consumidor da CAMVA era inicialmente local, atendendo os municípios de Terenos e Campo Grande. Na medida em que a população de Campo Grande foi aumentando, a produção de ovos também foi sendo ampliada. De acordo com dados do IBGE (2010), a população de Campo Grande, em 1970, era de 140.233 pessoas; em 1980 foi registrado um total de 291.777 e, em 1991, já ultrapassava 500.000 pessoas.

Inicialmente, a CAMVA recebia os ovos produzidos de forma coletiva pelos grupos de famílias e as hortaliças produzidas individualmente por cada família. Com o passar dos anos e com a demanda pela produção de ovos aumentando, a CAMVA passou a receber apenas ovos dos cooperados. Mantém-se a produção de hortaliças para o autoconsumo e as famílias passaram a se especializar na produção de ovos.

Em 1970, a CAMVA passa a atender outros municípios do Mato Grosso do Sul: Corumbá, Dourados, Ponta Porã, Rio Brilhante, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Paranaíba, Caarapó, Aquidauana, Amambai, Miranda e Anastácio. A partir de 1975, os aviários

coletivos foram sendo substituídos por individuais, ou seja, cada unidade de produção passa a possuir seus próprios aviários, administrados pela família.

No início a gente se ajudava muito. No início da produção de ovos tudo era feito de forma coletiva. As primeiras galinhas foram criadas em grupo de famílias. Depois quando a situação ficou melhor, com a venda dos ovos, começamos a construir o aviário aqui na propriedade, aí cada família se organizou da forma de achou melhor (Entrevista realizada em 26/8/2018).

No final da década de 1970, a CAMVA passou a vender para os municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande, no Mato Grosso. Para atender as demandas do mercado conquistado pela Cooperativa, ocorreu nas unidades de produção a ampliação do número de galpões e algumas delas passaram a contratar mão de obra assalariada para auxiliar nos processos produtivos. E, mais recentemente, já no início de século XXI, iniciaram-se processos de mecanização em alguns galpões.

Na figura 10, ilustramos a expansão do mercado consumidor do Ovo CAMVA e indicamos os rearranjos espaciais nas unidades de produção, de acordo com cada período de aumento das vendas.

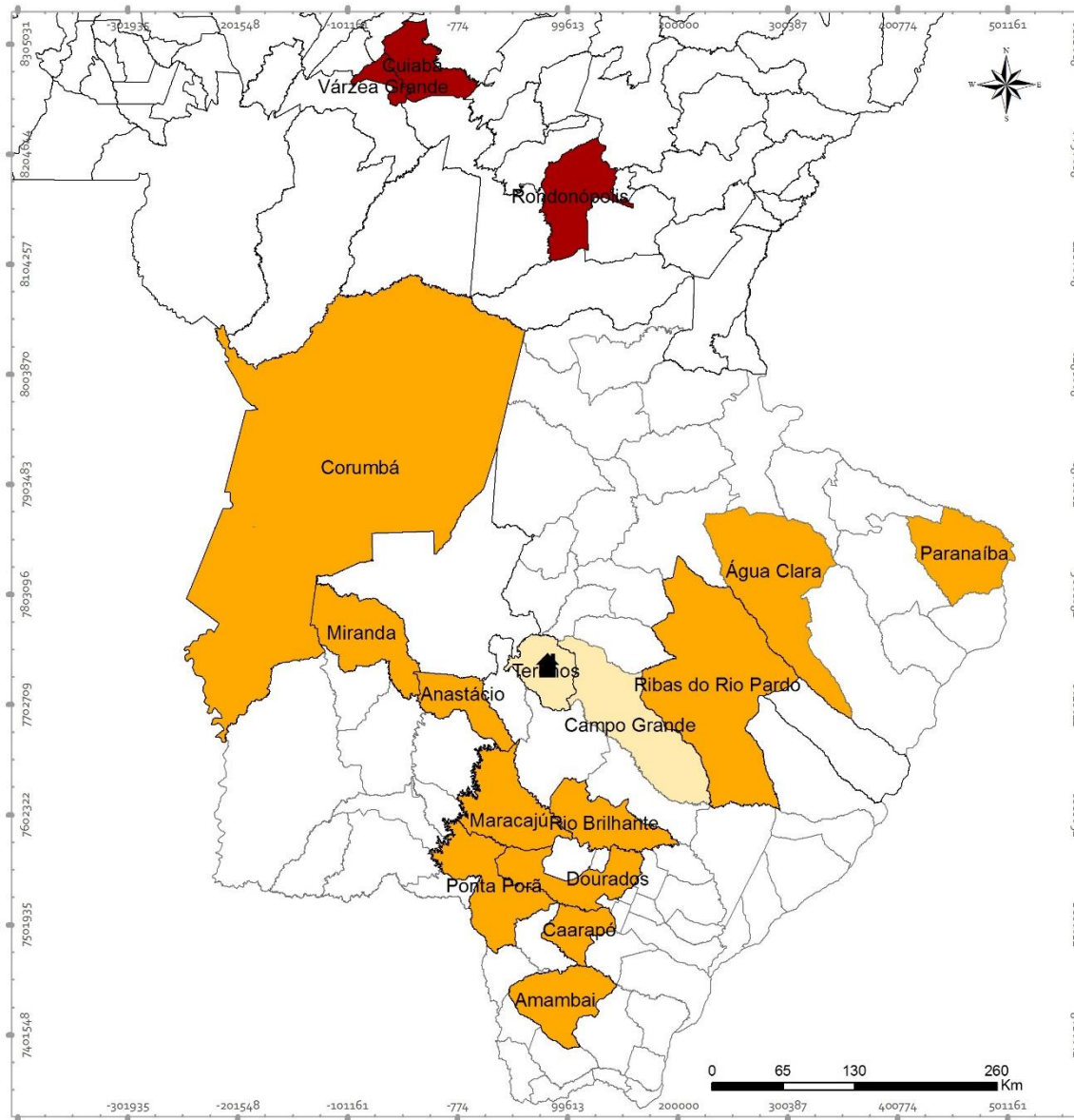


Figura 10 – Expansão do mercado consumidor do Ovo CAMVA e os rearranjos espaciais nas unidades de produção da Colônia Jamic



Legenda

CAMVA

Periodos	Rearranjos espaciais nas unidades de produção
1962 - 1970	Mercado consumidor local: Criação de galinhas soltas; Aviários coletivos.
1970-1977	Ampliação das vendas no estado de Mato Grosso do Sul: Aviários individuais.
1977-2018	Vendas no estado de Mato Grosso: Ampliação do número de galpões; Contratação de mão-de-obra assalariada; Processos mecanizados em galpões.

Sistema de Coordenadas
 Universal Transversa de Mercator (UTM)
 Datum: SIRGAS 2000 - Zona: 21 Sul

Fonte: IBGE - Municípios
 Editor: InfoGeo Informática e Geoprocessamento
 Organizadora: Simone Maria Leme



Na tabela 26, apresentamos informações aproximadas da evolução na produção de ovos de galinha na Colônia Jamic, no período de 1965 a 2018. De acordo com dados fornecidos pela CAMVA (2019), em 1965 foi registrada uma produção de 10.000 ovos por dia. Entre os anos de 1962 e 1968, as famílias da Colônia Jamic se organizaram para a produção de ovos por meio do trabalho coletivo. Nessa época, as galinhas eram criadas soltas e o mercado consumidor era local (atendendo Terenos e Campo Grande). A partir de 1968, os primeiros aviários coletivos começaram a ser construídos e, no início da década de 1970, ocorreu a expansão das vendas no estado de Mato Grosso do Sul. Esses fatores conduziram o primeiro grande aumento da produção, sendo registrada, em 1975, uma produção de 65.000 ovos por dia.

A partir de 1977, houve a construção de aviários individuais e a CAMVA passou a atender municípios do Mato Grosso. No início da década de 1980, registrou-se uma produção de 230.000 ovos por dia. Após 1980, as alterações nas relações de trabalho e de produção foram razões que levaram aos sucessivos aumentos da produção de ovos. Em 2018, houve um total de 850.000 ovos por dia.

Tabela 26 – Colônia Jamic
Evolução aproximada da produção de ovos de galinha (1965-2018)

Produto	1965	1975	1980	1985	1995	2006	2018
Ovos de galinha ¹	10.000	65.000	230.000	300.000	460.000	650.000	850.000

Legenda: ¹ Unidade por dia.

Fonte: CAMVA (2019).

No quadro 6, sintetizamos os principais eventos que foram responsáveis pela reorganização espacial das unidades de produção da Colônia, desde a expansão das vendas do Ovo CAMVA.

Quadro 6 – Colônia Jamic
Eventos responsáveis pela reorganização espacial das unidades de produção (1962-2018)

Períodos	Eventos
1962	Criação da CAMVA.
A partir de 1962	Criação de galinhas soltas em grupos de cinco famílias; Produção de hortaliças de forma individualizada nas unidades de produção; Produção destinada ao mercado local (municípios de Terenos e Campo Grande).
1968	Construção dos primeiros aviários coletivos.
1970	Inauguração do centro distribuidor em Campo Grande; A CAMVA passa a ampliar as vendas no estado de Mato Grosso do Sul.
A partir de 1975	Construção de aviários individuais; Especialização na produção de ovos; Produção de hortaliças apenas para o autoconsumo.
1977	A CAMVA passa a atender o estado de Mato Grosso; Inauguração da fábrica de rações.
1979	Inauguração do centro distribuidor em Rondonópolis, no Mato Grosso.
A partir de 1980	Ampliação do número de galpões nas unidades de produção; Algumas unidades passam a contratar mão de obra assalariada.
A partir de 2000	Inserção de processos mecanizados em alguns aviários.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

Com a expansão das vendas, foram adquiridas lojas que se tornaram centros distribuidores em Campo Grande e em Rondonópolis, no Mato Grosso. Em 1970, foi inaugurada a loja e centro distribuidor de Campo Grande. E, em 1979, foi fundado o entreposto de ovos em Rondonópolis. A CAMVA possui também uma fábrica de rações, construída em 1977, que tem capacidade de produzir 1.400 ton./mês de ração (fotos 29 e 30), localizada no mesmo espaço do escritório e da central de triagem de ovos (fotos 31 e 32). De acordo com informações do Diretor-Presidente da CAMVA, o objetivo é expandir as vendas em municípios não produtores de ovos, eliminando, assim, a possibilidade de concorrência com produtores locais.

Foto 29 – Município de Terenos
Fábrica de ração localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 30 – Município de Terenos
Espaço interno da fábrica de ração localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 31 – Município de Terenos
CAMVA, escritório e centro de triagem de ovos, localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 32 – Município de Terenos
CAMVA, espaço interno da central de triagem de ovos, localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

De acordo com Ischida (2010), a articulação das famílias *nikkeis* em cooperativas no Brasil tem colocado a produção delas em destaque no cenário nacional. Atualmente, a CAMVA recebe ovos de galinha e codorna dos cooperados. Os ovos de codorna começaram a ser produzidos a partir do ano de 2005. A Cooperativa possui 135 funcionários que atuam nas atividades de transporte de ovos, na central de triagem, na fábrica de rações e nos centros distribuidores. Para a distribuição de rações aos cooperados e transporte dos ovos ao mercado, e para a coleta dos ovos nas propriedades, a Cooperativa possui uma frota de 21 veículos, sendo 18 caminhões e três kombis.

A Cooperativa é responsável pelo transporte, acondicionamento e comercialização dos ovos no mercado, e também produz a ração que fornece aos associados. Os entrevistados afirmaram que o preço de comercialização do ovo no mercado é sazonal. Durante o ano, além da concorrência, alguns fatores influenciam no preço de mercado, como a maior procura, por exemplo. Em alguns períodos, a população consome mais ovo. Quando isso ocorre, o produto é comercializado por um preço maior. Outro aspecto que influencia no preço de venda são as principais matérias-primas para a produção da ração das aves, como o milho e a soja. Quando acontece o aumento do preço desses produtos, o preço do ovo também tende a subir no mercado. O preço do ovo repassado aos cooperados leva em consideração esses fatores. “Não há uma tabela fixa, do valor do ovo, varia muito de acordo com o mercado e a concorrência. O valor da ração também influencia, quando o milho e a soja sobem demais, o ovo também sobe no mercado” (Entrevista realizada em 10/12/2019).

Consideramos que a natureza do valor de uma mercadoria está na quantidade de “trabalho social” empregado em sua produção. Esse valor corresponde ao “preço natural” da mercadoria. “O preço do mercado apenas exprime a quantidade média de trabalho social necessária, nas condições médias de produção, para abastecer o mercado de uma certa quantidade de um artigo determinado” (MARX, 1988, p. 51). Porém, no mercado o preço de uma mercadoria nem sempre corresponde ao seu valor ou “preço natural”.

Para Marx (1988, p. 51), no mercado o preço de uma mercadoria está sujeito às flutuações momentâneas, como a oferta e a procura, que em determinado período podem exceder o valor da mercadoria e, em outros momentos, podem descer abaixo do valor da mercadoria. “Se a oferta e a procura se equilibram, os preços do mercado das mercadorias correspondem aos seus preços naturais, ou seja, aos seus valores determinados pelas quantidades de trabalho necessárias à sua produção”.

Dessa forma, Marx (1988) estabelece a diferença entre valor e preço. O “preço natural”, portanto, é a expressão monetária da quantidade de trabalho social empregado na produção de uma mercadoria. Já o preço de mercado corresponde a uma média de “trabalho social” empregado na mercadoria, considerando as flutuações do mercado que podem aumentar o “preço natural” da mercadoria ou reduzi-lo.

É importante destacar que o ovo não é produto somente do trabalho social, há uma teia de relações socioterritoriais que se articulam à avicultura de postura. E, além disso, por ser uma

atividade produtiva no campo, deve-se considerar o caráter da renda da terra, já que esta é um meio de produção, embora não seja capital¹⁰⁸ (MIZUSAKI, 2009).

Como já destacamos na introdução desta tese, a produção capitalista dá a partir da troca efetuada entre o capital e o trabalho, que ocorre no processo de realização da mercadoria. Nesse processo, o dinheiro, ao entrar no circuito de produção e comercialização, transforma-se em mercadoria, para depois se transformar em capital, ocorrendo, assim, a reprodução ampliada de capital (D-M-D'), que acontece por meio da exploração capitalista do trabalho assalariado, produzindo a *mais valia*, ou seja, o lucro do capitalista (MARX, 1988, 2017b).

Tomemos como exemplo o fiandeiro [...] para renovar diariamente sua força de trabalho, tem que criar um valor diário de 3 xelins, o que consegue com o trabalho diário de 6 horas [...] Ao pagar o valor diário ou semanal de sua força de trabalho... o capitalista adquiriu o direito de se servir durante todo o dia ou toda a semana. Fa-lo-á, portanto, trabalhar, digamos 12 horas por dia. Para além das 6 horas que lhe são necessárias para produzir o equivalente de seu salário, ou seja, do valor de sua força de trabalho, o fiandeiro deverá trabalhar mais 6 horas a que chamarei de *trabalho excedente*, o qual se realizará numa *mais valia* (MARX, 1988, p. 58, grifos do autor).

É nesta espécie de troca entre o capital e o trabalho que se baseia a produção capitalista, ou seja, o sistema de salário, e é precisamente essa espécie de troca que deve levar sempre o operário à reprodução enquanto operário e o capitalista enquanto capitalista (MARX, 1988, p. 59).

Vimos que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de “trabalho social” empregado em seu processo de produção. Uma parte dessa quantidade de trabalho é paga em forma de salário para o assalariado que participou do processo de produção, uma outra parcela é apropriada pelo capitalista em forma de lucro, esse é o trabalho não pago.

Já a circulação da produção camponesa ocorre a partir de uma produção mercantil simples M-D-M, nesse caso, a venda de um produto possibilita a compra de um outro produto. Os produtores da Colônia Jamic, ao entregarem seu produto para a Cooperativa, obtêm uma renda em dinheiro, mensal, que é utilizada para a reposição dos instrumentos e insumos de trabalho e para a compra de produtos que garantam a reprodução da família camponesa.

Segundo os entrevistados, a organização da produção e da circulação do produto por intermédio da atuação da Cooperativa é importante, pois muitos custos são reduzidos, pelo fato de que várias atividades são realizadas pela própria Cooperativa:

¹⁰⁸ Nos próximos itens deste capítulo demonstramos as relações envolvidas na avicultura de postura e o processo de apropriação da renda na Colônia Jamic.

Com a Cooperativa os custos para produzir são menores, a Cooperativa produz a ração e fornece para nós. O transporte e a venda do ovo também são realizados pela Cooperativa. Aqui a gente pensa só em produzir o ovo, o resto a Cooperativa faz (Entrevista realizada em 15/6/2018).

Ao final de cada mês, os produtores recebem da Cooperativa um balanço mensal, com a quantidade de ovos produzidos e a ração consumida. O cálculo da renda mensal bruta (RMB) da produção de ovos na unidade de produção leva em consideração a produção total de ovos (PTO). Dessa produção é subtraído o consumo de ração mensal (CR) e uma taxa mensal (TM) que o cooperado deve repassar à Cooperativa.

De acordo com os entrevistados, a taxa mensal repassada à Cooperativa também não é fixa, pois leva em conta a produção mensal de ovos encaminhados. Assim, a renda mensal bruta da produção de ovos nas unidades é calculada a partir da seguinte fórmula: $RMB = PTO - CR - TM$.

Nas unidades de produção, os gastos mensais com a produção de ovos consideram as características internas de cada unidade. Como veremos a seguir, as unidades de produção da Colônia apresentam diferenças em sua organização interna.

4.2 Terra de trabalho e morada

Shanin (2008) define o campesinato com um “modo de vida”. O modo de viver e de trabalhar na terra particulariza a unidade de produção camponesa. A terra camponesa (propriedade familiar) é utilizada para o trabalho e para a morada da família. O campesinato também é marcado pela sua grande flexibilidade de se adaptar às mais diversas situações socioeconômicas. É no encontro dessas características do campesinato que está centrada a natureza da economia familiar.

A flexibilidade camponesa permite o desenvolvimento de estratégias para permanecer na terra, reproduzindo-se social, econômica e culturalmente. Na Colônia Jamic, os camponeses adotaram várias táticas para a permanência na *terra de trabalho e morada*. Essas estratégias provocaram alterações nas relações de trabalho e produção, resultando em diferenças na organização espacial das unidades de produção, como veremos a seguir.

4.2.1 A dinâmica da organização interna das unidades de produção na Colônia Jamic

A Colônia Jamic é formada por 23 unidades de produção associadas à CAMVA. Segundo informação fornecida pelo presidente da CAMVA, em algumas unidades encontramos mais de um produtor associado¹⁰⁹. No total são 26 produtores associados à Cooperativa. Além das propriedades associadas, encontramos na Colônia grandes e médias propriedades capitalistas, cujas principais atividades são a pecuária, a soja e a suinocultura. Nesta pesquisa, como o nosso objetivo é analisar o processo de reprodução camponesa, realizamos nossas investigações partindo das unidades de produção associadas à CAMVA, tendo em vista as relações sociais desenvolvidas nelas ao longo do processo histórico de formação da Colônia e o caráter familiar da organização da produção dessas unidades.

Posto isso, identificamos que alguns produtores vinculados à CAMVA também possuem outras propriedades na Colônia, voltadas principalmente para a pecuária. A compra dessas propriedades aconteceu em decorrência dos processos de diferenciação social ocorridos entre as unidades de produção, considerando-se a organização interna das unidades, para atender as demandas do mercado conquistado pela Cooperativa.

As unidades de produção associadas à CAMVA possuem como atividade econômica a avicultura de postura (produção de ovos de galinha e codorna) voltada exclusivamente para atender à CAMVA e, em algumas unidades, também ocorre a produção de citrus (limão e ponkan).

No caso dos citrus, os produtores não trabalham diretamente na produção. Como é lavoura permanente, anualmente empresas e atravessadores de Campo Grande se deslocam até as unidades produtoras da Jamic para realizar a colheita dos frutos, não demandando, assim, a atuação de assalariados ou membros da família no processo de colheita dos frutos.

Segundo alguns produtores da Colônia Jamic, os citrus entram como forma de complementar a renda, não sendo uma atividade primordial para a família, pois em alguns anos, quando as condições climáticas não favorecem a produção, a renda dos citrus é pequena. Ela não chega a ser considerada uma atividade significativa no cálculo da família. No entanto, percebemos em algumas entrevistas que a renda do citrus, ao longo dos anos, têm contribuído para os investimentos na atividade da avicultura de postura.

¹⁰⁹ Em algumas unidades de produção, verificamos a constituição de uma sociedade familiar formada por pai e filho ou irmãos, que trabalham juntos. Porém, na Cooperativa, tem-se o registro de dois cooperados, que recebem individualmente a renda mensal da produção de ovos.

A vinculação do Ovo CAMVA ao mercado provocou profundas mudanças nas relações de trabalho e produção na Colônia Jamic, a partir dos anos de 1980. O crescimento populacional decorrente do processo de urbanização, desencadeou também um aumento na demanda por alimentos, estimulando os cooperados da CAMVA a ampliarem a produção com a construção de mais galpões, o que significou introduzir mudanças nas relações de trabalho, com a contratação de mão de obra assalariada em várias unidades de produção como complemento de trabalho familiar e, mais recentemente, mudanças técnicas, com a introdução de processos de mecanização em galpões.

Apesar dessas alterações nas relações de trabalho e produção, a família continua trabalhando na atividade e residindo na propriedade. Atualmente, encontramos na Colônia 21 unidades de produção que contratam assalariados para o processo produtivo e duas unidades onde a mão de obra utilizada é apenas a familiar.

Constatamos três características distintas, no que se referem às relações de trabalho e produção nas unidades de produção da Colônia. Esses aspectos interferem nas características produtivas das unidades. Na Colônia Jamic encontramos unidades de produção: não mecanizadas e que utilizam apenas a mão de obra familiar; não mecanizadas e que empregam mão de obra familiar e assalariada; e parcialmente mecanizadas que usam mão de obra familiar e assalariada.

Organizamos essas características no quadro 7 e as colocamos em três grupos distintos, denominados por nós de grupos A, B e C. O grupo A é representado pelas unidades de produção que não sofreram grandes alterações nas relações de trabalho ao longo dos anos; utiliza-se somente a mão de obra familiar e não ocorrem processos de mecanização. Já o B corresponde às unidades de produção que passaram a contratar mão de obra assalariada associada à familiar, sem processos de mecanização. Por sua vez, o C equivale às unidades que vivenciaram mais modificações nas relações de trabalho ao longo do tempo, é formado por unidades que empregam mão de obra assalariada associada à familiar e há processos de mecanização.

Quadro 7 – Colônia Jamic
Características das unidades de produção

Grupos	Características	Número de unidades
A	Unidades de produção não mecanizadas e que utilizam apenas a mão de obra familiar.	2
B	Unidades de produção não mecanizadas e que utilizam mão de obra familiar e assalariada.	12
C	Unidades de produção que possuem processos de mecanização e que utilizam mão de obra familiar e assalariada.	9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

A partir da identificação dos grupos A, B e C, expomos no quadro 8 a caracterização geral das unidades de produção entrevistadas. Verificamos que as unidades que contratam assalariados e possuem processos mecanizados são as que mais produzem ovos (grupo C).

No que tange à produção para o autoconsumo, observamos o predomínio das hortaliças sendo cultivadas em hortas domésticas. Durante as entrevistas, quando questionados sobre o motivo da contratação de assalariados para atuarem na produção de ovos, os produtores associam ao quantitativo de ovos produzidos na unidade de produção. Em famílias numerosas, que apresentam uma maior quantidade de pessoas no processo produtivo, o número de assalariados é menor.

[...] para manter um funcionário é necessário uma produção diária de pelo menos 4.000 ovos. Se a produção for pequena, não dá para contratar ninguém. A contratação ocorreu com o aumento da produção ou quando alguém da família deixa de trabalhar por algum motivo (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Nesse sentido, esse relato indica que a contratação acontece para suprir uma demanda de “braços” no processo produtivo, considerando a produtividade na unidade de produção. No item 4.1, vimos que a contratação de mão de obra realiza-se simultaneamente ao aumento da demanda pelo ovo no mercado, o que estimula os cooperados a ampliarem a produção, a partir da construção de mais galpões. Assim, a contratação dos assalariados ocorre, inicialmente, em decorrência do aumento da produtividade na unidade.

Quadro 8 – Colônia Jamic
Caracterização das unidades de produção

UP	N.º de membros da família	Grupo	Tamanho do sítio (ha)	Mão de obra utilizada no sítio	N.º de funcionários	N.º de galpões	Utilização de processos de mecanização	Algum membro da família trabalha em outro local	Produtos produzidos para o autoconsumo	Produtos produzidos para comercialização e quantidade produzida (dados aproximados)	Comercialização
1	6	A	25	Familiar	–	9	Não	Sim/Cooperativa	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (25.000 por dia)	CAMVA
2	5	A	27	Familiar	–	6	Não	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (15.000 por dia)	CAMVA
3	4	B	28	Familiar e assalariada	2	11	Não	Sim/Cooperativa	Hortaliças	Ovos de galinha (30.000 por dia)	CAMVA
4	3	B	51	Familiar e assalariada	3	11	Não	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (30.000 por dia)	CAMVA
5	2	B	26	Familiar e assalariada	2	10	Não	Não	Hortaliças	Ovos de codorna (31.500 por dia) limão (4.000 caixas ao ano); e ponkan (108.000 caixas ao ano)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
6	2	B	27	Familiar e assalariada	3	13	Não	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de codorna (48.000 por dia)	CAMVA
7	3	B	33	Familiar e assalariada	2	14	Não	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (37.000 por dia)	CAMVA
8	4	B	40	Familiar e assalariada	2	14	Não	Sim/Cooperativa	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (37.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
9	4	B	54	Familiar e assalariada	2	12	Não	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (31.000 por dia)	CAMVA
10	3	B	38	Familiar e assalariada	2	13	Não	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (33.000 por dia)	CAMVA
11	4	B	30	Familiar e assalariada	2	12	Não	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (30.000 por dia)	CAMVA

12	3	B	33	Familiar e assalariada	2	15	Não	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (40.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
13	2	B	44	Familiar e assalariada	1	12	Não	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (30.000 por dia)	CAMVA
14	3	B	34	Familiar e assalariada	3	15	Não	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (40.000 por dia); Empresas de Campo Grande (citrus)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
15	3	C	49	Familiar e assalariada	1	15	Sim	Sim/Cooperativa	Hortaliças	Ovos de galinha (40.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
16	4	C	60	Familiar e assalariada	1	15	Sim	Não	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (40.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA Empresas de Campo Grande (citrus)
17	3	C	44	Familiar e assalariada	1	15	Sim	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (39.000 por dia)	CAMVA
18	2	C	35	Familiar e assalariada	2	14	Sim	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (38.000 por dia)	CAMVA
19	4	C	35	Familiar e assalariada	1	15	Sim	Sim/Cooperativa	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (45.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA Empresas de Campo Grande (citrus)
20	3	C	40	Familiar e assalariada	1	15	Sim	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (40.000 por dia)	CAMVA
21	3	C	52	Familiar e assalariada	3	21	Sim	Sim/Cooperativa	Hortaliças e frutas	Ovos de galinha (60.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)

22	3	C	25	Familiar e assalariada	6	30	Sim	Não	Hortaliças e peixe	Ovos de galinha (83.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)
23	4	C	25	Familiar e assalariada	6	35	Sim	Não	Hortaliças	Ovos de galinha (120.000 por dia); citrus (não especificou a quantidade)	CAMVA; Empresas de Campo Grande (citrus)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

No caso da mecanização, todas as unidades mecanizadas também contrataram assalariados. Inicialmente, houve a contratação dos assalariados e, posteriormente, a inserção das máquinas. Em algumas unidades ocorre mecanização apenas para o abastecimento da ração, em outras usa-se também para a coleta dos ovos. As UPs 21, 22 e 23 são as que mais produzem ovos e as mais mecanizadas da Colônia, com máquinas para a coleta de ovos e para o abastecimento da ração dos galpões. A inserção da técnica permitiu a essas unidades uma produção ainda maior. Esse processo não foi neutro, pois implicou também na contratação de mais assalariados, como pode ser observado nas UPs 22 e 23, que possuem um número de assalariados maior do que o de membros da família trabalhando na atividade. Nas demais unidades de produção mecanizadas parcialmente, ocorre mecanização apenas para o abastecimento da ração, já a coleta dos ovos é realizada manualmente.

Na Colônia, em nove unidades de produção há processos de mecanização. Na maioria delas (seis unidades), a mecanização está apenas no abastecimento da ração. Na foto 33, ilustramos esse processo: na unidade, os tanques de ração são dispostos ao lado dos galpões e um sistema mecanizado abastece o galpão. Em três unidades, a mecanização serve para o abastecimento da ração e para a coleta dos ovos. Porém, verificamos que mesmo em unidades que apresentam mecanização nas duas atividades, encontramos galpões não mecanizados. Nessas unidades, a mecanização ocorre nos galpões que demandam mais mão de obra, ou seja, naqueles da fase de postura das aves, que além do abastecimento da ração ocorre a coleta dos ovos. Nas fotos 34 e 35, demonstramos o processo de mecanização para a coleta de ovos em unidade de produção da Colônia Jamic.

Foto 33 – Município de Terenos
Tanques de rações dispostos ao lado dos galpões em unidade de produção mecanizada da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 34 – Município de Terenos
Esteira rolante para a coleta dos ovos em unidade de produção da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 35 – Município de Terenos
Local de armazenamento dos ovos em unidade de produção mecanizada da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Notamos também que as demandas do trabalho da avicultura de postura não permitem à família diversificar os produtos para o autoconsumo. Com o aumento das vendas e da produção de ovos, a família passa a se dedicar à essa atividade, “não sobrando tempo” para produção de outros gêneros. Um dos entrevistados relata: “nós mantemos o citrus, porque não dá trabalho; a avicultura exige muito de nós, não tem sábado, domingo e feriado, a galinha bota todos os dias” (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Com a especialização na produção de ovos, que foi possível devido à conquista do mercado, a organização da unidade de produção e o trabalho camponês passam a ser regulados a partir das demandas do mercado capitalista. A CAMVA representou a autonomia produtiva na Colônia, porém esse processo também implicou na perda da autonomia na unidade, considerando o excesso de trabalho na avicultura de postura, a menor diversificação produtiva e a maior dependência do mercado.

No que se refere ao desenvolvimento do “trabalho acessório”, os gestores da CAMVA, além de auxiliarem nas atividades produtivas na unidade de produção, também atuam na Cooperativa. Como ela é organizada e administrada pelos próprios cooperados, o desenvolvimento de atividades lá é uma prática comum na Colônia. Esse fato também colabora para a contratação dos assalariados, tendo em vista o trabalho externo à unidade de produção por esses membros da família atuantes na Cooperativa.

Outro elemento de distinção entre as unidades de produção é o número de galpões. Naquelas que utilizam apenas a mão de obra familiar e não ocorre a contratação de assalariados, a quantidade de galpões é menor, se comparada às unidades que contratam assalariados. Já nas

que possuem mecanização, o total de galpões é ainda maior. Dessa forma, entendemos que os maiores dados produtivos, na atualidade, estão relacionados ao número de galpões, à contratação de assalariados e à mecanização de galpões.

Ao longo dos anos, para atender as demandas do mercado, a organização da Cooperativa provocou uma reorganização espacial nas unidades de produção com profundas mudanças nas relações de trabalho, que permitiram o aumento dos rendimentos e o investimento em implementações técnicas.

A categoria renda da terra é fundamental para compreendermos como o sistema capitalista de produção se desenvolve no campo, uma vez que seu crescimento se articula à relação existente entre a agricultura e a indústria. Assim, o capital tende a criar e recriar formas de sujeitar à sua lógica a renda da terra produzida no campo.

Para Marx (2017a, p. 679), a renda da terra é a maneira pela qual a propriedade fundiária se realiza economicamente. Nela reúnem-se e confrontam-se as três classes, “o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário fundiário”.

No capitalismo, quem detém o capital tem por objetivo a obtenção do lucro, que se dá a partir da exploração da *mais-valia* do trabalhador. A terra é apenas o meio de produção, não produz capital, mas renda. A terra atua como obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo, pois para sua exploração torna-se necessário o pagamento de uma renda ao proprietário. Nessa contradição temos as classes sociais distintas (proprietários de terra e capitalistas), que também podem estar unificados em uma só pessoa: esse sujeito se apropriará de toda renda e lucro produzidos.

De acordo com Oliveira (1990, 2007), a renda da terra é o produto do trabalho excedente, parcela do trabalho que o trabalhador entrega ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

Assim, a renda da terra é uma fração da *mais-valia*, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e específico da *mais-valia*. Para Karl Marx, *mais-valia* é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Ainda segundo Oliveira (1990, 2007), no modo de produção capitalista, a renda da terra pode resultar de diferentes formas. A renda da terra que decorre da concorrência é a “renda da

terra diferencial”, e a que se origina do monopólio é “renda da terra absoluta”. A “renda da terra diferencial” está diretamente relacionada ao caráter capitalista da produção e apresenta-se sob a forma de “renda diferencial I” e “renda diferencial II”. A renda diferencial I independe de capital aplicado, pois advém da diferença na fertilidade natural do solo e da localização da terra, ou seja, fatores naturais ou locacionais que influenciam na produção de renda. Já a “renda diferencial II”, é resultado do capital investido na terra que irá contribuir para a produção de renda.

A “renda da terra absoluta” provém da propriedade privada e da oposição existente entre os interesses do proprietário fundiário e os da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. O autor destaca que além dessas formas de renda, há a chamada “renda de monopólio”, que também é o lucro suplementar de um preço de monopólio, porém, de uma mercadoria específica, produzida em determinada fração do territorial, dotada de qualidades especiais.

Como já ressaltamos anteriormente, a unidade de produção camponesa segue uma lógica distinta da capitalista. Ao trabalhar na terra com sua família, o camponês tem por objetivo a produção para o autoconsumo e para a comercialização, cujo propósito é adquirir produtos e instrumentos não produzidos em sua unidade. Portanto, a produção camponesa é mercantil simples (M-D-M). O intuito deles é produzir renda, e não lucro.

Ao se expandir no campo, o capital pode subordinar relações não capitalistas ao seu processo de desenvolvimento. Assim, as relações camponesas de produção podem ser recriadas para atender o caráter de acumulação de capital. Enquanto a exploração do trabalhador assalariado garante a reprodução ampliada do capital a partir da produção da *mais-valia*, as relações estabelecidas entre capital e campesinato se configuram pela transferência da renda da terra camponesa, que pode ser em produto, em dinheiro ou em trabalho para o capitalista (OLIVEIRA, 2007).

[...] a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Como já mencionado na introdução desta tese, o capital industrial pode avançar no campo de diferentes modos. O capitalista industrial pode se apropriar da terra e explorá-la por meio de relações capitalistas de produção (“territorialização do capital no campo”) e implantar uma indústria na propriedade. Nesse cenário, o proprietário de terras, o capitalista industrial e o capitalista da agricultura estarão unificados em uma só pessoa. Uma outra maneira de expansão do capital industrial no campo, sem se apropriar da terra, é a “sujeição da renda da terra camponesa” (OLIVEIRA, 1981, 1990, 1992, 2007). Nesse caso, a produção camponesa fica subordinada ao capitalista industrial (“monopolização do território pelo capital”).

No tocante à produção camponesa da Colônia Jamic, é importante analisar a relação estabelecida entre os camponeses e a Cooperativa e outros agentes econômicos que também participam do processo de produção e circulação do Ovo CAMVA, como as empresas fornecedoras de matérias-primas e insumos e os responsáveis pela comercialização¹¹⁰.

Mizusaki (2009, p. 294) observou que o caráter da terra como meio de produção e geração de renda na avicultura apresenta especificidades, se comparada a outras atividades agrícolas. Para a autora, a terra entra como “suporte articulado”, pois, no caso da avicultura de postura, fatores naturais como a qualidade do solo não representam importância para a produção de ovos. E, como vimos, esse foi o principal fator que resultou no desenvolvimento da avicultura de postura da Colônia Jamic.

Na Colônia Jamic, no decorrer do tempo, tivemos uma série de eventos que permitiram aos produtores ampliar a produção. Assim, o que é produzido nessa atividade é resultado do capital mobilizado na construção dos galpões, na compra das aves geneticamente melhoradas e na compra de insumos necessários para a criação das aves. A introdução de novas tecnologias com a implementação da mecanização em galpões contribuiu ainda mais para o aumento da produtividade e da renda.

Porém, o capital aplicado na avicultura de postura não se tornou totalmente independente da terra. O comportamento econômico da avicultura de postura tem uma relação direta com a produção do milho e da soja, apesar de possuir um caráter distinto dessas produções. Portanto, mesmo que o pior solo seja incorporado à atividade produtiva e seja capaz de gerar renda excedente, não se pode isolar essa atividade de outras atividades agrícolas (MIZUSAKI, 2009).

Vimos que os três grupos identificados apresentam dados produtivos diferentes, considerando o número de galpões, as relações de trabalho e a implementação de técnica que

¹¹⁰ No item 4.2.2, analisamos o circuito de comercialização do Ovo CAMVA.

são fatores de diferenciação entre as unidades. Nos croquis 3, 4 e 5, ilustramos a organização espacial das UPs 1, 8 e 21, respectivamente, de acordo com os três grupos identificados na Colônia (grupos A, B e C). Os espaços presentes em todas as unidades de produção são a “casa da família”, os “galpões da avicultura”, o “local de armazenamento dos ovos” e a “horta”. Algumas unidades também produzem citrus. Em outras, além da “horta” para o autoconsumo da família, também encontramos o “pomar”, onde ocorre a plantação de alguns frutos destinados ao autoconsumo da família.

No croqui 3, demonstramos a organização espacial de uma unidade de produção pertencente ao grupo A. Nessa unidade, a mão de obra utilizada na avicultura de postura é apenas a familiar e não ocorreram processos de mecanização. Verificamos que os espaços presentes nas unidades com essas características são: a “casa da família”, os “galpões da avicultura”, o “local de armazenamento dos ovos” e a “horta/pomar”. Próximo aos galpões, encontramos tanques para o acondicionamento das rações, separadas de acordo com as fases de desenvolvimento das aves, para facilitar o abastecimento do produto.

O “local de armazenamento dos ovos” fica próximo da estrada de acesso à unidade de produção, para facilitar a coleta de ovos por parte da Cooperativa. No final do dia, o caminhão da CAMVA percorre as unidades de produção, coletando os ovos que são encaminhados até a central de triagem, localizada na própria Colônia.

Croqui 3 – Colônia Jamic
Organização espacial em unidade de produção não mecanizada e que utiliza apenas a mão de obra familiar



Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

Nessa unidade de produção, seis membros da família estão envolvidos na atividade da avicultura de postura. Esse aviário é formado por nove galpões e produz diariamente 25.000 ovos. Nesse caso, a família camponesa opta por manter uma produtividade que garante a reposição dos materiais e insumos necessários à reprodução da família, utilizando-se apenas da intensificação do trabalho familiar.

Aqui não precisa contratar ninguém, tem bastante gente pra trabalhar, a gente trabalha bastante, mas dá conta sim... quando o pessoal foi investindo na mecanização, até ficamos com vontade também, mas eles já tinham vários galpões, então a produção deles já era bem maior... aí ficou mais fácil investir (Entrevista realizada em 29/9/2018).

Percebe-se no relato que a manutenção dessa produtividade é uma opção da família, sendo que para aumentá-la seriam necessários investimentos em mais galpões ou em processos de mecanização. Nesse caso, mantém-se uma produtividade que os membros da família conseguem atuar, sem a necessidade de contratação de mão de obra assalariada.

No croqui 4, ilustramos a organização espacial de uma unidade de produção pertencente ao grupo B. Nela encontramos todos os elementos mostrados no croqui 3, porém, como ocorre a contratação de assalariados associada à mão de obra familiar, nessa unidade está presente também o espaço da “casa dos funcionários”. Em todas as unidades de produção que contratam assalariados, os funcionários moram na propriedade.

A unidade possui quatro membros da família envolvidos com as atividades da avicultura de postura e utiliza-se da mão de obra de dois assalariados, e conta com uma produção diária de 37.000 ovos, em 14 galpões não mecanizados. O maior número de galpões nessa unidade faz com que a família precise complementar a mão de obra familiar com a contratação dos funcionários.

A gente produz uma média de 37.000 ovos por dia, só a gente não ia dar conta não, por isso a gente contrata os assalariados... a gente começou a contratar quando construímos esses galpões aqui, aí percebemos que só a gente, ia ficar complicado... mas a gente trabalha também, se a gente não trabalhasse tinha que ter mais funcionário, e aí não dá pra manter não (Entrevista realizada em 30/8/2018).

Observamos no depoimento que a contratação ocorre para suprir a demanda do trabalho, considerando o número de galpões. Na unidade de produção representada no croqui 3, a quantidade de galpões e a presença de vários membros da família permite a utilização apenas da mão de obra familiar. No caso da unidade ilustrada no croqui 4, o maior número de galpões e um menor número total de membros da família torna necessária a complementação com os assalariados.

Croqui 4 – Colônia Jamic
 Organização espacial em unidade de produção não mecanizada e que utiliza mão de obra familiar e assalariada



Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

Outro elemento de distinção entre essas duas unidades de produção é a presença do citrus. Como já pontuado anteriormente, o citrus entra como renda complementar. Em alguns relatos foi possível identificar que isso pode funcionar como um mecanismo de reserva¹¹¹. Quando a renda do citrus é significativa, ela pode contribuir para a realização de investimentos na propriedade: “[...] quando a venda dos citrus rende bem, mais o que a gente lucra com a venda dos ovos, a gente consegue investir nas granjas” (Entrevista realizada em 30/8/2018). Entendemos que o citrus também é um elemento de diferenciação entre as unidades de produção, podendo ocorrer a transferência de renda da citricultura para a avicultura de postura,

¹¹¹ No capítulo 3, vimos o caso de camponeses da Colônia Pulador que possuem algumas cabeças de gado, vendidas anualmente. A renda do gado não chega a ser contabilizada, mas funciona como um mecanismo de reserva para adquirir produtos que o movimento mensal da renda camponesa não seria capaz de produzir.

a partir de investimentos na construção dos galpões e, posteriormente, a inserção de processos mecanizados.

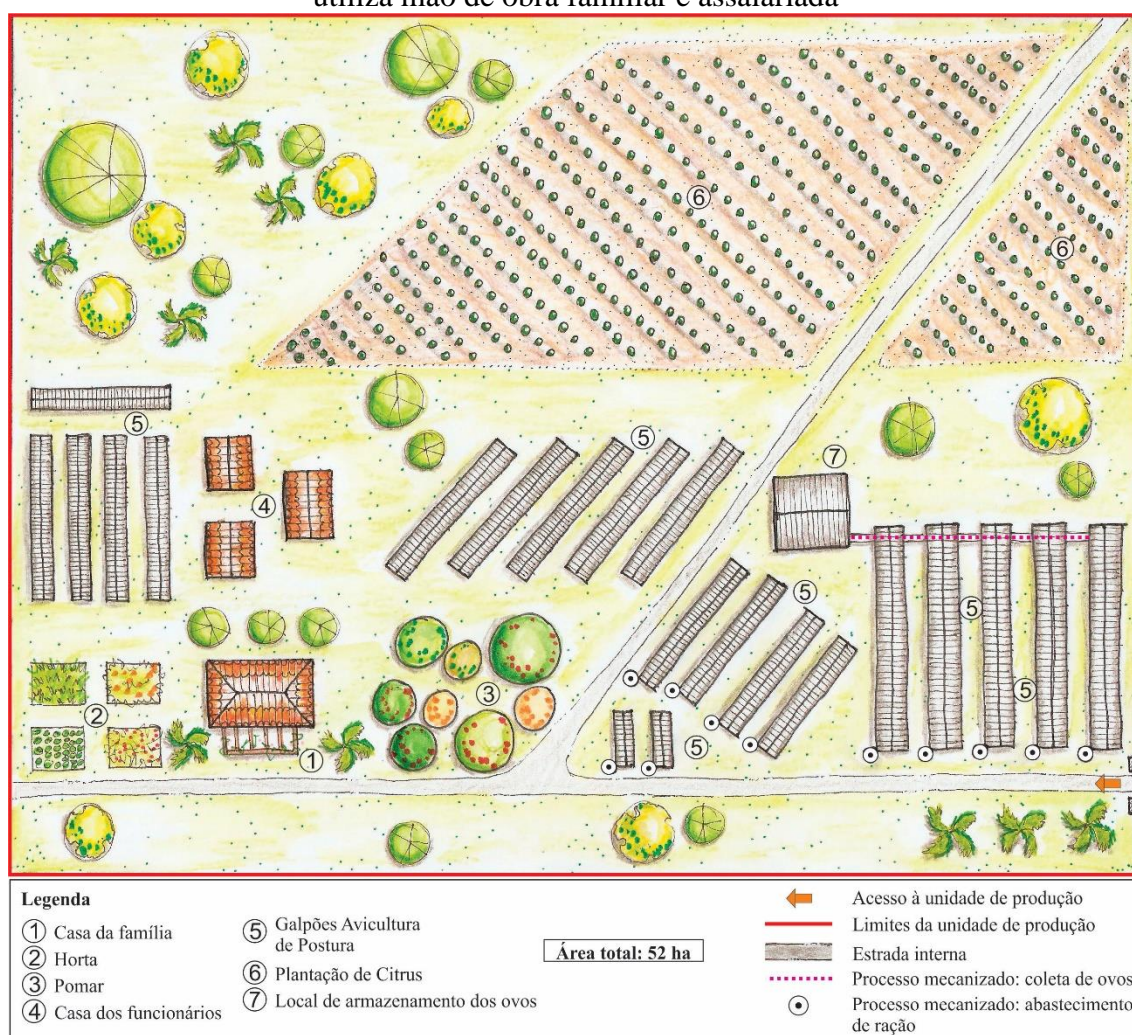
No croqui 5, ilustramos a organização espacial de uma unidade de produção que possui processos de mecanização em alguns galpões e faz uso do trabalho de assalariados (grupo C). Na unidade, os ovos são coletados por um sistema mecanizado: esteiras rolantes encaminham os ovos até o “local de armazenamento dos ovos”. No local, os ovos são acondicionados manualmente em bandejas que são organizadas em paletes, para a coleta realizada pela Cooperativa. Nesse aviário, o abastecimento de ração de alguns galpões também é feito por meio de um sistema mecanizado.

Nessa unidade, três membros da família estão envolvidos nas atividades e ocorreu a contratação de três funcionários. A produtividade diária é de 60.000 ovos, a unidade possui 21 galpões, 11 com mecanização. Verificamos uma relação existente entre o número de assalariados e a mecanização dos processos produtivos:

Se o aviário não fosse mecanizado era necessário pelo menos mais uns 5 funcionários aqui. E o processo é bem mais rápido, hoje realizamos a coleta pela esteira apenas no período da manhã, no período da tarde não tem coleta, assim o trabalho não fica cansativo, repetitivo... hoje nós temos 03 funcionários, todos moram aqui, não pagam aluguel, nem luz... podem comer ovo à vontade...podem plantar o que quiser para comer (Entrevista realizada em 24/8/2018).

Percebemos nas entrevistas que as unidades que possuem processos de mecanização nas duas atividades (abastecimento de ração e coleta dos ovos), o uso de máquinas foi implementado, inicialmente, apenas para o abastecimento da ração e, em um segundo momento, ocorre a inserção da mecanização para a coleta dos ovos. “Primeiro a gente mecanizou esses galpões aqui, só para o abastecimento da ração, depois de uns oitos anos que a gente colocou as esteiras para a coleta do ovo também” (Entrevista realizada em 24/08/2018). O relato demonstrou que os investimentos iniciais na mecanização para o abastecimento da ração permitiram, ao longo dos anos, o aumento nos rendimentos e o investimento em novos processos de mecanização.

Croqui 5 – Colônia Jamic
 Organização espacial em unidade de produção que possui processos de mecanização e que utiliza mão de obra familiar e assalariada



Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

Notamos que o número de pessoas que atuam no processo produtivo é o mesmo nos três exemplos apresentados. Esse fato evidencia uma relação direta entre a mão de obra familiar disponível e a contratação de assalariados, considerando os fatores número de galpões e mecanização que, como vimos, são os elementos que influenciam de forma direta na produtividade de cada unidade e permitiram a reestruturação produtiva na Colônia ao longo dos anos, tendo em vista a atuação da CAMVA no processo de produção e circulação do Ovo CAMVA, como veremos a seguir.

4.2.2 Circuitos longos de comercialização e a apropriação camponesa na Colônia Jamic

A autonomia produtiva é um dos elementos fundamentais no processo de reprodução camponesa (PLOEG, 2008). Para o autor, uma unidade de produção camponesa deve ter uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, com o objetivo de garantir a reprodução do grupo social sem riscos. Essa autonomia envolve a capacidade dos produtores camponeses de participarem de decisões nos processos de comercialização e beneficiamento dos produtos do campesinato.

No Brasil, o processo de comercialização dos produtos do campesinato pode ser realizado com uma maior autonomia para os produtores quando ocorre a comercialização direta, ou seja, a participação do produtor em circuitos curtos de comercialização. Nesse circuito, tem-se uma participação nula ou reduzida do número de intermediários entre produtor e consumidor. Como já apresentamos no capítulo 3 desta tese, na maioria dos estudos admite-se até um intermediário entre o produtor e o consumidor para caracterizar o circuito curto de comercialização. Assim, o camponês vende diretamente seu produto no mercado, permitindo a produção de renda, elemento importante para o desenvolvimento da autonomia na unidade de produção.

Quando o processo de comercialização e beneficiamento do produto do campesinato é realizado por empresas capitalistas, ocorre a “sujeição da renda da terra ao capital”, a partir da “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 1981, 1990, 1992, 2007). O campesinato transfere parte de sua renda para a companhia capitalista. Nesse caso, podemos considerar que ocorre a participação em um circuito longo de comercialização e a perda relativa da autonomia camponesa. Verifica-se nesse circuito a presença de vários agentes no processo de produção e circulação do produto do campesinato, e a renda camponesa fica subordinada à circulação do produto no mercado.

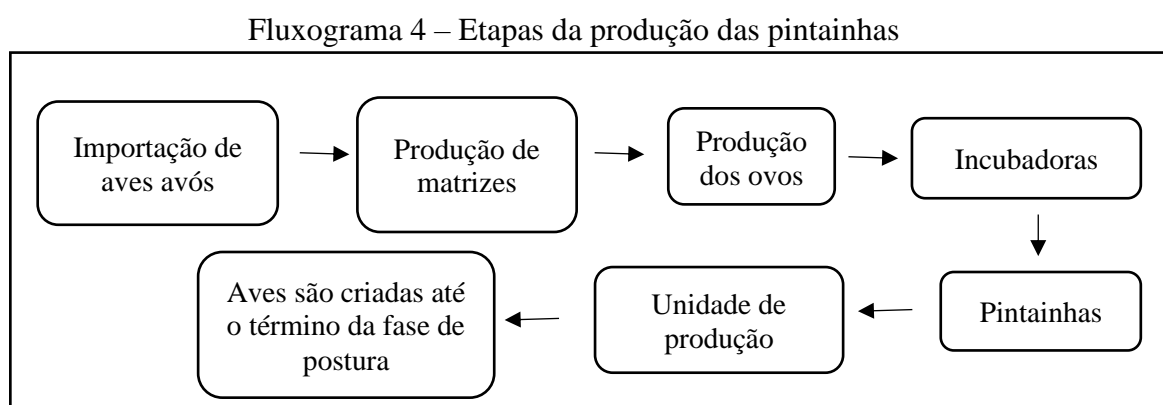
Castillo e Frederico (2010, p. 462-463) fazem uma reflexão sobre o conceito de “circuitos espaciais produtivos”. Com a expansão do capital industrial sobre o campo, o local da produção se torna cada vez mais distante do espaço do consumo, o que faz “da circulação uma prioridade e um campo de atuação estratégica de Estados e empresas”. A implantação de uma base técnica para a agricultura e a normatização da produção são desdobramentos desse processo. Vários agentes passam a se envolver na produção e circulação dos produtos, tais como: produtores (camponeses ou capitalistas); Estado; instituições e agentes financeiros nacionais e internacionais, entre outros. Cada um deles participa do circuito espacial produtivo

de forma hierarquizada. Aqueles que controlam a circulação detêm o poder e a produção, que fica totalmente subordinada à circulação.

Na Colônia Jamic, entendemos que o processo de produção e circulação do Ovo CAMVA é realizado a partir de um circuito longo de comercialização, considerando os agentes envolvidos no processo e o caminho percorrido até chegar ao consumidor. Para compreendermos as particularidades do processo de produção e circulação do Ovo CAMVA, é necessário identificar os agentes envolvidos nesse processo e como se dá a apropriação da renda camponesa mediante as características desse circuito.

Nas unidades de produção da Colônia Jamic, as atividades da produção de ovos estão sistematizadas em três fases distintas (cria, recria e postura). Essas etapas caracterizam a estrutura de organização produtiva da unidade que é composta por galpões, de acordo com cada estágio de desenvolvimento das aves. A principal diferença entre os galpões está na utilização ou não da mecanização em algumas linhas de produção do aviário.

A produção de ovos na Colônia Jamic inicia-se com a compra das pintainhas. As matrizes que darão origem às pintainhas são produzidas por empresas especializadas no Brasil, a partir de um processo de melhoramento genético. Essas companhias importam aves avós que serão cruzadas para gerar as matrizes, as quais geram os ovos que se destinam aos incubatórios onde nascem as pintainhas. Os produtores adquirem as pintainhas dos centros de incubação. Na unidade, as aves são criadas até o término da fase de postura. No fluxograma 4, ilustramos as etapas da produção das pintainhas.



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as entrevistas, identificamos seis empresas fornecedoras de pintainhas para os produtores da Colônia Jamic. A diferença entre elas está na linhagem de cada raça de pintainha, sendo que cada uma fornece uma linhagem diferente. O cooperado escolhe a linhagem e faz o pedido na Cooperativa, que realiza diretamente os pedidos, pois consegue um

preço melhor do que a compra direta entre o produtor e a companhia fornecedora. Consoante os produtores, o preço da pintainha é o mesmo entre as instituições, o que acaba por caracterizar um oligopólio do preço das aves, comandado por empresas nacionais e estrangeiras instaladas no Brasil, especializadas em melhoramento genético de aves. Cada pintainha custa, atualmente, R\$2,74. No quadro 9, relacionamos as empresas fornecedoras de pintainhas aos produtores da Colônia Jamic, de acordo com a linhagem fornecida por cada uma, o estado de origem da companhia e o país de origem das aves avós.

Quadro 9 – Colônia Jamic
Empresas fornecedoras de pintainhas

Empresas	Linhagem	Estado de origem	Preço por pintainha (R\$)	País de origem das aves avós
Planalto Postura	Lohmann NA	Minas Gerais	2,74	Alemanha
H & N	H & N	São Paulo	2,74	Estados Unidos
Hendrix	Dekalb	São Paulo	2,74	Holanda
Mercoaves	Bovans	Rio Grande do Sul	2,74	Holanda
Hisex	Hisex	São Paulo	2,74	Holanda
HY-Line	HY-Line	São Paulo	2,74	Estados Unidos

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

A partir dos anos de 1960, diversas linhagens de aves disseminaram-se no mercado internacional, via multinacionais, empresas nacionais representantes das linhagens e companhias integradoras que produzem seus próprios produtos e ofertam no mercado a linhagem representada (EMBRAPA, 2020b). No Brasil, a expansão da avicultura de corte e postura se deu por via total de dependência de empresas estrangeiras especializadas em melhoramento genético. Das instituições fornecedoras de pintainhas aos produtores da Colônia Jamic, a Planalto Postura e a Mercoaves são nacionais e trabalham no sistema de integração, representando as linhagens Lohmann NA e Bovans, respectivamente, conforme indicado no quadro 9. As demais corporações são multinacionais instaladas no Brasil.

As pintainhas chegam na unidade de produção com um dia de vida e são acondicionadas em um galpão que possui aquecimento. Nesse local, as aves devem permanecer por aproximadamente 45 dias. Essa etapa é denominada pelos produtores como a fase de cria. Os galpões que receberão as pintainhas devem ser higienizados, com o objetivo de eliminar insetos e outros animais nocivos à saúde das aves. As fotos 36 e 37 mostram pintainhas chegando no aviário e o seu acondicionamento em galpões com aquecimento.

O aquecimento tem como finalidade manter a temperatura corporal das pintainhas, devendo ser mantida no interior do pinteiro uma temperatura variando entre 28° e 32° C, na

primeira semana, e entre 26° e 28° C, na segunda semana. Esse é o período em que as aves estão mais frágeis e em processo de adaptação.

Foto 36 – Município de Terenos
Pintainhas com um dia de vida chegando em unidade de produção da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 37 – Município de Terenos
Acondicionamento das pintainhas em galpão com aquecimento, fase de cria, em aviário da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Entre o 7° e o 10° dia de vida, as pintainhas devem passar pela primeira debicagem: um processo cirúrgico de corte e cauterização do bico da ave. Segundo os produtores, é uma das práticas mais importantes realizadas no aviário. Quando executada corretamente, a debicagem evita que ocorram desperdícios de ração, incidência de canibalismo e a perda de ovos por

bicagem. Por ser um procedimento cirúrgico, na Colônia Jamic, essa intervenção é acompanhada pela médica veterinária da Cooperativa. O processo de debicagem, além de extremamente doloroso, é outra ação humana de interferência direta na natureza da ave, pois práticas naturais, como o canibalismo e a bicagem de ovos¹¹², são interrompidas pelo procedimento com o objetivo principal de aumentar a produtividade no setor e reduzir custos de produção.

Após 45 dias em galpão com aquecimento, as aves são deslocadas para outro galpão. Nessa próxima fase, não será mais necessário o aquecimento. Nesse local, as aves permanecem por aproximadamente 55 dias. Essa etapa é a denominada pelos produtores de recria (foto 38).

Foto 38 – Município de Terenos
Galpão da fase de recria em aviário da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Antes do deslocamento das pintainhas para o galpão da fase recria, esses locais que receberão as aves devem ser limpos e higienizados, bem como os bebedouros e os comedouros. Após aproximadamente 40 dias de vida, as aves na fase de recria passam pela redebicagem, que consiste em uma nova debicagem. Para auxiliar na execução desse serviço, contrata-se um diarista que, de acordo com os entrevistados, possui experiência na atividade. Na foto 39, ilustramos o procedimento de redebicagem em uma unidade de produção da Colônia Jamic.

Ao longo das etapas de desenvolvimento das pintainhas, os produtores também devem cumprir um calendário de vacinação. Ao todo, são sete vacinas aplicadas entre o 1º e o 135º dia de vida do animal. A compra das vacinas também é realizada por intermédio da Cooperativa,

¹¹² A bicagem de ovos e o canibalismo são práticas consideradas naturais na avicultura, porém, consoante a Embrapa (2020), ocorrem com maior frequência em sistemas intensivos.

que consegue um preço mais baixo no mercado, considerando a quantidade de imunizantes adquiridos. Segundo depoimentos, para a vacinação das aves também ocorre a contratação de diarista que possui experiência nesse tipo de procedimento.

Foto 39 – Município de Terenos
Procedimento de redebicagem em aviário da Colônia Jamic



Fonte: Pelo cooperativismo... (2018).

Após os 55 dias no galpão de recria, totalizando aproximadamente 100 dias de vida, as aves estão preparadas para a última etapa: a fase de postura (fotos 40 e 41). Os animais são deslocados para os galpões de postura, onde se inicia a fase da produção de ovos. Nesse estágio, os galpões também devem ser limpos e higienizados para receber as aves, assim como os comedouros e bebedouros. Nesses locais, elas permanecem por dois anos aproximadamente.

Foto 40 – Município de Terenos
Galpão da fase de postura em aviário da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 41 – Município de Terenos
Galpão da fase de postura em aviário da Colônia Jamic



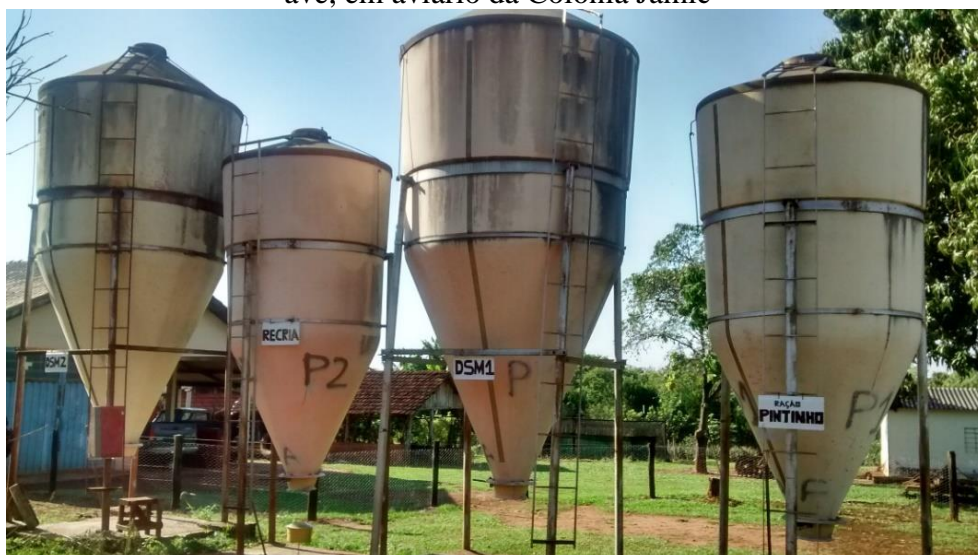
Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Com cerca de dois anos de postura, as aves começam a produzir ovos com a casca mais fina. Com isso, os produtores se organizam para o processo de descarte dos animais. O produtor entra em contato com um frigorífico, localizado no município de Rancharia, em São Paulo, que fica encarregado pelo transporte das aves. Após autorização da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), com a verificação das exigências de vacinas e exames de sanidade nas aves, o lote é descartado. Conforme relatos, a empresa paga entre R\$0,55 e R\$0,66 por ave de descarte.

Após os dois anos de postura a galinha começa a produzir ovo com a casca muito fina, quebra muito fácil, aí já não compensa o gasto com a ração. A gente entra em contato com um frigorífico lá de São Paulo, é o mesmo que compra de todo o pessoal por aqui. Eles pagam uma média de R\$0,60 por galinha (Entrevista realizada em 30/8/2018).

Para cada uma dessas fases de desenvolvimento (cria, recria e postura), as aves recebem rações adequadas, que são produzidas e fornecidas pela Cooperativa. Nas unidades de produção não mecanizadas, o produtor acondiciona as rações em tanques com identificação para facilitar o abastecimento diário das granjas¹¹³ (foto 42).

Foto 42 – Município de Terenos
Tanques para o acondicionamento de rações, de acordo com cada fase de desenvolvimento da ave, em aviário da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

O preço que o cooperado paga pela ração depende do estágio de desenvolvimento da ave. A quantidade total de ração consumida é calculada mensalmente. No quadro 10, relacionamos os valores por quilo de ração, considerando as etapas de crescimento dos animais. Os entrevistados relataram que a Cooperativa fornece a ração a preço de custo.

¹¹³ Nos croquis 3 e 4, ilustramos unidades de produção com essa característica.

Quadro 10 – Colônia Jamic
Rações de acordo com as fases de desenvolvimento das aves

Tipo de Ração	Período	Consumo de ração (g/ave/dia, em média)	R\$/kg*
Cria	1 – 45 dias	29	1,04
Recria	46 – 105 dias	63	0,95
Pré-postura	106 dias – primeiro ovo	82	0,87
Postura 1 fase	Primeiro ovo – 44 semanas	88	0,87
Postura 2 fase	45 – 68 semanas	89	0,85
Postura 3 fase	69 – 79 semanas	90	0,83
Postura 4 fase	A partir de 80 semanas	95	0,81
Codorna	Inicial	12	1,10
Codorna	Postura	40	0,94

Legenda: * A partir de 19 jan. 2019.

Fonte: CAMVA (2019).

As principais matérias-primas para a produção da ração são o milho (entre 50 e 70% da composição total), o farelo de soja (entre 15 e 25%) e a farinha de carne e osso (5%). Segundo a CAMVA (2019), as empresas fornecedoras de matéria-prima para a ração são de Mato Grosso do Sul. Como apresentamos no capítulo 1, a contar da década de 1970, o estado se torna um grande produtor de milho e soja. Além disso, no estado também encontramos vários frigoríficos que são as companhias que fornecem a matéria-prima para produzir a farinha de carne e osso.

A produção diária de ovos é organizada em paletes, “no local de armazenamento dos ovos” (foto 43), e, no final do dia, os caminhões da Cooperativa recolhem os ovos que são encaminhados à central de triagem que fica na sede da CAMVA, localizada na Colônia.

Foto 43 – Município de Terenos
Paletes utilizados para o acondicionamento de ovos em unidade de produção da Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Ao chegar na central de triagem, os ovos passam por uma série de etapas antes de serem destinados às centrais distribuidoras. Inicialmente, eles são organizados e separados por unidade de produção, antes de iniciar os processos de triagem (fotos 44 e 45).

Foto 44 – Município de Terenos
Caminhão com ovos de unidades produtoras da Colônia Jamic chegando à central de triagem da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 45 – Município de Terenos
Organização dos ovos, antes do processo de triagem, na central de triagem da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Após a retirada dos ovos do caminhão e a devida organização na central, iniciam-se os processos de triagem. Os ovos passam por uma primeira linha de produção (foto 46), na qual

ocorre a separação dos quebrados. Aqueles que não apresentam sinais de quebra serão pesados e separados por peso. Na sequência, eles são encaminhados para um processo de lavagem.

Foto 46 – Município de Terenos
Pesagem e separação de ovos quebrados, em linha de produção na central de triagem da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Os ovos quebrados ou trincados são encaminhados para o setor de produção de ovo líquido (foto 47). Nesse local ocorre a separação da casca e da parte líquida do ovo (gemas e claras) que é acondicionada em embalagens plásticas (foto 48). O ovo líquido é congelado e destinado a indústrias que produzem massas¹¹⁴.

Os ovos que não apresentam sinais de quebra são encaminhados para a ovoscopia (foto 49): um processo que utiliza lâminas de luz para examinar os ovos internamente. Na sequência, os ovos passam novamente pela pesagem e são encaminhados para esteiras rolantes para o acondicionamento (foto 50) em embalagens com capacidade para 12 ovos ou para 30 ovos. Essas embalagens são guardadas em caixas maiores para seguir para os centros distribuidores (fotos 51 e 52) que encaminham para os supermercados. As fotos 53 e 54 ilustram caixas de Ovos CAMVA em estabelecimentos comerciais de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

¹¹⁴ De acordo com o presidente da CAMVA, o ovo líquido é encaminhado a indústrias produtoras de massas localizadas nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Foto 47 – Município de Terenos
Produção de ovo líquido em setor de produção da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 48 – Município de Terenos
Ovo líquido embalado em setor de produção da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 49 – Município de Terenos
Linha de produção da ovoscopia em setor de produção da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 50 – Município de Terenos
Esteira rolante em linha de produção da CAMVA



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 51 – Município de Terenos
Organização dos ovos em caixas para encaminhamento aos centros distribuidores



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 52 – Município de Terenos
Carregamento de ovos para encaminhamento aos centros distribuidores



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 53 – Município de Campo Grande
Caixas com capacidade para 12 Ovos CAMVA, dispostas em supermercado atacadista



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Foto 54 – Município de Campo Grande
Bandejas com capacidade para 30 Ovos CAMVA, dispostas em supermercado atacadista



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

A partir de 2005, a Cooperativa também começou a receber dos cooperados ovos de codorna (foto 55). A Colônia possui dois produtores desse tipo de ovos. Os ovos de codorna, diferentemente dos de galinha, já chegam na central de triagem nas embalagens. A Cooperativa apenas insere o lacre nas caixas antes de encaminhar para os centros distribuidores.

Foto 55 – Município de Campo Grande
Caixas com capacidade para 30 Ovos de codorna CAMVA, dispostas em supermercado
atacadista



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

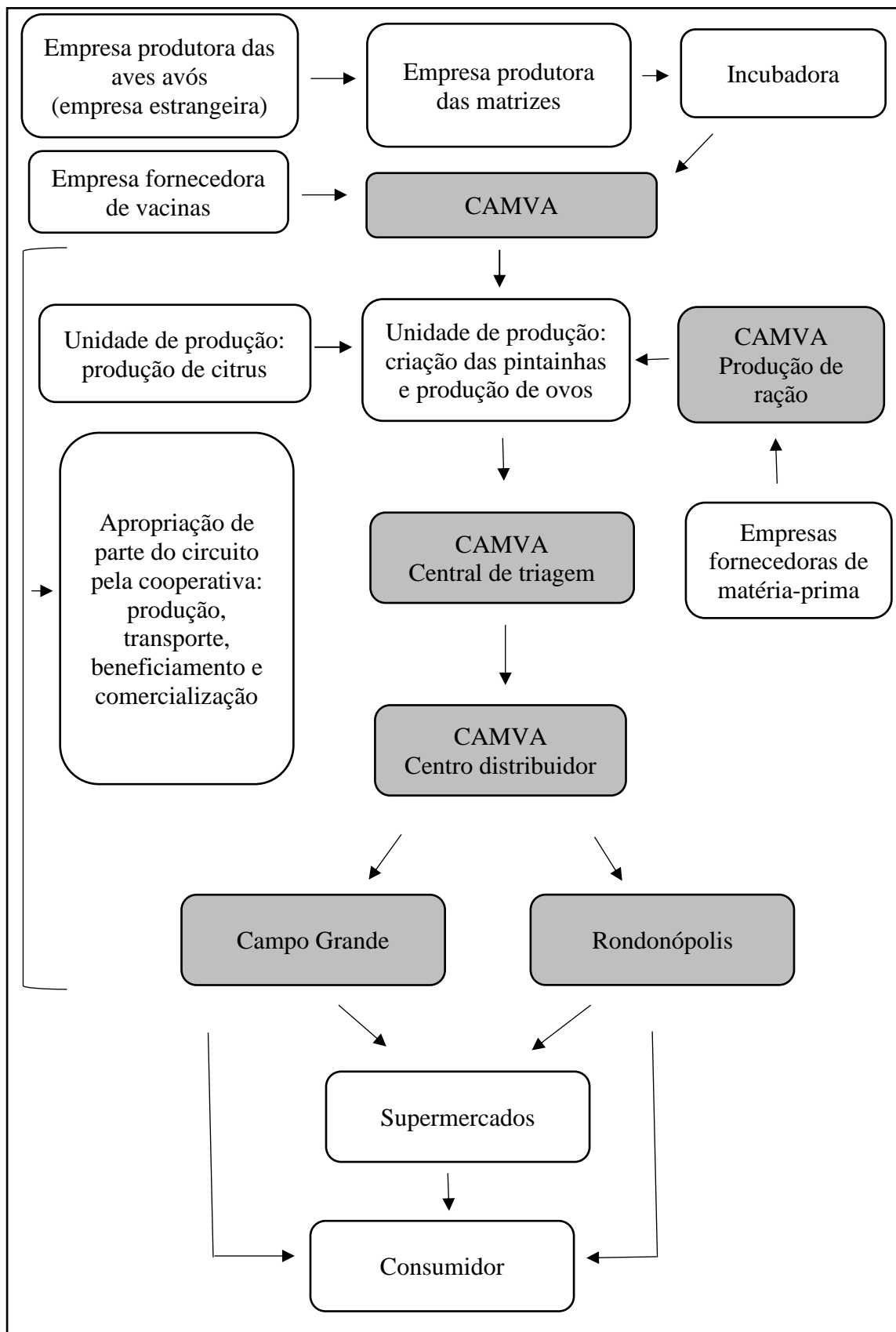
Atualmente, os produtores da CAMVA produzem cerca de 850 mil ovos de galinha por dia e 90 mil ovos de codorna. Como apresentamos no item 4.1, a produção da Cooperativa atende municípios dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso¹¹⁵.

Os ovos saem da central de triagem, localizada na Colônia Jamic e seguem para as centrais distribuidoras de Campo Grande e Rondonópolis. Em seguida, os ovos são encaminhados para o comércio dos municípios atendidos. Os centros distribuidores também funcionam como comércios, dessa forma, o consumidor pode adquirir o Ovo CAMVA diretamente no centro distribuidor. No fluxograma 5, ilustramos os agentes envolvidos no circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA.

A montante do circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA, temos a atuação das empresas responsáveis pelas matérias-primas da produção de ovos, as companhias fornecedoras das pintainhas e as empresas que fornecem as vacinas que devem ser aplicadas a partir de um calendário definido pela IAGRO. Observamos em nossa pesquisa que tanto a comercialização de pintainhas como a de vacinas ocorrem por intermédio da CAMVA, na tentativa de obter um preço mais baixo para os produtores.

¹¹⁵ Ver mercado consumidor do Ovo CAMVA (figura 10).

Fluxograma 5 – Colônia Jamic
Agentes envolvidos no circuito de produção e comercialização do ovo CAMVA



Fonte: Elaborado pela autora.

Na unidade de produção, as aves são criadas com rações específicas para cada fase de desenvolvimento e são produzidas e fornecidas pela Cooperativa. No processo de produção das rações também atuam empresas fornecedoras da matéria-prima, como a soja e o milho, que se apresentam como principais componentes do alimento das aves.

À jusante do circuito de produção e de comercialização do Ovo CAMVA, temos a atuação da CAMVA nos processos de transporte, beneficiamento e comercialização dos ovos no mercado. Portanto, o trabalho da Cooperativa se dá tanto a montante do circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA, a partir da intermediação nos processos de compra de pintainhas, vacinas e a produção da ração, como a jusante do circuito, a partir do beneficiamento, transporte e comercialização do ovo.

Considerando as características do circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA, entendemos que a atuação da CAMVA em parte do circuito possibilita maior autonomia produtiva na Colônia, reduzindo o número de agentes que interferem no circuito de produção e na comercialização do ovo no mercado.

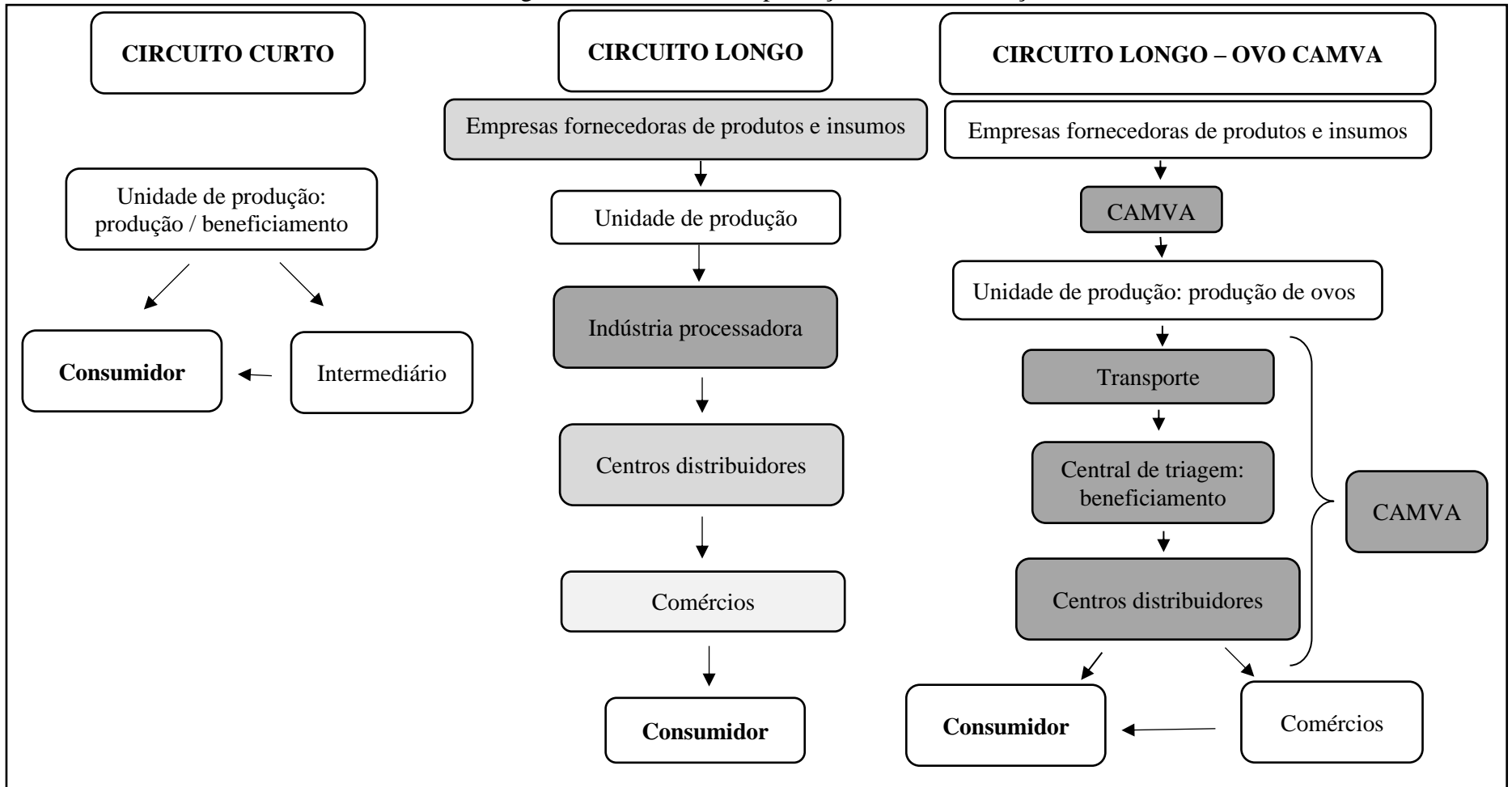
Dessa forma, notamos que o processo de produção e circulação do Ovo CAMVA ocorre a partir de um circuito longo de comercialização, porém, parte desse *circuito é apropriado pela CAMVA*, como ilustramos no fluxograma 5. Como a Cooperativa é gerida e organizada pelos próprios produtores, identificamos nesse processo a *apropriação camponesa da renda* produzida na avicultura de postura na Colônia Jamic.

O que temos observado até então é que a presença de vários agentes no processo de produção e circulação do produto do campesinato faz com que ocorra a “apropriação da renda camponesa” por parte desses agentes, o que também caracteriza a participação em um circuito longo de comercialização. No fluxograma 6, estabelecemos uma comparação entre os circuitos de comercialização, curto e longo e o circuito de comercialização do Ovo CAMVA.

Como analisamos no capítulo 3, na Colônia Pulador a participação camponesa em circuitos curtos de comercialização é fundamental para o aumento da autonomia na unidade de produção, tendo em vista a *produção de renda* a partir da comercialização direta do produto. Nesse circuito, o produto passa do produtor diretamente para o consumidor, ou tem-se a figura de, no máximo, um atravessador, reduzindo, assim, a atuação de outros agentes no circuito.

A participação camponesa em circuitos longos de comercialização está vinculada ao processo de “sujeição da renda camponesa” ao capital responsável pelo processamento do produto do campesinato. Nesse processo, parte da renda camponesa é apropriada pela indústria processadora e por outros agentes que também participam do processo, como centros distribuidores, empresas de transporte, entre outros.

Fluxograma 6 – Circuitos de produção e comercialização



Fonte: Elaborado pela autora.

No processo de produção e circulação do Ovo CAMVA, que também ocorre a partir de um circuito longo de comercialização, o trabalho da CAMVA reduz a interferência de outros agentes. Nesse circuito, uma parte da renda camponesa é transferida para outros setores que participam do circuito, como a empresa fornecedora das pintainhas, por exemplo. Porém, a apropriação da CAMVA de parte desse circuito minimiza a apropriação da renda camponesa por outros setores e possibilita a *apropriação camponesa da renda*.

Dessa forma, entendemos que a característica da atuação da CAMVA no circuito de comercialização do Ovo CAMVA permite que os camponeses se apropriem da renda produzida na avicultura de postura, o que ao longo dos anos provocou a reestruturação produtiva das unidades de produção e os processos de diferenciação entre as unidades, como veremos no item 4.3.

4.2.3 A identidade de resistência *nikkei* na Colônia Jamic

Como apresentamos anteriormente, a produção da Colônia Jamic é organizada utilizando a mão de obra familiar e a contratação de assalariados que moram nas propriedades. No decorrer do tempo, houve mudanças nas características produtivas da Colônia, o que refletiu na reorganização espacial nas unidades de produção. No entanto, constatamos que os aspectos culturais e comunitários do grupo social permanecem.

Assim como na Colônia Pulador, a Colônia Jamic também possui uma escola municipal com o Ensino Fundamental I e II, a Escola Municipal Jamic Pólo (foto 56). Nos primeiros anos de formação da Colônia, as crianças e adolescentes estudavam na própria Colônia até o término do Ensino Fundamental. Ao concluírem essa etapa, eles tinham que se deslocar para a área urbana de Terenos ou de Campo Grande para dar continuidade aos estudos.

Foto 56 – Município de Terenos
Escola Municipal Jamic Pólo, localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Na medida em que ocorre o aumento do número de jovens que precisavam ser deslocados para a área urbana, já no final da década de 1970, houve a necessidade de buscar um ponto de apoio aos estudantes. Assim, com o auxílio da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande e do vereador Tetsu Arashiro, a Colônia Jamic recebeu do poder público municipal de Campo Grande um terreno de 1.288 m², para a construção da chamada “Casa de Estudante Jamic”. A área localiza-se na Avenida Ernesto Geisel, n.º 3.991, uma das avenidas mais antigas da capital do Mato Grosso do Sul. Para a construção da “Casa de Estudante Jamic” (foto 57), houve ajuda financeira da Colonizadora Jamic e doações voluntárias dos colonos. Em março de 1982, foi inaugurado um conjunto de alojamentos que se tornou um ponto de apoio na capital para a educação dos *nikkeis* da Colônia Jamic.

Acho que todos daqui, passaram boa parte da juventude morando na casa do estudante, alguns iam já para o Ensino Médio, ou iam para o superior e ficávamos até terminar o Ensino Superior. Mas hoje os nossos filhos não ficam mais lá. Na medida em que os rendimentos foram aumentando, cada família, foi se organizando pra deixar o filho em outros locais, alguns compraram casa ou apartamento em Campo Grande, outros passaram a deixar em casas alugadas... mas a casa do estudante foi ponto de apoio durante muitos anos (Entrevista realizada em 20/6/2018).

Foto 57 – Município de Campo Grande
Casa de Estudante Jamic, localizada na Avenida Ernesto Geisel



Fonte: Araújo (2015).

Verificamos que muitos jovens, mesmo após a conclusão do ensino superior, retornam à Colônia para ajudar a família na produção de ovos. Outros voltam à Colônia na tentativa de buscar alguma ocupação, como é o caso da veterinária da Cooperativa: moradora da Colônia, que se formou recentemente pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e atualmente trabalha no setor de controle de qualidade da CAMVA. Outros acabam se mudando para as cidades de Terenos ou Campo Grande, envolvendo-se em outras atividades, porém o vínculo com a família e com as atividades da Colônia permanece. “Minha filha mora em Terenos, mas todo final de semana tá por aqui, os netos vêm pra a ajuda a catar os ovos do final de semana. Aqui todo mundo tem que trabalhar. Nos dias de festa também, vem todo mundo pra cá” (Entrevista realizada, em 24/8/2018).

Como a CAMVA possui um centro de distribuição de ovos em Campo Grande, percebemos que alguns filhos de produtores da Colônia, que trabalham no centro distribuidor, passaram a morar na área urbana de Campo Grande.

De acordo com dados do Censo Escolar (INEP, 2018), a Escola Municipal Jamic Pólo possuía um total de 254 estudantes (quadro 11). A instituição recebe alunos da Colônia Jamic e de sítios e fazendas da região. Os discentes dessa instituição de ensino, em sua maioria, são filhos de funcionários da CAMVA e dos trabalhadores das unidades de produção.

Quadro 11 – Colônia Jamic
Número de estudantes matriculados na Escola Municipal Jamic Pólo

Etapas da Educação Básica	Número de matriculados
Educação Infantil	37
Ensino Fundamental I	114
Ensino Fundamental II	101
Educação Especial	2
Total	254

Fonte: INEP (2018).

Até 1979, os eventos sociais que ocorriam na Colônia eram organizados pela Cooperativa. Entretanto, o interesse pelo intercâmbio cultural nipo-brasileiro colaborou para a fundação da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, com sede na Colônia Jamic (foto 58). Na década de 1980, a Associação fica encarregada de realizar os eventos sociais e esportivos. Ischida (2010) destaca o associativismo como uma das características da identidade *nikkei* no Brasil. Para a autora, a realização e a divulgação das atividades culturais e esportivas são as principais tarefas das associações formadas pelos *nikkeis*. Essas associações contam com trabalho totalmente voluntário de seus membros.

Foto 58 – Município de Terenos
Sede da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Próximos à antiga Estação Ferroviária Pedro Celestino estão situados a sede da CAMVA, o prédio da Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de Várzea Alegre, a Escola Municipal Jamic Pólo, o “Bar Jamic” e algumas residências¹¹⁶ que constituem uma vila,

¹¹⁶ Essas residências foram construídas para moradia de funcionários da CAMVA.

denominada pelos moradores de “Vila da Jamic” (croqui 6). Na “Vila da Jamic” estão os principais elementos da sociabilidade do grupo. Nesses espaços, as atividades do grupo social transitam entre aquelas vinculadas à Cooperativa (atividades centrais na dinâmica econômica do grupo) e as da Associação Cultural (atividades da dinâmica cultural do grupo).

Segundo os relatos, nos primeiros dois anos da Colônia, os pais se revezavam para ensinar o idioma japonês aos filhos. Atualmente, a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre mantém uma escola de língua japonesa na Colônia (*nihongo gakko*). Todos os sábados, no vespertino, os *nikkeis* se reúnem para aprender japonês.

Observamos a manutenção do japonês na Colônia e nas unidades de produção. Durante algumas de nossas visitas, tivemos o auxílio de um morador da Colônia, chamado Juscelino. Ele é *nikkei*, nasceu na Jamic, mas se mudou para São Paulo na década de 1970, foi bancário e após se aposentar, retornou à Colônia. Atualmente, ele mora na residência dos pais, já falecidos, localizada na “Vila da Jamic”. A família de Juscelino não era produtora de ovos, seus pais tinham um comércio, atualmente alugado, que fica na “Vila da Jamic” (“Bar Jamic”) (croqui 6). Ele nos acompanhou em algumas entrevistas e, quando chegávamos na unidade, era muito comum a utilização do japonês entre eles. Após Juscelino explicar o que fazíamos ali, passavam a falar em português.

A Associação Nipo-Brasileira de Várzea Alegre é formada por dois grupos: o *Nihonjinkai* (Sociedade da Colônia Japonesa de Várzea Alegre), que tem por objetivo estimular a educação, a cultura e o lazer; e o *Fujinkai*, grupo organizado pelas mulheres (Associação de Senhoras). O segundo grupo é responsável pela culinária típica das festas que ocorrem na Colônia ao longo do ano. Na foto 59, ilustramos o grupo *Fujinkai*, na década de 1970, preparando pratos típicos para um evento da Colônia.

Croqui 6 – Colônia Jamic
Organização espacial da “Vila da Jamic”



Fonte: Elaborado pela autora e por Rafael de Sá.

Foto 59 – Município de Terenos

Grupo Fujinkai: preparação de pratos típicos para evento na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre, localizada na Colônia Jamic



Fonte: Álbum da família Kanezaki, década de 1970 (KANEZAKI, 2014).

São vários os eventos realizados durante o ano. Entre eles, destacam-se: o *Nyuushokusai* (aniversário da Colônia), que acontece no mês de maio. A festa conta com apresentações culturais das senhoras do *Fujinkai*, apresentações de alunos da escola japonesa (*nihongo gakko*), além de outras atrações; o *Undokai*: uma gincana esportiva de confraternização da comunidade, com atividades esportivas e brincadeiras, ocorre em julho para coincidir com as férias escolares das crianças, que são os principais participantes; e o *Bon Odori*: celebração em homenagem aos mortos que acontece em agosto, em um sábado à noite. O evento tem início com a missa, realizada por um missionário budista convidado. Após a missa, todos se reúnem para o jantar com comidas típicas e, em seguida, participam de danças típicas. Na foto 60, organizamos imagens que foram capturadas durante a organização e realização do *Bon Odori*, na Colônia Jamic.

Foto 60 – Município de Terenos
Bon Odori realizado na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre,
localizada na Colônia Jamic



Fonte: Kanezaki (2014).

Além das atividades que estão no calendário anual, a Associação também organiza várias festividades durante o ano, com o objetivo de vender comidas típicas do Japão. O dinheiro arrecadado nas festas é utilizado para o desenvolvimento dos demais eventos que ocorrem anualmente. Na foto 61, ilustramos um dos eventos realizados da Colônia com o propósito de arrecadar fundos.

Na área esportiva, destaca-se o beisebol, inicialmente praticado com os atletas calçando “tabis”¹¹⁷, e foi passado para as gerações seguintes, mantendo-se como o principal esporte da Colônia. Outras modalidades praticadas são o softbol, o tênis e o gatebol. Próximo ao prédio da Associação, na “Vila da Jamic”, estão localizadas as quadras de esportes, para a prática dessas modalidades esportivas (croqui 6).

Todos os finais de semana a gente se reúne para os jogos, nós participamos de torneios também. Quando a gente se reúne todo mundo vem, não fica ninguém de fora. No domingo começamos logo cedo, aí ficamos a manhã toda e almoçamos por aqui mesmo (Entrevista realizada em 12/6/2018).

Além de realizar eventos culturais e esportivos, a Associação também é responsável pela manutenção das estradas no interior da Colônia e estabelece contatos com a Prefeitura de

¹¹⁷ Um tipo de sapatilha de tecido.

Terenos, colocando em pauta as demandas prioritárias de infraestrutura como reivindicações para a Colônia.

Foto 61 – Município de Terenos
Evento realizado na Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Várzea Alegre,
localizada na Colônia Jamic



Fonte: Imagens capturadas pela autora (2018).

No decorrer das entrevistas realizadas na Colônia Jamic, evidenciou-se a união e a organização dos moradores para a manutenção das características culturais da identidade *nikkei* e a organização tanto dos membros da Cooperativa como da Associação para, junto ao poder público local, buscar melhorias de infraestrutura para a Colônia.

Para Ischida (2010), as associações são espaços da preservação cultural. Nelas, as tradições culturais são reinventadas, valorizando, assim, a cultura *nikkei*. Para a autora, “essas associações preconizam o objetivo de representar a comunidade nipo-brasileira e promover a preservação e divulgação da cultura japonesa no Brasil” (ISCHIDA, 2010, p. 190).

Em 2009, a Colônia Jamic completou 50 anos de imigração japonesa. Para homenagear os imigrantes, a Associação fixou um monumento ao lado de sua sede (foto 62).

Foto 62 – Município de Terenos
Monumento em homenagem aos 50 anos da imigração japonesa, localizado na Colônia Jamic



Fonte: Imagem capturada pela autora (2018).

Os camponeses da Colônia Jamic enfrentaram muitos desafios para se manterem na *terra de trabalho e morada*. De acordo com os entrevistados, a consolidação da avicultura é a responsável pela “prosperidade” dos camponeses da Colônia Jamic:

Hoje nós somos uma Colônia reconhecida graças ao esforço e a união de todos, que sem condições para ir para outra região ou para voltar para o Japão, passamos a se dedicar a avicultura de postura. Se a terra fosse boa como diziam as propagandas no Japão, e se as colheitas dos primeiros anos tivessem sido boas, teríamos nos acostumado mal, e talvez não teríamos alcançado a prosperidade dos dias de hoje (Entrevista realizada em 19/10/2018).

Para os camponeses da Colônia, as dificuldades não foram um obstáculo, e sim uma forma de fortalecimento da união entre os membros do grupo, para buscar formas alternativas para permanecer na terra. A prática do cooperativismo esteve presente em todo o processo da produção territorial da Colônia e, atualmente, caracteriza a organização produtiva. O associativismo, a partir das atividades culturais e esportivas também constituem formas de fortalecimento dos integrantes do grupo e também podem ser caracterizadas como estratégias de resistência e reprodução do campesinato.

4.3 Reestruturação produtiva, diferenciação e resistência

Destacamos na Colônia Jamic o vínculo com a terra a partir do trabalho e a organização da família nas atividades produtivas. Entendemos que a identidade *nikkei*, conforme

apresentamos no item 4.2.3, é um elemento de resistência e permanência das famílias na *terra de trabalho e morada*. De acordo com Ischida (2010), componentes da chamada “cultura japonesa” são associados à identidade *nikkei* no Brasil. Uma das características do povo *nikkei* está na valorização do trabalho e da família e a permanência de atividades tradicionais na família sendo desenvolvidas pelas gerações seguintes, como podemos constatar no seguinte relato: “a granja era do meu avô, meu pai assumiu com uns 20 anos de idade e agora eu estou assumindo” (Entrevista realizada em 10/10/2018).

A constituição da Cooperativa foi fundamental para a reorganização espacial das unidades de produção, conduzindo a reestruturação produtiva da Colônia. A organização do grupo social, da família nas atividades produtivas da unidade de produção e a prática de atividades vinculadas à cultura *nikkei* (associativismo, cooperativismo, voluntarismo, entre outras) caracterizam a modalidade de reprodução camponesa da Colônia Jamic.

A reestruturação produtiva da Colônia, para atender o aumento da produtividade, caracteriza os três grupos identificados na Colônia Jamic (A, B e C), que apresentam diferentes graus de inserção das relações capitalistas nas unidades de produção. Assim como Mizusaki (2009, p. 132), entendemos que a reestruturação produtiva se refere “às mudanças ocorridas nos elementos que compõem a realização do processo produtivo”. Na Colônia Jamic, esse processo está articulado à ampliação na demanda pelo Ovo CAMVA, impulsionada, inicialmente, pelo aumento da população local e, posteriormente, pela expansão do mercado consumidor, conduzindo as alterações nas relações de trabalho e produção ao longo dos anos.

Essas mudanças estão relacionadas à reorganização das unidades de produção (ampliação do número de galpões e contratação de mão de obra assalariada) e à inserção técnica nos processos produtivos. De acordo com Mizusaki (2009, p. 132), o processo de reestruturação produtiva transforma “não somente as formas de produzir, mas várias dimensões da realidade econômica, social e espacial a ela inter-relacionada”.

Na Colônia Jamic, o processo de reestruturação produtiva está articulado ao processo de diferenciação social ocorrido entre as unidades de produção. De acordo com Welch e Fernandes (2008, p. 166), os camponeses são produtores familiares que usam, em sua maioria, o trabalho dos membros da família, cuja utilização tem que ser maior que a dos trabalhadores assalariados, com exceção para alguns períodos que demandam mais mão de obra, como o plantio e a colheita. Os capitalistas são produtores que usam, predominantemente, o trabalho assalariado. Para os autores, o campesinato é definido “como sendo produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar, mas não exclusivamente”.

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, além dos seguintes objetivos: acumulação sem limites ou reprodução da condição de ser camponês.

Neste sentido, a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia, o capital supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. Esta distinção é essencial para compreendermos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 167).

As unidades de produção da Colônia Jamic passaram por processos de diferenciação social com o passar do tempo, em virtude do aumento da produção impulsionado pelas demandas do mercado conquistado com o apoio do cooperativismo. Porém, assim como Welch e Fernandes (2008), compreendemos que na manutenção da utilização do trabalho da família ocorre a valorização de relações sociais não capitalistas. Essas relações são mediadas pelos aspectos culturais do grupo social em estudo.

Assim, entendemos que as análises do processo de diferenciação social devem levar em consideração as várias dimensões do modo de vida camponês. Na Colônia Jamic, os elementos culturais vinculados à identidade *nikkei* indicam um sistema de organização das atividades que difere de forma significativa de outras comunidades de Mato Grosso do Sul¹¹⁸. Esses fatores tornam-se decisivos para as investigações da reprodução camponesa e dos processos de diferenciação social entre as unidades de produção pesquisadas.

Nossas avaliações em relação ao processo de diferenciação social na Colônia Jamic são efetuadas de forma distinta às previsões de teóricos do marxismo ortodoxo, como Kautsky (1980) e Lênin (1985)¹¹⁹. As teorias de Kautsky e Lênin se desenvolveram em oposição à teoria da reprodução do campesinato. Para esses autores, o crescimento capitalista ocorreria somente

¹¹⁸ Um exemplo são os camponeses da Colônia Pulador, que se constituem como uma modalidade distinta de reprodução camponesa, se comparada à reprodução dos camponeses da Colônia Jamic.

¹¹⁹ Esses autores discutiram em suas obras o fim do campesinato em meio ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Consideramos que essas referências são importantes para compreendermos a reprodução do campesinato na atualidade brasileira e a influência do desenvolvimento do capitalismo nesse processo de reprodução. Vimos que mesmo com as tendências homogeneizadoras do processo de industrialização do campo, os camponeses permanecem e novas identidades podem surgir em meio ao campesinato.

a partir de duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, e que os camponeses estariam sujeitos ao desaparecimento em razão da expansão capitalista no campo.

Para Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo no campo provocaria uma concentração de riquezas, semelhante à indústria, pois as grandes propriedades cresceriam em detrimento das pequenas, que desapareceriam com o tempo, e o campesinato caminharia rumo a uma proletarização.

Lênin (1985) desenvolveu seus estudos tendo como referência a expansão das relações capitalistas de produção que conduziria a um processo de diferenciação social do campesinato. O processo de diferenciação social analisado por Lênin provocaria a metamorfose de camponeses em capitalistas ou em proletariados, e a conseqüente desintegração do campesinato.

Nossas análises demonstram que a “condição camponesa” não é estática e está sempre em movimento no tempo e no espaço (PLOEG, 2008), podendo ocorrer tanto nos processos que conduzem à proletarização camponesa, como em processos de reprodução e recriação camponesa, mas também em processos de diferenciação social entre os camponeses.

As unidades de produção da Colônia Jamic apresentam sua gênese histórica vinculada ao desenvolvimento de relações camponesas de produção. A constituição da CAMVA fez com que os camponeses passassem a produzir de forma organizada para atender as demandas do mercado conquistado pela própria Cooperativa. Como vimos, a CAMVA se apropria de parte do circuito de produção e comercialização do Ovo CAMVA e, como ela é gerida e organizada pelos próprios camponeses, entendemos que nesse processo ocorre a *apropriação camponesa da renda*. Esta se dá de maneira distinta se compararmos à apropriação realizada por empresas capitalistas, como vêm ocorrendo em várias porções territoriais de Mato Grosso do Sul. Observamos que o caráter dessa apropriação permitiu a reestruturação produtiva e o aumento dos rendimentos, proporcionando processos de diferenciação social.

Para Chayanov (1974), o campesinato tem por objetivo principal a satisfação das suas necessidades básicas, portanto, a unidade de produção camponesa é uma unidade de produção e consumo. As decisões de o que produzir e quanto produzir são estabelecidas pela própria família camponesa, diferentemente das unidades capitalistas, nas quais a lógica produtiva está totalmente relacionada às demandas do mercado. A intensidade do trabalho familiar é que determinará a quantidade de produtos a serem produzidos e o equilíbrio será afetado pelo número de membros aptos ou não ao trabalho, pelo tamanho da propriedade, que está sujeita a alterações por herança, casamentos, entre outros elementos, promovendo, assim, a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de diferenciação demográfica.

Chayanov (1974) utilizou a Teoria da Diferenciação Demográfica para analisar as diferenças internas do campesinato. O princípio básico da teoria era que a produção camponesa se ampliava ou diminuía de acordo com a quantidade de bocas e braços presentes na unidade de produção. Por exemplo, quando os filhos são pequenos e não podem ajudar nas atividades produtivas, a intensidade do trabalho dos membros aptos será maior. Porém, à medida em que os filhos crescem e podem contribuir com as tarefas, a carga do trabalho passa a ser dividida entre os integrantes da família. Em alguns momentos, pode ocorrer a proletarização temporária como forma de complementação da renda. Assim, a diferenciação social entre os camponeses, pode acontecer, mas não de forma linear como previsto por Lênin, sendo uma estratégia de manutenção da condição de camponês.

As discussões sobre a diferenciação social do campesinato foram realizadas por Lênin (1985) e Chayanov (1974) que avaliaram o campesinato russo e estabeleceram diferentes interpretações para o mesmo processo. Enquanto Lênin (1985) baseia-se em determinantes econômicos para explicar a diferenciação social do campesinato, Chayanov (1974) busca explicações para contrapor a tese de Lênin a partir de determinantes demográficos.

Diferentemente de Lênin (1985) e Chayanov (1974), Shanin (1983, p. 140) criou um modelo explicativo para os processos de diferenciação nas sociedades camponesas da Rússia, o qual denominou de mobilidade multidirecional e cíclica. Esse modelo analisa a estrutura social do campesinato e as peculiaridades da economia camponesa. Segundo o autor, os processos de diferenciação do campesinato incluem tendências centrífugas e centrípetas:

La movilidad centrífuga puede explicarse por la tendencia existente en las unidades campesinas a la acumulación de ventajas y desventajas económicas. La movilidad centrípeta, que opera simultaneamente, podría deber su origen al proceso de repartición de las tierras de administración comunal y a los diferentes ratios de fusión y división de los distintos estratos socioeconómicos (SHANIN, 1983, p. 140).

Percebe-se que as pesquisas do processo de diferenciação social no campesinato devem considerar o caráter das relações sociais desenvolvidas a partir do modo de vida camponês; se esses estudos priorizarem apenas o viés econômico, não conseguiremos analisar os elementos que de fato caracterizam o campesinato e como os processos de diferenciação social podem ocorrer. Mizusaki (2009), em referência a Shanin (1983), ressalta que o autor buscou compreender o campesinato mediante vários aspectos como o espaço, o tempo, as relações políticas, sociais e culturais, não tomando como base apenas informações de ordem econômica ou demográfica.

Para a autora, uma análise mais abrangente da condição camponesa, diferente da proposta por Lênin e Chayanov e tomando como referência a proposição de Shanin, permite evidenciar o caráter da diferenciação socioeconômica do campesinato.

Um dos aspectos que tornam a diferenciação multidirecional, conforme propõem o autor, é a possibilidade e ao mesmo tempo, a necessidade, de *mobilidade no espaço*. Sendo o espaço transformado em território capitalista, mediado, portanto, pela propriedade privada da terra e pelo Estado, e assim, por relações de poder, essa mobilidade é também *mobilidade sócio-territorial*, que cria, recria e transforma as relações de trabalho. *Essa mobilidade é também social*, pois, sendo variadas as determinações da diferenciação produz-se, uma *mobilidade entre classes sociais distintas*. Ao se evidenciar essa multiplicidade de determinações, o enfoque leninista, de compreender a diferenciação social, exclusivamente pelo viés econômico e, enquanto movimento progressivo e linear, mostrou-se inadequado teoricamente (MIZUSAKI, 2009, p. 233, grifos nossos).

Percebemos o campesinato como uma classe social que ocupa frações do território capitalista, portanto, está sujeito aos processos de mobilidade social. Para Mizusaki (2009, p. 234), são poucos os teóricos que buscam atribuir o conceito de classe social ao campesinato. A maioria dos estudos identificam o campesinato como um resíduo social em extinção. Esses autores partem do princípio de que o campo já está urbanizado e o campesinato vai se transformando em “agricultor familiar”, que deve ser totalmente integrado a lógica capitalista. Caso contrário, o que lhe resta seria o caminho da proletarização.

Nessa perspectiva, as “relações sociais” do campesinato não são levadas em conta. Desconsidera-se o modo de vida camponês, sua relação na produção de alimentos para o autoconsumo e a comercialização para adquirir meios de sobrevivência não produzidos na unidade de produção camponesa. As únicas classes sociais identificadas por esses estudiosos são os proprietários de terra, os capitalistas e os proletariados.

Mizusaki (2009) explica que as classes sociais são definidas como grandes grupos sociais opostos, gerados a partir das relações contraditórias do modo de produção capitalista, fundamentando-se na propriedade privada e na contradição do processo de produção e apropriação da riqueza. Assim sendo, no capitalismo, as classes sociais antagônicas são: capitalistas, assalariados, proprietários de terra e camponeses.

Em sua tese doutoral, Mizusaki (2009) analisou os processos de diferenciação socioeconômica entre avicultores integrados em Mato Grosso do Sul. Segundo ela, para compreender os processos de diferenciação socioeconômica no campesinato, precisamos examiná-los como resultado de “múltiplas determinações” que estão articuladas contraditoriamente.

[...] é preciso levar em consideração que essa diferenciação é produto de uma combinação de múltiplas determinações, que se articulam contraditoriamente. É, pois, essa contradição que gera o movimento que produz esses processos. Essas determinações podem ser de ordem histórica, geográfica, econômica, política, social, cultural, enfim, de fatores constitutivos da realidade social, que, sob diferentes combinações, produzem a diferenciação social (MIZUSAKI, 2009, p. 241).

Concordando com Mizusaki (2009), constatamos que os processos de diferenciação entre as unidades de produção da Colônia Jamic também são resultantes de várias determinações internas e externas à unidade de produção. Esses processos foram mediados pelas alterações nas relações de trabalho e produção estabelecidas na Colônia.

Notamos que os processos de diferenciação social do campesinato não se apresentam de “forma linear e progressiva” (MIZUSAKI, 2009, p. 245), como foi previsto por Lênin. Concordamos com a estudiosa que ressalta a importância de considerarmos os processos de diferenciação social como multidirecional e cíclico, “conforme proposto por Shanin (1983)”.

No item 4.2.1, observamos vários aspectos a serem considerados sobre a diferenciação entre as unidades de produção da Colônia, como o número de galpões, a contratação de assalariados e a implementação dos processos de mecanização. Fica evidente que as unidades que possuem mecanização são as que apresentam os maiores dados produtivos.

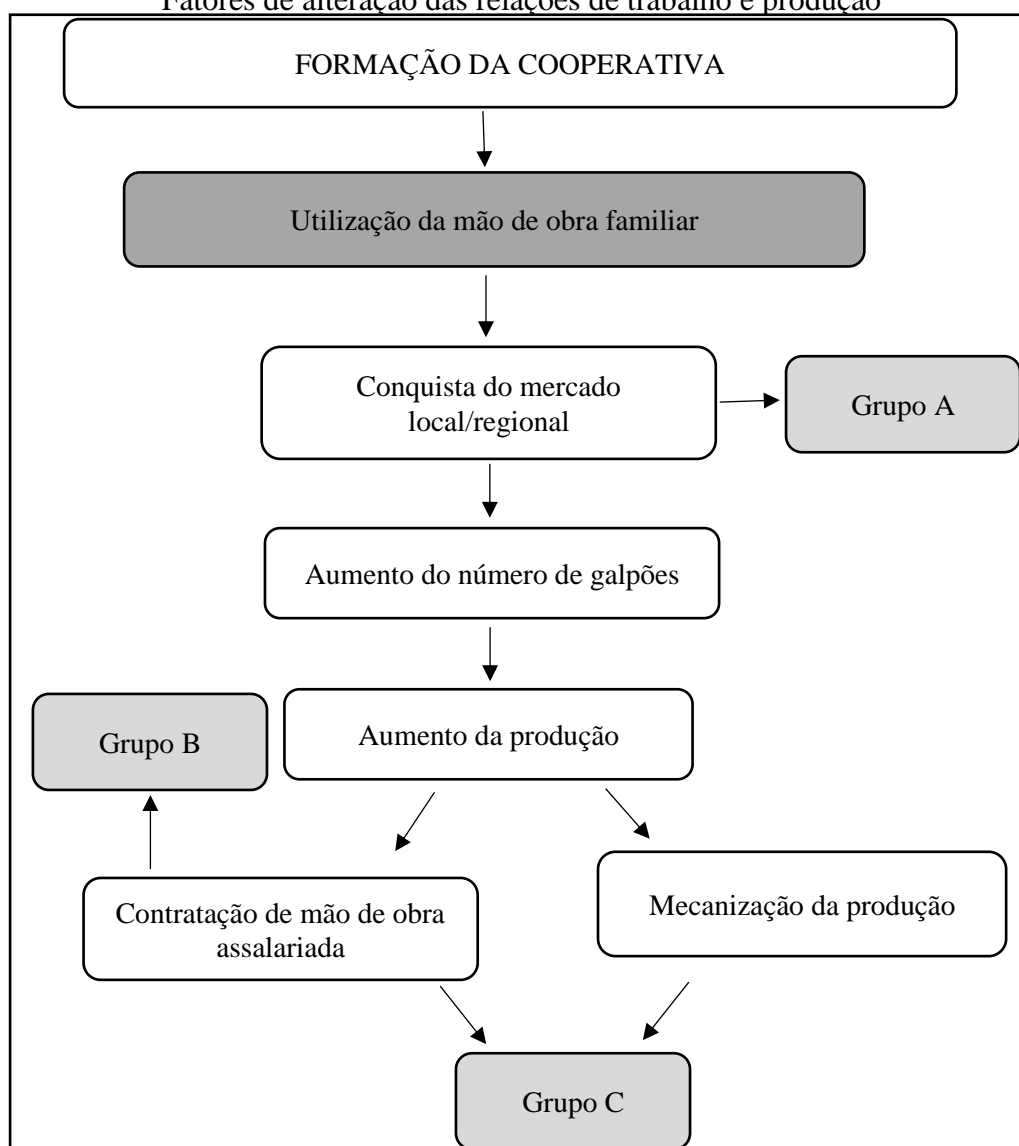
Contudo, enfatizamos que esses processos não ocorreram da mesma forma em todas as unidades de produção. Em duas delas, houve a utilização apenas da mão de obra familiar e não há mecanização no processo produtivo. A estratégia adotada por essas famílias é a intensificação da mão de obra familiar para executarem os processos produtivos da avicultura. Em outras 12 unidades, a contratação dos assalariados é um complemento de mão de obra, considerando a produtividade e o número de membros da família que atuam na avicultura de postura.

No fluxograma 7, apresentamos os fatores que provocaram alterações nas relações de trabalho na Colônia, caracterizando a formação dos três grupos (grupos A, B e C). A formação da Cooperativa foi um elemento central para o fortalecimento da base de recursos do campesinato, a partir da *apropriação camponesa da renda*. A conquista do mercado, inicialmente local e, posteriormente regional, permite o aumento da produção nas unidades, fazendo os produtores ampliarem a quantidade de galpões, contratar mão de obra assalariada complementar e, mais recentemente, a inserção de processos de mecanização.

Cabe ressaltar um outro aspecto primordial de nossa análise: a *permanência da utilização da mão de obra familiar*. Mesmo com as alterações nas relações de trabalho, a centralidade da família deve ser destacada e está presente nos três grupos identificados.

Como já apresentado anteriormente, as unidades de produção do grupo A são aquelas que mantêm a mesma estrutura organizativa para a produção. Mesmo com a constituição da Cooperativa e a conquista do mercado pelo Ovo CAMVA, a família continua empregando somente a mão de obra familiar nas atividades da unidade. Quando questionados do motivo da não contratação de assalariados, o camponês ressalta: “já tive um funcionário aqui, mas não deu certo não, muita dor de cabeça, trabalhamos bastante, mas só a gente dá conta do trabalho, sim” (Entrevista realizada em 25/8/2018).

Fluxograma 7 – Colônia Jamic
Fatores de alteração das relações de trabalho e produção



Fonte: Elaborado pela autora.

Por seu turno, as unidades de produção do grupo B mantêm o trabalho familiar, porém, houve a contratação de assalariados. As diferenças entre esses dois grupos é a quantidade de membros da família aptos ao trabalho e o número de galpões utilizados nas atividades da avicultura. Enquanto o grupo A é representado por famílias numerosas (cinco e seis integrantes aptos ao trabalho), o grupo B é formado por famílias com poucos integrantes, então eles contratam os assalariados para suprir a “falta de braços” no processo produtivo, considerando a produtividade¹²⁰.

A característica da atividade de produção de ovos é um fator que não permite a prática da ajuda mútua entre as unidades de produção, pois é uma atividade que exige pessoas para atuar no processo produtivo durante o dia todo. As tarefas de abastecimento dos aviários com ração, coleta dos ovos e organização para a coleta da Cooperativa são constantes. Assim, as unidades que possuem poucas pessoas para o processo produtivo necessitam contratar assalariados para manter a produtividade.

As unidades de produção do grupo C são as que sofreram mais alterações nas relações de trabalho e produção: possuem assalariados e houve a mecanização nos processos produtivos. Esses fatores contribuíram consideravelmente para aumentar a produtividade nessas unidades, sendo as que apresentam os maiores dados de produção.

Para Guzmán e Molina (2013), na organização social do campesinato há utilização de conhecimentos que são condicionados pelo nível tecnológico de cada momento histórico, podendo ocorrer graus distintos de apropriação da tecnologia entre as unidades de produção, gerando diferenciações no campesinato. Esses aspectos podem ser observados na reestruturação produtiva das unidades de produção da Colônia Jamic, resultando nos três grupos identificados.

Bartra (2011) ressalta que a acumulação dos meios de produção não pode ser definida como acúmulo de capital se o elemento regulador da produção for o trabalho familiar e se o objetivo do trabalho é a reprodução social do grupo. No entanto, é possível que o peso da racionalidade capitalista se imponha sobre essas unidades e a produção em grande escala torne-se o principal propósito. Essa racionalidade implicará maiores investimentos na dinâmica produtiva interna à unidade de produção, cujo intuito passa a ser a reprodução ampliada de capital. Quando isso ocorre,

os meios de produção transformados em capital impõem como motor o máximo de lucro e se tornam um elemento organizador da reprodução. Acrescenta-se, também, o fato de que o trabalho assalariado deixa de ser complementar para transforma-se em fonte principal da força de trabalho e os

¹²⁰ Ver quadro 8.

rendimentos começam a prover da mais-valia gerada por seus assalariados. Em síntese, a unidade econômica deixa de ser camponesa e passa a ser capitalista (BARTRA, 2011, p. 61).

Na Colônia Jamic, nossas análises indicam que a inserção das relações capitalistas de produção acontece de maneira mais significativa a partir do aumento das demandas do mercado pelo Ovo CAMVA. Com a conquista do mercado local e regional, as famílias passam a se organizar para a expansão da produtividade na unidade. Algumas delas mantêm a estrutura do trabalho familiar, outras ampliam o número de galpões e contratam mão de obra assalariada complementar e, outras, adotam processos de mecanização.

Das unidades de produção da Colônia Jamic, apenas duas (UPs 22 e 23) apresentam uma quantidade de assalariados maior do que a disponibilidade do trabalho familiar¹²¹ e, como já mencionado anteriormente, demonstram os maiores dados produtivos e os maiores graus de mecanização da Colônia. Nas demais unidades da Colônia, a mão de obra da família predomina ou o total de funcionários é igual ao número de membros da família que trabalha na avicultura.

Os relatos a seguir referem-se, respectivamente, às entrevistas realizadas nos grupos A, B e C. Esses depoimentos evidenciam o vínculo com a terra por meio do trabalho da família e a contratação de assalariados, inicialmente, para suprir a “falta de braços” no processo produtivo:

Aqui trabalha só a gente, a gente não contrata ninguém porque damos conta do trabalho... nossa produção é pequena, até pensamos em construir mais galpões, mas aí a gente não ia dar conta, a gente preferiu manter esses galpão aqui... a Cooperativa facilita bastante pra gente... a gente só se preocupa com a produção o resto a Cooperativa faz, aí mantemos essa produção, que damos conta (Entrevista realizada em 29/9/2018).

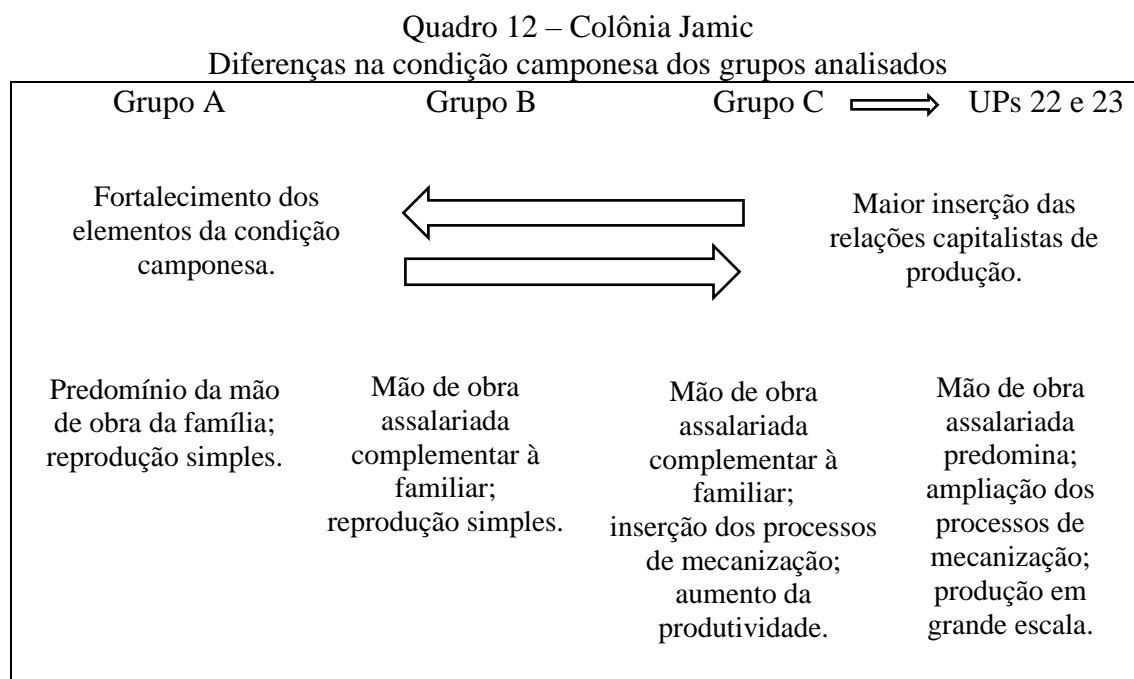
Não deixamos os funcionários sozinhos não, a gente precisa estar aqui junto com eles, mas trabalhamos juntos, não deixamos eles sozinhos não. O trabalho na avicultura é 24 horas por dia. Se a gente descuida, a galinha passa fome, passa sede, e galinha com fome e sede não bota (Entrevista realizada em 19/10/2018).

Era só a gente que trabalhava aqui, mas primeiro meu filho saiu pra estudar em Campo Grande, depois minha filha, aí começamos a contratar pessoas pra ajudar na produção. Com o tempo começamos a implanta mecanização em alguns aviários, hoje aqueles lá de cima são todos mecanizados, esses aqui debaixo ainda não (Entrevista realizada em 24/8/2018).

No quadro 12, organizamos algumas características dos três grupos, no que se refere à “condição camponesa” e à inserção das relações capitalistas de produção. As unidades de

¹²¹ Ver quadro 8.

produção dos grupos A e B, apresentam mais elementos da condição camponesa. Neles, as atividades são realizadas pela família e o trabalho assalariado complementa o familiar.



Fonte: Elaborado pela autora.

No grupo C, a inserção de relações capitalistas de produção decorre do aumento da produção, impulsionada pela incorporação de técnica ao processo produtivo. Nas UPs 22 e 23, essas relações se dão de modo mais relevante, considerando o número de assalariados e a produção em grande escala. Quanto maior a inserção das relações capitalistas de produção (trabalho assalariado predomina perante o familiar; produção em grande escala), maior será a perda da condição camponesa do grupo analisado.

De acordo com Oliveira (1990), o contato com o mercado pode desencadear diferenciações no campesinato. No caso da Colônia Jamic, o papel da Cooperativa foi fundamental para a reprodução camponesa e a reestruturação produtiva nas unidades, conduzindo os processos de diferenciação. Segundo Oliveira (1990), as cooperativas nasceram como instrumentos de defesa do pequeno agricultor contra o comerciante, no qual a exploração deste último provocaria a ruína do camponês, levando-o a proletarização. As cooperativas oferecem vantagens da compra/venda em escala, favorecendo, assim, a produção camponesa e oportunizando sua reprodução.

Bartra (2011, p. 77) afirma que a formação de grupos coletivos com base no cooperativismo ou associativismo é uma estratégia de resistência para o campesinato. O autor denomina esses grupos de “empresas sociais autogeridas”. Uma das características dessas

empresas é a conquista da eficiência operacional e a competição no mercado de produtos, mas sem que esses elementos levem à perda da condição camponesa do grupo.

Ploeg (2016, p. 26), em referência à cooperação vertical analisada por Chayanov, ressalta que se tratam de “cooperativas fortes”. Estas podem estar “a montante ou a jusante da unidade de produção”. De um lado, podem ser constituídas cooperativas para fornecimento de insumos e equipamentos para as unidades de produção. De outro, podem ser formadas cooperativas para o processamento e comercialização dos produtos do campesinato, fornecendo ao camponês vários benefícios.

Na Colônia Jamic, com a constituição da CAMVA, algumas unidades de produção fixam pontos de equilíbrio, ocorrendo a reprodução simples da unidade familiar camponesa (grupos A e B). A renda da produção de ovos é utilizada para a reposição dos instrumentos de trabalho e insumos, para o pagamento dos assalariados e para a compra de produtos para o consumo da família. Isso não significa que essas unidades não possam vir a acumular renda. Identificamos que, a partir da atuação da Cooperativa, acontece a *apropriação camponesa da renda*, o que implica maiores rendimentos para a unidade de produção. Isso permite o camponês realizar benfeitorias na propriedade, comprar equipamentos para aumentar o conforto da família, entre outros.

Nesse sentido, as unidades que desenvolvem a produção em grande escala passam a produzir não apenas renda, mas também a *mais-valia* gerada com a exploração de mão de obra assalariada. Partindo das análises realizadas nos três grupos, há diferenças na “condição camponesa” deles, como ilustrado no quadro 12, e a existência de uma lógica capitalista que se impõe à camponesa, no grupo C, principalmente nas UPs 22 e 23.

A relação existente entre a CAMVA e os produtores possibilita a *apropriação camponesa da renda*. Isso proporcionou os investimentos nas propriedades, inicialmente, com a ampliação do número de galpões e, posteriormente, com a implementação técnica. Esses fatores provocaram a reestruturação produtiva na Colônia, levando algumas unidades a produzirem em grande escala.

Porém, é importante destacar que mesmo com as alterações ocasionadas pela inserção das relações capitalistas nessas unidades de produção, percebe-se a permanência da centralidade da família na organização do trabalho e da produção, a terra sendo utilizada para o trabalho e para a morada e o forte vínculo cultural comunitário por meio de atividades na Associação, como abordado no item 4.2.3, o que caracteriza a permanência de relações sociais não capitalista, mesmo com os processos de diferenciação social.

Entendemos que, na Colônia Jamic, a *apropriação camponesa da renda* é possível a partir da atuação da Cooperativa. Esse processo possibilita a reprodução camponesa na Colônia, com autonomia nos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos ovos.

Verificamos que, com a formação da Cooperativa, os camponeses conseguem evitar um total processo de “monopolização do território pelo capital”, no qual o capital industrial não consegue se apropriar de toda a renda produzida apesar de criar condições para sujeitá-la. Parte da renda da terra camponesa é transferida para outros setores, por intermédio da “sujeição da renda da terra” ao capital. Em Mato Grosso do Sul, esse processo ocorre a partir do chamado sistema de integração: a produção camponesa passa a estar integrada a uma indústria, ocorrendo a perda relativa da autonomia produtiva do campesinato, pois sua produção está quase que inteiramente subordinada à circulação.

Esse processo também é distinto da “territorialização do capital no campo”, no qual o capital industrial se apropria da terra e a explora utilizando-se de relações capitalistas de produção. O capitalista se apossa da renda da terra e do lucro produzido na atividade. Assim, o capitalismo elimina todas as formas não capitalistas de produção, gerando a expropriação e/ou a proletarização do campesinato.

Na Colônia Jamic, a produção do Ovo CAMVA está subordinada à circulação que atende um mercado específico. Todavia, como vimos, ao se apropriar de parte do circuito de comercialização do Ovo CAMVA¹²², a CAMVA permite que os camponeses se apropriem da renda produzida na atividade da avicultura de postura. Nesse processo, observamos a existência de uma relação dialética entre autonomia e sujeição. Apesar de serem elementos analisados separadamente no processo de reprodução social camponesa, na Colônia Jamic eles estão unificados dialeticamente, pois ao mesmo tempo em que os produtores têm a produção subordinada à circulação, a *apropriação camponesa da renda* produzida na avicultura de postura mediada pela CAMVA, representa a autonomia produtiva na Colônia.

Desse modo, consideramos que, para compreender o movimento da reprodução social camponesa na Colônia Jamic, deve-se partir de elementos históricos, sociais, econômicos e culturais que motivaram as transformações espaciais e a reestruturação produtiva nas unidades de produção e na Colônia. Nesse processo de reprodução social, novos elementos foram incorporados, mas encontram-se articulados dialeticamente aos antigos elementos, condicionando a reprodução social do grupo.

¹²² Ver item 4.2.2.

5 MODALIDADES DE REPRODUÇÃO CAMPONESA: TERRITÓRIO, APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA

Nossas discussões apontam para a presença de uma diversidade de camponeses em Mato Grosso do Sul que, embora sejam diversos, apresentam elementos de permanência e de resistência em meio ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Verificamos que a multiplicidade de práticas efetuadas pelo campesinato caracteriza as diferenciações entre unidades de produção e entre comunidades camponesas.

Para Navarro (1993, p. 339), a análise de sujeitos sociais deve levar em consideração todas as dimensões do processo de reprodução (social, econômica, política e cultural). Para o autor, a dimensão cultural é fundamental, pois refere-se a “formas de comportamento, de pensar e de sentir em face das realidades sociais e pessoais, a visão de mundo, o sistema de valores explícito e implícito”. Porém, ele considera que é necessário rejeitar as abordagens que levem em consideração apenas esse aspecto. As características culturais são modeladas no processo histórico de formação do grupo social, por fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos que, por sua vez, não podem ser percebidos em bruto, mas sim interpretados em cada momento.

Assim sendo, nenhuma dessas dimensões tem influência imediata na cultura de um grupo social. Elas se influenciam dialeticamente e a relação entre essas diferentes dimensões é que deve ser avaliada para compreender o movimento de reprodução social camponesa (NAVARRO, 1993).

Constatamos que o camponês possui uma identidade que está sempre em transformação (BARTRA, 2011; PLOEG, 2008). Para Shanin (2005), além de persistirem em meio ao capitalismo, os camponeses interagem com a economia capitalista de diferentes formas. Concordando com esses autores, entendemos que as análises da reprodução camponesa devem ser desenvolvidas partindo de sua interação com o mercado capitalista e das estratégias utilizadas pelos camponeses para minimizar a exploração, fortalecendo, assim, a base de recursos interna e aumentando a autonomia do campesinato.

Consideramos que o fortalecimento da base de recursos da unidade de produção é um elemento chave para a reprodução camponesa. Ressaltamos a importância do desenvolvimento de estratégias internas para a comercialização que valorizem a produção camponesa e possibilitem a ampliação da renda.

Examinando a realidade agrária sul-mato-grossense, compreendemos que a expansão da agricultura capitalista sobre o campo pode desencadear os processos de expropriação e a proletarianização do campesinato. Não obstante, considerando o caráter contraditório do

capitalismo no campo e a criação de diferentes estratégias de resistência no campesinato para a permanência na *terra de trabalho e morada* junto à expansão capitalista, ocorre, também, a recriação e a reprodução camponesa.

Os processos de industrialização do campo representam uma “desconexão entre a produção e o consumo de alimentos” (PLOEG, 2008, p. 22). Esse processo pode ser observado de forma muito nítida em Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1970, com a grande expansão da soja, do milho e da cana-de-açúcar, como abordamos no capítulo 1 desta tese, constituindo, assim, uma organização produtiva capitalista no estado, fortemente apoiada pelo Estado.

Os processos de recriação e a reprodução camponesa simbolizam a luta por autonomia perante o sistema econômico dominante. Os processos de recriação e reprodução camponesa da contemporaneidade proporcionam uma melhor qualidade de vida para as pessoas tanto do campo como da cidade, por meio da manutenção de famílias no campo, produzindo seus próprios alimentos e comercializando na cidade o excedente produzido.

Por conseguinte, a “condição camponesa” pode se fortalecer utilizando diversas estratégias na comercialização dos produtos, na diversificação da produção e na realização de beneficiamento dos produtos antes da venda, aumentando a renda do campesinato e sua autonomia; ou pode caminhar para uma menor autonomia, quando uma maior parte da renda camponesa é transferida para outros setores da sociedade, o que resultará em precários processos de reprodução camponesa, podendo levar à expropriação ou à proletarização; ou, ainda, quando se criam mecanismos de comercialização e organização da produção com base no cooperativismo ou no associativismo, que contribuem para a *apropriação camponesa da renda* e para o fortalecimento da base de recursos interna, oportunizando a reprodução camponesa e podendo conduzir a processos de diferenciação no campesinato, alterando sua “condição camponesa”.

A “condição camponesa” em movimento, tendo em vista as diversas táticas geradas na unidade de produção, cria uma diversidade de sujeitos sociais presentes no campo. Mesmo dependente do mercado capitalista, utilizando-se de métodos empresariais, constitui-se em formas utilizadas para permanecer na terra e manter o seu modo de vida. As relações estabelecidas com o mercado tornam-se estratégias de resistência camponesa. A análise das práticas executadas na unidade de produção e na comunidade pode indicar a manutenção da “condição camponesa”, mesmo com a presença da dependência das relações instituídas com o mercado.

Brandão (2007a, p. 48) também enfatiza a diversidade de “espaços-tempos rurais” no Brasil. Para o autor, ocorrem três categorias distintas de produção: de consumo, de excedente e de mercado:

De um lado ficam as comunidades sociais e culturas associadas à variedade de *produções de consumo*, entre indígenas, quilombolas, camponeses tradicionais e quase isolados. A meio caminho coloquemos as unidades rurais associadas à *produção de excedentes*. Entre eles, demarquemos posições. Na linha de fronteira com as “comunidades de consumo”, estão os outros produtores familiares de padrão camponês tradicional (como os das culturas caipiras de São Paulo), sejam eles proprietários sitiantes, moradores agregados, parceiros. A meio caminho ficam os pequenos produtores camponeses, ainda patrimoniais, ou algo já mais modernizados. Na posição mais próxima às unidades de *produção de mercado*, até pelas relações de proximidade, acomodação forçada e conflito com ela, ficam os lavradores antigos e recentes das terras apropriadas pela reforma agrária. Finalmente, no pólo oposto situam-se as unidades típicas da *produção de mercado*, caracterizadas hoje pelo agronegócio. Entre os sujeitos populares, ficam aí pequenos produtores cativos do mercado, produtores já especializados para o mercado. Estão também todos os múltiplos trabalhadores rurais, entre condutores especializados de máquinas agrícolas e trabalhadores volantes (BRANDÃO, 2007a, p. 48, grifos nossos).

A produção de “economias de excedentes” está situada entre a “produção de consumo” e a “produção para o mercado”. Dentro dessa categoria de produtores apontada por Brandão (2007a), existe também uma variedade de sujeitos sociais, na qual a produção ocorre não apenas para o autoconsumo, mas para a venda. Alguns produtos podem ser destinados apenas ao autoconsumo, mas muitos são produzidos com o objetivo principal de comercialização. Alguns camponeses encontram-se mais integrados ao mercado capitalista, outros possuem mais autonomia na produção e comercialização. Essas diferenças estão relacionadas às variadas práticas desenvolvidas no processo de produção e comercialização dos produtos do campesinato.

As duas modalidades de reprodução camponesa analisadas nesta pesquisa, apesar de serem distintas entre si, apresentam elementos que as unificam, como a permanência do uso da mão de obra familiar, a terra sendo utilizada para o trabalho e para a morada (*terra de trabalho e morada*), o cultivo de gêneros para o autoconsumo e as relações estabelecidas em âmbito comunitário (aspectos culturais).

A produção de alimentos para o autoconsumo demonstrou variações no decorrer do tempo nas duas áreas pesquisadas. Constatamos que os camponeses da Colônia Pulador apresentam uma maior diversificação da produção para o autoconsumo (quadro 13), porém em algumas unidades, principalmente onde a produção é realizada por idosos, houve uma

considerável redução da produção de vários gêneros alimentícios. O arroz e o feijão, alimentos presentes diariamente na mesa dos brasileiros, não são mais produzidos na Colônia.

No final do século XX, a introdução da pecuária contribuiu para a produção do leite e seus derivados na Colônia. A mandioca também sofreu redução em sua produção, assim como a farinha de mandioca. Atualmente, na Colônia Pulador mantém-se a produção de diversos gêneros, no entanto, em menor quantidade se comparada aos primeiros anos.

[...] quando nós chegamos aqui, plantávamos de tudo, a terra era boa demais, lá no Pernambuco era muito difícil produzi, aqui a terra era boa demais... a gente planto mandioca, milho, tinha tudo na horta, uns pé de fruta... era uma fatura... hoje muita coisa não vinga... até que plantamos bastante mais a quantidade é bem menor (Entrevista realizada em 12/5/2018).

As divisões das propriedades para atender o sistema de herança fizeram com que vários camponeses da Colônia Pulador ficassem com espaços muito pequenos, dificultando a produção para comercialização. Então, eles passam a vender sua força de trabalho e utilizam sua unidade de produção para moradia e produção de alguns alimentos para o autoconsumo.

Quadro 13 – Colônia Pulador e Jamic
Produção de gêneros para o autoconsumo

Períodos	Colônia Pulador	Colônia Jamic
Primeiros anos de migração	Arroz, feijão, milho, mandioca, derivados da mandioca (farinha de mandioca, polvilho de tapioca e massa puba), galinha, ovos de galinha, porco, frutas, hortaliças e castanha do baru.	Hortaliças, frutas, arroz, soja e milho.
Atualidade	Mandioca, derivados da mandioca (farinha de mandioca, polvilho de tapioca e massa puba), galinha, ovos de galinha, gado, porco, leite, queijo, requeijão, frutas, hortaliças e castanha do baru.	Hortaliças, frutas e ovos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2018).

No caso da Colônia Jamic, nos primeiros anos de imigração, havia a produção de hortaliças, frutas, arroz, soja e milho (quadro 13). A produção era para o autoconsumo, mas eles também tentaram produzir para a comercialização. Atualmente, encontramos a horta doméstica sendo cultivada para o autoconsumo da família, não ocorrendo produção de outros itens para o autoconsumo e, conseqüentemente, havendo uma maior dependência dos produtos adquiridos no mercado. A redução da produção para o autoconsumo se deu a partir do momento em que os camponeses passam a se especializar na produção de ovos, que foi impulsionada pelas demandas do mercado conquistado pela CAMVA. Outro fator que não permitiu a diversificação da produção na Colônia é a qualidade do solo.

Chegamos aqui 1959, não tinha nada aqui, nem casa tinha. Começamos plantando, hortaliças, arroz e milho, mas a produção foi muito pequena, não dava pra vendê. Com a produção de ovos tudo ficou melhor, a avicultura é uma atividade que não precisa de solo bom. Aqui o pessoal mantém a horta, mas é pouco coisa só para o consumo mesmo. Outra coisa não planta não, primeiro porque o solo não é bom e segundo, porque a produção de ovos exige demais da gente. A gente mantém o citrus, porque não dá trabalho (Entrevista realizada em 26/8/2018).

O movimento histórico da reprodução social camponesa nos recortes territoriais pesquisados está articulado às diversas estratégias de resistência adotadas para a permanência *na terra de trabalho e morada*.

De acordo com Woortmann (1988), os grupos sociais se organizam a partir de valores, como terra, família e o trabalho. A forma como a família camponesa se organiza mediante esses valores é que indicará o seu “grau de campesinidade”. Ele prefere não chamar de camponeses, mas de “campesinidade”, referindo-se a uma qualidade que os grupos sociais mantêm com base em valores construídos historicamente e socialmente.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. Neste último tipo de sociedade, as três categorias acima referidas existem, naturalmente, mas elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma, como uma *coisa*, ou como uma mercadoria: a família também é pensada em si, sem relação com o trabalho ou com a terra, o mesmo acontecendo com o trabalho, que pode mesmo ser pensado como uma abstração, como um “fator” (WOORTMANN, 1988, p. 23).

Concordamos com Woortmann (1988) a respeito dos valores éticos e morais que norteiam as economias camponesas, que são muito distintos dos valores das economias capitalistas. Mas, em nossas investigações, partimos de múltiplas determinações para compreender como os camponeses se reproduzem na contemporaneidade, considerando o avanço das relações capitalistas de produção no campo. Portanto, consideramos a dimensão cultural crucial para as análises da reprodução social camponesa. Todavia, compreendemos que as pesquisas devem abarcar a totalidade dos processos que condicionam a reprodução desses sujeitos sociais.

Ploeg (2008, p. 40) estabelece as características essenciais da “condição camponesa”, sendo elas: a luta constante por autonomia em contextos de dependência, marginalização e privação; a busca por uma base de recursos interna à unidade de produção, controlada e gerenciada pelos camponeses; maior utilização de recursos internos a unidade de produção; e a interação com o mercado capitalista. O autor ainda destaca que, “dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades”, externas à unidade de produção. O autor também considera que “padrões de cooperação” podem regular e fortalecer a inter-relação entre as características da “condição camponesa”.

Ademais, identificamos um conjunto de estratégias de resistência empreendidas pelo campesinato das áreas estudadas. Essas táticas foram fundamentais para a reprodução social desses sujeitos. Algumas delas proporcionaram mais autonomia para eles. Outras resultaram na perda ou na redução da autonomia. No entanto, a perda de autonomia não é um processo linear e ela pode ser recuperada em outros momentos, considerando a recriação de mecanismos desenvolvidos nas unidades de produção. No quadro 14, apresentamos um conjunto de indicadores que nos permite analisar a autonomia em unidades de produção camponesa.

Quadro 14 – Indicadores da autonomia camponesa

Indicadores de maior autonomia	Indicadores de menor autonomia
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Produção para o autoconsumo; ✓ Diversidade na produção; ✓ Valorização de recursos disponíveis na unidade de produção; ✓ Menor dependência de recursos adquiridos no mercado; ✓ Desenvolvimento de estratégias na comercialização do produto (circuitos curtos de comercialização); ✓ Cooperativismo (autonomia na produção, no beneficiamento e na comercialização); ✓ Base de recursos interna fortalecida; ✓ Relações de reciprocidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior dependência de relações mercantis; ✓ Menor diversidade na produção; ✓ Especialização da produção; ✓ Sujeição da renda da terra ao capital; ✓ Trabalho acessório; ✓ Enfraquecimento das relações de reciprocidade na comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Colônia Pulador, ao longo de todo o seu processo histórico de produção territorial, verificamos a reprodução de relações camponesas de produção, por meio de várias estratégias na tentativa de conquistar uma maior autonomia frente às relações com o mercado. Atualmente, a permanência de camponeses está relacionada a essas estratégias internas que permitiram que

as famílias continuassem desenvolvendo o modo de vida camponês¹²³. Entretanto, vários fatores também contribuíram para a redução da produtividade, para o desenvolvimento de outras atividades não vinculadas à terra (trabalho acessório) e para a migração de camponeses para a área urbana. Para Ploeg (2009, p. 21),

uma característica que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade de produção e consumo é limitada e está sob crescente pressão. Isso decorre de mecanismos internos, tais como questões envolvendo herança, que implicam principalmente a partilha de recursos entre um número crescente de núcleos familiares. Também se deve a pressões externas sobre os recursos como, por exemplo, mudanças climáticas e/ou usurpação de recursos por interesses de grandes corporações voltadas para a exportação.

Na Colônia Jamic, no decorrer do processo de produção territorial, houve o desenvolvimento de mecanismos de reprodução baseadas no cooperativismo, que contribuíram para a reprodução das famílias e para provocar alterações nas relações de trabalho e produção. Navarro (1993, p. 342) refere-se à “autonomia organizacional” como sendo um dos pilares da força da comunidade em nível local. Essa autonomia está fortemente vinculada ao sentimento de pertencimento comunitário do grupo.

Sendo assim, Navarro (1993, p. 350) utiliza o conceito de “cultura do trabalho”, ao se referir a aspectos culturais de um grupo social que reúne um “conjunto de comportamentos, normas, atitudes e valores, que resultam de um processo histórico específico”. Todos os componentes desse processo (econômico, social, político e ideológico) e as experiências coletivas moldam a cultura do grupo, que “não é estática e nem homogênea”, passando por evoluções e se modificando constantemente, à medida que seus componentes são alterados a partir da renovação das práticas adotadas pelo grupo.

No quadro 15, indicamos as principais características das modalidades de reprodução camponesa pesquisadas. Apesar de serem modalidades distintas e de apresentarem estratégias distintas de reprodução, percebemos a centralidade da família e a terra sendo utilizada para o trabalho e morada.

¹²³ As estratégias desenvolvidas pelo campesinato da Colônia Pulador são apresentadas no capítulo 3 desta tese.

Quadro 15 – Colônia Pulador e Jamic
Principais características das modalidades de reprodução camponesa

Colônia Pulador	Colônia Jamic
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização da mão de obra familiar; ✓ <i>Terra de trabalho e morada</i>; ✓ Produção para o autoconsumo; ✓ Produção para o mercado; ✓ Desenvolvimento de estratégias para a comercialização dos produtos; ✓ Beneficiamento de produtos; ✓ Relações de reciprocidade; ✓ Trabalho acessório; ✓ Diversidade na produção; ✓ Desenvolvimento de atividades comunitárias de cunho religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização da mão de obra familiar; ✓ <i>Terra de trabalho e morada</i>; ✓ Produção para o autoconsumo; ✓ Organização com base no cooperativismo (CAMVA); ✓ Utilização da mão de obra assalariada; ✓ Especialização da produção (avicultura de postura); ✓ Mecanização do processo produtivo; ✓ Prática do associativismo; ✓ Desenvolvimento de atividades culturais e comunitárias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentamos no capítulo 4, o processo de reprodução camponesa da Colônia Jamic conduziu as unidades de produção a processos de diferenciação, tendo em vista a organização interna das unidades para atender as demandas do mercado conquistado a partir da formação da CAMVA, resultando em um aumento na produtividade, contratação de mão de obra assalariada e, mais recentemente, a mecanização de alguns processos produtivos, ocasionando diferenças na “condição camponesa” entre as unidades de produção da Colônia. Segundo Ploeg (2008, p. 101), o modo camponês implica sempre “um equilíbrio entre os interesses comunitários e os interesses individuais”. O cooperativismo foi uma estratégia adotada para a permanência das famílias na Colônia Jamic.

A natureza específica desse equilíbrio depende, como é óbvio, de sua posição no tempo e no espaço. *A cooperação, seja de que tipo for, é sempre uma instituição estratégica e indispensável dentro das sociedades camponesas, especialmente quando enfrentam ambientes hostis. A cooperação representa uma linha de defesa muito necessária, apesar de nem sempre efetiva. Contudo, o fato de ser uma instituição fundamental não implica que sua forma de organização seja sempre a mesma. De fato, existem muitas formas diferentes, algumas das quais podem ser mais aptas, mais adequadas e mais eficientes que outras* (PLOEG, 2008, p. 101-102, grifos nossos).

Para o autor, as relações desenvolvidas entre o Estado e o setor agrícola são desarticuladas, pois o Estado tende a impor esquemas regulatórios que dificultam as relações de produção e comercialização, principalmente quando se tratam de pequenos produtores camponeses. Nesse contexto, as “cooperativas territoriais” caracterizam-se como novas formas de regulação local, organizadas pelos próprios produtores que criam novas estratégias para a produção e comercialização dos produtos produzidos localmente.

Essa nova instituição se baseia essencialmente no capital social disponível no território e, ao mesmo tempo, o fortalece. Igualmente importante é a rede de inter-relações com outras instituições regionais, nacionais (e, por vezes, supranacionais). Através dessa rede, novos serviços, novos produtos e mais espaço são criados e disponibilizados, o que de outra forma seria difícil de conseguir (PLOEG, 2008, p. 209).

Tavares do Santos (1978, p. 120), analisando o setor cooperativista de uma região de colonização italiana, no Rio Grande do Sul, observou o caráter da subordinação e apropriação da renda camponesa pela cooperativa, seguindo assim “as determinações da reprodução ampliada do capital”.

[...] a diretoria da cooperativa estabelece relações de exploração tanto sobre os trabalhadores da cooperativa quanto sobre os associados camponeses... Os associados cuja decisão seria soberana, comparecem à Assembleia “*só prá vê*, pois ela é feita “*por eles*” e quem “*falam son eles*”... Na medida em que ela é um instrumento de transformação de matéria-prima agrícola... ela corporifica a cidade (produção industrial) dominando o campo (os associados camponeses), pela apropriação do sobre trabalho camponês... Deste modo, o valor do produto que a cooperativa lança no mercado estão incorporados o sobretrabalho do camponês e a mais-valia do operário da cooperativa (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 120-124, grifos nossos).

Como apresentamos no capítulo 3, na Colônia Pulador também há a atuação de uma Cooperativa, a COPRAN. A partir de nossas investigações, considerando as entrevistas realizadas, notamos que a COPRAN não apresenta vantagens aos cooperados. Demonstramos que o preço pago pelo produto do campesinato é menor quando a entrega é feita na Cooperativa, o que caracteriza a apropriação da renda camponesa pela instituição. Isso resulta em um baixo número de cooperados na Colônia, que percebem o caráter exploratório da Cooperativa:

Eu deixei de entregar a farinha na Cooperativa, não tava compensando, a única vantagem da Cooperativa é que eles pegam qualquer quantidade. Às vezes quando eu levo lá no Mercado eles pegam só um pouco. Mas no Mercado, o pagamento é na hora, na Cooperativa demora mês (Entrevista realizada em 26/1/2018).

Quando a Cooperativa foi criada as reuniões era todas aqui, não lá na cidade. Eu acho que o certo mesmo é a Cooperativa estar aqui na Colônia, não lá na cidade. Se a Cooperativa fosse aqui, com certeza a gente tava entregando pra ela (Entrevista realizada em 26/1/2018).

Por outro lado, no caso da Colônia Jamic, a CAMVA representa a autonomia na produção e comercialização do produto. As decisões são definidas em grupo, com reuniões mensais. A cada dois anos ocorre uma eleição para que os cooperados possam eleger novos

membros da administração, que devem ser associados. Percebemos que essa estrutura administrativa permite a *apropriação camponesa da renda*, a partir das vantagens oferecidas aos produtores na compra de insumos e matéria-prima e do beneficiamento dos ovos sendo realizado pela Cooperativa:

Não precisamos compra a ração, a Cooperativa fornece a ração para todas as fases das aves. Nós fazemos quatro pedidos de pintinhos por ano, os pedidos são feitos direto na Cooperativa, a empresa entrega o pintinho aqui, mas o pedido é feito lá na Cooperativa, assim conseguimos um preço melhor no pintinho. A Cooperativa faz tudo, a gente só se preocupa com a produção. Toda vez que tem que decidir algo, todos nós participamos... nem sempre todo mundo concorda com tudo, mais aí fazemos votação (Entrevista realizada em 15/6/2018).

O cooperativismo desenvolvido na Colônia Jamic representa a luta desse grupo social por uma maior autonomia para a produção, beneficiamento e comercialização dos ovos. A organização das atividades nas unidades de produção ocorre para atender as demandas da Cooperativa, o que contribuiu para a redução da produção de outros gêneros para o autoconsumo e a dependência do mercado para a aquisição de outros produtos necessários para a reprodução da família. Para suprir as demandas do mercado e, considerando o excesso de trabalho da avicultura de postura, os camponeses passam a se dedicar à produção de ovos. Assim, a conquista da autonomia produtiva na Colônia permitiu a reprodução camponesa e, ao mesmo tempo, conduziu as unidades de produção à uma maior dependência de relações mercantis.

Para Candido (1973, p. 199), o aumento da dependência do mercado capitalista condiciona um novo ritmo de trabalho, conduzindo reorganizações espaciais na unidade de produção (novos ajustes) e novas relações estabelecidas com o meio. No campesinato, esses ajustes resultam na coexistência de “fatores de persistência” (continuidade de modos tradicionais) e “fatores de transformação” (incorporação de padrões modernos).

Para o estudioso, os elementos culturais de um grupo social funcionam como “fatores de persistência”, e resistem aos impactos provocados pela dependência das relações capitalistas. São reguladores da mudança, “permitindo tender àquele ritmo satisfatório em que se encontra melhores condições para se processar, podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural” (CANDIDO, 1973, p. 211).

Na Colônia Pulador, a diversidade de produtos produzidos em algumas unidades de produção representa uma menor dependência de produtos adquiridos no mercado. O beneficiamento dos produtos pelo campesinato possibilita o aumento da renda, tendo em vista

as relações sociais e culturais contidas no produto do campesinato que passou pelo processo de beneficiamento.

Como exemplo, podemos citar os produtores de farinha de mandioca da Colônia Pulador, que se reproduzem na contemporaneidade, desenvolvendo uma atividade que requer a intensificação do trabalho familiar. A partir da utilização de instrumentos manuais para a produção da farinha, eles resistem com a manutenção das tradicionais formas de produção que foram repassadas através de gerações. Com essa atividade, mantêm-se na *terra de trabalho e morada*, produzindo para o autoconsumo da família e para o mercado.

No que se refere à perda da autonomia na Colônia Pulador, observamos que uma consequência se revela quando o padrão reprodutivo da família camponesa está ameaçado. Nesse cenário, membros da família recorrem a atividades externas à unidade de produção. O desenvolvimento dessas atividades (trabalho acessório) pode reduzir a autonomia da família camponesa, principalmente quando ocorre a diminuição da produção para o autoconsumo e a maior dependência de produtos adquiridos no mercado.

No caso dos camponeses da Colônia Pulador, essa proletarização representa uma alternativa para a permanência na terra¹²⁴. Portanto, é uma estratégia de resistência para não acontecer a expropriação do campesinato, como pode ser observado em outras frações territoriais de Mato Grosso do Sul, onde a territorialização do capital tem provocado a total expropriação do camponês.

Outra consequência é quando ocorre a “sujeição da renda da terra ao capital”. Ou seja, a diminuição da autonomia camponesa é revelada a partir de uma produção direcionada para atender as demandas do mercado capitalista e a apropriação de parte da renda camponesa pelo mercado capitalista. Esse é o caso dos camponeses da Colônia Pulador que produzem leite e entregam o produto para empresas de laticínios. A apropriação da renda camponesa por outras instituições prejudica a base de recurso interna do campesinato, tendo em vista a diminuição da renda produzida na unidade de produção.

Revelamos em nossa pesquisa os circuitos de comercialização como importante estratégia para a reprodução social camponesa. Vimos que a participação em circuitos curtos de comercialização, principalmente a partir da venda direta, oportuniza a produção de renda com autonomia na unidade de produção. Observamos que a participação de camponeses em circuitos longos pode indicar a “sujeição da renda da terra camponesa ao capital”, quando parte

¹²⁴ Porém, é importante enfatizar, de acordo com Mizusaki (2009), que esse não é um processo linear. Em alguns casos, a proletarização e a perda de autonomia são passageiras, podendo levá-los a uma recampesinização em outros momentos.

da renda camponesa é transferida para agentes participantes do circuito, que é a situação mais comum analisada no campesinato. Todavia, revelamos que a participação no circuito longo de comercialização também pode indicar a autonomia produtiva, quando se criam mecanismos para a redução de agentes, como ocorre na Colônia Jamic, com a mediação da CAMVA.

Na Colônia Jamic, além do cooperativismo, vimos que o associativismo, por meio da prática de atividades culturais e esportivas entre os membros do grupo, fortalecem os laços de amizade e valorizam a cultura *nikkei* da Colônia. Essas atividades são consideradas por nós como estratégias de resistência, que demonstram a importância do lugar nas relações sociais da Colônia, intensificando as relações praticadas em âmbito comunitário, principalmente a partir do trabalho voluntário na Associação. Mesmo com a inserção das relações capitalistas na Colônia Jamic, o sentimento de pertencimento comunitário permanece entre os integrantes do grupo.

Na Colônia Pulador, com o passar do tempo, as atividades vinculadas à cultura nordestina deixaram de ser realizadas. Porém, verificamos uma organização interna para atender as festividades religiosas locais. Essas atividades coletivas também contribuem para consolidar as relações de amizade, afetividade e reciprocidade na Colônia.

No que se refere às relações de reciprocidade, na Colônia Pulador, embora essas relações tenham sofrido alterações, identificamos a manutenção da prática da ajuda mútua, do mutirão e das doações voluntárias de alimentos. Essas ações desenvolvidas na esfera comunitária se tornam importantes estratégias de resistência adotadas para o contínuo processo de reprodução do grupo social.

Sabourin (2009, p. 46) faz uma avaliação da reprodução camponesa no Brasil, considerando a prática da reciprocidade, e não somente partindo das relações de troca mercantil. Para ele, no Brasil, encontramos diferentes modelos de agricultura camponesa, “de menor ou maior integração no mercado capitalista e de maior ou menor autonomia”, sendo indispensável pensar esses vários modelos não somente a partir da troca mercantil, mas também mediante as relações de reciprocidade, que podem ser observadas em vários níveis, desde produção, beneficiamento, inovações técnicas, comercialização e busca por políticas públicas.

[...] reciprocidade se expressa por meio de formas de solidariedade, na produção ou na redistribuição de alimentos, que constituem o nível do real; mas ela existe também no plano simbólico, através da reza, do canto, do compartilhamento do verbo. A linguagem está na base da reciprocidade. Este compartilhamento recíproco permitido pela linguagem dá sentido à ação do homem (SABOURIN, 2009, p. 52).

Em um cenário que as trocas mercantis são colocadas como prioritárias, as relações de reciprocidade são fundamentais para fortalecer a coletividade em uma comunidade, seja em comunidades rurais como estamos analisando aqui, seja em urbanas. Essas relações permitem reduzir as atitudes individualistas que o sistema capitalista impõe sobre os indivíduos e estimular a valorização de práticas que possuem como objetivo beneficiar o grupo ou auxiliar indivíduos de um grupo. Essas práticas, mesmo permeadas por contradições internas, são cruciais para a reprodução social camponesa.

As relações de reciprocidade tornam-se uma alternativa à ausência de políticas públicas em uma região, por exemplo, quando há a ausência da manutenção de serviços de uso coletivo, como a manutenção de uma estrada que dá acesso a uma região, ou de escolas. Os indivíduos desse grupo podem se organizar para realizar essas atividades ou reivindicar junto ao poder público local ações políticas na região. O auxílio a famílias que estão passando por dificuldades, tendo em vista que um membro da família está doente, ou a troca de alimentos entre famílias, são atividades que auxiliam na reprodução social desses sujeitos, mas também proporciona desenvolver atividades que dificilmente podem ser encontradas em locais onde as relações capitalistas de produção se territorializaram, como ocorre nas frações territoriais dominadas pelo agronegócio em Mato Grosso do Sul.

Ainda utilizando o conceito de “cultura do trabalho” em Navarro (1993, p. 352), vimos que, para o autor, a cultura do trabalho é o “conjunto de comportamentos, normas, valores” de membros de um grupo social e está relacionada diretamente com o “processo de produção”, como as estratégias adotadas nos processos produtivos que garantem a reprodução social do grupo. Contudo, a cultura do trabalho vai além desses elementos; para ele, é necessário considerar toda “a vida social e ao sistema global de pensamento da sociedade dos indivíduos. A orientação cognitiva do setor social, seu *ethos*, a visão de mundo de seus componentes, entrariam dentro do conceito”. Assim, a cultura do trabalho também está sujeita a influências de elementos da “ideologia da classe dominante”.

Nessa perspectiva, reforçamos a ideia de compreender a diversidade de formas de viver e de trabalhar na terra, considerando a influência do capitalismo no campo, que estabelece mecanismos para sujeitar a reprodução desses sujeitos sociais ao seu processo de desenvolvimento. Os métodos adotados pelos camponeses, ao mesmo tempo em que estão articulados ao sistema dominante, podem criar mecanismos de resistência a sujeição, a partir do desenvolvimento de várias práticas locais.

Scott (2002, 2011, 2013) também examina diferentes formas de resistência empreendida pelo campesinato, entre elas, as que estão longe de movimentos organizados. O estudioso

ressalta as resistências cotidianas, informais, muitas vezes silenciosas, que acabam não sendo percebidas pela classe dominante.

As resistências estudadas por Scott em comunidades asiáticas, apesar de distintas das identificadas em nossa pesquisa, tornam-se importantes para nosso trabalho, pois o autor considera as formas cotidianas de resistência como sendo práticas locais do campesinato, que permitem a permanência desses sujeitos no campo. As relações de reciprocidade criadas em comunidades rurais no Brasil, muitas vezes, não são percebidas pelo poder público local. Tratam-se de ações silenciosas e podem ser consideradas estratégias cotidianas de resistência, como as analisadas por Scott.

A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante (SCOTT, 2011, p. 219).

Fabrini (2006, 2007, 2008) também enfatiza a importância de práticas, internas ou externas às unidades de produção, que auxiliam a reprodução social camponesa, muitas vezes em contextos de privações e subordinação.

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Assim como os autores, destacamos em nossa pesquisa um conjunto de estratégias geradas pelo campesinato que podem ser identificadas como formas cotidianas de resistência a partir de diferentes práticas executadas na unidade de produção e em âmbito comunitário. Essas diferentes práticas resultam na diversidade de sujeitos sociais no campesinato. Porém, embora a diversidade de sujeitos seja um elemento evidente no campo sul-mato-grossense, eles possuem a centralidade da família na organização das atividades na unidade de produção, constituindo, assim, um modo de vida por meio da utilização da terra para o trabalho e para a morada (*terra de trabalho e morada*).

Compartilhamos também das ideias propostas por Harvey (2016, p. 272), que estabelece diretrizes para uma prática política na luta contra a reprodução ampliada do capital e das desigualdades resultantes desse processo. Para o pesquisador, entre outras diretrizes, é fundamental que exista uma “maior diversificação possível dos modos de viver e ser, nas relações sociais e com a natureza, nos hábitos culturais e nas crenças dentro das associações territoriais, comuns e coletivas”. O caráter classista do campesinato permite uma prática política que visa a manutenção da diversidade de formas de viver e de trabalhar no campo na atualidade. A organização do campesinato seja em movimentos sociais, em associações comunitárias ou em entidades de cunho cultural ou religioso, propicia a valorização de diferentes práticas, refletindo na diversidade de sujeitos no campo.

Para Ploeg (2016), a unidade de produção camponesa é afetada pelo contexto capitalista. Entretanto, não é diretamente governada pelo capitalismo. Para ele, utilizando-se de uma perspectiva de análise chayanoviana, a unidade de produção camponesa é governada por um conjunto de equilíbrios.

Tais equilíbrios associam a unidade, seu funcionamento e seu desenvolvimento, ao contexto capitalista mais amplo, porém de formas complexas e definitivamente distintas. Esses equilíbrios são princípios de organização. Eles modelam e remodelam o modo como os campos são lavrados, como o gado é criado, como o trabalho de irrigação é construído e como as identidades e relações mútuas de desenrolam e se concretizam. O âmbito e a complexidade dos equilíbrios envolvidos, que são constantemente reavaliados, dão origem a notável *heterogeneidade da agricultura camponesa* e criam uma ambiguidade permanente. Por um lado, o camponês é oprimido e não compreendido, por outro lado, é indispensável e altivo. O camponês sofre e resiste: às vezes em momentos distintos, às vezes simultaneamente. Uma confusão similar e contradições visíveis se aplicam à agricultura como um todo; às vezes testemunha processos e períodos de descampesinação e às vezes de recampesinação. Tudo isso pode ser rastreado até as complexas interações entre os diferentes equilíbrios e como cada equilíbrio é projetado e reprojetoado por diferentes sujeitos (camponeses, suas famílias, comunidades, grupos de interesses, comerciantes, bancos, aparatos do estado, agroindústrias, etc.) (PLOEG, 2016, p. 9, grifos nossos).

Assim como Ploeg (2008, 2016), compreendemos que o camponês busca constantemente um equilíbrio em sua unidade de produção e consumo. “É o próprio camponês que ajusta e reajusta esses equilíbrios” (PLOEG, 2016, p. 9). A busca pelo equilíbrio cria uma diversidade de estratégias para a permanência na *terra de trabalho e morada*, o que o coloca em uma condição que está sempre em transformação.

O “trabalho acessório” pode ser uma alternativa para permanecer na terra, por intermédio da venda temporária ou permanente de sua força de trabalho, o camponês pode

permanecer na *terra de trabalho e morada* com sua família, negando, assim, a expropriação/proletarização. No caso da expropriação, ele pode utilizar-se do trabalho assalariado como forma de buscar meios para retornar à *terra de trabalho e morada*. A atuação dos movimentos sociais é fundamental nesse processo. Em outros casos, a “sujeição camponesa ao capital” pode ser uma opção de reprodução. Permanecem, porém, subordinados à uma lógica produtiva capitalista.

Nesse sentido, pode ocorrer a resistência à sujeição, a partir de várias estratégias adotadas internamente (produzir uma diversidade de produtos, realização do beneficiamento de produtos, venda direta, prática da reciprocidade, entre outras), que minimizam a apropriação da renda camponesa por outros setores, fortalecendo a autonomia do campesinato.

Em outros casos, uma organização com base no cooperativismo pode provocar uma reestruturação produtiva nas unidades, consolidando a base de recursos interna, com a *apropriação camponesa da renda*, podendo proporcionar tanto processos de reprodução camponesa, como processos de diferenciação no campesinato.

Todas essas situações caracterizam a permanência de camponeses no campo e as diferenciações que ocorrem em meio ao campesinato. Eles são sujeitos sociais que estão inseridos em uma realidade social que está sempre em movimento, portanto, uns resistem mantendo sua estrutura produtiva, outros se transformam, integram-se, articulam-se. Porém, “sempre mantendo a unidade básica de produção familiar”, que caracteriza o modo de vida camponês (MIZUSAKI, 2009, p. 277).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda metade do século XX e o início do século XXI se caracterizam pelas profundas alterações na dinâmica produtiva das sociedades. Essas mudanças, apesar da diversidade de formas e estratégias de resistência, afetaram significativamente o modo de viver e de produzir do campesinato da contemporaneidade, redefinindo a produção e os diferentes meios de luta pela permanência na *terra de trabalho e morada*.

As transformações sociais do campesinato na atualidade expressam mecanismos de resistência e reprodução. Conforme apresentamos no capítulo 1 desta tese, após a década de 1970, tivemos profundas modificações na base técnica da agricultura sul-mato-grossense, com a expansão da industrialização do campo, resultando em mudanças na forma de viver e de trabalhar no campo. Nesse contexto, após 1970 houve uma grande ampliação nos processos de proletarianização no campo e na cidade, com a expropriação camponesa, mas também ocorreu a ampliação dos movimentos de resistência contra a expansão capitalista no campo. Consoante as discussões apresentadas em nossa pesquisa, ressaltamos que o desenvolvimento do capitalismo no campo sul-mato-grossense apresenta várias contradições.

A organização dos camponeses em movimentos sociais, a partir da década de 1980, caracteriza a resistência do campesinato e a luta pela *terra de trabalho e morada*. Nessa perspectiva, os camponeses que foram expropriados de suas frações territoriais, ao longo do processo de urbanização do território brasileiro, têm a possibilidade de retornar à terra. A afirmação de classe do campesinato se dá nesse contexto de luta pela terra e, após a conquista da terra, a luta pela permanência nela.

Porém, como apresentamos neste estudo, o caráter de classe do campesinato e sua formação não se dão apenas no âmbito dos movimentos sociais. Nossas áreas de pesquisa revelam a formação de um campesinato que nasce a partir da necessidade de reprodução social. Os processos (i)migratórios caracterizam a produção dessas frações territoriais camponesas.

Como apresentamos no capítulo 2 desta tese, as (i)migrações também podem ser consideradas como formas de resistência camponesa. A busca pela terra em outra região, além de negar a proletarianização, garante a reprodução do modo de vida camponês e a manutenção de tradições culturais familiares e comunitárias.

As comunidades camponesas investigadas se mantêm no campo na atualidade e, apesar da diversidade de sujeitos, o desenvolvimento do modo de vida camponês é a sua principal característica. O estudo de comunidades camponesas torna-se imprescindível para compreender o movimento histórico da reprodução desses sujeitos, principalmente com a expansão

capitalista no campo, no qual seu caráter contraditório, ao mesmo tempo que expropria, permite a permanência camponesa sujeitando-a ao seu processo de desenvolvimento.

Nesta pesquisa, identificamos uma luta constante por autonomia. Na Colônia Pulador, várias estratégias foram adotadas internamente para reduzir a exploração da renda da terra camponesa, possibilitando, assim, a reprodução social desses sujeitos por meio da produção de renda. Na Colônia Jamic, por sua vez, a luta por autonomia teve como base a organização social do grupo a partir do cooperativismo, representado pela formação da CAMVA.

Nesse sentido, os grupos sociais, com suas inúmeras práticas, demonstram o caráter heterogêneo do movimento de sua reprodução social e sua permanência no campo, caracterizando a diversidade das frações territoriais rurais.

Posto isso, no capítulo 3, vimos que na Colônia Pulador a reprodução camponesa ocorre utilizando vários elementos, internos e externos ao modo de vida camponês. Atualmente, a prática de atividades externas à unidade de produção (trabalho acessório), a complementariedade de renda com o benefício da aposentadoria, o desenvolvimento de diferentes mecanismos para a comercialização que negam a exploração da renda da terra camponesa (participação em circuitos curtos de comercialização) e a “sujeição camponesa ao capital” indicam que esses sujeitos interagem de diferentes formas com o modo de produção dominante, o que tem garantido a reprodução desses sujeitos sociais.

No capítulo 4, para examinarmos a reprodução camponesa na Colônia Jamic, identificamos o processo de *apropriação camponesa da renda* como sendo crucial para compreender como esses sujeitos se articulam com o modo de produção capitalista, a partir da criação de mecanismos que impedem que parte da renda camponesa seja apropriada por outros setores. A *apropriação camponesa da renda* favoreceu a reestruturação produtiva e os processos de diferenciação social na Colônia. Porém, é importante ressaltar que este último processo não foi progressivo e linear: embora algumas unidades indiquem processos de diferenciação, verificamos a manutenção de relações camponesas, como o vínculo com a terra a partir do trabalho familiar, a terra não sendo utilizada apenas para o trabalho, mas para a morada da família e a presença de práticas culturais desenvolvidas em âmbito comunitário.

Constatamos, ainda, que os estudos camponeses devem levar em consideração as múltiplas determinações que caracterizam o movimento da reprodução social camponesa, mediante o desenvolvimento do capitalismo no campo. Dessa maneira, não correremos o risco de desconsiderar as particularidades culturais do modo de vida camponês. Um exemplo disso é quando a pesquisa se realiza apenas a partir de elementos de ordem econômica. Nesses trabalhos, possivelmente os camponeses estarão condenados ao desaparecimento, de um lado,

e de outro, ao progresso econômico. “Se bem sucedidos”, tornar-se-iam capitalistas, “se mal sucedidos”, seriam proletários, assim como previam os autores marxistas clássicos.

Nessa circunstância, eles desconsideram as inúmeras estratégias desenvolvidas pelo campesinato, em sua multidimensionalidade, para a permanência na *terra de trabalho e morada*. Do mesmo modo, se examinarmos apenas o cunho cultural, não conseguiremos averiguar como ocorre a inserção das relações capitalistas nas frações territoriais pesquisadas e como os camponeses se recriam por meio de sua interação com o mercado capitalista. Assim, o movimento histórico da reprodução social camponesa deve ser analisado em sua totalidade, propiciando, assim, a compreensão dos processos que permeiam esse movimento e suas contradições.

Em nossa pesquisa, demonstramos que o processo de produção e apropriação da riqueza social no campo pode ocorrer por processos de “territorialização do capital” e de “monopolização do território pelo capital”, em que se notam diferentes estratégias aplicadas pelos camponeses para a produção de renda com mais autonomia nos processos de produção e comercialização. Ressaltamos, também, os circuitos curtos de comercialização importantes nesses processos, e que o processo de produção e apropriação da riqueza social no campo pode ocorrer pela *apropriação camponesa da renda*. Esta última permite que camponeses articulados ao sistema capitalista criem mecanismos que minimizem a apropriação da renda produzida no campesinato.

Consideramos os estudos camponeses primordiais para a busca de soluções alternativas para o capitalismo. Com a expansão do capital no campo, percebe-se o crescimento da homogeneidade dos espaços rurais e a perda da qualidade de vida das pessoas, tanto no campo como na cidade, tendo em vista o desenvolvimento dos processos migratórios campo-cidade e a conseqüente ampliação de relações de mercantilização a partir da “territorialização do capital” e da “monopolização do território pelo capital”.

A reprodução camponesa está pautada na produção de valores de uso, no entanto, vimos que ela também pode acontecer por meio de valores de troca. A produção de valores de uso permite o desenvolvimento de práticas que podem ser encontradas apenas em comunidades onde as relações capitalistas de produção não se territorializaram, como as ações de reciprocidade efetuadas em comunidades rurais, como a troca de produtos entre famílias camponesas e a doação voluntária de produtos, como pudemos observar na Colônia Pulador.

Em frações territoriais camponesas onde a inserção das relações capitalistas de produção é mais evidente, como é o caso da Colônia Jamic, na qual a reprodução camponesa está pautada na produção de ovos para o mercado, constatamos a recriação de estratégias para aumentar a

autonomia de produção e circulação do produto do campesinato. Nesse caso, houve o desenvolvimento de mecanismos internos e externos direcionados para a autonomia camponesa nos processos de produção e comercialização do ovo. Esses métodos, embora voltados a atender uma lógica capitalista produtiva de circulação do produto no mercado, tornaram-se fundamentais para a reprodução social desses sujeitos, contrariando as tendências de expropriação a partir da “territorialização do capital no campo”, ou a “sujeição da renda da terra camponesa ao capital”, a partir da “monopolização do território pelo capital”, como temos observado em Mato Grosso do Sul com a expansão das relações capitalistas no campo.

A unidade camponesa é uma unidade de produção e de consumo. O campesinato possui uma lógica de reprodução baseada na produção para o autoconsumo e para o mercado, com uma busca constante pelo equilíbrio interno na unidade de produção. A quantidade de produtos destinados ao autoconsumo indicará a autonomia camponesa, no que se refere à necessidade de adquirir outros produtos no mercado. A produção para o mercado e as estratégias de comercialização tornam-se elementos indispensáveis para o processo de reprodução camponesa, tendo em vista a produção de renda, condição importante para o fortalecimento da base de recursos interna da unidade de produção.

Para o fortalecimento da base de recursos, várias estratégias podem ser desenvolvidas. Como apresentamos no capítulo 5, algumas delas proporcionam mais autonomia para o campesinato, outras podem provocar a perda da autonomia na unidade de produção, com maior inserção das relações capitalistas de produção e maior dependência de relações mercantis.

A articulação camponesa com o mercado capitalista, junto às estratégias usadas para reduzir a exploração da renda produzida no campesinato e a consequente *apropriação camponesa da renda*, pode conduzir a alterações na dinâmica produtiva, resultando nas diferenciações que ocorrem entre as unidades de produção. Contudo, junto aos processos de diferenciação no campesinato também pode ser verificada a permanência de relações não capitalistas de produção. A análise das práticas desenvolvidas no campesinato, levando em conta a inserção de relações capitalistas de produção em frações territoriais camponesas, será muito relevante para caracterizar a “condição camponesa” do grupo analisado.

Em síntese, evidenciamos que as estratégias de resistência (diferentes práticas desenvolvidas no campesinato em suas múltiplas determinações – social, econômica, política e cultural), revelam-se na dinâmica do território e nos permitem compreender os processos de reprodução camponesa na contemporaneidade. Dessa maneira, entendemos que as estratégias de resistência são fundamentais para a reprodução desses sujeitos sociais, para indicar a autonomia camponesa nos processos de produção e comercialização e para compreender os

processos de diferenciação que ocorrem entre as unidades de produção camponesa, resultando na diversidade de sujeitos sociais encontrados no campo. Porém, apesar disso, o campesinato sul-mato-grossense mantém características que podem ser encontradas em todas as comunidades, como a luta cotidiana pela permanência na *terra de trabalho e morada*, a atuação da família na organização das atividades produtivas e o vínculo cultural e comunitário – aspectos que definem o modo de vida camponês.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense – contexto, propósito e contradições*. 2001. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2013.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. *Revista da ANPEGE*. v. 16. n.º. 29, p. 351 - 390, 2020.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- ARAÚJO, Aline. Pensionato tradicional da cidade corre risco de fechar por falta de estudantes. *Campo Grande News*, 4 maio 2015, 6:12. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/pensionato-tradicional-da-cidade-corre-risco-de-fechar-por-falta-de-estudantes>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- BARBOSA, Constantino Lucimar. *O território e os processos da construção camponesa: bacia leiteira de Aquidauana e assentamento Monjolinho na produção de leite*. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.
- BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: Leituras a partir do México profundo*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica: Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BASQUES, Messias. Aldeinha: a margem esquerda do Rio Aquidauana. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 913-942, set./dez. 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, mar. 2007a.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.10, n. 1, p.11-27, jan./jun. 2007b.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na educação do campo*. 2014. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- CAMVA. *Arquivos Cooperativa Mista de Várzea Alegre*. Acesso em: 10 dez. 2019.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, SP: Livraria Duas Cidades, 1973.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. In: STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato*. 1. ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2016. p. 153-218.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. 200 f.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Trad. R. M. Russivich. Buenos Aires, AR: Nueva visión SAIC, 1974.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2000.

COSTA, Edgar Aparecido da. Terenos - estado do Mato Grosso do Sul: um produto de múltiplas Territorialidades no coração do Cerrado brasileiro. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 146-170, jan./jun. 2011.

COSTA, Ucleber Gomes. *Industrialização e relações de produção nas feculares de Mato Grosso do Sul*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

CPT. *Conflitos no campo 1985-2019*. Goiânia, GO: CPT, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DALPERIO, Lara Cardoso. Estrangeirização de terras por meio da compra no estado do Mato Grosso do Sul: algumas reflexões. *NERA*, Artigo DATALUTA, p. 2-7, out. 2015.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. 1. ed. Curitiba, PR: Kairós, 2013. p. 139-170.

DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra*. Presidente Prudente, SP: NERA, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios*

e Perspectivas de Futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 14-23.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMBRAPA. *Pecuária*. Brasília, DF: Embrapa, 2020a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira/pecuaria>. Acesso em: 18 abr. 2020.

EMBRAPA. *Aves e Suínos*. Brasília, DF: Embrapa, 2020b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves>. Acesso em: 25 maio 2020.

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência Camponesa*. 2002. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. *Geosul*, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, jul./dez. 2006.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, jul./dez. 2007.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato: Territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 239-271.

FABRINI, João Edmilson. Contradições camponesas no Brasil. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 13, n. 30, p. 6-33, ago. 2018.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. 1. ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2014.

FALCHI, Edna de. *Na luta por um pedaço de chão: Experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (ed.). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de conflitos no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e educação do campo no Governo Lula. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 7, n. 14, p.1-23, ago. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-neoliberais: a reforma agrária nos governos FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (org.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária)*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2018. p. 61-80.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. *Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias*. 1. ed. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estud. soc. agric.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

IBGE. *Censo Agropecuário 1975*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1979.

IBGE. *Censo Agropecuário 1980*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1983.

IBGE. *Censo Agropecuário 1985*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1985.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 7 fev. 2018.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 7 fev. 2018.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2017c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 nov. 2018.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IBGE. *História dos municípios*. 2017d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2018.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 30 jul. 2019.

IBGE. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 30 jul. 2019.

INCRA. *Assentamentos de Mato Grosso do Sul*. Brasília, DF: INCRA, 2019.

INEP. *Censo Escolar 2018*. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ISCHIDA, Camila Aya. *A experiência nikkei no Brasil: Uma etnografia sobre imaginários e identidades*. 2010. 295 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KANEZAKI, Susy Lie. *Vida e Tradição na Colônia “Jamic” através da fotografia*. Campo Grande, MS: UFMS, 2014.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. C. Iperoig. São Paulo, SP: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: A baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008a.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato: Territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008b. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2017.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Trad. Olinto Beckerman. 6. ed. São Paulo, SP: Global editora, 1988.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro III: *o processo global da produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. Ed. Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: *o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro Costa. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. *Revista Terra Livre*, Goiânia, ano 21, v. 2, n. 25, p.81-93, jul./dez. 2005.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. *Território e reestruturação produtiva na avicultura*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Modernização, desenvolvimento e dinâmica territorial: Considerações a partir da análise da expansão do agronegócio em Mato Grosso do Sul. In: SILVA, Walter Guedes da; SILVA, Paulo Fernando Jurado da (org.). *Mato Grosso do Sul no início do século XXI: as múltiplas escalas do desenvolvimento*. Campo Grande, MS: Life Editora, p. 59-76, 2017a.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, p. 39-59, 2017b.

MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2014.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. *Geosul*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

MOTTA, Regina Celia Carvalho de Sá. *As linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS*. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo, SP: Ática, 1988.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão Geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos Governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (org.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (Questão agrária e reforma agrária)*. Curitiba, PR: Editora CRV, 2018. p. 243-272.

NAVARRO, Isidoro Moreno. Cultura del trabajo e ideologia: El movimiento campesino anarquista Andaluz. In: MOLINA, Manuel González de; GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Ecología, Campesinato y Historia*. Madrid, ES: La Piqueta, 1993. p. 335-356.

NAVARRO, Felipe Silgueiros Sanches. *Diagnóstico da fragilidade ambiental como subsídio para o planejamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego Pulador em Anastácio-MS*.

2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 58, p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, SP: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura Brasileira: desenvolvimento e contradições*. São Paulo: mimeo: FFLCH/USP, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, SP: Contexto, 1999. p. 63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais conflitos e reforma agrária. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH: Labor Edições, 2007.

PELO COOPERATIVISMO, JAPONESES FAZEM DE TERENOS A CIDADE DOS OVOS. Osvaldo Júnior. *Campo Grande News*, 10 jan. 2018, 20:56. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/pelo-cooperativismo-japoneses-fazem-de-terenos-a-cidade-dos-ovos>. Acesso em: 6 jun. 2018.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O processo de trabalho agrícola e a mercantilização. In: MOLINA, Manuel González de; GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Ecologia, Campesinato y Historia*. Madrid, ES: La Piqueta, 1993. p. 153-195.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e a arte da agricultura: Um manifesto chayanoviano*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Unesp; Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 103-125.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, SP: Ática, 1993.

SABOURIN, Éric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária: Col. Terra Mater, 2009.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p.217-243, jan./jul. 2011.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. Lisboa, PT: Livraria Terra Livre, 2013.

SHANIN, Teodor. *La Clase incomoda – sociologia política del campesinato en una sociedad en desarrollo*. Madrid, ES: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campeinato: Territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SILVA, Bruno Jacobson. *Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: Emancipação socioeconômica na agricultura familiar?* 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Tânia Paula da; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. *Revista Geografia*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 185-194, jul./dez. 2002.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. *Agrária*, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 99-130, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho*. São Paulo, SP: Hucitec, 1978.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 109-117, 1981.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente a expansão do agronegócio na América Latina. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato: Territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

UDR. *Breve histórico da União democrática ruralista*. Disponível em: <https://www.udr.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: Uma história de Resistência. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato: Territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.

WOORTMANN, Ellen. O sítio camponês. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 81, p.164-203, 1983.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1988.